

**Universidade Federal de Juiz de Fora**  
**Pós-Graduação em Ciência da Religião**  
**Doutorado em Ciência da Religião**

**Adriana Sampaio Evangelista**

**PELA SALVAÇÃO DE MINHA ALMA: VIVÊNCIA DA FÉ E VIDA COTIDIANA  
ENTRE OS IRMÃOS TERCEIROS EM MINAS GERAIS – SÉCULOS XVIII e XIX**

**Juiz de Fora**  
**2010**

Adriana Sampaio Evangelista

**Pela salvação de minha alma: vivência da fé e vida cotidiana  
entre os Irmãos Terceiros em Minas Gerais – séculos XVIII e XIX**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Religião, área de concentração: Ciências Sociais da Religião, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Célia Aparecida Resende Maia Borges

Juiz de Fora  
2010

Evangelista, Adriana Sampaio.

Pela salvação de minha alma: vivência da fé e vida cotidiana entre os irmãos terceiros em Minas Gerais – séculos XVIII e XIX / Adriana Sampaio Evangelista. – 2010.

337 f. : il.

Tese (Doutorado em Ciência da Religião)—Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2010.

1. Religião. 2. Associações religiosas – Minas Gerais. 3. Arte barroca.  
I. Título.

CDU 2

Adriana Sampaio Evangelista

**Pela salvação de minha alma: vivência da fé e vida cotidiana  
entre os Irmãos Terceiros em Minas Gerais – séculos XVIII e XIX**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Religião, área de concentração: Ciências Sociais da Religião, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor.

Aprovada em 28 de junho de 2010

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Célia Aparecida Resende Maia Borges (Orientadora)  
Universidade Federal de Juiz de Fora

---

Prof. Dr. Volney José Berkenbrock  
Universidade Federal de Juiz de Fora

---

Prof. Dr. Robert Daibert Júnior  
Universidade Federal de Juiz de Fora

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Cláudia Rodrigues  
Universidade Salgado de Oliveira

---

Prof. Dr. William de Souza Martins  
Universidade Gama Filho

À minha mãe, Coracy

À meu pai, João, que gostava tanto de  
contar histórias

*In memoriam*

## AGRADECIMENTOS

O ofício do historiador que se propõe vasculhar os registros documentais e iconográficos de séculos passados das instituições religiosas católicas se revela uma aventura bastante particular para a qual o pesquisador deve se armar com a sensibilidade e o conhecimento necessários para tal empresa.

Em primeiro lugar ele deve ter em conta que os registros documentais destas instituições estão continuamente a mercê da ação predatória do tempo e do homem. Em Minas Gerais, não foram poucos os documentos surrupiados ao longo do tempo por colecionadores e mesmo por pessoas diretamente ligadas às próprias Irmandades e Ordens Terceiras, cientes do seu valor histórico e artístico. Do que ainda resta, cabe o delicado cuidado com o seu manuseio.

Em segundo lugar, o pesquisador deve atentar para as relações afetivas que estão sempre cercando esses objetos. Deste modo deve ser cômico da responsabilidade que tem para com eles e para as pessoas e as comunidades que detêm a sua guarda. Só armado de conhecimento, sensibilidade, e desmedida paciência, logrará o êxito desejado.

Encontrei documentos organizados e armazenados de modo inapropriado nas igrejas e paróquias. Foi com grande angústia que eu me deparei com livros e documentos embalados em sacos plásticos, amontoados uns sob os outros, alguns com traças que desenharam verdadeiras rendas nas folhas, outros com páginas totalmente desfiguradas, a mercê da luz solar e próximo de instalações elétricas pouco confiáveis. A paciência também é uma qualidade imprescindível ao pesquisador. Lamentavelmente a total falta de uma mínima noção de valor e de preservação documental por parte de muitas entidades religiosas católicas, relegou e ainda está relegando uma considerável fatia da sua história ao esquecimento. Este desabafo é uma lembrança pessoal da dura jornada destes anos de pesquisa e uma reivindicação de zelo e conservação para com estes registros documentais que nos permite construir a nossa história. E como toda regra tem a sua exceção, também encontrei nas paróquias, arquivos bem conservados e corretamente guardados, assim como leigos e representantes da Igreja, cômicas do valor inestimável destes documentos.

Se no caminho de toda jornada esbarramos em asperezas e entraves, encontramos também acolhidas calorosas, palavras gentis e mãos generosas. Refaço aqui o itinerário que tantas fiz durante estes anos de trabalho.

Começando por Ouro Preto. A Carlos José Aparecido de Oliveira, da Paróquia de Nossa Senhora do Pilar, os meus maiores agradecimentos por todos estes anos em que tem me recebido no arquivo e me dispensado tanta atenção.

À Agripina Neves sou grata pelo carinho e pela amizade já antiga, por partilhar comigo as angústias e as alegrias do trabalho de pesquisa nos arquivos paroquiais.

Minha gratidão a Maria José Ferro de Souza, por sua generosidade e pelo tempo que me dedicou em nossos breves encontros, pelas informações valiosas sobre a documentação das Irmandades e Ordens Terceiras nos arquivos de Ouro Preto.

Agradeço ao Prior da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo de Ouro Preto, o Sr. Afonso de Lima Rolim, por autorizar as fotos no interior da igreja desta congregação.

Quero também estender meus agradecimentos aos irmãos terceiros que sempre me receberam na igreja de Nossa Senhora do Carmo desta cidade.

Sou grata ao Padre Luiz César Ferreira Carneiro, Pároco da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Ouro Preto e ao Diácono Sr. Agostinho Barroso de Oliveira por autorizarem meu trabalho de pesquisa no arquivo desta Paróquia, assim como autorizarem as fotografias no Museu do Aleijadinho e na Igreja de São Francisco. À Graça, Rosângela, Ana Clara e demais funcionários da paróquia, agradeço a atenção que sempre me dispensaram.

Aos funcionários do Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência que sempre me atenderam com tanto zelo, meus agradecimentos.

A Deise Lustosa, Diretora do Museu do Oratório, sou imensamente grata pelas informações sobre a estrutura arquitetônica do prédio que atualmente abriga o Museu, pelas fotografias que me enviou das reformas empreendidas na década de 70, e pelo carinho com que me recebeu para longas conversas.

E antes de deixar Ouro Preto, registro meus mais profundos agradecimentos, por todos estes anos que me recebeu afetosamente nesta terra, ao Cônego José Feliciano da Costa Simões, Vigário da Paróquia de Nossa Senhora do Pilar, *In memoriam*.

Em São João del Rei:

Agradeço ao Prof. Dr. Juan Vellasco, coordenador do Laboratório de Conservação e Pesquisa Documental - LABDOC, da Universidade Federal de São João del Rei, e aos funcionários da biblioteca da mesma instituição que me permitiram o acesso às obras raras do acervo de Caetano de Almeida.

Ao historiador Jairo Braga Machado, responsável técnico pelo escritório do IPHAN de São João del Rei, agradeço por me facultar o acesso à documentação deste arquivo.

Ao Ministro da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de São João del Rei, Sr. Carmelo Geraldo Viegas, agradeço por me permitir pesquisar nos documentos e livros desta congregação.

Sou grata ao Prior da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo de São João del Rei, Mauro das Mercês Castro, por facilitar o meu acesso ao arquivo desta congregação.

Aos Irmãos Terceiros que sempre me receberam nas igrejas das duas congregações, Carmo e São Francisco, agradeço a acolhida calorosa.

Na Paróquia de Nossa Senhora do Pilar de São João del Rei, sou imensamente grata ao Sr. Aluizio José Viegas que durante estes anos de pesquisa tem me facultado o acesso no arquivo desta Paróquia e em seu arquivo particular, e pelas informações que me prestou sobre as associações religiosas da cidade. Ao Monsenhor Sebastião Raimundo de Paiva, Vigário da Paróquia de Nossa Senhora do Pilar de São João del' Rei, agradeço por permitir meu trabalho no arquivo.

Sou grata ao Prof. Dr. Luís Carlos Villalta, por suas valiosas informações sobre literatura religiosa no século XVIII.

À minha orientadora Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Célia Maia Borges, pela atenção que sempre me dedicou, dando sugestões e indicando leituras, pelas longas e proveitosas conversas e sugestões, agradeço imensamente.

À minha família agradeço a paciência que tiveram comigo pelos meses de ausência durante o tempo de pesquisa nos arquivos.

Meus agradecimentos a tantas outras pessoas que, de alguma forma, às vezes com pequenos gestos, me ajudaram de tantas formas.

A todos vocês que cruzaram o meu caminho e tornaram esta jornada mais afortunada, meus sinceros e profundos agradecimentos.



## RESUMO

Esta pesquisa trata dos diferentes modos pelos quais os irmãos das Ordens Terceiras do Carmo e de São Francisco viveram a religiosidade destas congregações fundada no modelo do Cristo sofredor, em Minas Gerais no período colonial. Com esse objetivo, e afim de compreender a relação entre a vida cotidiana dos Irmãos e a vida na congregação, foram analisadas as estruturas administrativas das Ordens Terceiras, a passagem pelo Noviciado, o envolvimento dos Irmãos na produção das festas religiosas, o modo como eles se preparavam para a morte e os cuidados tomados para a vida no além. O presente trabalho centrou sua pesquisa no estudo das Ordens Terceiras do Carmo e São Francisco das antigas vilas de São João del-Rei e Vila Rica.

Palavras-chave: Ordens Terceiras - Ordem Terceira do Carmo - Ordem Terceira de São Francisco - devoção - via penitencial - arte barroca

## **RESUMÉ**

Cette recherche porte sur les différentes façons dont les frères du Tiers Ordre du Carmel et de San Françoise a connu la religiosité de ces congrégations fondées dans le modèle du Christ souffrant, dans le Minas Gerais dans la période coloniale. Avec cet objectif en vue de comprendre la relation entre le quotidien et la vie des frères de la congrégation, nous avons analysé les structures administratives du Tiers-Ordres, le passage par le Noviciat, l'implication des Frères dans la production de fêtes religieuses et comment ils se préparaient à la mort et le soin apporté à l'au-delà. Cette étude a porté ses recherches sur l'étude du Tiers-Ordre du Carmel et San Françoise des anciennes villes de São João del Rei et de Vila Rica.

Mots-clès: Tiers-Ordre - Tiers Ordre du Carmel - Tiers-Ordre de saint François - dévotion - via pénitentielle - l'art baroque

## RELAÇÃO DE FOTOGRAFIAS <sup>1</sup>:

1. Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo de Ouro Preto (Adriana Sampaio Evangelista, 2007).....	69
2. Patente do irmão terceiro do Carmo Antônio José Vieira, de 7 de novembro de 1763, Vila Rica (Adriana Sampaio Evangelista, 2008).....	101
3. Antiga Casa do Noviciado da Ordem Terceira do Carmo de Ouro Preto. (Adriana Sampaio Evangelista, 2008).....	111
4. Escada interna da Antiga Casa do Noviciado que liga os dois andares. (IEPHA, antes de 1975 - cedida por Deise Lustosa).....	112
5. Altar que se encontra na sala do consistório da igreja matriz de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto. (Adriana Sampaio Evangelista, 2008).....	116
6. Portão de ferro que ficava no interior da antiga Casa do Noviciado da Ordem Terceira do Carmo de Ouro Preto. (Adriana Sampaio Evangelista, 2008).....	121
7. Santa Margarida de Cortona - sacristia da igreja de São Francisco de Assis de Ouro Preto (Adriana Sampaio Evangelista, 2008).....	134
8. Santa Isabel da Hungria - sacristia da igreja de São Francisco de Assis de Ouro Preto (Adriana Sampaio Evangelista, 2008).....	135
9. São Luís, rei de França - sacristia da igreja de São Francisco de Assis de Ouro Preto (Adriana Sampaio Evangelista, 2008).....	137
10. São Luís de Toulouse - sacristia da igreja de São Francisco de Assis de Ouro Preto (Adriana Sampaio Evangelista, 2008).....	138
11. Andor com a imagem de Nossa Senhora do Carmo carregado pelos irmãos terceiros do Carmo de São João del Rei no dia de sua festa (Adriana Sampaio Evangelista, 2008).....	166
12. Pintura no teto da sacristia da igreja de São Francisco de Ouro Preto (Adriana Sampaio Evangelista, 2008).....	197
13. Imagem de roca do Senhor dos Passos - Museu de Arte Sacra da Paróquia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto (Adriana Sampaio Evangelista, 2007).....	213
14. Imagem de roca do Senhor Morto no esquife com os instrumentos da Paixão - Museu de Arte Sacra da Paróquia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto (Adriana Sampaio Evangelista, 2007).....	242
15. Ilustração de construção efêmera armada no interior de uma igreja para a realização do Ofício pelos Mortos - Pontifical Romano, século XVII. (Adriana Sampaio Evangelista, 2009).....	254

---

<sup>1</sup> fonte: Adriana Sampaio Evangelista

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Evolução da situação financeira das Ordens Terceiras .....	300
Quadro 2. Presidentes das freguesias e bairros da Ordem Terceira de São Francisco de Vila Rica .....	304
Quadro 3. Evolução da arrecadação das esmolas dos irmãos da Mesa da Ordem Terceira de São Francisco de Vila Rica .....	305
Quadro 4. Evolução da Receita e Despesa da Ordem Terceira do Carmo da Vila de São João del Rei .....	306
Quadro 5. Evolução do número de entradas e profissões de irmãos terceiros na Ordem Terceira de São Francisco de Vila Rica .....	307
Quadro 6. Relação de livros de religião encontrados nos inventários dos irmãos terceiros e das Ordens Terceiras.....	308
Quadro 7. Inventário de utensílios e alfaias da capela da Ordem Terceira do Carmo de Vila Rica .....	315
Quadro 8. Relação de gastos com cera da Ordem Terceira de São Francisco de Vila Rica .....	316
Quadro 9. Relação de utensílios de cozinha comprados pela Ordem Terceira de São Francisco de Vila Rica em 1778 por ocasião da visita do Comissário.....	317
Quadro 10. Relação de gêneros alimentícios comprados pela Ordem Terceira de São Francisco de Vila Rica em 1778 por ocasião da visita do Comissário.....	318
Quadro 11. Relação das compras de vinho e aguardente feitas pela Ordem Terceira de São Francisco de Vila Rica em 1778 por ocasião da visita do comissário.....	322
Quadro 12. Relação dos dias de jejum impostos aos irmãos da Ordem Terceira do Carmo.....	324
Quadro 13. Relação de gastos da Ordem Terceira de São Francisco de Vila Rica com a música da Quaresma.....	325
Quadro 14. Evolução das despesas com a Procissão de Cinzas da Ordem Terceira de São Francisco de Vila Rica.....	326
Quadro 15. Evolução das despesas feitas pela Ordem Terceira de São Francisco de Vila Rica com a música da Procissão de Cinzas.....	327
Quadro 16. Evolução dos rendimentos da bacia de Quinta-feira Santa .....	328
Quadro 17. Evolução dos gastos anuais com as cerimônias festivas da Ordem Terceira de São Francisco de Vila Rica.....	329
Quadro 18. Despesas da Ordem Terceira de São Francisco de Vila Rica com o Ofício Universal pelos irmãos defuntos.....	330

Quadro 19. Relação de imagens encontradas nos inventários dos irmãos terceiros.....	331
Quadro 20. Pertencimento dos irmãos terceiros a outras associações religiosas.....	332
Quadro 21. Análise das condições em que os irmãos terceiros faziam seus testamentos.....	333
Quadro 22. Análise dos motivos que levavam os irmãos terceiros a fazerem testamento.....	333
Quadro 23. Rol das entidades celestes a quem os irmãos terceiros encomendavam a alma ....	334
Quadro 24. Rol das pessoas a quem eram recomendados os sufrágios .....	336

## LISTA DE ABREVIATURAS

AOTSF/OP- Arquivo da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Ouro Preto - Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias - Ouro Preto

AOTC/OP - Arquivo da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo de Ouro Preto - Paróquia de Nossa Senhora do Pilar - Ouro Preto

AOTSF/SJDR - Arquivo da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de São João del Rei

AOTC/SJDR - Arquivo da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo de São João del Rei

APNSP/SJDR - Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora do Pilar de São João del Rei - São João del Rei

APNSCAD - Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias - Ouro Preto

ABCA - Arquivo da Biblioteca Caetano de Almeida - Seção de Obras Raras da Biblioteca da Universidade Federal de São João del Rei

AEAM - Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana

ACSM - Arquivo da Casa Setecentista de Mariana

AHET/SJDR - Arquivo Histórico do Escritório Técnico do IPHAN de São João del-Rei

AHMI - Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência

AHU - Arquivo Histórico Ultramarino

## ÍNDICE

Introdução.....	1
Capítulo I- Irmanados no corpo e sangue do Cristo.....	27
1.1- O Cristo sofrente.....	31
1.2- Em busca do Cristo.....	33
1.3- A imitação do Cristo.....	39
1.4- As confrarias de leigos.....	42
1.5- A herança franciscana.....	44
Capítulo II- Entre os apelos do mundo e a vida santificada - terceiros carmelitas e franciscanos nas Minas.....	54
2.1- Ordens Terceiras nas Minas Gerais.....	64
2.2- As estruturas administrativas e dinâmica interna das Ordens Terceiras.....	71
2.3- O ingresso nas Ordens Terceiras.....	96
2.4- O Noviciado.....	105
2.5- A Casa do Noviciado.....	108
2.6- O controle sobre o corpo.....	127
2.7- Modelos de santidade.....	132
Capítulo III- Sociabilidade e Conflito	
3.1- Práticas de piedade e caridade.....	141
3.2- Dias de festas.....	147
3.3- A festa às avessas.....	155
3.4- A disputa pelo sagrado na festa.....	159
3.5- Dias dos Santos.....	160
3.6- As alfaias e paramentos.....	167
3.7- As entradas dos Comissários Visitadores.....	180
Capítulo IV- Celebrações festivas da Paixão	
4.1- A Quaresma.....	192
4.2- A Procissão das Cinzas.....	199
4.3- A Procissão do Triunfo.....	220
4.4- O Domingo de Ramos.....	226
4.5- A Procissão dos Passos.....	228
4.6- Quarta-feira de Trevas.....	231
4.7- A Quinta-feira Maior.....	232
4.8- O enterro do Senhor.....	239
Capítulo V- A morte entre os irmãos terceiros	
5.1- As visões da morte.....	248
5.2- Os santos protetores.....	255
5.3- A Boa Morte.....	257
5.4- Os testamentos.....	260
5.5- Pela salvação de minha alma: as disposições testamentárias de Antônio Ramos dos Reis.....	272
Conclusão.....	277
Fontes e Referências Bibliográficas.....	280
Anexos.....	300

## INTRODUÇÃO

Ao elaborar o projeto para o doutorado em Ciência da Religião eu tinha em mente dar prosseguimento à pesquisa iniciada no decorrer do mestrado que resultou na dissertação *As dores da Virgem Santíssima: motivo de fé e compaixão nas Minas Gerais - século XVIII*<sup>1</sup>. Assim surgiu a idéia de continuar investigando outras manifestações devocionais ligadas ao sofrimento e a ascese, assim como a atuação leiga na vida religiosa da capitania das Minas através das agremiações religiosas. Mas a questão era através de que grupos sociais ? Em quais outras fraternidades religiosas leigas na capitania, a imagem da Paixão e do Cristo sofrido foram motivos de devoção ?

A par do caráter político-social que determinou a existência e a atuação do movimento confrarial leigo desde o surgimento de seus primeiros modelos na época medieval, agregava-se evidentemente o motivo religioso que inspirava e lhe servia de emblema. Os oragos que identificam as diversas associações religiosas, revelavam as predileções e afeições devocionais de seus membros e determinavam as formas de atuação do grupo na vida religiosa da sociedade. Ao debruçar-me mais uma vez sobre as associações religiosas leigas das Minas no século XVIII, imediatamente chamaram a minha atenção as Ordens Terceiras franciscanas e carmelitas cuja iconografia das suas igrejas já anuncia a afeição dos seus sodalícios à figura do Cristo padecente. Assim sendo, o foco do meu projeto se direcionou aos irmãos das Ordens Terceiras de São Francisco de Assis e de Nossa Senhora do Monte do Carmo.

A partir de fins da Idade Média, a doutrina cristã da salvação da alma começou a ter um grande impacto na vida do homem comum impulsionada pelo contexto de medo e pessimismo produzido na sociedade européia ocidental pelas guerras, pela Peste Negra, pela fome, pelas perseguições às heresias e pela dissensão no interior da Igreja que resultou no Grande Cisma<sup>2</sup>. Estes eventos corroboravam com os princípios da escatologia cristã que ressaltava a iminência do final dos tempos, do Juízo Final e do julgamento particular de cada

---

<sup>1</sup> EVANGELISTA. *As Dores da Virgem Santíssima: motivo de fé e compaixão nas Minas Gerais – século XVIII*. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião), Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais.

<sup>2</sup> DELUMEAU. *História do medo no Ocidente*, p. 205-238.



um após a morte. A sociedade européia medieval alicerçou todo o seu sistema de valores e costumes na crença e no medo do destino da alma após a morte, na consciência da transitoriedade da vida e da perenidade do corpo<sup>3</sup>. Estas concepções se estenderam à Época Moderna estimulando várias representações da morte, dos lugares do Além, dos tormentos e das penas impostas às almas pecadoras e das delícias que aguardavam os justos no Paraíso. Idéia corrente difundida tanto pela literatura quanto pelas imagens religiosas e reafirmada pelos textos doutrinários, a purgação do corpo através do sofrimento físico era prática indispensável para garantir a salvação da alma<sup>4</sup> assim como a condução da vida particular em consonância com os preceitos cristãos, calcada nos modelos de santidade ressaltados pela Igreja como exemplos de perfeição espiritual<sup>5</sup>. Sob esta via penitencial é que as Ordens Terceiras de São Francisco e de Nossa Senhora do Carmo estruturaram seus fundamentos.

A história destas congregações tem suas raízes na profunda devoção medieval ao Cristo, venerado em sua humilhação, solidão e sofrimentos que padecera na Cruz. Segundo a tradição carmelita, a Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo se originou de movimento iniciado por um grupo de peregrinos da Terra Santa e soldados sobreviventes das cruzadas que, tomados pelo exemplo de Santo Elias, iniciaram uma vida de recolhimento no Monte Carmelo, na Palestina<sup>6</sup>. Os irmãos terceiros franciscanos apareceram na Europa por volta do séc. XIII reunidos como uma comunidade leiga subordinada à Ordem Primeira franciscana, instituição religiosa estabelecida por Francisco de Assis que privilegiava a vida penitente<sup>7</sup>. O ideal comunitário de perfeição espiritual que pregava a renúncia aos bens materiais, a obediência aos irmãos superiores, a devoção ao Cristo sofredor e a vida eremítica e contemplativa aproximava os ideais de vida contemplativa e mística dos irmãos terceiros franciscanos e carmelitas. As Ordens Regulares de franciscanos e carmelitas, oriundas de Portugal, se estabeleceram no Brasil desde o princípio da colonização. Na capitania das Minas, as Ordens Terceiras não se organizaram à margem dos conventos, mas a partir da atividade missionária de frades e esmoleres que circulavam nas vilas, a par das restrições

---

<sup>3</sup> LE GOFF. *O imaginário medieval*, p.145-156; O nascimento do purgatório, p.90-106.

<sup>4</sup> *Ibidem*. p.157-167;

<sup>5</sup> Cf. CAMPOS. A morte, a mortificação e o heroísmo: o “homem comum” e o “santo” na capitania das Minas. In: *Revista do IFAC*. n.2, p.5-12.

<sup>6</sup> SANTA ANA, frei José Pereira de. *Chronica dos carmelitas da antiga e regular observância nestes Reynos de Portugal, Algarves, e seus Domínios*. Tomo I. Cap.14, p.107; MÂLE, *El arte religioso de la Contrarreforma*, p. 419; IRs 18, 20-40; 19, 4-13.

<sup>7</sup> Ainda que, como afirma Magdalena Corrales, hajam divergências quanto às origens certas das fraternidades de terceiros franciscanos na Europa, sua existência se deve sem dúvida ao desejo de viver o Evangelho do Cristo segundo uma vida de penitência; CORRALES. El proceso de elecciones en un convento franciscano terciário: Santa Paula de Zamora. *Cuadernos de Historia Moderna*, n.15, p. 99-100.

impostas pela Coroa, assim como através das devoções trazidas do Reino pelos próprios portugueses que aportaram na região aurífera em busca de riquezas.

Durante o século XVIII, a atuação leiga na vida religiosa da colônia brasileira foi marcante. A atividade individual dos eremitas<sup>8</sup> e dos devotos<sup>9</sup>, assim como as ações do movimento confrarial de amparo mútuo e de devoção consolidado pelas Irmandades e Ordens Terceiras atestam a participação ativa dos fiéis leigos na promoção da vida religiosa em toda a colônia<sup>10</sup>. A ação leiga neste contexto foi marcada pelo conflito. Como ressalta Hoornaert, “...a Irmandade é uma estrutura que procura escapar aos percursos coloniais...a estrutura colonial ameaçou destruir tudo que se lhe opunha... Foi contra esta tendência que as confrarias se insurgiram, procurando um espaço de liberdade num mundo de dominação”<sup>11</sup>. Apesar do olhar vigilante da Coroa portuguesa sobre estes sodalícios, sobretudo na época pombalina<sup>12</sup>, o vigor destas associações religiosas de leigos resistiu às dificuldades econômicas enfrentadas no final do século XVIII com a crise na produção aurífera e no decorrer da centúria seguinte<sup>13</sup>. O acervo remanescente destas confrarias religiosas presentes nas igrejas assim como as celebrações festivas e litúrgicas do calendário religioso realizadas até os nossos dias testemunham a perseverante vivência religiosa leiga nas Minas Gerais. Não nos cabe aqui refletir sobre o sentimento religioso que move estas associações nos dias atuais mas reconhecer o empenho dos filiados em preservar celebrações e objetos de culto tradicionais relevantes para a história mesma destas associações e conseqüentemente relevantes para a compreensão do sentido delas na contemporaneidade<sup>14</sup>.

---

<sup>8</sup> No Brasil colonial, muitos eremitas foram responsáveis pela propagação de devoções e ereção de templos. Em Minas Gerais, se destacaram Feliciano Mendes que erigiu o Santuário do Bom Jesus de Matosinhos em Congonhas e o Irmão Lourenço responsável pela construção do Caraça.

<sup>9</sup> Muitas vezes em paga de promessas alcançadas feitas a determinados santos, o devoto mandava erigir templo e propagar a devoção. Um exemplo é a Igreja de Nossa Senhora das Dores de Cachoeira do Campo em Minas Gerais registrado na pintura do teto da nave. Outro é a Igreja de Nossa Senhora do Carmo, em Diamantina, patrocinada pelo contratador dos diamantes João Fernandes de Oliveira.

<sup>10</sup> Sobre o assunto cf. BOSCHI. *Os leigos e o poder*.

<sup>11</sup> HOORNAERT. *História da Igreja no Brasil*. t.2, p. 385.

<sup>12</sup> Em 1771 o Marquês de Pombal se empenhou em suprimir estas associações religiosas sugerindo a D. José I a sua extinção, medida esta que isentaria as confrarias do Santíssimo Sacramento, Misericórdia e Ordem Terceira do Carmo. Entretanto esta medida acabou não sendo aplicada. Conferir em: BOSCHI. *Op. cit.*, p. 57.

<sup>13</sup> Ainda que ao longo de mais de dois séculos muitas irmandades tenham se extinguido por inúmeras razões tais como o declínio e a substituição da devoção ou a decadência econômica ou tenham modificado sua dinâmica interna, é importante ressaltar o vigor do movimento confrarial leigo nas Minas Gerais até os dias atuais.

<sup>14</sup> Ao longo de mais de quatro anos em contato com as Irmandades e Ordens Terceiras do Carmo e de São Francisco de Ouro Preto, Mariana e São João del Rei pude verificar muitas vezes o empenho e as dificuldades de preservação das festividades do calendário religioso. Se há em Ouro Preto uma preocupação quanto à conservação dos bens materiais destes sodalícios, em São João del Rei a observância da ritualística antiga proporciona a realização das festividades religiosas com grande aproximação ao modo como se fazia no século XVIII, como bem já notou Adalgisa Campos. A esse respeito cf. CAMPOS. *Cultura artística e calendário festivo no barroco luso-brasileiro: as Ordens Terceiras do Carmo*. *Revista Imagem Brasileira*.n.2, p.105.

As agremiações religiosas leigas acumulavam os encargos espirituais e assistenciais em relação aos seus membros e a responsabilidade da construção, da manutenção de capelas e igrejas e a promoção do culto religioso. Uma vez que a Coroa se eximia de tal compromisso, os leigos desfrutaram de autonomia no campo da produção artística religiosa<sup>15</sup>. A capitania das Minas Gerais desfrutou de uma situação ímpar em relação ao restante da colônia uma vez que por decreto régio as Ordens Primeiras foram proibidas de se instalar neste território.

Neste contexto de que modo as Ordens Terceiras e seus irmãos atuaram na vida religiosa da capitania? Qual foi o impacto do contexto econômico e social que marcou a região mineradora sobre a vivência religiosa dos Irmãos Terceiros? Parto do princípio que a vivência religiosa do catolicismo nas Ordens Terceiras se fazia através de aproximações e tensões entre modos diferentes de compreensão e vivência dos preceitos religiosos das duas congregações, condicionados por desejos, necessidades e valores diversos e particulares de grupos e indivíduos.

Desafiando esta questão central, outras interrogações concernentes às práticas religiosas ajudaram a conduzir a pesquisa. Em que medida a devoção ao sofrimento de Cristo como via de salvação da alma e o desejo de seguir o modelo penitente do Cristo, em busca de um aprimoramento espiritual, conduziram a vida cotidiana dessas congregações e, em particular, de muitos leigos a elas associados? De que modo estes irmãos em suas intimidades e individualidades apreenderam e reelaboraram o modelo de vida contemplativa dessas organizações fraternais? Que aspectos das doutrinas místicas franciscana e carmelita foram valorizados e ressaltados pelos irmãos terceiros? E que aspectos eram sublinhados pelos diretores espirituais das respectivas Ordens Terceiras em suas pastorais? Que aspectos doutrinários eram, aos olhos dos Comissários Visitadores, necessários de serem reafirmados frente aos Terceiros Carmelitas e franciscanos e por quê?

Num trabalho acadêmico as referências teóricas norteiam a construção da pesquisa e neste sentido procuro aqui esclarecer os conceitos que delimitam o presente trabalho.

Esta tese em primeiro lugar diz respeito à espiritualidade. Não aquela referente a sentimentos mas uma espiritualidade palpável, materializada, e, por isso, passível de verificação. A espiritualidade é compreendida como uma dimensão da religião. Tomei emprestado este conceito a Vauchez, que define a espiritualidade como sendo a dinâmica entre os aspectos da doutrina católica que foram privilegiados numa determinada época, e as suas vivências e práticas dentro dos mesmos princípios cristãos<sup>16</sup>. A espiritualidade é portanto

---

<sup>15</sup> BOSCHI. *Op. cit.*, p. 129; 179.

<sup>16</sup> VAUCHEZ. *A espiritualidade na Idade Média Ocidental - séculos VIII a XIII*, p.7-9.

passível de investigação uma vez que ela remete para os ritos, as condutas individuais e coletivas, os objetos materiais, as cerimônias, as regras, as imagens, as palavras, as interdições...quer dizer os elementos que configuram, segundo Serrano Martín, um comportamento religioso, elementos que são tomados por sagrados pelos membros de um determinado grupo<sup>17</sup>.

Uma vez que o nosso objeto de estudo são as vivências e as práticas religiosas dos irmãos terceiros na sociedade mineira setecentista recorro a concepção de história cultural defendida por Chartier. Segundo este historiador “a cultura não está acima ou ao lado das relações econômicas e sociais, e não existe prática que não se articule sobre as representações pelas quais os indivíduos constroem o sentido de sua existência (um sentido inscrito nas palavras, nos gestos, nos ritos”<sup>18</sup>. Chartier não nega as diferenciações sociais mas aponta para uma articulação entre o social e o cultural ao privilegiar o social como campo de concorrências e competições e por isto mesmo campo instável que não pode ser visto como invariável e determinado *a priori* para explicar as relações num grupo. As estruturas sociais são entendidas como campos conflituosos e instáveis gerados por percepções diferentes do mundo social<sup>19</sup>. Ver a realidade através do prisma das representações simbólicas que se mostram um caleidoscópio de múltiplos sentidos conduz a um campo intermitente e diferencial que “autoriza também **a não considerar como totalmente eficazes e radicalmente aculturantes** os textos, as falas ou os exemplos que visam moldar os pensamentos e as condutas da maioria. Além disso essas práticas são criadoras de usos ou de representações que não são absolutamente redutíveis às vontades dos produtores de discursos e de normas”<sup>20</sup>(grifo meu).

Como defende Chartier, “as práticas, comportamentos, instituições são fruto das representações construídas, quer dizer, das construções simbólicas elaboradas pelos indivíduos com o objetivo de conferir sentido ao mundo deles”<sup>21</sup>. A tentativa de compreender as articulações e tensões entre as formulações doutrinárias e teológicas elaboradas pelas instâncias hierarquicamente superiores da religião católica e das Ordens Terceiras e Primeiras

---

<sup>17</sup> MARTÍN. In: *Muerte, religiosidad y cultura popular – siglos XIII-XVIII*, p.9-10; O sagrado como defende Caillois, diz respeito à *sensibilidade*. Ele é compreendido como uma “categoria sobre a qual repousa a atitude religiosa que lhe dá seu caráter específico, que impõe ao fiel um sentimento de respeito particular, que presume sua fé contra o espírito de exame, a subtrai à discussão, a coloca fora e além da razão(...) O sagrado aparece como uma propriedade estável ou efêmera a certas coisas (os instrumentos de culto), a certos seres (o rei, o padre), a certos tempos (o domingo, o dia de Páscoa, Natal...)”. É uma qualidade que as coisas não possuem por elas mesmas e que aos olhos do indivíduo reveste objetos, coisas, seres de um prestígio inigualável. O sagrado suscita nos indivíduos sentimentos de terror, veneração e interdição. CALLOIS. *L’homme et le sacré*, p.24-25; cf.também ELIADE. *O sagrado e o profano*, 16-18.

<sup>18</sup> CHARTIER. *Leitoras e leitores na França do Antigo Regime*, p.18; cf. a este respeito FALCON. *História Cultural: uma nova visão sobre a sociedade e a cultura*, p. 80-83; 88-90.

<sup>19</sup> Idem. *A história cultural entre práticas e representações*, p.16-17.

<sup>20</sup> CHARTIER. *Leitoras e leitores na França do Antigo Regime*, p.13; 16.

<sup>21</sup> Idem. O mundo como representação. In: *Estudos Avançados* 11(5), 1991, p.173-191.

e as práticas, compreensões, apropriações e reelaborações que os irmãos terceiros construíam permitem resgatar esses sentidos impressos nas práticas, nos objetos e nas condutas religiosas destes confrades.

Ao sublinhar os diversos modos possíveis *de interpretar e viver a mensagem cristã*, Vauchez remete à existência de muitas *espiritualidades*. Entretanto este historiador ressalta que estas construções são sempre elaboradas dentro do contexto histórico-social. As articulações a nível individual e grupal são sempre articulações historicamente construídas<sup>22</sup>. Ingressar numa Ordem Terceira, seguir os modelos de conduta impostos pelos dirigentes espirituais, participar das manifestações rituais coletivas e particulares, acompanhar as celebrações religiosas, conduzir sua vida dentro da congregação, ter em seu poder certas imagens de santos, livros de literatura religiosa... segundo o modelo de história cultural proposto por Chartier são práticas condicionadas pelas representações elaboradas pelos grupos e indivíduos, quer dizer, pelas construções simbólicas por eles concebidas e que lhes fornecem sentido ao seu mundo<sup>23</sup>. Ato que geram representações que por sua vez geram novos atos num ciclo ininterrupto. O que interessa a Chartier é conhecer a dinâmica que rege o universo simbólico e as ações dos grupos e dos indivíduos. Como as diversas *representações* do sofrimento de Cristo teriam estimulado *práticas* entre os irmãos terceiros induzindo comportamentos piedosos, a observância de uma vida ascética, a posse de imagens de crucificados, de livros devocionais, de oratórios particulares? Como estas práticas teriam fomentado novas *representações* ao longo do tempo ? Do mesmo modo que Vauchez, Chartier se interessa pelas possibilidades de articulação de um inventário fornecido por um determinado tempo e lugar, pela diversidade de emprego de materiais ou códigos compartilhados, pela tensão entre as capacidades inventivas dos grupos ou indivíduos que subvertem e reconstróem as normas, convenções e constrangimentos determinados por outros grupos ou indivíduos (em função da posição que ocupam na hierarquia social das relações de dominação) para limitar o que é lícito fazer, pensar ou formular: “...apreender como um grupo ou um homem comum se apropria, a sua maneira, que pode ser deformadora ou mutiladora, das idéias ou das crenças do seu tempo”<sup>24</sup>.

<sup>22</sup> VAUCHEZ. *op. cit.*, p.7-9; 180.

<sup>23</sup> CHARTIER. O mundo como representação. In: *Estudos Avançados* 11(5), 1991, p.173-191; “...é preciso pensá-la (a história cultural) como a análise do trabalho de representação, isto é das classificações e das exclusões que constituem, na sua diferença radical, as configurações sociais e conceptuais próprias de um tempo ou de um espaço”. Idem. *A história cultural: entre práticas e representações*, p.27.

<sup>24</sup> CHARTIER. *A história cultural: entre práticas e representações*, p.53; cf. p.17 e 61; cf. também CHARTIER. “Cultura Popular”: revisitando um conceito historiográfico. In: *Revista Estudos Históricos*, vol.8, n.16, 1995, p.179-192; CHARTIER. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*, p.13.

Chartier recusa o determinismo das diferenças sociais que estabelecem *a priori* as oposições tanto numa escala macroscópica, entre dominantes e dominados, quanto num patamar inferior de diferenciações definidas a partir dos níveis de fortuna dos indivíduos e grupos, das atividades profissionais que ocupam ou da natureza do seu universo cultural. O olhar do historiador deve portanto se desviar das abordagens globalizantes e se deter nos interstícios inerentes aos sistemas gerais das normas que criam espaços de enfrentamentos simbólicos, de rompimentos, revelando as descontinuidades e as contradições destes mesmos sistemas<sup>25</sup>. O mérito da história cultural inaugurada por Chartier foi ter dado espaço para as individualidades e ter articulado o social e o cultural ao privilegiar a tensão que rege as diferentes interpretações que por sua vez geram diferentes processos de construção de sentido. São dissonantes vozes que contam e entrecruzam as suas histórias e divergências, que fazem diferentes *leituras*.

No tocante aos procedimentos metodológicos que permitem mapear estas zonas de tensão e rompimentos, somente a escala reduzida de observação da realidade na esteira da *micro-história*, possibilita apreender esses interstícios<sup>26</sup>. Entretanto Natalie Zemon Davis alerta para a impossibilidade da micro-análise dar conta de explicar a totalidade da realidade passada<sup>27</sup>. É o que ela quer mostrar quando pergunta “Nos estudos locais de reuniões natalinas em Berlim, na época nazista, onde aparece o anti-semitismo?”. É imprescindível portanto entrecruzar a variação da escala de observação dos fenômenos<sup>28</sup>. Como afirma Zemon Davis “o passo mais criativo que podemos dar em frente deve ser mais analítico, quer dizer, talvez consista em encontrar formas expositivas ou narrativas que revelem a interação e as tensões entre o grande e o pequeno, entre o social e o cultural”<sup>29</sup>.

Justifico desta forma um exercício metodológico de aproximação e de afastamento em relação ao objeto de meu trabalho, um transitar entre o tempo longo e a micro-análise

---

<sup>25</sup> DAVIS. Las formas de la historia social. In: *Historia Social*, n.10, 1991, p.177; LEVI. Sobre a micro-história. In: BURKE.(Org.) *A escrita da história: novas perspectivas*, p.155;

<sup>26</sup> DAVIS. *Op. cit.*, p. 179; “O princípio norteador de toda pesquisa micro-histórica é a crença em que a observação microscópica revelará fatores previamente não observados”. LEVI. *op. cit.*, p.139; “Assim toda ação social é vista como o resultado de uma constante negociação, manipulação, escolhas e decisões do indivíduo, diante de uma realidade normativa que, embora difusa, no entanto oferece muitas possibilidades de interpretações e liberdades pessoais”. LEVI. *Op. cit.*, p. 135. Como lembra Levi, ao contrário da antropologia interpretativa, a micro-história não rejeitou a diferenciação social das construções simbólicas frisando que “os costumes e o uso dos símbolos são sempre polissêmicos mas assumem conotações mais precisas a partir das diferenciações sociais variáveis e dinâmicas”.Cf. LEVI. *Op. cit.*, p. 151.

<sup>27</sup> DAVIS. *Op. cit.*, p. 178.

<sup>28</sup> cf. DAVIS. *Op. cit.*, p. 180. *O caso isolado submetido ao estudo não é o grão de areia em que se resume o mundo, mas um fio de poder local que recebe influência e sinais de outros fios aos quais por sua vez envia as suas e de outros centros de poder institucionalizados.*

<sup>29</sup> Ibidem. p. 182. Amparada na abordagem polifônica bajktiniana Zemon Davis defende que os métodos históricos abarcam vários modos possíveis de ler ou de interpretar; cf. também ROSENAL. Construir o “macro” pelo “micro”: Fredrik Barth e a “microstória”. In: REVEL. *Jogos de Escalas*, p.151; 168.

procurando perceber as zonas de tensão e de encontro. Partir de “um fio de poder local que recebe influência e sinais de outros fios aos quais por sua vez envia as suas e de outros centros de poder institucionalizados”, pode resultar numa empresa fecunda<sup>30</sup>. Avançar no interior das Ordens Terceiras, ao nível particular dos irmãos confrontando as suas ações com as dos outros confrades, analisar a estrutura organizacional destas fraternidades de terceiros comparando-as entre si e remetendo ao contexto colonial para desta forma poder compreender a dinâmica que regia a vida destas associações leigas de carmelitas e franciscanos. Recuar em direção a campos mais amplos: o contexto da sociedade das Minas setecentistas e da sociedade europeia do século XVIII, aos sistemas simbólicos e às representações coletivas destas sociedades. Como estratégias metodológicas recorri às fontes manuscritas confrariais, a testamentos e inventários de irmãos terceiros que me permitiram trazer à tona a vida particular e cotidiana destes homens e mulheres, revelando as suas aspirações espirituais através de relacionamentos travados com outras Irmandades, através da posse de objetos de culto e imagens de santos, através da posse de livros devocionais... Busquei a literatura religiosa corrente entre os irmãos terceiros com o por objetivo me informar quanto às orientações religiosas que ela prescrevia. Outras fontes documentais às quais recorri foram os livros de registros das Ordens Terceiras onde era computada toda a movimentação institucional tanto no tocante ao temporal quanto no espiritual, particularmente os livros de receita e despesa onde se inscreviam por exemplo os gastos com festividades, missas, sufrágios, aquisição de objetos litúrgicos, os livros de compromissos onde estavam registradas as normas de convivência, deveres e direitos dos irmãos terceiros, os livros de termos e acórdãos que traziam, por exemplo, narrações minuciosas de festas em honra aos padroeiros e os livros de óbitos onde se faziam os registros de sufrágios pelos irmãos terceiros falecidos. As representações iconográficas reveladas pelas imagens impressas, esculpidas e pintadas que circulavam na capitania e em Portugal foram outra fonte de investigação a que recorri para verificar as representações construídas entre os irmãos terceiros acerca do modelo místico carmelita e franciscano e acerca do modelo padecente do Cristo uma vez que as imagens religiosas deveriam induzir a certos comportamentos e estimular novas construções simbólicas. Assim averigui a literatura e a arte religiosa de influência mística carmelita e franciscana que circulava em Portugal e na capitania das Minas Gerais entre os irmãos terceiros das respectivas congregações pois muitos dos que aqui se associaram às Ordens Terceiras provinham da corte portuguesa onde lá já haviam ingressado ou professado. Também as cartas pastorais dos Visitadores e diretores espirituais das congregações por ocasião das festividades religiosas e das inspeções que

---

<sup>30</sup> DAVIS. *Op. cit.*, p. 180.

periodicamente faziam os Comissários Gerais, que detinham a jurisdição sobre a conduta dos irmãos terceiros, foram fontes importantes para acessar a dinâmica que regia estas congregações.

Chartier me possibilitou pensar sobre os mecanismos de circulação e as estratégias de apreensão dos modelos de vida ascética entre os irmãos terceiros ao estabelecer que todas as formas de consumo cultural implicam outra produção em si mesmas, quer dizer, o deciframento comum de textos, de mensagens, de valores, de crenças e mesmo de uma visão de mundo identificável por seus motivos gerais em uma época ou sociedade, está sujeito à reapropriação, ao desvio, à desconfiança e à resistência. Este modelo também me permitiu pensar a circulação das imagens, ilustrações de livros, pinturas decorativas de igrejas e imaginária religiosa, entre os irmãos terceiros, enquanto objeto cultural que a imagem é<sup>31</sup>.

O que as imagens figuravam e como deveriam ser apreendidas por aqueles que as viam ? Como pensar uma imagem do Cristo crucificado num retábulo de uma igreja dos terceiros franciscanos, por exemplo? Como eu poderia pensar as relações entre os leitores e as ilustrações dos livros devocionais ? E as imagens imaginadas nos exercícios espirituais, como poderia entendê-las ?

A primeira referência a que recorri em vista destas questões foi Pierre Francastel, cujos estudos são de fundamental importância para se pensar a imagem em sua especificidade e sua relação dinâmica com a sociedade que a produz<sup>32</sup>. Dois aspectos presentes na obra de Francastel me interessaram. Em primeiro lugar ele afirma que o universo pictórico não possui sua lógica própria - como queria Wölfflin - mas participa da atividade humana. Assim ele entende a imagem como signo que deve ser analisado sob a sua dimensão semântica como constitutiva da cultura. Em segundo lugar, ele afirma que uma imagem não é nunca o substituto de outra coisa pois ela é em si mesma a coisa simultaneamente significante e significada<sup>33</sup>. As especificidades da imagem e da língua escrita não permitem que a primeira seja tomada apenas como ilustração de um texto, mesmo quando a imagem é executada para um texto mantendo com ele uma relação direta com seu sentido<sup>34</sup>. O texto evoca seus significados na sucessão temporal das palavras - seja qual for o modo pelo qual ele é lido

---

<sup>31</sup> Inclusive Chartier se mostra sensível à importância conferida ao texto pela sua materialidade. Ele afirma que as formas produzem sentido e que a transformação das formas através das quais um texto é apresentado, por exemplo, possibilita novas recepções, novos usos, determina novos públicos. A mudança da impressão tipográfica num texto investe esse mesmo texto de novas significações. cf. CHARTIER. O mundo como representação. In: *Estudos Avançados* 11(5), 1991, pp.186-187.

<sup>32</sup> FRANCASTEL. *A realidade figurativa*. 2.ed. Trad. Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: Perspectiva, 1993.

<sup>33</sup> Ibidem. p. 5.

<sup>34</sup> SCHMITT. El historiador y las imágenes. *Relaciones*. n.77, v.XX, p.26; FRANCASTEL. *Op. cit.*, p. 117-118.



(aqui me recordo do Menocchio de Ginzburg). A imagem organiza espacialmente a precipitação de um *pensamento figurativo* radicalmente diferente. Ainda que interajam com os discursos, as imagens possuem suas lógicas. A construção do espaço da imagem, a disposição de figuras entre elas nunca é neutra, expressam e produzem ao mesmo tempo uma classificação de valores, de hierarquias, de opções ideológicas. O ato de ver é concomitante com um conjunto de significações, de sentimentos, emoções, de articulações, de reapropriações e reelaborações (no sentido mesmo afirmado por Chartier). O ato de ver é construção constante entre aquele que olha e a imagem, é relação sempre dinâmica pautada por uma constante interação<sup>35</sup>. As imagens não correspondem simplesmente àquilo que a sociedade propõem, mas também as transformam<sup>36</sup>.

Dessa forma como defende Hubert Damisch ao analisar as imagens devemos levar em conta os desvios, as contradições que as obras trazem, sem diminuí-los, nem resolvê-los, mas integrando-os em sua ordem e dimensão próprias<sup>37</sup>.

Se a imagem não é simples transposição de um discurso, ela também não é a expressão de um significado cultural, religioso ou ideológico, como se este a precedesse e existisse fora da dita expressão. Pelo contrário, a imagem é a que a faz ser tal como a percebemos: presente em sua forma, em sua estrutura e em sua eficácia social. Portanto a análise de uma imagem passa pela análise de sua forma, de sua estrutura - que estabelece determinada relação entre os elementos que compõe a imagem - e é inseparável do estudo de suas funções. Como afirma Schmitt, ampliando as discussões já formuladas por Francastel, é necessário se pensar a *imago* como cultura<sup>38</sup>.

Alargando o problema, Le Goff lembra que há que se levar em conta o imaginário que a imagem torna presente<sup>39</sup>. Schmitt e Le Goff entendem que abarcar a totalidade da imagem implica pois em considerar também aquelas que englobam o universo das imagens mentais, oníricas e poéticas que, do mesmo modo que as imagens iconográficas, fazem parte do domínio do imaginário<sup>40</sup>. Para Le Goff, o imaginário pertence ao campo da representação mas a ultrapassa por não se conter à tradução literal da realidade percebida. O campo da representação não é estático e conformado apenas pela razão, mas é criador e poético pela

<sup>35</sup> DIDI-HUBERMAN. *O que vemos, o que nos olha*, p.216.

<sup>36</sup> SCHMITT. La culture de l'imago. *Annales. ESC.* n.1, vol.51, 1996, p.5.

<sup>37</sup> DAMISCH, Hubert. História da arte. In: LE GOFF (Org.) *A nova História*, p.77.

<sup>38</sup> SCHMITT. El historiador y las imágenes. *Relaciones.* n.77, v.XX, p.26; FRANCASTEL. *op. cit.*, p. 38.

<sup>39</sup> LE GOFF. *O Imaginário medieval*, p.16; Le Goff toma por imaginário o conjunto das representações, que são as traduções mentais de uma realidade exterior percebida, os símbolos, quando as imagens remetem para um sistema de valores subtendidos, e as imagens concretas que pertencem ao campo da iconografia.

<sup>40</sup> LE GOFF. *Op. cit.*, p. 16; SCHMITT. El historiador y las imágenes. *Relaciones.* n.77, v.XX, p.38.

ação da fantasia<sup>41</sup>. No sentido empregado por Le Goff, o imaginário, ou melhor, os imaginários são “construções sociais e portanto históricas e datadas que guardam suas especificidades e assumem configurações e sentidos diferentes ao longo do tempo e através do espaço”<sup>42</sup>. Há que se levar em conta a especificidade do objeto examinado pois “o imaginário do escrito não é o mesmo da palavra”<sup>43</sup>. Daí Le Goff insistir na necessidade de uma visão interdisciplinar por parte do historiador para tratar devidamente os documentos, pois no caso das imagens literárias e iconográficas as motivações, estruturas e finalidades são diversas dos documentos de arquivo privilegiados pela historiografia tradicional<sup>44</sup>.

A análise de uma imagem iconográfica deve levar em conta tanto os motivos iconográficos como as relações que constituem sua estrutura e caracterizam os modos de figuração própria de uma cultura e uma época. Tanto Francastel como Schmitt afirmam que não se pode separar o estudo das funções de uma imagem da análise de sua estrutura<sup>45</sup>. Ao invés de isolar e ler o conteúdo da imagem, sua análise deve buscar compreender a sua totalidade, abrangendo forma e função. As funções - aquilo para que servem as imagens - podem ser múltiplas, contraditórias, ambíguas e polivalentes. Atento a esta diversidade, Jérôme Baschet fala mesmo em modos de funcionamento concomitantes<sup>46</sup>.

Pensar a imagem como cultura requer portanto uma abordagem interdisciplinar que possa dar conta das suas múltiplas e indissociáveis dimensões. E acima de tudo considerá-la sempre como construção em constante movimento. Em termos metodológicos, é necessário entrecruzar as características formais das imagens, o estilo, a cronologia própria das tradições artísticas, suas funções culturais, litúrgicas e políticas e os contextos sociais e ideológicos de sua produção e recepção, e, como defende Schmitt, as relações dialéticas, ampliadas e problematizadas entre elas.

Resta esclarecer uma última dimensão evocada neste trabalho. O contexto social e cultural em que transitavam e atuavam os leigos filiados às Ordens Terceiras na capitania das Minas setecentistas. Para isto recorro a um conceito originalmente relacionado à arte

---

<sup>41</sup> LE GOFF. *Op. cit.*, p. 12.

<sup>42</sup> *Ibidem.* p.18; Ao defender o conceito de imaginário enquanto construção social, coletiva e histórica Le Goff remete ao campo da ciência, não tendo relação alguma com o irracional e o psicanalítico como ocorre com os arquétipos: *Suscitam-me reservas quando deslizam para o irracional e para o psicanalítico, dominado pela suspeita dos arquétipos. Os modelos do imaginário são do âmbito da ciência, enquanto que os arquétipos pertencem ao do pensamento mistificador.* *Ibidem.* p.15.

<sup>43</sup> *Ibidem.* p.13.

<sup>44</sup> *Ibidem.* p.14.

<sup>45</sup> SCHMITT. El historiador y las imágenes. *Relaciones.* n.77, v.XX, p.26; FRANCASTEL. *Op. cit.*, p. 35.

<sup>46</sup> BASCHET. Inventivité et sérialité des images médiévales. Pour une approche iconographique élargie. *Annales. ESC.* n.1,vol.51, 1996, p.106-107.

produzida nos séculos XVII e XVIII e que na verdade se refere a todo o universo cultural do período: o barroco.

A época em questão foi um tempo de fé encarnada em formas visíveis. O barroco foi o contexto por excelência de afirmação de figuras místicas como Santa Teresa e de São João da Cruz, de projeção do catolicismo contra-reformista e de afirmação da fé católica<sup>47</sup>. É nesse cenário que teve início no *seiscentos* europeu e adentrou na Colônia pelo século XVIII que as Ordens de irmãos terceiros franciscanos e carmelitas se projetaram nas Minas, edificando templos, conduzindo procissões, festas e enterros, celebrando missas, rituais da Semana Santa... O conceito antes usado para aludir ao estilo artístico que se produziu na Europa no século XVII, passou a ser usado por Maravall para dar conta da conjuntura histórica que venceu nesta época o Ocidente e que teria condicionado todos os aspectos da vida social neste período. A cultura barroca teria surgido numa sociedade em crise devido às oscilações na economia e ao retorno da estrutura aristocrática e dos vínculos de dependência e privilégios entre os diversos grupos que sustentavam a monarquia absoluta<sup>48</sup>. O barroco respondeu a uma tensão produzida pela desarticulação de comunidades rurais feudais na Europa, ao crescimento demográfico nas cidades, e ao dilaceramento de formas tradicionais de organização social. As tensões percebidas como estilo artístico são entendidas como a manifestação de sentimentos de instabilidade experimentados pelos indivíduos. As diversas manifestações culturais do barroco surgiram dentro do contexto das relações do poder político e religioso com as massas subjugadas. Nesse sentido, o espetáculo ganhou projeção tanto no âmbito da religião, com as procissões, as festas e as vias-sacras, como no campo político, com as entradas dos reis e príncipes, o teatro e a ópera. O barroco foi um fenômeno urbano que respondeu a uma cultura de massa: a cidade era o grande teatro a céu aberto onde tinham lugar as cerimônias públicas.

Ávila associou o barroco com o contexto de crise na unidade espiritual da Europa que culminou nos movimentos reformistas sedimentando lentamente um clima de instabilidade existencial que a linguagem artística denunciaria através das formas arrebatadas pela instabilidade e *reveladoras de inquietação*<sup>49</sup>. Essa crise que conduziu aos assombros formais barrocos se explicaria também pelas grandes transformações materiais e filosóficas

---

<sup>47</sup> Em relação ao barroco como terreno fértil para a produção de experiências místicas entre mulheres, ver respeito o estudo de Margareth de Almeida Gonçalves, *Império da Fé: andarilhas da alma na era barroca*, onde a historiadora narra a trajetória de duas religiosas carmelitas que fundaram conventos nas colônias portuguesas do Rio de Janeiro e de Goa.

<sup>48</sup> MARAVALL. *A cultura do barroco: análise de uma estrutura histórica*. São Paulo: EDUSP, 1997.

<sup>49</sup> ÁVILA. *O lúdico e as projeções do mundo barroco I*; Idem. *O lúdico e as projeções do mundo barroco II*.

que repercutiram no cotidiano das pessoas. A descoberta do Novo Mundo e a expansão mercantilista que colocaram culturas diversas em contato, as reformas protestante e católica e a inquisição foram fatores que geraram um ambiente específico marcado pela dissolução de certezas, pela instabilidade, pela tensão e pelo paradoxo. O homem barroco era um homem agônico, perplexo e dilacerado entre a modernidade e o religiosismo medieval reforçado pela Igreja tridentina, entre a consciência de mundo novo revelado pelas grandes navegações e as idéias do humanismo e os dogmas religiosos católicos.

Ávila vê então o barroco como um estilo, um modo de expressão desse contexto histórico, como a resposta à necessidade de registrar formalmente a angústia existencial que perpassou o homem e a sociedade no século XVII na Europa e se arrastou na colônia da América portuguesa até o XVIII<sup>50</sup>. Nesse sentido, o contexto barroco é essencialmente visual. O barroco teria se forjado num contexto europeu de catolicismo pós-tridentino, aristocrático e místico, mas as suas prolongações no continente americano foram seu esteio pois foi a expansão colonial ibérica que garantiu a difusão do catolicismo<sup>51</sup>. O barroco europeu transposto para as colônias na América através do projeto colonizador português se remodelou em função dos encontros e choques culturais dos diferentes grupos étnicos confrontados pelo contexto colonizador.

Ávila identificou como elementos estruturantes da linguagem barroca a ênfase visual, o sensorial, o persuasório e o lúdico<sup>52</sup>. A ludicidade seria a estratégia usada pelos indivíduos mediante as pressões ideológicas e sociais, uma rebelião através do jogo que venceu tanto o campo das artes plásticas quanto o campo das sociabilidades. Enquanto expressão apropriada pelo projeto contra-reformista, o barroco joga com a retórica plástica, através da interpenetração das diferentes formas artísticas, com a fusão de recursos próprios a cada uma delas como estratégia de persuasão, de “instrumento destinado a realçar e infundir, através da imagem plástica ou metáfora literária, a propensão religiosa, o sentimento piedoso, a consciência místico-existencial da efemeridade do mundo”<sup>53</sup>.

As Ordens Terceiras, assim como as Irmandades, foram associações religiosas de leigos que tiveram papel fundamental na sociedade mineira setecentista, onde o espiritual e o temporal se imiscuíam. A associação entre indivíduos que compartilhavam expectativas

<sup>50</sup> Idem. *O lúdico e as projeções do mundo barroco II*, p.41.

<sup>51</sup> Weisbach foi o primeiro a formular as relações entre barroco e contra-reforma. Para o autor toda obra de arte pode ser considerada uma representação intuitiva de categorias diversas de uma cultura, em decorrência de diversas motivações religiosas e estéticas. No caso o barroco contaminou-se pela emoção religiosa da Contra-reforma tornando-se veículo de sua expressão.

<sup>52</sup> ÁVILA. *O lúdico e as projeções do mundo barroco I*, p.14.

<sup>53</sup> Idem. *O lúdico e as projeções do mundo barroco II*, p.171; cf também a respeito SANT'ANNA. *Barroco: do quadrado à elipse*, p. 217-223.

afetivas, materiais e espirituais em torno de uma mesma devoção religiosa é que garantia a seus membros socorro nos momentos de doença, ruína financeira, de desgraça pessoal ou familiar como prisão ou viuvez, reconhecimento social, amparo espiritual através da prestação dos devidos cuidados necessários nos últimos momentos de vida, após a morte, garantindo o sepultamento digno no interior de uma igreja, e, assegurando, através de sufrágios, a rápida passagem da alma pelo purgatório em direção ao paraíso<sup>54</sup>.

Na capitania das Minas, a atuação leiga no âmbito da religião foi favorecida pela fusão entre Igreja e Estado instituída pelo Padroado<sup>55</sup>. Além de se mostrar pouco habilitado a tratar dos assuntos da alma, a subvenção do clero pela Coroa fez com que a grande maioria dos prelados assumisse seu papel de agentes do Estado Monárquico, muitas vezes em detrimento de suas obrigações espirituais, inclusive omitindo-se em relação às injustiças promovidas pelo sistema colonizador como a escravidão<sup>56</sup>. Às associações religiosas couberam, portanto, a manutenção dos diversos encargos dos ofícios religiosos, a construção de templos e a propagação devocional através do culto não sacramental como terços, novenas, ladainhas e rezas próprias<sup>57</sup>.

Ao contrário das Irmandades de leigos, que podiam ser eretas por qualquer cristão que assim o desejasse, a permissão para instituir ordens terceiras era privilégio apenas dos Visitadores das Ordens ou de Terceiros dissidentes devendo receber aprovação pelo Provincial da Ordem na Colônia cuja autoridade era delegada pela Santa Sé em Roma<sup>58</sup>.

---

<sup>54</sup> BOSCHI. *Op. cit.*; FURTADO. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes - o outro lado do mito*; CAMPOS. Irmandades mineiras e missas. In: *Varia Historia*. Belo Horizonte: Departamento de História da FAFICH / UFMG. n. 16, p.66-76, set. 1996.

PAZ. *Uma corporação religiosa vida e obra da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo, da Vila de São João del Rei*; SALES. *Associações religiosas no ciclo do ouro*, p.43

<sup>55</sup> O padroado foi uma instituição tipicamente ibérica. Pode ser definido como um conjunto de direitos, deveres e privilégios, concedidos pelo papa, enquanto representante de Deus na terra, aos reis portugueses que tornavam-se *administradores plenipotenciários* dos territórios recém-descobertos, para neles implantarem a fé cristã. Em decorrência desta doação divina aos suseranos de Deus, os reis lusos acumulavam as funções de chefe de Estado e da Igreja nas terras da Ásia, África e América. Mediante essa titulação, a coroa lusitana podia criar novas dioceses e indicar os bispos e vigários, cabendo a última aprovação ao papa, mas na prática, *todo o eclesiástico secular da mais baixa a mais alta categoria só seriam providos com o consentimento do monarca*. À coroa cabia também arbitrar os litúrgios no seio da esfera eclesiástica e entre a esfera eclesiástica e a civil assim como cobrar o dízimo eclesiástico que era incorporado ao Erário Régio. Em contrapartida, os reis tinham o dever de prover as missões dos eclesiásticos seculares e regulares, construir e manter os templos religiosos provendo-os dos materiais necessários para a execução do culto religioso. Essa fusão entre Estado e Igreja resultou, por um lado, numa sacralização da figura do monarca português, visto como benfeitor e protetor do povo de Deus aqui na terra, e, por outro, impingindo às atividades no campo religioso conotação secular. *Dentro desse contexto os membros do clero secular que atuavam na América eram "funcionários" da Coroa*. A história do catolicismo no Brasil está atrelada ao regime do padroado, uma vez que ele regulou toda a vida religiosa da colônia brasileira até o final do século XIX. cf.a respeito AZZI. *Op. cit.*, p. 33; 46-48; BOSCHI. *Op. cit.*

<sup>56</sup> BOSCHI. *Op. cit.*, p. 63-64;85; AZZI. *Op. cit.*, p., p.179.

<sup>57</sup> AZZI. *Op. cit.*, p. 171.

<sup>58</sup> BOSCHI. *Op. cit.*, p. 23.

Na capitania das Minas, essa condição fez com que, não raro, os irmãos terceiros entrassem em conflitos de jurisdição com o cabido de Mariana e com as demais associações religiosas<sup>59</sup>. Essa filiação possibilitava aos irmãos terceiros seculares gozarem de numerosas graças e indulgências concedidas por Roma às Ordens Primeiras. A proibição de instalação de casas próprias de congregações de religiosos das Ordens Primeiras na capitania das Minas não foi rigorosamente observada, pois não coibiu totalmente a presença de religiosos no território<sup>60</sup>. Ainda que a Coroa procurasse firmar a prescrição legal que subordinava o clero regular à autoridade régia e aos bispos diocesanos, tanto os regulares quanto as Ordens Terceiras insistiam em afirmar sua obediência direta somente aos Gerais do Carmo, em Roma, e de São Francisco, em Castela, o que gerou inúmeros atritos entre as partes<sup>61</sup>.

A admissão numa Ordem Terceira era extremamente mais seletiva que nas Irmandades, tanto no que respeita aos requisitos para a candidatura quanto ao processo de sindicância, para não mencionar o ritual de profissão. Na capitania das Minas Gerais elas foram constituídas formalmente somente a partir do momento em que a sociedade local se consolidou e se estratificou. As Ordens Terceiras do Carmo foram eretas na vila de São João del Rei em 1749, na cidade de Mariana, antes de 1751; em Vila Rica em 1752; no Tejuco em 1758 e a de Sabará em 1761<sup>62</sup>. As Ordens Terceiras de São Francisco foram instituídas em Vila Rica em 1745, na cidade de Mariana em 1748, na vila de São João del Rei em 1740.

Em geral, as congregações de irmãos terceiros surgiam inicialmente dentro da igreja paroquial, estabelecendo-se em altar próprio ou em nicho emprestado onde era colocada a imagem do orago. Posteriormente os irmãos tratavam de edificar templo próprio<sup>63</sup>.

No século XVIII, os indivíduos se associavam em organizações fraternais irmanados por um sentimento de identificação entre seus membros seja na condição social, profissional

---

<sup>59</sup> CAMPOS. As Ordens Terceiras de São Francisco da Penitência nas Minas Coloniais: cultura artística e Procissão de Cinzas. *Revista Imagem Brasileira*. Belo Horizonte: Centro de Estudos da Imaginária Brasileira/EBA/UFGM. n.1, p. 193-202, 2001; Cultura artística e calendário festivo no barroco luso-brasileiro: as Ordens Terceiras do Carmo. *Revista Imagem Brasileira*. Belo Horizonte: Centro de Estudos da Imaginária Brasileira/EBA/UFGM. n.2, p.99-109, 2003.

<sup>60</sup> BOSCHI. *Op. cit.*, p. 82-84; ROWER. *A contribuição franciscana na formação religiosa da capitania de Minas Gerais*, p.974.

<sup>61</sup> BOSCHI. *Op. cit.*, p. 81-82.

<sup>62</sup> *Ibidem*. p.214-224; As Ordens Terceiras que se estabeleceram na Comarca de Vila Rica e na Comarca do Rio das Mortes. A divisão administrativa da capitania das Minas no século XVIII abrangia a Comarca de Vila Rica que era composta de Vila Rica e Mariana, a Comarca do Rio das Velhas, termos de Paracatu, São Romão e Papagaio, a Comarca do Rio das Mortes termo de Vila de São João del-Rei, Vila de São José del-Rei e julgado de Campanha do Rio Verde, Aiuroca, Sapucaí, Jacuí e Itajubá, e a Comarca do Serro Frio termo de Vila do Príncipe e julgado do Tejuco e Minas Novas e julgado da Barra do Rio das Velhas.

<sup>63</sup> Além de se concentrarem em igrejas e em localidade sede as Ordens Terceiras constituíram uma extensa jurisdição se subdividindo em presídias espalhadas por toda a extensão da Capitania. Às vezes estas filiais eram instaladas de acordo com a subdivisão político-administrativa das vilas, isto é, uma presídia para cada bairro existente no interior das vilas, como a Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Vila Rica. De tempos em tempos as presídias eram visitadas pelo cobrador da Ordem. cf. BOSCHI. *Op. cit.*, p. 34.

ou espiritual<sup>64</sup>. As confrarias religiosas de leigos formadas na capitania das Minas tiveram forte atuação enquanto vias institucionais que defendiam os interesses de seus associados como mostrou o estudo realizado por Boschi<sup>65</sup>. Transpareciam nessas organizações leigas de amparo mútuo e de devoção as hierarquias sociais firmadas sob o critério racial e econômico. Deste modo haviam as irmandades de negros, como as de Nossa Senhora do Rosário, de São Benedito ou de Santa Efigênia, as de brancos, as do Santíssimo Sacramento ou as das Ordens Terceiras<sup>66</sup>, aquelas que agregavam a gente parda como a Irmandade de São José, ou que aceitavam em seus quadros pessoas de quaisquer condições sociais como a Arquiconfraria do Cordão de São Francisco<sup>67</sup>. Ser membro de uma ou mais Ordens Terceiras significava ter acesso ao interior da nata da sociedade e trânsito facilitado nela<sup>68</sup>. Significava imediata obtenção de privilégios, graças e indulgências, significava estar mais próximo do poder e ter a sua proteção, condição fundamental numa sociedade baseada na hierarquia e na nobreza de nascimento<sup>69</sup>. As Irmandades do Santíssimo Sacramento, do Senhor dos Passos assim como as Ordens Terceiras ao congregarem os *homens bons* da terra, isto é, aqueles que detinham poder, dinheiro e honra, se mostravam vias importantes de ascensão social<sup>70</sup>. Em seus estatutos esta distinção era evidenciada pela exclusão de negros, mulatos e de outros quaisquer indivíduos que não professassem o catolicismo. Também representava uma proximidade maior com o sagrado uma vez que a observância aos rituais era bastante louvada nestas associações religiosas: seguiam um calendário religioso rigoroso que abarcava, além das festividades em honra aos santos mais importantes e aos padroeiros, intensa participação nas solenidades da Semana Santa e nos ritos quaresmais, organizações de vias-sacras, regulares práticas espirituais, preparação espiritual através do Noviciado que culminava em solene cerimônia de profissão quando então o candidato era finalmente agregado ao quadro de irmãos das Ordens Terceiras. Também o ingresso de candidatos estava condicionado a uma rigorosa investigação requisitada pela Ordem das qualidades e condutas dos pretendentes no tocante aos preceitos cristãos.

Entretanto estudos mais recentes mostram que a porosidade e a mobilidade cultural que marcaram a formação da capitania e se intensificou com a sua rápida urbanização ao longo da segunda metade do século XVIII, acabavam por diluir às vezes essas barreiras.

---

<sup>64</sup> Ibidem. p. 152.

<sup>65</sup> Ibidem. p. 150-160.

<sup>66</sup> SALES. *Op. cit.*, p. 45; 113.

<sup>67</sup> BOSCHI. *Op. cit.*, p. 18.

<sup>68</sup> FURTADO. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes - o outro lado do mito*, p. 170; 178-181.

<sup>69</sup> BOSCHI. *Op. cit.*, p. 19-20; FURTADO. *Op. cit.*, p. 33.

<sup>70</sup> FURTADO. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*, p. 51.

Dessa forma em 1782 a Ordem Terceira do Carmo do Tejuco aceitava em seu quadro cinco escravos e quatro crioulas, pessoas de cor livres, libertas e mesmo cativas<sup>71</sup>. Reafirma-se aqui o conceito de sociedade fragmentada e aberta proposto por Fredrik Barth, no mesmo sentido afirmado por Chartier, Zemon Davis e Revel: “fragmentada porque os atores envolvidos nas interações são personas diferentes e portanto agirem conforme seus recursos e orientações valorativas: suas ações resultam de escolhas e de estratégias próprias o que confere à interação certo grau de tensão e, neste sentido, de incerteza ou de imprevisibilidade”<sup>72</sup>. Este conceito me permite pensar que o desejo de ingressar nas Ordens Terceiras era fundado tanto na busca de *status* na sociedade colonial, como muitas vezes também era motivado apenas pelo desejo de um aprimoramento espiritual. Outros trabalhos sobre as Ordens Terceiras na colônia portuguesa na América demonstraram que na realidade muitas vezes a caridade e a vida ascética eram deixadas de lado por essas associações religiosas em detrimento de uma preocupação maior com a provisão material delas mesmas<sup>73</sup>. Como justificar essa conduta perante o modelo ideal de vida caritativa que constituía o princípio de existência das próprias ordens franciscana e carmelita e suas congêneres leigas ? Penso que a realidade é menos homogênea do que aparenta e que as fraturas podem revelar novas respostas.

A maior parte dos nossos historiadores têm olhado para as Ordens Terceiras na Colônia portuguesa da América, em consonância com os interesses historiográficos vigentes. Desta forma os primeiros trabalhos dedicados às Ordens Terceiras estabelecidas na Colônia foram realizados sob o patrocínio do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN - criado em 1937, com o objetivo de proteger o patrimônio cultural do Brasil<sup>74</sup>, como os estudos clássicos de Zoroastro Viana Passos que consagrou um dos primeiros estudos à igreja da Ordem Terceira do Carmo de Sabará, detendo-se especialmente no acervo artístico deste templo e o de Francisco Antonio Lopes que escreveu sobre a construção da igreja do Carmo de Vila Rica. Também deve ser ressaltado o importante trabalho de Marieta Alves, publicado em 1948 pelo SPHAN, dedicado à história da Ordem Terceira Franciscana da Bahia, onde a autora, assim como os outros estudiosos acima mencionados, privilegiou a

---

<sup>71</sup> FURTADO. *Op. cit.*, p.179; cf. também PAIVA. *Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

<sup>72</sup> LEVI. Comportamentos, recursos, processos: antes da “revolução” do consumo. In: REVEL. *Jogos de escalas*, p. 220.

<sup>73</sup> Cf. os trabalhos de MARTINS. *Membros do Corpo Místico: Ordens Terceiras no Rio de Janeiro (1700 - 1822)* e CAMPOS. *As Ordens Terceiras de São Francisco da Penitência nas Minas Coloniais: cultura artística e Procissão de Cinzas*. *Revista Imagem Brasileira*. Belo Horizonte: Centro de Estudos da Imaginária Brasileira/EBA/UFMG. n.1, p. 193-202; *Cultura artística e calendário festivo no barroco luso-brasileiro: as ordens terceiras do Carmo*. *Revista Imagem Brasileira*. Belo Horizonte: Centro de Estudos da Imaginária Brasileira/EBA/UFMG. n.2, p.99-109.

<sup>74</sup> MARTINS. *Membros do Corpo Místico: ordens terceiras no Rio de Janeiro (c.1700-1822)*, p.1-3.



história da construção da capela e levantamento dos inventários de alfaias e ornamentos destinados ao culto divino, relegando a um “plano muito secundário as práticas assistenciais, funerárias e devocionais”<sup>75</sup>. Le Goff ajuda a compreender melhor a situação lembrando que “o passado depende parcialmente do presente. Toda a história é bem contemporânea, na medida em que o passado é apreendido no presente e responde, portanto, a seus interesses, o que não é só inevitável como legítimo”<sup>76</sup>. Lucien Febvre também assinalava que “a história recolhe sistematicamente, classificando e agrupando os fatos passados, em função das suas necessidades atuais”<sup>77</sup>. A reabilitação do passado artístico do país - objetivo ao qual estes estudos em torno das Ordens Terceiras são vinculados - e a reivindicação de uma cultura autêntica brasileira - é simultânea e coerente com o objetivo maior do movimento modernista de firmar uma consciência crítica nacional. O patrimônio participava do projeto de construção nacional enquanto via de acesso ao passado e ao futuro. Por esta razão deveria ser preservado. Evidente que aos olhos da nossa contemporaneidade esse projeto ofereça as suas limitações - que não caberia trazer à tona aqui sob o risco de me desviar da discussão central. Afinal, não se tratava de exaltar a história, mas de demarcar o passado a ser recuperado, o passado que deveria ter direito à visibilidade e à perpetuidade<sup>78</sup>. Á época colonial, e em particular as cidades históricas mineiras, foram atribuídas uma ancestralidade em débito com a matriz portuguesa mas que resultou no universo singular da cultura brasileira<sup>79</sup>. É ainda embebidos por este sentimento que se inscrevem tanto a obra do cônego Raimundo Trindade, *São Francisco de Assis de Ouro Preto*<sup>80</sup>, cuja primeira edição é de 1951, quanto o trabalho de Fr. Adalberto Ortman, acerca da Ordem Terceira franciscana de São Paulo<sup>81</sup>. Se as mudanças ocorridas na historiografia nos têm permitido vislumbrar novos horizontes em torno das Irmandades e Ordens Terceiras na Colônia, e até perceber nestes estudos clássicos algumas simplificações de ordem metodológica, conceitual e mesmo uma limitação quanto ao uso de fontes documentais - quase sempre resultando na transcrição da documentação disponível nas

---

<sup>75</sup> Ibidem. p.2.

<sup>76</sup> LE GOFF. *História e memória*, p.51.

<sup>77</sup> Ibidem. p.26.

<sup>78</sup> JULIÃO. Apontamentos sobre a história do museu. *Caderno de Diretrizes Museológicas*. p. 24.

<sup>79</sup> ANDRADE, Rodrigo Mello Franco de. Palestra proferida em Ouro Preto, a 1-7-68 durante a solenidade de comemoração do 257º aniversário da elevação à categoria de Vila. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.17. Ministério da Educação e Cultura. Rio de Janeiro, 1969, p.13; cf. também ANDRADE, Mário de. *Cartas de trabalho: correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade, 1936-1945*. Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Fundação Pró-Memória. Brasília, 1981.

<sup>80</sup> TRINDADE, Cônego Raimundo. *São Francisco de Assis de Ouro Preto*. 2.ed.: São Paulo: SPHAN, 1958; id. *Instituições de Igrejas no Bispado de Mariana*. (Col. Publicações 13). Rio de Janeiro: MEC/SPHAN, 1945.

<sup>81</sup> ORTMANN, Adalberto, Fr. *História da antiga capela da Ordem Terceira da Penitência de São Francisco em São Paulo*. (Col.Publicações, 16). Rio de Janeiro: MEC/DPHAN, 1951.

paróquias e associações religiosas - porquê resgatar a história perdida era o objetivo maior - não podemos omitir a importância deles para pesquisas vindouras. Com Fritz Teixeira de Salles o estudo das confrarias religiosas leigas se voltou para as relações sociais que conduziam a dinâmica destas associações. Sua obra *Associações religiosas do ciclo do ouro*, publicada em 1976, sobre as confrarias religiosas leigas mineiras do século XVIII, é referência obrigatória para aqueles que se aventuram a investigar o universo do catolicismo na colônia<sup>82</sup>.

Cabe lembrar ainda as pesquisas empreendidas ao final da década de setenta por Francisco Curt Lange, Affonso Ávila, Lourival Gomes Machado, Joaquim Furtado de Menezes e Ivo Porto de Menezes, que apesar de não terem se ocupado especificamente das ordens terceiras, trataram de aspectos particulares que envolviam estas e outras associações religiosas no período colonial e que continuam a servir de referência para novas investigações, dada a qualidade das análises realizadas por estes estudiosos e do rico material documental que seus trabalhos trazem, muitos dos quais perdidos em incêndios, roubados ou destruídos pela ação inexorável do tempo<sup>83</sup>.

A meu ver a questão central que distingue estes trabalhos é *quando* a religiosidade e a espiritualidade ganham *status* de objeto de estudo viável no campo historiográfico, *quando* as Ordens Terceiras deixam de ser analisadas do ponto de vista de uma história institucional, econômica, política ou enquanto espaço arquitetônico e artístico desvinculado do sentido religioso. *Quando* as crenças, os rituais, os significados dos objetos materiais passam a ser estudados? Laura de Mello e Souza lembra que *o interesse pelas religiosidades vem, às vezes, mais a reboque do interesse pela vida cotidiana*<sup>84</sup>. Nesse sentido, a influência da antropologia no campo da história foi fundamental no sentido de descortinar novos caminhos e recortes temáticos como a feitiçaria, a inquisição e as crenças. As transformações metodológicas e conceituais que atravessaram a historiografia brasileira a partir da década de 80, sob a influência dos *Annales*, e da historiografia inglesa e italiana, alavancaram inúmeros

---

<sup>82</sup> SALLES. *Vila Rica do Pilar*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1965.

<sup>83</sup> Para estas questões verificar LANGE, Francisco Curt. *História da música nas irmandades de Vila Rica: freguesia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1979; ÁVILA, Affonso. *O lúdico e as projeções do mundo barroco II: áurea idade da áurea terra*. 3 ed. rev. aum. São Paulo: Perspectiva, 1994; id. *O lúdico e as projeções do mundo barroco I: uma linguagem a dos cortes, uma consciência a dos lucos*. 3 ed. ver. aum. São Paulo: Perspectiva, 1994; id. *Barroco: teoria e análise*. São Paulo: Perspectiva, 1997; id. *Iniciação ao barroco mineiro*. São Paulo: Nobel, 1984; MACHADO, Lourival Gomes. *Barroco Mineiro*. São Paulo: Perspectiva, 1969; MENEZES, Ivo Porto de. *Manoel da Costa Athaide*. Edições Arquitetura, n.1. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1965; MENEZES, Joaquim Furtado de. *Igrejas e irmandades de Ouro Preto*. Belo Horizonte: IEPHA – MG, 1975.

<sup>84</sup> As religiosidades como objeto da historiografia brasileira - Entrevista de Ronaldo Vainfas com Laura de Mello e Souza. *Tempo*. Rio de Janeiro, v. 6, n.11, 2001, p.251-254.

trabalhos em torno destes novos temas<sup>85</sup>. Em 1986, Laura de Mello e Souza com o livro *Diabo e a terra de Santa Cruz*, aborda a feitiçaria e as práticas mágicas na colônia a partir de documentos inquisitoriais se aventurando pelas formas heréticas de religiosidade que até então pouco haviam despertado o interesse dos historiadores: as mandingas, os calundus, os sabás<sup>86</sup>. A preocupação com o sincretismo religioso fez com que a autora retomasse o tema em *Inferno Atlântico* quase 10 anos depois<sup>87</sup>.

Em contrapartida, ainda em meados da década de oitenta, as expressões de catolicismo na colônia ganharam espaço. Fortemente influenciada pela leitura da obra de Vovelle e as *mentalidades*, os primeiros estudos de Adalgisa Campos denotam uma preocupação com as manifestações de religiosidade católica na Colônia atadas ao universo barroco da contra-reforma e do absolutismo monárquico. Sua atenção se volta para temas como missas, exéquias, testamentos, sufrágios, cerimônias litúrgicas, a *boa morte*, o purgatório e as Irmandades mineiras, sob um enfoque interdisciplinar, transitando entre a história da arte e uma história social. Nos trabalhos mais recentes em que a historiadora se ocupou das Ordens Terceiras franciscanas e carmelitas na capitania das Minas, nota-se uma inclinação maior pelas manifestações artísticas promovidas por estas fraternidades de irmãos terceiros. Assim ela propõe um resgate do valor das cerimônias da Semana Santa e da Quaresma nos séculos XVIII e XIX na América Portuguesa promovidas por estas associações religiosas enquanto motivadoras de uma produção artístico-cultural. Sua preocupação está em inventariar os rituais alusivos à Semana Santa registrados nos documentos legados pelas fraternidades de terceiros, na catalogação iconográfica e estilística e na preservação do acervo artístico - pinturas, esculturas e retábulos de igrejas - oriundo das manifestações religiosas em torno da Paixão de Cristo no período colonial. Observa-se na autora uma preocupação didática em elencar os rituais das Ordens Terceiras na quaresma e na Semana Santa inventariados na documentação destas associações, mas a historiadora não faz uma análise mais profunda destes dados e nem avança em articulações mais profundas com outras fontes o que limita o este seu trabalho. Ao focar os rituais litúrgicos católicos rememorativos da Paixão de Cristo na capitania, ela se utiliza da comparação entre a documentação das Ordens Terceiras o que lhe permite perceber mudanças na ritualística no tempo longo dos séculos XVIII e XIX, entretanto ao se referir às mesmas celebrações realizadas na atualidade pelas

---

<sup>85</sup> FURTADO. *Historiografia Mineira: tendências e contrastes*. *Varia Historia*, v.20, p.48-53.

<sup>86</sup> SOUZA. *O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. 7 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

<sup>87</sup> Idem. *Inferno Atlântico: demonologia e colonização – séculos XVI-XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

mesmas confrarias religiosas, a historiadora parece negar aquela dinâmica inerente aos processos culturais ao afirmar por exemplo: “Tomando os ritos quaresmais e do próprio culto santoral em conjunto, São João del Rei foi a localidade mais perseverante em suas tradições, conservando-se indiferente à Reforma litúrgica da Semana Santa de meados do século XX...”<sup>88</sup>; “...São João permaneceu mais alheia à catequese moderna, conseguindo a convivência positiva entre o novo e o tradicional, diferentemente de Mariana e Diamantina, dominadas na década de 90 por uma visão mais pragmática em relação ao catolicismo, com forte deslocamento para o social”<sup>89</sup>.

Entretanto, esse deslizamento não compromete o mérito dos estudos de Campos. Importante pesquisadora da religiosidade católica na Capitania das Minas enquanto domínio cultural, diverso daqueles estudos que se ocupam da relação entre dominados e dominantes ou presos a uma história da Igreja, a historiadora tem impulsionado novas reflexões em torno deste tema. Rosana Figueiredo Ângelo em sua dissertação de mestrado, por exemplo, examinou os rituais festivos da Semana Santa entre os Terceiros Carmelitas de Sabará, dando prosseguimento, sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Adalgisa Campos, à temática focada por esta historiadora em seus trabalhos já mencionados<sup>90</sup>.

Ao final da década de 90, a religiosidade passou a ser objeto de inúmeras pesquisas que apesar de não contemplarem especificamente as Ordens Terceiras, têm oferecido subsídios para se pensar a questão das crenças e da vivência do catolicismo na Colônia. As expressões de religiosidade como as celebrações religiosas ganharam projeção em inúmeros trabalhos. Pensar a dimensão simbólica da festa religiosa - a celebração de *Corpus Christi* - no contexto político do Estado Monárquico português foi o objeto da tese de doutorado de Beatriz Catão, estudo precioso pela qualidade da pesquisa documental e pelo rigor metodológico<sup>91</sup>. A estreita ligação entre a religião e o poder temporal no Antigo Regime e foi mostrado através da análise das relações sociais e simbólicas travadas em torno da festa do

---

<sup>88</sup> CAMPOS. Cultura artística e calendário festivo no barroco luso-brasileiro: as ordens terceiras do Carmo. *Revista Imagem Brasileira*. Belo Horizonte: Centro de Estudos da Imaginária Brasileira/EBA/UFMG. n.2, p.105.

<sup>89</sup> Idem. Aspectos da Semana Santa através do estudo das Irmandades do Santíssimo Sacramento: cultura artística e solenidades (Minas Gerais séculos XVIII ao XX). *Barroco*. n.19. Edição comemorativa dos 35 anos de sua fundação. Belo Horizonte: Centro de Pesquisas do Barroco mineiro, p.84-85.

<sup>90</sup> ÂNGELO. *A venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo de Sabará: pompa barroca, manifestações artísticas e as cerimônias da Semana Santa (XVIII a meados do XIX)*. 1999. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais; id. Os carmelitas de Sabará e as solenidades da Semana Santa – séculos XVIII-XIX. In: *Mneme Revista de Humanidades. I Dossiê História colonial: conceitos e estudos de sociedade e cultura*. Caiaçó: Departamento de História da UFRN, v.7, n.16, jun/jul. 2005, p.197-228.

<sup>91</sup> SANTOS. *O corpo de Deus na América: a festa de Corpus Christi nas cidades da América Portuguesa - século XVIII*. São Paulo: Annablume, 2005.

Corpo de Deus. Outro trabalho de grande importância pela forma como é articulado o tema, Sérgio Chahon se voltou para outra celebração religiosa, a eucaristia, vista enquanto espaço de lutas simbólicas e sociais entre leigos e religiosos na colônia<sup>92</sup>. Em sua tese o autor examinou as estratégias de participação dos fiéis na celebração eucarística.

Leila Mezan Algranti ao se debruçar sobre os conventos femininos para investigar a vida de mulheres enclausuradas fez emergir o universo da literatura religiosa que circulava na América portuguesa entre os séculos XVIII e XIX<sup>93</sup>. Os estudos realizados pela historiadora são apurados trazendo análises bem articuladas com fontes diversas e uma profunda investigação em arquivos brasileiros e portugueses, descortinando um recorte temático bastante promissor. Em *as andarilhas da alma na era barroca*, Margareth de Almeida Gonçalves nos oferece um trabalho notável<sup>94</sup>. Para adentrar no universo místico de duas freiras carmelitanas que viveram em extremos do império colonizador português, Goa e Brasil, a historiadora construiu o seu trabalho calcado na sensibilidade antropológica e no rigor do trabalho historiográfico. O próprio objeto do seu estudo, o *Império da fé*, a mística e a crença, demanda por si mesmo uma abordagem historiográfica interdisciplinar que a autora adota com segurança, fazendo de sua obra uma referência importante para novos estudos no campo da história. O desejo alimentado por muitos homens e mulheres, que viviam na colônia e em Portugal, de abraçar o ideal de vida religiosa contemplativa que levasse a uma experiência mística têm despertado também o interesse de Célia Borges<sup>95</sup>.

O trabalho de William Martins tem o mérito de expandir as reflexões em torno das Ordens Terceiras carmelitas e franciscanas na cidade do Rio de Janeiro ao abordar em sua tese de doutorado as relações entre estas e os prelados regulares aos quais essas associações de leigos eram subordinados, formando um *corpo místico*, imagem recorrente no seio das Ordens Mendicantes desde a Idade Média<sup>96</sup>. Longe de conduzir o trabalho por um viés puramente social, ele estreita os aspectos institucionais e religiosos. Um trabalho empírico intenso nos arquivos e o entrecruzamento dos documentos das Ordens Terceiras com fontes de natureza

---

<sup>92</sup> CHAHON. *Os convidados para a Ceia do Senhor: as missas e a vivência leiga do catolicismo na cidade do Rio de Janeiro e arredores (1750-1820)*. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

<sup>93</sup> ALGRANTI. *Livros de devoção, atos de censura: ensaios de história do livro e da leitura na América portuguesa (1750-1821)*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2004; id. *Honradas e devotas: mulheres da colônia: condição feminina nos conventos e recolhimentos da sudeste do Brasil, 1750-1822*. 2.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.

<sup>94</sup> GONÇALVES. *Império da fé: andarilhas da alma na época barroca*. Rio de Janeiro: Rocco, 2005.

<sup>95</sup> BORGES.(Coord.). *Narrativas e imagens religiosas: os eremitas no imaginário coletivo na Península Ibérica - séculos XVI e XVII*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006.

<sup>96</sup> MARTINS, William de Souza. *Membros do Corpo Místico: ordens terceiras no Rio de Janeiro (c.1700-1822)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

diversa - literatura religiosa - são aspectos que merecem ser ressaltados neste estudo. O trabalho de Martins abre deste modo a possibilidade de pensar em novos prismas através dos quais se olhar as Ordens Terceiras: os diversos níveis de articulações dentro do espaço de sociabilidades.

Por fim, quero ainda lembrar três obras de fundamental importância para se pensar a relevância que alguns temas têm alcançado na historiografia brasileira nos últimos tempos, particularmente a religiosidade. Tratam-se da *Historia da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*, publicada em 1997, do *Dicionário do Brasil colonial*, organizado por Ronaldo Vainfas, lançado no mercado editorial em 2000, e o *Dicionário Histórico das Minas Gerais - período colonial*, projeto idealizado por professores do departamento de história da Universidade Federal de Minas Gerais e publicado em 2003<sup>97</sup>. Nestas duas últimas, a religiosidade ganha espaço recortada em diversos verbetes escolhidos segundo seu grau de relevância para a compreensão do contexto histórico em pauta - o período colonial: feitiçaria, visitação do Santo Ofício, clero, festa religiosa, morte... Entretanto a questão da crença, numa abordagem mais antropológica, que permita pensar de modo mais profundo essas facetas da religiosidade não é mencionada, ainda que ela deva ser considerada pelo historiador. Pois como observa Sérgio da Mata, em seu livro *Chão de Deus*, “... a problemática que se coloca diante do historiador não é emitir um juízo de valor qualquer sobre a “validade” de tal crença mas sim mostrar de que forma ela pode adquirir um tal nível de inquestionabilidade para os indivíduos e, antes de tudo, como chega a condicionar determinadas ações sociais”<sup>98</sup>. Neste sentido é pertinente a crítica feita por Mata aos estudos realizados por Luiz Mott em torno da religiosidade na colônia<sup>99</sup>. Em a *Historia da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*, Mott qualifica as práticas religiosas de “obsessão e pieguismo barroco” elaborando inclusive uma classificação quanto à vivência da religião na colônia: haviam os “católicos praticantes autênticos, os católicos praticantes superficiais, os displicentes e os pseudocatólicos (...) do mais piegas papa-hóstias ao mais irreverente libertino-agnóstico”<sup>100</sup>. Não obstante o fecundo trabalho documental que realiza, a postura anti-católica de Mott o induz a uma redução simplista das

<sup>97</sup> SOUZA. (Org.). *Historia da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997; VAINFAS, Ronaldo. (Org.) *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001; ROMEIRO; BOTELHO. (Org.) *Dicionário Histórico das Minas Gerais - período colonial*. 2.ed revista. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

<sup>98</sup> MATA. *Chão de Deus: catolicismo popular, espaço e proto-urbanização, Brasil. Séculos XVIII-XIX*, p.61-62.

<sup>99</sup> *Ibidem*. p.56-59.

<sup>100</sup> MOTT. Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu. In: SOUZA. (Org.). *Historia da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p.175.

práticas religiosas omitindo inclusive a construção histórica de conceitos e categorias de pensamento. Como adverte Francisco José Silva Gomes, o historiador “deve estar atento à totalidade do vivido religioso sem juízos de valor, sem hierarquizações indevidas entre o que é ortodoxo ou heterodoxo, exterioridades ou convicções íntimas, degradação ou fidelidade às fontes, expressão e vivências religiosas prescritas ou marginais”<sup>101</sup>.

As investigações no campo da História Cultural e Social que têm por objeto as diversas formas de religiosidade e suas manifestações coletivas e individuais no Antigo Regime compartilham as mesmas instabilidades e questionamentos comuns às outras dimensões do campo historiográfico contemporâneo. Aventurar-se a novas metodologias, temas e abordagens não deve ser motivo de inquietações e receios por parte daquele que pratica o ofício de decifrar o passado mas o desejo e a certeza de, ao fazer emergir novas perspectivas, reafirmar a dinâmica do conhecimento histórico. Dessa forma esta tese propõe enveredar pelos caminhos daqueles homens e mulheres da capitania que ingressaram nas Ordens Terceiras. Minha tese é que os irmãos terceiros buscaram viver os preceitos religiosos das respectivas congregações de diferentes modos, muitas vezes buscando estratégias para adequar as regras das Ordens Terceiras a sua situação de leigos. Adentrar o universo da espiritualidade de uma confraria religiosa, conjugando a análise de fontes documentais de natureza diversa como a imagem e o texto impresso ou manuscrito, ainda é uma trilha do campo interdisciplinar a que poucos historiadores brasileiros têm se aventurado seguir, contidos ainda talvez por aquelas inquietações e receios. *Pela salvação de minha alma* é expressão recorrente na documentação das Ordens Terceiras que justificava o motivo maior para ingresso nestas fraternidades e por esta razão foi incorporado ao título desta tese. Cabe ressaltar que este trabalho diz respeito aos séculos XVIII e início do XIX quando a situação financeira das Ordens Terceiras e a mentalidade racionalista que tomava conta do oitocentos, passaram a restringir as celebrações religiosas destas congregações<sup>102</sup>. Com boa parte de seus documentos preservados, as Ordens Terceiras do Monte do Carmo e de São Francisco de Ouro Preto permitiram uma investigação profunda na sua dinâmica interna. A documentação das Ordens Terceiras da Penitência, ou de São Francisco, e de Nossa Senhora do Carmo de São João del Rei, têm recebido pouca atenção dos historiadores, à exceção do Prof. Antonio

---

<sup>101</sup> GOMES. A religião como objeto da história. In: *Anais do VIII Encontro Regional de História da ANPUH, Vassouras, 1988*. Vassouras: ANPUH, 1998. p.21.

<sup>102</sup> BARATA. *Igreja da Ordem Terceira da Penitência do Rio de Janeiro*, p. 56; ORTMANN. *História da antiga capela da Ordem Terceira da Penitência de São Francisco em São Paulo*, p. 127; PIO. *A Ordem Terceira de São Francisco do Recife e suas igrejas*, p. 83-84.

Gaio Sobrinho, filho desta terra<sup>103</sup>, atitude esta justificada muitas vezes pela precariedade dos documentos. Esta razão se mostra infundada. O investimento na pesquisa destas congregações revelou gratas surpresas que, somadas às informações e dados coletados nas congêneres de Ouro Preto, permitiram-me traçar um panorama mais completo das relações entre as disposições temporais e espirituais sob as quais as Ordens Terceiras se estruturavam.

O primeiro capítulo, *Irmanados no corpo e sangue do Cristo*, trata inicialmente das raízes do movimento confraternal na Europa medieval que foi posteriormente difundido no Brasil-Colônia. O segundo capítulo, *Entre os apelos do mundo e a vida santificada - Terceiros carmelitas e franciscanos nas Minas*, discorre sobre a presença de franciscanos e o estabelecimento das Ordens Terceiras no território das Minas Gerais, a importância dos eremitérios na região para divulgar o modelo penitente. Este capítulo também aborda a estrutura das Ordens Terceiras da capitania, as práticas rituais coletivas e individuais que conduziram à salvação da alma, tais como missas, oração mental, mortificação do corpo, o jejum, os modelos de santidade difundidos entre os irmãos, as orientações pastorais deixadas pelos respectivos Comissários Visitadores aos irmãos terceiros em suas viagens de fiscalização à Capitania, e os atos de desobediência às regras das Ordens Terceiras. Como procedimentos metodológicos optei pela análise do conteúdo dos livros de estatutos das Ordens Terceiras franciscanas e carmelitas, dos livros devocionais encontrados nos inventários dos irmãos e das Ordens Terceiras, a análise das imagens religiosas presentes nas igrejas e a comparação com o conteúdo relacionado encontrado nos estatutos das Ordens Terceiras da Capitania e de outras regiões da Colônia. Parte desta documentação como as patentes, os livros devocionais encontrados nos inventários dos irmãos terceiros e o livro de termos e deliberações da Ordem Terceira Carmelita de São João del Rei, dentre outros, até o presente momento não haviam sido tomado como objeto de estudo pelos historiadores.

O capítulo terceiro, *Sociabilidade e Conflito*, se ocupa das práticas de caridade e assistência aos irmãos prestadas pelas Ordens Terceiras e das diversas celebrações festivas que realizavam em honra aos santos oragos e nas entradas dos Comissários Visitadores que periodicamente inspecionavam estas congregações. O quarto capítulo, *Celebrações festivas da Paixão*, cuida das cerimônias do tempo da Quaresma e da Paixão do Cristo, motivos bastante estimados pelos irmãos terceiros como veremos. Aqui novamente a investigação destas

---

<sup>103</sup> SOBRINHO. *Visita à colonial cidade de São João del-Rei*. São João del Rei: FUNREI, 2001.; *São João del-Rei: 300 anos de histórias*. São João del Rei: edição do autor, 2006.



questões passou pela análise da documentação das Ordens Terceiras, do conteúdo da literatura religiosa e das pastorais dirigidas aos irmãos congregados.

O quinto e último capítulo, *A morte entre os irmãos terceiros*, discorre sobre as imagens difundidas da morte e do além através das ilustrações e imagens que circulavam entre os irmãos e das instruções quanto aos últimos momentos do homem na terra vulgarizadas pela literatura religiosa que circulava na época entre os irmãos terceiros. O capítulo trata também das receitas para *bem morrer* que incluíam os testamentos, a preparação do corpo, os sufrágios e o sepultamento.

Os capítulos, dispostos deste modo, refazem a trajetória de vida e morte dos irmãos terceiros, na sua busca pela salvação da alma.

Desejo que a leitura das páginas que se seguirão seja um convite à acompanhar a peregrinação espiritual daqueles homens e mulheres que por desejos diversos ingressaram nas Ordens Terceiras, que, às vezes, por caminhos tortuosos tentaram viver em conformidade com o modelo ascético destas congregações, ou que, às vezes, tentaram encontrar o Cristo sofrente por caminhos mais pessoais e íntimos.

## CAPÍTULO 1: IRMANADOS NO CORPO E SANGUE DE CRISTO

Para acompanhar a trajetória dos irmãos terceiros e das Ordens franciscanas e carmelitas no território das Minas na Época Moderna, é necessário recorrer às raízes do movimento confraternal que surgiu na Europa na baixa Idade Média e foi difundido posteriormente na colônia portuguesa na América pelos frades mendicantes, eremitas e esmoleres e através deles chegou à capitania. É necessário recuar ao tempo do surgimento das fraternidades leigas medievais e com elas do surgimento de um sentimento religioso de devoção à imagem do Cristo sofrente.

As congregações de irmãos terceiros carmelitas e franciscanos têm suas raízes no contexto histórico de transformações sociais, econômicas e religiosas que abalaram a sociedade europeia ocidental na Baixa Idade Média e repercutiram na época Moderna.

O desenvolvimento econômico e urbano que tomou conta do Ocidente europeu a partir do século XI e se intensificou no século XII provocou mudanças e rupturas num mundo ainda essencialmente rural como era então a Europa. Remodelou valores e condutas dos indivíduos, teceu novas esferas de sociabilidade e fez surgir novas formas de espiritualidade<sup>1</sup>. A reforma empreendida por Gregório VII (1049-1084) no século anterior estreitou ainda mais a distância entre clérigos e leigos<sup>2</sup>. A começar pela imposição de regras severas principalmente quanto à sexualidade: a virgindade, o celibato, a castidade e a vida comunitária deveriam conduzir a vida do clero e o casamento monogâmico e indissolúvel que mais convinha aos leigos. A reforma gregoriana reafirmava a poder exclusivo dos clérigos de gerir as almas dos leigos e administrar a vida religiosa da comunidade e vedava aos leigos o direito de pregar em público sobre questões de fé. Nesse sentido, uma vigilância estrita sobre o cotidiano dos fiéis e um controle rigoroso foram postos em prática através da assistência e da participação nos sacramentos. Os concílios dos séc. XI ao XIII determinaram novas

---

<sup>1</sup> BOLTON. *A reforma na Idade Média*, p.16-18; 21-22; VAUCHEZ. *Op. cit.*, p. 65-66; 180.

<sup>2</sup> Sobre a reforma gregoriana VAUCHEZ. *Op. cit.*, p.57-59; 68 ; BOLTON. *Op. cit.*, p. 20-21. A reforma do século XI executada pelo papa Gregório VII teve por objetivo fortalecer a unidade e o poder da Igreja, recuperar o monopólio da administração dos bens da Igreja e o monopólio moral sobre os clérigos. Para isto promoveu a dessacralização do Império e pôs fim à investidura leiga que remontava aos tempos carolíngios.

normas para condicionar os principais fatos da vida cristã: batismo, confirmação, confissão, comunhão, casamento, instrução religiosa e deveres religiosos, esmolas, usura, testamento, últimos ritos, enterros, cemitérios, orações e missas pelos mortos<sup>3</sup>.

O progresso técnico e a intensa expansão demográfica impulsionaram a produção agrícola e artesanal, deram impulso para o exercício de profissões que demandavam a posse de um capital financeiro ou cultural como os armadores, os mercadores, os notários, os homens da lei...a burguesia. O palco onde transcorreram estas mudanças foi a cidade e a burguesia, seu grupo de atores principal<sup>4</sup>. A mentalidade do lucro aos poucos se incorporou ao cotidiano dos homens: o mercador que atravessava oceanos, mares e terra, o senhor que para aumentar a sua renda ampliava a sua lavoura e agregava mais homens, o camponês que procurava aumentar seu rebanho para dele garantir mais moedas no mercado... Esse contexto inusitado teve repercussões no âmbito da religião dos cristãos. O mundo descrito pelos autores monásticos como um vale de lágrimas ganhava novas cores e tonalidades: o desenvolvimento econômico, ainda que tocasse as regiões da Europa de modo desigual, promovia a elevação do nível de vida que se traduzia no seio da aristocracia por uma procura do conforto, do luxo e da liberdade. A vida humana e os *bens deste mundo* distinguidos pela contingência ganhavam cores mais sedutoras. A terra ainda não se assemelhava ao Paraíso devido às crises de fome que assolavam o continente europeu periodicamente, mas o mundo no século XII parecia mais belo, mais atraente nas vozes dos trovadores e na forma do amor cortês, favorecendo o surgimento de uma sociedade refinada e profana. Das mudanças ocasionadas por esse novo contexto, a mais incômoda para a religiosidade tradicional era a autonomia crescente do indivíduo e do poder leigo em relação aos poderes espirituais que se acentuava pouco a pouco<sup>5</sup>.

Na Alta Idade Média os gestos eram considerados o único meio para se entrar em contato com Deus. O homem ficava à mercê do mal sem nada poder fazer por ele mesmo para garantir a sua salvação<sup>6</sup>. O desenvolvimento econômico do século XII se fez acompanhar de uma crescente autonomia do indivíduo e do poder leigo em relação aos

---

<sup>3</sup> LÓBRICHON. *La religion des laics en Occident: XIe - XVe siècles*, p.85.

<sup>4</sup> As bases do sistema feudal estabelecidas na apropriação do poder pelos donos do solo tiveram que se adaptar às novas condições da vida econômica o que gerou um processo de dissolução da autoridade tradicional. O movimento comunal liderado pelos burgueses obteve pouco a pouco daqueles que até então detinham o poder, garantias para exercer suas atividades livremente e mesmo a autonomia urbana.

<sup>5</sup> LÓBRICHON. *Op. cit.*, p.83.

<sup>6</sup> VAUCHEZ. *Op. cit.*, p.183-184. Neste período a liturgia desfrutava aos olhos dos monges e dos leigos de um papel fundamental na economia da salvação, mesmo que estes não compreendessem o seu sentido. Importava apenas o respeito rigoroso aos ritos que tinham por si sós uma misteriosa eficácia.

poderes espirituais<sup>7</sup>. A atitude do homem em relação ao seu destino espiritual começou a mudar. Clérigos e leigos procuraram meios de lutar contra o Mal por sua salvação. Ao desfrutar de maior liberdade de participação no âmbito da religião, o indivíduo passava a ter também maior responsabilidade pessoal na sua própria salvação podendo alcançar o céu através de sua ação e conduta no mundo. A resposta dos cristãos frente a esse desafio que os novos tempos impunham foi imediata. Vários movimentos espirituais, muitos independentes da chancela da instituição eclesiástica, começaram a pulsar no Ocidente europeu. Algumas correntes espiritualistas buscavam a negação da carne e da matéria, outras questionavam a eficácia dos aspectos visíveis da Igreja - sacramentos, dízimos, hierarquia - e reconheciam apenas as virtudes dos homens que adequavam sua vida ao modelo de perfeição evangélica. Havia ainda aqueles que, buscando o Cristo padecente, justificaram o sofrimento humano fundando uma espiritualidade penitencial e uma religião das obras. Para algumas pessoas o progresso urbano era fruto do pecado e as cidades acolhiam os desclassificados e os infames. Para esses os encantos que advinham com os novos tempos tornavam o mundo mais temível e como única resposta possível acenavam com a sua recusa incondicional. Assim eles se retiravam para o deserto<sup>8</sup>. Outros, porém, assimilavam as mudanças que se sucediam e avaliavam que a resistência às tentações não requeria necessariamente uma fuga para fora do mundo. Se as respostas ao chamado dos novos tempos que a sociedade e o cristianismo viviam eram muitas, uma certeza unificava estes movimentos: a da inadequação das formas tradicionais de religiosidade. Os mosteiros já não atendiam às necessidades espirituais dos indivíduos.

Nesse sentido, o impacto mais decisivo sofrido pela Igreja no século XII, foi o questionamento de sua eficácia quanto ao papel que lhe havia sido destinado por seu fundador. Começava a se desenvolver inicialmente na Itália, através do mundo bizantino, um desejo de reencontrar as origens cristãs, retornar à espiritualidade vivida pelos apóstolos e mártires, entendida como a única e verdadeira. Como assinala Vauchez, “o ideal da *Ecclesiae primitivae* forma se tornou a referência obrigatória da nova espiritualidade que de modo paradoxal procurava em uma fidelidade intensificada no testemunho dos apóstolos e na mensagem evangélica, a resposta para os problemas levantados por uma sociedade em

---

<sup>7</sup> LÓBRICHON. *Op. cit.*, p.83.

<sup>8</sup> O deserto não era entendido em sua conotação literal mas simbólica. Era o espaço de solidão, em contraposição com a cidade, lugar onde se encontrava Deus e se enfrentava o demônio. O deserto era buscado no alto das montanhas ou nas florestas. A esse respeito consultar LE GOFF, *O Imaginário medieval*, p. 83-98.

mutação”<sup>9</sup>. O anseio por restabelecer a perfeição da Igreja primitiva identificou o ideal da *vita apostolica* como o modelo que deveria conduzir os novos rumos da Igreja<sup>10</sup>. Até meados do séc. XI a vida no claustro (*vita angelica*) era tomada por modelo de perfeição cristã, afinal os monges renunciavam a seus bens pessoais e viviam em comunidade. Esse entendimento respondia plenamente aos anseios de uma sociedade estática e fechada como era a sociedade européia rural.

“Com grande poder os apóstolos davam o testemunho da ressurreição do Senhor, e todos tinham grande aceitação” (At 4, 33). É a esta passagem do Evangelho que os defensores da *vita apostolica* se apegavam para mostrar que a Igreja primitiva não só desprezava a propriedade privada para viver em comunidade mas também participava do mundo dos homens comuns. Portanto seguir o modelo da *Ecclesiae primitivae* era também abrir-se para o mundo externo. A *vita apostolica* se concretizou a partir daí em formas diversas desde o ministério da pregação até o surgimento de movimentos de assistência caritativa. Práticas rituais tradicionais passaram a ser questionadas em nome do Evangelho<sup>11</sup>. A *vita angelica* postulava que o indivíduo só existia em função da coletividade, e a oração de cada religioso só tinha valor na medida em que se fundava em um canto litúrgico comunitário. Entre os séculos IV e o XII se passava de uma penitência coletiva e pública confiada aos monastérios que eram até então os grandes espaços de espiritualidade para uma penitência essencialmente privada do indivíduo<sup>12</sup>.

A autonomia e valorização do indivíduo, o interesse pela interioridade, o nascimento do privado e do íntimo foram concomitantes com as transformações econômicas que mudaram o cenário da Europa entre o final do século XI e início do XII e requeriam mudanças no âmbito da religião<sup>13</sup>. Assim a aurora do século XII viu surgir movimentos religiosos que defendiam o direito individual de cada um de se colocar a serviço do Cristo independente da autoridade eclesiástica.

---

<sup>9</sup> VAUCHEZ. *Op. cit.*, p. 70-71. Esse sentimento de nostalgia por uma fonte de perfeição mobilizou muitos clérigos a abandonarem suas comunidades monásticas e seguir o modo de vida praticado pelos Padres do deserto como fizeram os cistercienses que se separaram de Cluny em nome de uma busca pelo ideal de vida pretendido por São Bento e que com o passar do tempo foi deformado pelas observâncias da tradição religiosa.

<sup>10</sup> Ibidem. p.70-71; BOLTON. *Op. cit.*, p.22-24; 28-29; 43. A idéia era restabelecer a primitiva comunidade de Jerusalém como é descrita nos Atos dos Apóstolos: “Todos os que tinham abraçado a fé reuniam-se e punham tudo em comum: vendiam suas propriedades e bens, e dividiam-nos entre todos, segundo as necessidades de cada um - At 2, 44-45; A multidão dos que se haviam crido era um só coração e uma só alma. Ninguém considerava exclusivamente seu o que possuía, mas tudo entre eles era comum (...) Não havia entre eles necessitado algum. De fato, os que possuíam terrenos ou casas, vendendo-os, traziam os valores das vendas e os depositavam aos pés dos apóstolos. Distribuía-se então, a cada um, segundo sua necessidade” - At 4, 32-35.

<sup>11</sup> BOLTON. *Op. cit.*, p. 25-26; VAUCHEZ. *Op. cit.*, p. 75-77.

<sup>12</sup> VAUCHEZ. *Les laïcs au Moyen Age*, p. 99.

<sup>13</sup> LÓBRICHON. *La religion des laïcs en Occident: XIe - XVe siècles*, p. 83; VAUCHEZ. *A espiritualidade na Idade Média Ocidental - séculos VIII a XIII*, p.180.

## 1. O Cristo sofrente

Esses novos tempos também foram acompanhados de uma mudança nas expressões de piedade. O período entre o final do século XI e o início do XIII foi verdadeiramente a idade do Cristo<sup>14</sup>. Se antes do século XI destacava-se principalmente a figura escatológica de Cristo como o Juiz temível dos fins dos tempos e como a segunda pessoa da Trindade, a partir de meados do século XI, com os tratados de Santo Anselmo, começava a ser projetada a imagem da humanidade do Cristo<sup>15</sup>. Foi ele também responsável pelas grandes orientações espirituais do século XII ao destacar o amor infinito presente no *Verbo feito carne* e ao sublinhar o papel decisivo da Virgem Maria no projeto salvífico de Deus. Assim ganhava projeção no período o Novo Testamento: as passagens dos Evangelhos que ofereciam regras de vida da comunidade dos apóstolos e que rememoram a pobreza do Cristo e de seus seguidores. *Seguir nu o Cristo nu, nudus nudum Christum sequi*, encerrava o sentido maior da *vita apostolica*: a mais intensa demonstração de amor a Deus se expressa na imitação fiel da vida de seu Filho<sup>16</sup>.

O refinamento do espírito religioso proporcionado pelos avanços da instrução permitiu a muitos cristãos perceberem o distanciamento entre a Igreja e o modelo evangélico<sup>17</sup>. Se no século XI essa discordância passava pela moral e pela castidade dos clérigos, no século XII a censura se deslocou para o poder e a riqueza dos conventos e abadias, estilo de vida esse em contradição com o que propunha o Evangelho à Igreja de Cristo. Circulava entre diferentes meios, tanto entre os grandes mestres espirituais como entre os mais comuns dos homens a certeza de que a Igreja só poderia cumprir a sua missão vivendo a concretamente o ideal de pobreza evangélica.

A reforma gregoriana longe de conformar a Igreja aos preceitos evangélicos, enriqueceu e solidificou sua influência sobre a sociedade ocidental do século XII. Contraditoriamente se por um lado a Igreja se via enredada ela mesma nas teias da ambição e do lucro, por outro, ela condenava o espírito do lucro<sup>18</sup>. Ao não definir uma postura coerente

---

<sup>14</sup> LÓBRICHON. *Op. cit.*, p. 86-87; BOLTON. *Op. cit.*, p. 15; VAUCHEZ. *A espiritualidade na Idade Média Ocidental - séculos VIII a XIII*, p.73.

<sup>15</sup> Santo Anselmo, grande teólogo monástico, foi responsável pela grande transformação no sentimento religioso da Idade Média apresentando em um dos seus tratados a questão fundamental: *Cur Deus homo?* Por que Deus se fez homem?. Ele replica mostrando que era absolutamente necessário que Deus se encarnasse e participasse da condição humana para que a humanidade fosse salva; cf. também LE GOFF. *O Deus da Idade Média*; conversas com Jean-Luc Pouthier, p.25-26.

<sup>16</sup> Cf. também a este respeito VAUCHEZ. *Les laïcs au Moyen Age*. p.28.

<sup>17</sup> VAUCHEZ. *Op. cit.*, p. 75-77; BOLTON. *Op. cit.*, p. 25-26.

<sup>18</sup> A hierarquia dos vícios situa por exemplo, a *avaritia*, a procura descomedida pelo lucro e a acumulação egoísta, acima do orgulho, *superbia*. No decorrer do século XII, o tema do usuário lançado ao

diante do dinheiro, a Igreja foi alvo de reprovações por parte dos leigos. Estes por sua vez viviam afligidos entre a censura à conduta do clero abastado e a reprovação que este lhe fazia - *difícilmente o mercador podia ser agradável a Deus*. O medo pesava na consciência de muitos cristãos. Mas a certeza de que a vida evangélica oferecia um caminho viável de santificação aos olhos de Deus motivou uma renovação de práticas religiosas entre os indivíduos e mesmo do clero.

O desejo de seguir fielmente o Cristo do qual os Evangelhos falavam se concretizou em primeiro lugar por uma valorização da pobreza e da austeridade<sup>19</sup>. Os *pobres de Cristo* praticavam a renúncia à propriedade individual, limitando suas vidas ao mínimo necessário, pois a *vita apostolica* não reconhecia a hierarquia entre ricos e pobres, mas somente a vida em comunidade.

O conjunto de transformações que varreu o Ocidente entre o século X ao XIII favoreceu essa transformação do sentimento religioso ocidental em relação à pobreza<sup>20</sup>. Para que uma comunidade religiosa pudesse desvincular-se do regime senhorial e abster-se de acumular qualquer tipo de bens era necessário que houvessem cidades onde a circulação de dinheiro estimulasse a oferta de trabalho e permitisse a alguns burgueses fazer fortuna e assim praticar a caridade para com os pobres<sup>21</sup>. É a elevação geral do nível de vida numa sociedade urbana e mercantil que possibilita esta sociedade reconhecer na pobreza um ideal de vida<sup>22</sup>. Basta lembrar que São Francisco ao exaltar a *Santa Pobreza* proibiu a seus irmãos qualquer tipo de posse fosse individual ou comunitária e incentivou-os a procurar meios de sobrevivência no trabalho ou, em último caso, na mendicância. Na antiga sociedade rural europeia, o ambiente urbano em expansão econômica começa a acentuar as clivagens, fazendo surgir novas formas de miséria<sup>23</sup>. O dinheiro assumiu importância capital nesta nova sociedade do século XII e o lucro foi a sua consequência mais importante. Assim quando a *vita apostolica* se voltava para a pobreza como condição única de vida, ela rompia com o progresso e se aproximava dos novos excluídos e marginalizados por aquela sociedade: leprosos, nômades, prostitutas... Na Alta Idade Média a pobreza era associada a um estado de

---

inferno com seu tesouro nas mãos é recorrente nas representações iconográficas, encarnado as novas forças do mal prontas a submeter os pobres e os fracos.

<sup>19</sup> VAUCHEZ. *A espiritualidade na Idade Média Ocidental - séculos VIII a XIII*, p.74-75; LÓBRICHON. *Op. cit.*, p. 86-87.

<sup>20</sup> VAUCHEZ. *Op. cit.*, p. 180.

<sup>21</sup> VAUCHEZ. *Op. cit.*, p. 181.

<sup>22</sup> Como lembra Vauchez, a pobreza dificilmente pode ser tomada por valor numa sociedade de penúria. VAUCHEZ. *Op. cit.*, p. 182.

<sup>23</sup> BOLTON. *Op. cit.*, p. 25-26; VAUCHEZ. *A espiritualidade na Idade Média Ocidental - séculos VIII a XIII*, p.75-77.

fraqueza: o pobre era aquele indefeso submetido ao poder dos senhores de terras<sup>24</sup>. A partir do século XII ela era condicionada em parte por uma situação econômica que aos olhos do homem cristão era sinal de decadência social. O pobre era então aquele que não tinha os meios de ocupar a sua posição: o cavaleiro que não tinha suas armas, o camponês que não dispunha de um arado, o clérigo que não possuía livros. Na antiga sociedade europeia rural onde os laços de sociabilidade eram mais estreitos e os indivíduos se conheciam, o pobre podia contar com a solidariedade do grupo. A partir do momento em que o dinheiro rompeu essas ligações e o ambiente urbano se sedimentou acentuando o anonimato, os indigentes passaram a ser renegados ao nomadismo ou à emigração. A eles se dirigiam os olhos dos cristãos que desejavam viver a *vita apostolica*, eles que eram marginalizados e ultrajados como Cristo o foi em seu martírio. Por espelharem a imagem do Cristo os pobres eram vistos como caminho de santificação e salvação daqueles que lhes dirigiam a caridade e a piedade. Numa sociedade onde a prosperidade batia à porta de muitos e dela não se queria desfazer, o pobre era o meio mais seguro de garantir a salvação e um lugar no paraíso.

## 2. Em busca do Cristo sofrente

As romarias aos lugares sagrados foram outro caminho encontrado pelo cristão desejoso de se unir ao Cristo, humano e histórico. A peregrinação por cristãos europeus à Terra Santa, aos lugares onde Ele e seus familiares viveram, teve início no século IV e se intensificou a partir do século XI, com a abertura da via terrestre atravessando os Bálcãs e a Ásia Menor através da Síria e da Palestina<sup>25</sup>. A peregrinação, inicialmente um ato devocional individual, se transformou a partir do século XI em viagens de grupos que privilegiavam rituais coletivos. Seus relatos redigidos pelos próprios peregrinos ou transmitidos oralmente, copiados posteriormente por outros autores, ou integrados seus fragmentos em outras obras literárias, teve importância fundamental para o conhecimento da cristandade ocidental dos Lugares Santos, dos santuários e mesmo que raramente, dos sentimentos destes peregrinos em contato com o sagrado. Posteriormente estas notícias e relatos tiveram grande influência na conformação do imaginário ocidental em torno da Terra Santa e no desenvolvimento da idéia

<sup>24</sup> VAUCHEZ. *Op. cit.*, p.67.

<sup>25</sup> GRABOÏS. Les pèlerinages du XIe siècle en Terre Sainte dans l'historiographie occidentale de l'époque. *Revue d'Histoire Ecclésiastique*. v.101.2, avril-juin, 2006. Bélgica: Université Catholique de Louvain, 2006, p.531-532.



da cruzada. A crônica do clunisiano Raoul Glaber é um testemunho fundamental do movimento peregrinatório a Jerusalém que se intensificou a partir do século XI<sup>26</sup>. De grande importância em seu relato são as informações concernentes à conduta espiritual dos viajantes face aos Lugares Santos visitados. O monge contava, por exemplo, do peregrino prostrado no chão do Monte das Oliveiras que orava a Deus exprimindo seu desejo de se unir ao Cristo e que morria ao final da prece. Em outro momento o clunisiano fazia referência às orações dos peregrinos no Santo Sepulcro como forma de expiar os pecados. Também relatava inúmeras práticas anacoréticas que alguns peregrinos passam a adotar ao regressar de sua visita à Terra Santa. Outro religioso, Hugues de Flavigny, relatou as procissões e atos de devoção coletiva que se deram por ocasião da Semana Santa, a aparição miraculosa do fogo sagrado durante a celebração do Sábado Santo na igreja do Santo Sepulcro, as vigílias, as práticas de jejum, as prosternações diante do crucifixo do altar principal da basílica e sobretudo diante do Santo Túmulo de Cristo, as demonstrações de tristeza durante a Semana Santa e de regozijo pelo Domingo da Ressurreição<sup>27</sup>. Por fim o narrador mencionava as bênçãos e as relíquias distribuídas aos peregrinos pelo Patriarca e registra os ataques dos sarracenos sofridos pelos viajantes os quais não recorriam às armas para imitar os sofrimentos e o comportamento de Cristo e dos apóstolos. As transformações econômicas e sociais que mudavam o cenário europeu ocidental no início do século XII favoreceriam a assimilação destas experiências em diferentes meios da cristandade incitando o surgimento de uma nova sensibilidade religiosa.

Se o sedentarismo marcou a Europa rural tradicional, o século XII conheceu uma sociedade marcada por uma crescente mobilidade espacial que produziu reflexos na espiritualidade dos indivíduos<sup>28</sup>. O intenso e crescente comércio e o ambiente urbano estreitavam as distâncias, promoviam a circulação de informações fazendo com que diferentes experiências religiosas, como as eremíticas e os relatos dos peregrinos percorressem as ruas, das tavernas ao mercado.

O aumento do número de paróquias rurais e urbanas, a divulgação do ideal apostólico pelo clero e a difusão de movimentos espirituais através de pregadores errantes que espalhavam pelas estradas palavras do Evangelho levaram as discussões teológicas, até então confinadas entre as paredes dos mosteiros, para o meio dos leigos, fazendo nascer entre estes o desejo de participar mais diretamente do sagrado, alcançar o nível espiritual dos clérigos e obter a salvação sem renunciar ao seu estado.

---

<sup>26</sup> GRABOÏS. *Op. cit.*, p. 533.

<sup>27</sup> *Ibidem.*

<sup>28</sup> VAUCHEZ. *Op. cit.*, p. 67-68.

O primeiro caminho que se abriu aos leigos foram as cruzadas. Elas ofereciam inicialmente aos cavaleiros um meio de participar diretamente dos benefícios da salvação sem renunciar ao seu estado e a seus valores. A par do aspecto político, a cruzada tinha por objetivo restabelecer a liberdade de total acesso aos lugares santos, de modo que a peregrinação tradicional à terra onde o Cristo deixou o sinal de seus passos pudesse ser feito sem entraves por todo cristão que o desejasse<sup>29</sup>. Ela ofertava aos cristãos leigos a mística da peregrinação à devoção à cruz e a um tempo de graça<sup>30</sup>.

A peregrinação armada à Terra Santa contra os inimigos de Cristo para libertar o túmulo de Cristo mobilizou cavaleiros e plebe conduzidos pela promessa do papa Urbano II de indulgência plenária<sup>31</sup>. Mas a esperança da libertação do Santo Sepulcro se ancorava também na confiança messiânica de que a conquista da Palestina inauguraria um novo tempo: o do reino anunciado aos humildes nos Evangelhos. As guerras santas tinham aos olhos da plebe que acompanhava as expedições não só a missão de libertar os Lugares Santos mas também de extirpar o Mal do mundo preparando a volta gloriosa de Cristo. Justificam-se assim os massacres de judeus e sarracenos e as inúmeras formas de penitência a que se sujeitavam os pobres que seguiam as cruzadas: os jejuns, as preces, as procissões. “Exterminando os inimigos de Deus, mas também infligindo a si mesmo sofrimentos e mortificações, cada um contribuía com a sua parte para apressar a libertação do túmulo de Cristo e o advento do seu reino”<sup>32</sup>. A certeza de que a cruzada era via penitencial de preparação para o novo advento do Cristo fez com ela fosse cercada já nos primeiros momentos de sua organização por inúmeros ritos de expiação e de purificação<sup>33</sup>. Os regulamentos da cruzada que o Concílio de Lyon reiterou tornavam a modéstia nas vestes obrigatória aos cruzados. Em preparação para a partida de Paris rumo à Terra Santa em 1248, São Luís, o *santo rei*, renunciava ao luxo e à ostentação alimentar como relata Le Nain de Tillemont:

Desde que partiu de Paris, ele não usou mais roupas nem peliças escarlates, verdes ou de outra cor brilhante, peles de pequenos animais raros ou outras coisas preciosas com as quais os ocidentais faziam então suas cotas d’armas (...) e todas as peliças de suas vestes e de suas mantas eram de peles de coelho, de carneiro, de

<sup>29</sup> LÓBRICHON. *Op. cit.*, p. 157.

<sup>30</sup> VAUCHEZ. *Les laïcs au Moyen Age - pratiques et expériences religieuses*, p. 59.

<sup>31</sup> VAUCHEZ. *A espiritualidade na Idade Média Ocidental - séculos VIII a XIII*, p. 91-95; A possibilidade de apagar a pena devida pelo pecado através da indulgência plenária concedida pelo papa era bastante atraente aos olhos dos homens cristãos pois na época apenas a confissão e a penitência eram os caminhos oferecidos aos leigos para remissão das culpas. Pela primeira vez a Igreja concedia aos fiéis esta graça. VAUCHEZ. *Op. cit.*, p. 92.

<sup>32</sup> VAUCHEZ. *A espiritualidade na Idade Média Ocidental - séculos VIII a XIII*, p. 93.

<sup>33</sup> LE GOFF. *São Luís*, p. 690.

lebre e às vezes de esquilos. Abandonou mesmo todos os ornamentos de ouro e de prata nas suas selas, bridões e outras coisas dessa natureza. Nem quis mesmo que as rédeas e o peitoral de seus cavalos fossem de seda, nem que seus estribos, freios e esporas fossem dourados, aceitando apenas a simplicidade do ferro<sup>34</sup>.

Ao compartilharem a crença de que poderiam estabelecer o Reino de Deus sobre a terra, os primeiros cruzados estabeleciam um movimento de fraternidade e de identidade comunitária que unia as diversas regiões da cristandade - alemães, italianos, franceses... em torno desse ideal de fé<sup>35</sup>. A guerra se apresentava como meio virtuoso, a morte em combate na cruzada era um martírio que conduzia seguramente o homem ao paraíso dos santos<sup>36</sup>. Ao conhecer o cativo e a morte na cruzada, aos olhos de seus contemporâneos São Luís, o santo rei que seria alvo de intensa devoção pelos terceiros franciscanos, equiparava-se a uma vítima expiatória, à hóstia como o próprio Cristo o foi, São Luís, o rei-Cristo<sup>37</sup>.

As cruzadas refletiam assim o nascimento de uma nova sensibilidade religiosa no seio do cristianismo ocidental: a espiritualidade penitencial e um cristianismo baseado na encarnação<sup>38</sup>. A salvação se colocava na dependência da conformação ao Cristo, isto é, da imitação da vítima sangrenta do calvário, valorizando a mortificação e o ascetismo. A imagem de São Luís construída ao longo dos séculos por seus biógrafos e hagiógrafos e resgatada por Le Goff, exemplifica bem este movimento penitencial leigo que buscava conhecer o caminho do martírio trilhado por Cristo como via mística de salvação. Le Goff afirma que ao empreender a cruzada de 1248 à Terra Santa, São Luís buscava “mais do que o Santo Sepulcro, do que o túmulo do Cristo, mais do que Jerusalém, memória da paixão do Cristo, é o próprio Cristo que São Luís vai procurar no Oriente. Do símbolo da cruz ele quer chegar até o próprio Crucificado”<sup>39</sup>.

Segundo a tradição carmelita, as origens desta congregação religiosa de leigos remonta à segunda metade do século XII quando alguns *devoti Deo peregrini* ocidentais começaram uma experiência eremítica no monte Carmelo, na Palestina, provavelmente relacionados com as últimas cruzadas do século<sup>40</sup>. Contagiados pelo sentimento religioso que

<sup>34</sup> Le Nain deTillemont, *Vie de Saint Louis*, t.III, pp.177-178, citado por LE GOFF. *Op. cit.*, p. 170.

<sup>35</sup> LÓBRICHON. *Op. cit.*, p. 81.

<sup>36</sup> Como assinala Vauchez, esta característica fundamentalmente penitencial e religiosa das cruzadas impede de se considerá-las simples manifestações do imperialismo ocidental. VAUCHEZ. *Les laïcs au Moyen Age - pratiques et expériences religieuses*, p.59.

<sup>37</sup> Como afirma Le Goff, sua trajetória de vida é traçada pela literatura da época em paralelo à vida do próprio Cristo. LE GOFF. *São Luís*, p.168.

<sup>38</sup> VAUCHEZ. *Les laïcs au Moyen Age - pratiques et expériences religieuses*, p.59.

<sup>39</sup> LE GOFF. *Op. cit.*, p. 168.

<sup>40</sup> FIORES; GOFFI. (Org.). *Dicionário de mariologia*, p.262-265.

prestigiava na época a humanidade do Cristo e a imagem da Virgem Maria à que eles recorreriam para se unir ao Salvador posto que ela de modos diversos havia participado da Paixão do Cristo<sup>41</sup>. Ao final do século XIII, a Virgem ocupava o centro da experiência espiritual daquele grupo constituído na Terra Santa com o fim da perfeição evangélica em solidão contemplativa tendo por modelo a vida de Mãe de Jesus<sup>42</sup>.

Ao contrário dos monges mais adaptados a este modelo de espiritualidade penitencial os leigos, presos ao casamento e à vida mundana, que tinham dificuldade de se sujeitar à prática da flagelação, encontravam na peregrinação uma via dolorosa, longa e penosa para alcançar a salvação: atravessar o mar, lutar contra os inimigos de Deus<sup>43</sup>. *Que*

---

<sup>41</sup> Agregados em *collegium* por Alberto Avogadro, patriarca de Jerusalém (1206-1214), nesse período recebem dele a *vitae formula* (Regra) que foi aprovada pelo papa Honório III em 1226 e depois, com adaptações, por Inocêncio IV em 1247. Nesta Regra se diz que eles se estabeleceram “junto à fonte [de Elias]”, no wadi Es-siah, onde o itinerário *Les citez de Jerusalem* (1220-1229) indica a presença dos “Irmãos do Carmelo” ao lado de “uma pequena igreja de nossa Senhora” cuja data de ereção é desconhecida, mas parece ser que, antes de 1263. Urbano IV, em 1263, faz referência a outra igreja construída sobre o Carmelo a qual chama de *opere sumptuoso*. Nesta época o grupo de Irmãos já transportados também para o Ocidente, se chamava *Ordem de santa Maria do monte Carmelo* segundo o título que aparece pela primeira vez em um documento pontifício de Inocêncio IV de 1252. Incontestavelmente já na primeira metade do século XIII a Ordem é mariana, fundada em honra da Virgem e os religiosos se professam como particularmente dedicados à mãe de Deus. FIORES; GOFFI. *Op. cit.*, p.262-265.

<sup>42</sup> A escolha do monte Carmelo para o grupo de peregrinos se estabelecer não parece ter sido ao acaso. Nas Sagradas Escrituras, ele é referido diversas vezes como lugar de extrema beleza e fecundidade, referência simbólica para a Mãe do Salvador: onde o profeta anuncia o triunfo de Jerusalém: “cubra-se de flores, sim, rejubile-se com grande júbilo e exulte./ a glória de Líbano lhe será dada,/ bem como a beleza do Carmelo e do Saron”. (Is 35,2); “tua cabeça que se alteia como o Carmelo,/ e teus cabelos cor de púrpura,/ enlaçando um rei nas tranças”.( Ct 7,6); “Ele disse:/ Iavhé rugirá de Sião,/ de Jerusalém levantará a sua voz, e murcharão as pastagens dos pastores/ e secará o cimo do Carmelo”.( Am 1,2). A salvação esperada: “A terra, coberta de luto, fenece,/o Líbano, coberto de vergonha, está tomado pela praga,/o Saron se tornou como a estepe,/Basã e o Carmelo perdem a sua folhagem”.( Is 33, 9); O triunfo de Jerusalém: “cubra-se de flores,/ sim, rejubile-se com grande júbilo e exulte./ A glória do Líbano lhe será dada,/ bem como a beleza do Carmelo e do Saron”.( Is 35, 2); A invasão vinda do norte: “Olhei e eis que o Carmelo era deserto,/ e todas as suas cidades haviam sido destruídas/ diante de Iahweh,/ diante do ardor de sua ira”.( Jr 4, 26); Queda da Babilônia, libertação de Israel: “Farei Israel retornar ao seu prado/ para que paste no Carmelo e em Basã;/ na montanha de Efraim e em Galaad / ele será saciado...”( Jr 50, 19)

Carmelo significa vergel: jardim, pomar, como atestam as seguintes passagens das Sagradas Escrituras: Exórdio: “Ele disse: / Iahweh rugirá de Sião, / de Jerusalém levantará a sua voz, e murcharão as pastagens dos pastores e secará o cimo do Carmelo”.( Am 1, 2); Salmo, A ira de Iahweh: “Ameaça o mar e o seca, / e a todos os rios ele faz secar. / Murcham Basã e o Carmelo, / e murcha a verdura do Líbano!” (Na 1, 4); Duetto: “Sou o narciso de Saron, / o lírio dos vales”. (Ct 2, 1), lírio aqui refere-se à mulher; o Saron é a planície litorânea ao sul do Carmelo. O Carmelo e as colinas cobertas de vegetação de Efraim evocam, sem dúvida, para os exilados a imagem de uma terra fértil e acolhedora.

Pode-se pensar no Carmelo como metáfora para a Virgem Maria que guardou em seu ventre a promessa do salvador: O Amado se refere a sua Amada nos seguintes termos:) Es jardim fechado,/ minha irmã, noiva minha,/ es jardim fechado,/ uma fonte lacrada./ Teus brotos são pomar de romãs / com frutos preciosos: cachos de hena com nardos; nardos e açafraão, / canela, cinamono / e árvores todas de incenso,/ mirra e aloés, / e os mais finos perfumes./ A fonte do jardim / é poço de água viva / que jorra, descendo do Líbano! (Ct 4, 12-15)

<sup>43</sup> “A viagem por mar é um sofrimento: ora é a tempestade e ora a ausência de vento, ora são as ondas e os rochedos que se tem de temer, ora o temível são os homens. Sobre a última cruzada que São Luís empreende antes de sua morte”. LE GOFF. *São Luís*, p.191; 158.

*São Luís tenha superado o medo do mar, tão comum no século XIII na peregrinação penitencial da cruzada, será levado em conta nas provas de sua santidade*<sup>44</sup>.

O espírito de penitência postulado pelos adeptos da *vita apostolica* soprava assim até os confins do Oriente. Depois da quarta cruzada, a confiança da libertação dos Lugares Santos se arrefeceu e no século XIII, raros foram os cristãos que acreditavam realmente numa conquista da Palestina<sup>45</sup>. A expansão do modelo monástico também colaborou para o declínio das cruzadas ao oferecer ao imaginário cristão o modelo primordial da Jerusalém celeste onde o caminho da perfeição passava pela vida contemplativa<sup>46</sup>. Esse caminho não agradava os leigos, mas não arrefeceu seu desejo de ascender ao sagrado.

Se as cruzadas não alcançaram seu objetivo primeiro tiveram papel fundamental na efervescência no Ocidente de um sentimento de devoção à imagem sofredora do Cristo ao favorecerem a percepção da sua humanidade pelos cristãos da época<sup>47</sup>. Se os cruzados não foram os primeiros a experimentar um contato direto com os lugares onde Jesus havia vivido e sofrido, trouxeram em seu retorno na bagagem relatos de experiências e objetos relacionados aos Lugares Santos que acabaram por alimentar ainda mais o desejo dos que ficaram por também desfrutar de um contato íntimo com o sagrado através da posse ou do toque com as santas relíquias<sup>48</sup>. Assim afluem do Oriente um verdadeiro comércio de objetos que teriam pertencido a Jesus ou a seus familiares, sido por Ele tocados ou que teriam tomado parte em Sua vida, como inúmeros pedaços da verdadeira cruz até à coroa de espinhos para a qual São Luís fez construir a Sainte-Chapelle em 1245.

As palavras de São Paulo pareciam iluminar a aurora do século XII: o cristão é um *peregrinus*<sup>49</sup>. Como vimos, a sociedade européia dos séculos XII e XIII foi marcada pelo crescente deslocamento e pela mobilidade: mercadores que cruzavam oceanos, senhores que partiam para a Cruzada, clérigos à procura de escolas e mestres, bispos ou abades indo a Roma ou ao concílio... O desejo de mudança e de percorrer caminhos distantes seduzia todos os meios sociais nessa época e contrastava com o ideal monástico de estabilidade<sup>50</sup>. No século XII, a peregrinação a lugares de intensa sacralidade conheceu duas vias. O período carolíngio que prestigiou o eremitismo nos monastérios conduzidos pela regra de São Bento, que

<sup>44</sup> LE GOFF. *Op. cit.*, p. 158.

<sup>45</sup> LÓBRICHON. *Op. cit.*, p. 157.

<sup>46</sup> *Ibidem.* p.81.

<sup>47</sup> VAUCHEZ. *Les laïcs au Moyen Age - pratiques et expériences religieuses*, p.27.

<sup>48</sup> Ao contrário do que afirma Vauchez, os cruzados não foram os primeiros cristãos europeus a divulgar no Ocidente experiências no solo sagrado da Terra Santa, conforme atesta o estudo de Aryeh Grabois.

<sup>49</sup> Sobre as peregrinações feitas por São Luís remeto a LE GOFF. *Op. cit.*, p. 477-478.

<sup>50</sup> VAUCHEZ. *A espiritualidade na Idade Média Ocidental - séculos VIII a XIII*, p.67-68.

oferecia a peregrinação do coração, interior<sup>51</sup>, e uma via mais humanizada de contato com o sagrado através do culto às relíquias de Cristo, da Virgem Maria e dos santos que também seduzia e incentivava os cristãos para cruzarem grandes distâncias<sup>52</sup>.

### 3. A imitação do Cristo

A participação dos leigos nos assuntos religiosos foi uma das maiores inovações que a cristandade conheceu entre os séculos XII ao XV<sup>53</sup>. Como vimos anteriormente, a renovação das atitudes espirituais iniciada no século XII, rejeitando as concepções escatológicas que fundamentavam a vivência religiosa monástica na Alta Idade Média - origem de uma atitude de desprezo pelos assuntos mundanos -, dilatou as fronteiras da fé abrindo espaço para uma atuação mais vigorosa dos leigos. A intensificação da participação do homem comum nos domínios da Igreja se relacionava a uma reabilitação da vida ativa na espiritualidade cristã: tudo o que se tratasse de ação concreta no mundo que se conformasse ao ideal evangélico, na perspectiva de um cristianismo de encarnação que exaltava a humanidade do Cristo, ganhou importância nos séculos XII e XIII: guerra santa, obras de caridade, prática da pobreza, exercício da justiça. Na busca pela *vita vera apostolica*, muitos foram os caminhos encontrados.

Na busca pela perfeição evangélica num mundo corrompido, a figura do eremita desfrutava de grande prestígio neste contexto, arrastando seguidores que se multiplicavam nas *solidões florestais e insulares*, encarnando essa fuga do mundo - *fuga mundi*<sup>54</sup>.

Outros fiéis, conduzidos pela confiança de que seu estado não os excluía da possibilidade de viver também o ideal de perfeição evangélica, buscavam formas de vida que lhes permitisse conciliar as exigências de uma existência consagrada a Deus com as necessidades que sua vida cotidiana na sociedade requeria<sup>55</sup>. Homens e mulheres de todos os meios buscavam harmonizar certos aspectos específicos do estado leigo - trabalho, guerra, caridade - e ideais que eram até então vividos unicamente nos claustros como a vida

<sup>51</sup> Ressurge aqui a idéia de que a Jerusalém terrestre é de pouca importância. LÓBRICHON. *Op. cit.*, p. 158.

<sup>52</sup> LÓBRICHON. *Op. cit.*, p.159.

<sup>53</sup> VAUCHEZ. *Les laïcs au Moyen Age - pratiques et expériences religieuses*, p. 10.

<sup>54</sup> LE GOFF. *Op. cit.*, p. 57; VAUCHEZ. *Les laïcs au Moyen Age - pratiques et expériences religieuses*, p. 99.

<sup>55</sup> VAUCHEZ. *A espiritualidade na Idade Média Ocidental - séculos VIII a XIII*, p. 116-122; BOLTON. *Op. cit.*, p. 29-31.

comunitária, a obediência e o ascetismo. Na busca pela perfeição evangélica num mundo pervertido pelo avanço econômico do Ocidente, os leigos foram os grandes promotores da *vita apostolica*. Nesse movimento de proclamação do ideal de vida postulado pelo Evangelho, a distinção entre os estado de vida - monge, clérigos, leigos - era secundária em relação à forma de se colocar a serviço de Deus. Casados, celibatários, ricos, pobres, mercadores, comerciantes, estudantes, buscavam santificar sua condição social abandonando aos clérigos seus bens mais preciosos, a exemplo dos primeiros cristãos que renunciavam a suas propriedades para seguir os apóstolos. Espelhados nos ideais formulados no meio clerical, os leigos procuravam seguir o modelo de vida monástica sem profissão religiosa ligando-se a alguma abadia ou mosteiro, exercendo tarefas manuais. Sua participação era restrita ao trabalho, ao acompanhamento dos ofícios litúrgicos no domingo e nos dias de festa, e à recitação de alguns padres-nossos. Mas era através de sua colaboração ativa na manutenção do mosteiro ou abadia pelo trabalho que se consagravam a Deus. Na tentativa de controlar a conduta destes leigos e manter a unidade da cristandade, a Igreja acabou por determinar a sua submissão destes homens à regra de São Bento ou de Santo Agostinho como leigos conversos. Mas a rigidez das regras canônicas que acentuava o caráter monástico fez com que outros fiéis que também aspiravam à perfeição optassem por uma via mais acessível: a da espiritualidade penitencial.

Um dos fenômenos mais originais do século XII, do ponto de vista da espiritualidade dos leigos, é o fato de que muitos deles procuraram ter acesso a uma certa perfeição cristã independentemente de toda relação institucional com o monaquismo, se reapropriando de elementos da vida monástica e reelaborando-os<sup>56</sup>. Os cristãos leigos não podiam conceber seu *destino espiritual* fora de uma referência ao ideal e à forma de vida religiosa tradicional<sup>57</sup>. Em pleno século XII se ela era motivo de críticas também exercia um fascínio sobre grande parte dos cristãos.

No século XII os cristãos que se viam atraídos pelo ascetismo monástico mas que não podiam ou não queriam sair do mundo, encontraram no ideal da *vita apostolica*, que associava o espírito de pobreza e de caridade ao exercício do sofrimento físico, um gênero de vida religiosa que lhes “permitia reproduzir em sua existência cotidiana o mistério do Cristo ao mesmo tempo vítima e salvador, humilhado e triunfante”<sup>58</sup>. Vivendo em comunidade, os *pauperes Christi*, se dedicavam à leitura, ao estudo e à pregação do Evangelho, à meditação

---

<sup>56</sup> VAUCHEZ. *A espiritualidade na Idade Média Ocidental - séculos VIII a XIII*, p. 140.

<sup>57</sup> Idem. *Les laïcs au Moyen Age - pratiques et expériences religieuses*, p. 101.

<sup>58</sup> Idem. *A espiritualidade na Idade Média Ocidental - séculos VIII a XIII*, p. 120.

sobre os sofrimentos do Cristo, à renúncia aos bens materiais, à mortificação do corpo e à vida caritativa. Esse novo modelo de vida religiosa teve grande sucesso principalmente entre as mulheres, muitas das quais não tinham condições financeiras de ingressar num mosteiro. “Viver a vida dos miseráveis e mendigar o pão”, aos olhos destes cristãos, tinha o mesmo valor que a comunhão sacramental, enquanto meio de se unir ao Cristo. Imbuídos de uma convicção mística de que, através da ação caritativa e da mortificação física Deus se manifestaria neles, os grupos de *laici religiosi* e de *mulieres religiosae* buscavam viver no mundo sua vocação cristã apesar da oposição de muitos clérigos.

“Façam penitência, o reino de Cristo está próximo” (Mt 5, 17). Estas palavras do Evangelho bem poderiam ter insuflado os movimentos de penitentes e flagelantes dos séculos XII e XIII. A penitência para muitos cristãos daquele tempo não consistia somente no arrependimento dos pecados, como já determinava o Concílio de Latrão IV, em 1215, a todos os fiéis, mas indicava uma preparação para o ingresso no Reino de Cristo que se aproximava como assinalava muitas das idéias milenaristas que circulavam na época<sup>59</sup>. A penitência que congregava muitos cristãos em atos de flagelação e mortificação era um estado, quase um estilo de vida, consistia em uma atitude humilde e arrependida, a única que convinha ao homem pecador à face de Deus se ele se ligava a Ele por amor. O ascetismo de conformidade à pessoa do Cristo fundada sobre a crença no valor redentor do sofrimento físico era um dos componentes essenciais da espiritualidade penitencial. Encontramos aí a influência da ascese monástica reelaborada pelos leigos que retiveram seus aspectos mais rigorosos dando origem às confrarias de flagelantes que tiveram grande popularidade sobretudo nos países mediterrâneos e no mundo germânico<sup>60</sup>. Os estatutos destas confrarias, frequentemente colocados em língua vulgar no séc. XIV, esclarecia sobre seu recrutamento e suas atividades. As reuniões geralmente eram em um domingo ou dois e por ocasião das principais festas religiosas, em particular durante a Semana Santa, assim como em todos os sábados do ano. Tomados de arrebatamento no oratório da confraria cada um se ajoelhava sobre uma laje de mármore e pedia perdão pelos pecados cometidos, que eram anotados num registro especial. Em seguida faziam a leitura, juntos e em voz alta, de um ofício votivo do tipo dos que figuram nos livros de horas manuscritos para uso dos leigos devotos e que compreendiam os sete salmos da penitência, os quinze salmos graduais com a litania dos santos, o ofício da Virgem Maria e o dos defuntos, reduzido geralmente ao primeiro noturno. No domingo e nos dias de festa, celebravam uma missa durante a qual eram recolhidas oferendas e trocavam o

---

<sup>59</sup> VAUCHEZ. *Les laïcs au Moyen Age - pratiques et expériences religieuses*, p. 108.

<sup>60</sup> *Ibidem*. p. 109.



beijo da paz. A disciplina tinha lugar durante as reuniões de sexta-feira à noite e seguia um ritual preciso: depois de haver vestido uma roupa especial, os confrades iam de pés nus abraçar o crucifixo na capela e depois se castigavam mutuamente, cada um recebendo sobre seu ombro nu a quantidade de golpes que ele estimava serem necessárias para expiar suas faltas. Todos tinham suas faces cobertas com um capuz para que não pudessem ser reconhecidos. Durante o desenrolar da cerimônia, um coral composto de confrades que tinham as melhores vozes cantava os cânticos em língua vulgar - chamados de *laudes* na Itália - exaltando o sacrifício sangrento de Cristo e de seus efeitos redentores. Segundo regra geral, desde o séc. XIV, os flagelantes não se exibiam mais em público, salvo fora da procissão anual do Sábado Santo quando eles iam percorrendo a vila à frente do cortejo ritual. Mas à ocasião das grandes explosões de terror e angústia, como a que se produziu por ocasião da grande epidemia de peste conhecida como Peste Negra, eles saíam de sua privacidade e se espalhavam pelas ruas<sup>61</sup>.

O século XII se abriu aos leigos como oportunidade de viver o Evangelho no meio dos homens recusando ao mesmo tempo o mundo através da *Imitatio Christi*. Dos grupos de movimento apostólico que agitaram a cristandade a partir deste ideal de vida religiosa, os Penitentes de Assis como veremos foram os que se estabeleceram de maneira mais sólida e frutífera através da figura carismática de Francisco.

#### 4. As confrarias de leigos

A expressão mais inovadora da participação ativa e autônoma dos leigos através de uma forma de vida religiosa foi a confraria<sup>62</sup>. Raras antes de 1200, as confrarias proliferaram em seguida, principalmente com as ordens mendicantes. Nasceram na eflorescência urbana, determinadas pelo individualismo que crescia na sociedade<sup>63</sup>.

A vida comunitária religiosa de leigos ganhou várias vertentes a partir do século XII. Algumas surgiram da procura pela fraternidade e pela paz nas comunas entre seus associados e se ligavam a mosteiros ou a conventos. O sentido delas foi inicialmente espiritual florescendo em oposição ao conservadorismo eclesiástico e senhorial<sup>64</sup>. Outras buscavam

---

<sup>61</sup> VAUCHEZ. *Les laïcs au Moyen Age - pratiques et expériences religieuses*, p.110.

<sup>62</sup> Idem. *A espiritualidade na Idade Média Ocidental - séculos VIII a XIII*, p.142.

<sup>63</sup> LÓBRICHON. *Op. cit.*, p.99.

<sup>64</sup> Ibidem. p. 108.

maior autonomia recorrendo a religiosos ou a padres apenas para celebrar missas e pregações, mas todas desfrutavam de liberdade para eleger seus dirigentes e para administrar suas normas.

Tendo por modelo as confrarias sacerdotais e as guildas de mercadores e artesãos, muitos leigos de condição modesta se agrupavam, a partir de uma base territorial como a aldeia, o bairro ou a paróquia ou segundo a condição sócio-profissional de seus membros, para promover a ajuda mútua e encarregar-se dos funerais de seus membros defuntos. Estas associações conjugavam grupos de interesse econômico e de atividades caritativas, o material e o espiritual, tornando a partir de então indissociáveis o político e o religioso<sup>65</sup>. A confraria forjava em seus membros uma consciência comunitária que beneficiava a própria coletividade uma vez que seus membros eram encorajados a exercer uma atividade caritativa, coletiva e pessoal<sup>66</sup>. É difícil distinguir antes do séc. XIII as confrarias e as guildas que se desdobravam frequentemente em sociedades de auxílio mútuo e que se colocavam às vezes sobre a proteção de um santo patrono das confrarias de devoção<sup>67</sup>.

No fim da Idade Média se firmou o modelo de confraria leiga que se espalhariá pela Época Moderna: uma fraternidade leiga que congregava fiéis em torno de um ou de vários santos patronos escolhidos como intercessores privilegiados, assegurando a celebração de ofícios religiosos para seus membros vivos e mortos<sup>68</sup>. Estas confrarias se ligavam a uma igreja, paroquial ou conventual embora fossem dotadas de estatuto jurídico autônomo. Seus confrades tinham por obrigação acompanhar as celebrações religiosas e arcar com pagamentos anuais para manutenção do fundo de solidariedade espiritual e material para os membros doentes ou idosos, ou que tivessem em dificuldades financeiras<sup>69</sup>. Ao constituir uma rede de integração para seus membros ela se revestiu de um papel essencial numa sociedade dinâmica como aquela que se firmou no Ocidente nos séculos XII e XIII.

A tendência destas fraternidades de leigos a privilegiarem as obras de misericórdia e a ajuda mútua em detrimento do aspecto espiritual criou um conflito entre as Ordens Mendicantes que com o passar do tempo tenderam a privilegiar sempre mais os aspectos propriamente espirituais e místicos da vida religiosa<sup>70</sup>. O âmbito da hagiografia retrata bem este conflito: os santos penitentes que gozaram de grande popularidade no século XIII deram lugar no século XIV à santas femininas contemplativas e místicas.

---

<sup>65</sup> Ibidem. p.107.

<sup>66</sup> LÓBRICHON. *Op. cit.*, p. 109.

<sup>67</sup> VAUCHEZ. *Les laïcs au Moyen Age - pratiques et expériences religieuses*, p.98.

<sup>68</sup> LÓBRICHON. *Op. cit.*, p. 110.

<sup>69</sup> Ibidem. p.111.

<sup>70</sup> VAUCHEZ. *Les laïcs au Moyen Age - pratiques et expériences religieuses*, p.102.

O surgimento das Ordens Terceiras entre o final da Idade Média e a Época Moderna, foi condicionado pela renovação no século XII das formas de espiritualidade leiga. A piedade ritualista e conformista monástica do período carolíngio deu lugar a uma espiritualidade evangélica e à *Imitatio Christi*, que permitiu aos leigos tomar parte na vida religiosa ativa e se unir ao Cristo através do ingresso nas cruzadas, da peregrinação aos Lugares Santos, da atividade caritativa e da penitência. A confiança dos cristãos em alcançar a salvação vivendo a religião no mundo sem do mundo sair, se fortaleceu com o apostolado evangélico e a vida penitencial pregados por Francisco de Assis.

## 5- A herança franciscana

Os frades mendicantes, especialmente os franciscanos, tiveram papel fundamental na transformação da piedade e da concepção de santidade na cristandade desde o final do século XII<sup>71</sup>. Difundiram inicialmente nos países do mediterrâneo europeu e posteriormente por toda a Europa o modelo evangélico que consagrava o ascetismo, a pobreza, o zelo pastoral e as virtudes manifestadas em vida como o único caminho que levaria o homem à santificação<sup>72</sup>. Como assinalam Le Goff e Bolton, o franciscanismo foi um movimento plenamente inserido na sociedade de seu tempo: o século XIII foi um século de penitentes<sup>73</sup>. Deste modo a Ordem dos Irmãos Menores, fundada por Francisco, embora representasse uma experiência completamente nova no seio da cristandade ocidental, assimilou alguns dos ideais pregados por alguns movimentos espirituais leigos que surgiram na Europa no século XII, anteriores ao franciscanismo<sup>74</sup> como os cirtercienses e dos *Humiliati*<sup>75</sup>.

<sup>71</sup> VAUCHEZ. *A espiritualidade na Idade Média Ocidental - séculos VIII a XIII*, p. 134.

<sup>72</sup> LE GOFF. *Op. cit.*, p. 236.

<sup>73</sup> *Ibidem.* p.231; BOLTON. *Op. cit.*, p. 79.

<sup>74</sup> Nome adotado em 1209 pela fraternidade de Francisco depois do reconhecimento de Inocêncio III.

<sup>75</sup> Dos vários grupos que surgiram no decorrer do século XII, sobressaíram por sua capacidade de se estruturar em comunidades consistentes que persistiram durante algum tempo os Cistercienses, os valdenses e os *Humiliati*. Os Cistercienses começaram a invocar um retorno à pureza primitiva em contraste com o monasticismo até então vigente, ao Evangelho como exemplo de seu modo de vida. Propunham imitar Cristo na pobreza, na simplicidade e na perfeição de vida. Os Valdenses formaram uma comunidade de leigos liderada por um rico comerciante de Lyon, Valdes, que se converteu depois de ouvir a história popular de Santo Aleixo. Aleixo, filho de patrício romano, após abandonar a noiva rica no altar, passa a viver como pobre na Síria. Teria voltado a Roma e vivido como os últimos dezessete anos sem ser reconhecido, trabalhando como servo na casa do próprio pai e dormindo num canto sob a escada. Esta história de renúncia extrema aparecia aos olhos dos cristãos leigos no século XII como uma solução laica individualista, em oposição à via monástica, para uma crise de consciência. Os que estavam descontentes com os valores sociais correntes encontraram uma mensagem vital na *Vida de Aleixo*: ao mudar dramaticamente o seu modo de vida, o homem podia encontrar uma resposta pessoal aos tormentos da época através da renovação espiritual. Assim, Valdes vende tudo o que havia adquirido

A mensagem franciscana oferecia uma vida que combinava amor caritativo, pobreza evangélica, e apostolado itinerante no mundo<sup>76</sup>. Neste sentido, a Ordem religiosa fundada por Francisco de Assis representava uma evolução gradual na espiritualidade cristã na medida em que propunha um afastamento de um ideal monástico puramente ascético de perfeição espiritual para a dedicação a uma devoção nova à humanidade do Cristo sofredor<sup>77</sup>. O modelo de aspiração espiritual que era a imitação dos apóstolos e santos foi substituído pelo ideal da imitação do próprio Cristo.

Santo que se fez menos por milagres, ainda que eles tenham sido muitos, do que pela vida exemplar, Francisco nunca quis viver como um monge e foi no meio dos homens que ele divulgou sua mensagem<sup>78</sup>. Nesse sentido o movimento se distanciou do sedentarismo monástico e inventou “uma forma inédita, adaptável e nova, de vida religiosa, no século, na

---

através da usura e passa a viver de esmolas e se aplica ao estudo da Bíblia. Seu trabalho de pregador itinerante atraiu inúmeros adeptos. Os *Humiliati* eram um grupo composto por leigos, eclesiásticos e monásticos que viviam em comunidade seguindo à risca, na sua vida cotidiana, os preceitos evangélicos. Buscavam viver a fraternidade cristã nos moldes do Evangelho, cuidavam dos doentes e dos moribundos, tomavam providências esmeradas em caso de funerais, prescreviam rituais simples como orações em grupo. A forma de pobreza voluntária praticada pelos *Humiliati* envolvia uma considerável contenção pessoal, representando um modo de vida mais austero e exigente do que o dos leigos comuns, embora evitasse ao mesmo tempo a severidade do monasticismo. BOLTON. *Op. cit.*, p. 51-54; 64; 66; 72-75.

<sup>76</sup> As primeiras instruções dadas por Francisco a seus irmãos consistiam principalmente de passagens do Evangelho - *Regula Primitiva* de 1210 que foi reconhecida por Inocêncio III. Pelo que é possível reconstituir-se a partir da Regra Primitiva, pode-se ver que aos primeiros franciscanos era permitido que, como suplemento da comida que obtinham com o produto do seu trabalho manual em leprosas e outros lugares, podiam dedicar-se à mendicância entre os pobres, não lhes era permitido defender-se se fossem atacados pelos que lhes eram hostis, deviam andar a pé, só lhes sendo permitido montar a cavalo em caso da mais extrema necessidade à imitação dos Apóstolos. Seguiu-se a *Regula Prima* que diferia da primitiva pelo fato de se adequar mais a um estilo de vida religiosa hierarquizada, constando de Noviciado e normas de ingresso de candidatos à Ordem. Esta regra foi aprovada em 1223 com algumas modificações pelo papa Honório III como regra definitiva da congregação, a *Regula Bullata*. BOLTON. *Op. cit.*, p. 82-83.

<sup>77</sup> *Ibidem.* p. 77-78.

<sup>78</sup> Na biografia escrita por Tomás de Celano, como um prenúncio do futuro que o aguardava, a mãe teria lhe dado ao nascer o nome de João Batista, o santo do deserto, da pregação e do anúncio, por quem Francisco teria sempre especial predileção. Acabou adotando o nome designado pelo pai e virou Francesco di Pietro Bernardone. Os fatos mais divulgados pela tradição cristã conforme os relatos de seus hagiógrafos e biógrafos são que Francisco teria nascido em Assis, na Itália, em 1182, era filho de rico comerciante e teria levado uma juventude descuidada e desregrada. Após sua experiência nas lutas entre Assis e Pérugia e uma séria enfermidade que contraiu em consequência delas, teria se convertido ao ideal de vida de Cristo. O primeiro ato que marcou a sua mudança foi a distribuição de seus bens aos pobres. Por esta ação teria sido deserdado pelo pai. É quando teria abandonado Assis e se refugiado nas ruínas da Igreja de São Damião que passou a reconstruir. Francisco começou a reunir outros homens desejosos de viver o apostolado e a vida de renúncia que ele propunha. Em 1209 conseguiu do Papa Inocêncio III a aprovação da Ordem dos Frades Menores. Fundou com Santa Clara, em 1212, a Ordem das Clarissas, ordem segunda franciscana para mulheres leigas. Viajou ao Oriente em missão de apostolado onde visitou a Terra Santa. Em 1224, enquanto pregava no monte Alverne, apareceram-lhe no corpo os estigmas, correspondentes às cinco chagas de Cristo crucificado, os quais permaneceram até a sua morte. Este fato ganha cores mais intensas no relato de Celano: no dia da festa da Exaltação da Cruz, Francisco teria tido a visão de um crucifixo aéreo sobre o qual estava pregado o Cristo sob a aparência de um Serafim de seis asas. Das chagas do Cristo saíam raios que imprimiram no corpo de Francisco os estigmas. O sofrimento físico que já abalava sua saúde desde as viagens ao Oriente, se agravou com os estigmas. Seu último padecimento pouco antes de morrer em 1226 foi a cegueira. Foi canonizado em 1228, apenas dois anos após a sua morte. RÉAU. *Iconographie de l'art chrétien*, p.516-517; LE GOFF. *São Francisco de Assis*, p. 15-19; LORÉDO. *Iconografia religiosa: dicionário prático de identificação*, p. 183.

cidade”, acolhendo qualquer um que tivesse desejo de seguir o caminho espiritual proposto por ele sem para isso tivesse que viver em comunidade, sem romper com sua vida familiar ou profissional<sup>79</sup>. Francisco popularizou um modo de vida religiosa leiga que seria adotado posteriormente por outras Ordens religiosas.

Do ponto de vista institucional, o franciscanismo representou uma radical ruptura com as relações de poder que até conduziam a cristandade: seguir uma vida pobre e errante como o Cristo levou representava concretamente recusar a posse de bens, não só individualmente, o que os monges já faziam, mas também a posse comunitária<sup>80</sup>. *Minores* designava nas comunas italianas do século XIII os humildes, as categorias inferiores excluídas do poder. Os Irmãos Menores buscavam assim igualar-se aos mais deserdados, à imagem do Cristo “que não tinha onde repousar a cabeça” (Mt. 8,20). Francisco rompia mais uma vez com o modelo espiritual monástico uma vez que, mesmo os cistercienses que queriam fugir do mundo, eram grandes proprietários de terras e os mosteiros *constituíam verdadeiras senhorias coletivas que geriam, defendiam e procuravam aumentar um patrimônio muitas vezes considerável, ao mesmo tempo em que exploravam homens*<sup>81</sup>. Outro aspecto revolucionário para o século XIII era a reunião em comunidade de clérigos e leigos sob as mesmas regras<sup>82</sup>. A institucionalização da ordem obrigou o movimento a estabelecer uma hierarquia interna que Francisco procurou compensar determinando eleições periódicas para renovar o quadro das funções da Ordem e estabelecendo o capítulo geral anual no qual se encontravam todos os irmãos. Desta forma ele procurava resguardar o ideal comunitário original do movimento. Mas o sentido revolucionário de suas idéias, do seu desejo de viver na pobreza mais total e na humildade, não excluía uma fidelidade incondicional à Igreja.

As únicas diferenças sociais que Francisco queria consentir em sua congregação eram as desigualdades entre sexo e idade, desigualdades naturais e portanto divinas<sup>83</sup>. Daí a desconfiança que nutria em relação a todas as estratégias de ascensão social. Ainda que não desprezasse totalmente a ciência e os livros, Francisco alertava seus irmãos para o perigo que representavam enquanto caminhos possíveis para a arrogância e a dominação, pois tornar-se um erudito era assumir o risco de participar do poder<sup>84</sup>. O saber letrado, intelectual tinha para Francisco seu valor mas poderia contrariar a vocação de humildade da sua Ordem pois o ideal

---

<sup>79</sup> LE GOFF. *Op. cit.*, p. 113.

<sup>80</sup> *Ibidem.* p. 127.

<sup>81</sup> *Ibidem.* p. 127-128.

<sup>82</sup> A única diferença que Francisco tolerava entre estes irmãos era que os clérigos conhecedores do latim lessem ou cantassem o ofício e os leigos apenas recitassem o *Pater* e a *Ave Maria*. *Ibidem.* p.127.

<sup>83</sup> *Ibidem.* p. 170-171.

<sup>84</sup> LE GOFF. *Op. cit.*, p. 217.

social a que ele aspirava era um nivelamento ao nível ao mais humilde, *societas caritatis*. A pobreza era a ausência de poder e portanto ela nivelava a todos. A fonte original e modelo único para as ações da Ordem estão nos Evangelhos, a palavra de Deus, que não podem ser substituídos por outros livros. O conhecimento da linguagem da natureza e dos astros, das virtudes de todos os seres vivos e dos *tesouros da terra*, da *língua dos anjos*, essa é a ciência que realmente importa a Francisco pois está à disposição de todos os homens independente de sua condição social<sup>85</sup>.

A vida de São Francisco, divulgada tanto em vida quanto após sua morte por seus biógrafos e hagiógrafos, ressaltava através da imitação do modelo cristológico e da prática da humildade, da pobreza e da simplicidade um modelo de união mística acessível a qualquer homem comum: “o lugar central ocupado pela devoção ao Cristo na cruz na espiritualidade franciscana não deve, entretanto, ser considerado como a expressão de um enternecimento emotivo, mas como um **meio privilegiado para a alma, a fim de ter acesso, através da contemplação da humanidade sofredora do Salvador, à contemplação da sua divindade**”<sup>86</sup>(grifo meu). Le Goff afirma que para Francisco, “um sentido agudo de onipotência e transcendência divinas” acompanhava o ato de veneração ao Cristo em sua humilhação e nos sofrimentos que padeceu no calvário<sup>87</sup>.

Se a *vita apostolica* encontrou em Francisco a sua expressão mais perfeita, necessário se faz distinguir a figura de Francisco da Ordem que tomou o seu nome por emblema, uma vez que a partir do século XIII, antes mesmo de sua morte, notava-se um esfacelamento do seu ideal evangélico, o afrouxamento do ideal de pobreza e de caridade entre os Irmãos mendicantes produzindo cisões no movimento por ele iniciado<sup>88</sup>. Tanto é que a história de sua vida seria contada após sua morte favorecendo os interesses político-

<sup>85</sup> LE GOFF. *Op. cit.*, p. 217.

<sup>86</sup> VAUCHEZ. *A espiritualidade na Idade Média Ocidental - séculos VIII a XIII*, p.132.

<sup>87</sup> LE GOFF. *Op. cit.*, p. 127.

<sup>88</sup> BOLTON. *Op. cit.*, p.83-84. As disputas se iniciaram ainda quando Francisco era vivo e persistiram após a sua morte. De um lado os *rigoristas*, aqueles que pregavam uma adesão estrita e radical aos ideais de pobreza e humildade de Francisco, a recusa de todo aparato na liturgia dos ofícios da Ordem tanto das igrejas quanto dos conventos e a guardar distância da Cúria romana - eram chamados de *Spirituali* ou *Fratricelli*, “espirituais” e eram minoritários. Do outro lado estavam os *moderados*, que defendem uma adaptação aos novos tempos, isto é um abrandamento da regra franciscana visando entre outras coisas facilitar o contínuo afluxo de novos membros para a ordem, a submissão a regra interpretada e ditada pela Igreja através das bulas papais, a necessidade de ver na Santa Sé a fonte autêntica da verdade e da autoridade numa Igreja da qual a Ordem fazia parte - estes eram denominados *Conventuali* “conventuais” e eram maioria. As dissensões entre a ala rigorista e a vertente moderada dentro da fraternidade franciscana deram origem aos ramos atuais da ordem: o dos Frades Menores da regular Observância, que seguem a Regra primitiva dos franciscanos ditada por São Francisco, o dos Frades Menores Conventuais que foram separados dos primeiros em 1517 por Leão X e o grupo dos Frades Menores Capuchinhos, ordem fundada em 1528 pelo irmão regular Matteo Baschi, além da Ordem Terceira destinada aos leigos. LORÉDO. *Iconografia religiosa: dicionário prático de identificação*, p.177; BOLTON. *Op. cit.*, p. 84-85.

religiosos das vertentes que disputam o comando da congregação<sup>89</sup>. Em pouco tempo os ideais de humildade cristã e pobreza evangélica defendidos por Francisco esmoreceram e a Ordem dos Frades Menores se converteu na principal potência religiosa da cristandade ocidental<sup>90</sup>.

No decorrer do tempo, a Ordem franciscana rapidamente abraçou cada vez mais a ciência através da ligação com o ensino universitário. A bula *Ordinem vestrum* de Inocêncio IV praticamente afastava os iletrados da congregação com a ascensão de João de Parma (1247-1257) ao cargo geral da Ordem. Este dizia que o edifício da Ordem era constituído por duas partes, isto é, “os bons costumes e a ciência”<sup>91</sup>. São Boaventura incorporou definitivamente a posse de livros na Ordem e longe de considerar que os livros deviam ser monopólio dos monges ele sustentava que a ciência era um “instrumento a serviço do apostolado”, que o conhecimento das palavras conduziria os irmãos a uma pregação adequada. Frei Boaventura inclusive recomendava aos irmãos que escrevessem livros de

---

<sup>89</sup> BOLTON. *Op. cit.*, p.81. A obra que São Boaventura dedicou à vida de São Francisco - a *Legenda Maior* e a *Legenda Minor* - configurou o imaginário da figura do seráfico de Assis e sua iconografia até o século XIX. Le Goff sublinha que os escritos do irmão são tendenciosos uma vez que ele se propõe a mostrar determinada face de São Francisco conveniente aos projetos da ordem naquele momento tendendo para os interesses dos conventuais. Assim Frei Boaventura não menciona o quanto a ordem se afastou da proposta inicial de Francisco, às vezes em pontos essenciais como a ciência e o ensino, o trabalho manual, as visitas aos leprosos, a pobreza de igrejas e conventos. No sentido que atribuímos à narrativa histórica hoje a *Legenda Maior* aparece como uma hagiografia. Boaventura ressalta a vida de Francisco como um itinerário espiritual, uma evolução mística que converge para o momento da união consumada com Jesus: os estigmas. A este fenômeno sobrenatural, São Boaventura dá uma interpretação mística e escatológica procurando apresentar Francisco como um *segundo Cristo*. As chagas seriam a recompensa divina pela perfeita imitação do sofrimento do Cristo na vida de Francisco. A *Legenda Maior* propõe resgatar fatos tidos por verídicos na vida de Francisco que explicam a sua santidade: o caminho para a guerra na Apúlia ele encontra um pobre cavaleiro a que dá sua capa, gesto que o aproxima de São Martinho; o despojamento dos bens paternos e a humilhação a que é submetido ao ser chamado de louco, apedrejado e ultrajado à semelhança do *Cristo Ecce Homo*; o beijo do leproso o faz conhecer a caridade para com os que sofrem; a visão em São Damiano de Deus lhe ordenando através da imagem do crucifixo que reconstrua sua casa, que Francisco crê ser a igreja abandonada de São Damiano, uma metáfora da reconstrução espiritual da Igreja; o sonho de Inocêncio III que vê a basílica de Latrão inclinar-se como se fosse desabar e um religioso feio e pequeno a sustentar em suas costas impedindo-a de vir abaixo, interpretando este sonho como a vontade divina e aprovando o trabalho missionário de Francisco e seus seguidores.

As duas obras de Boaventura, assim como as escritas anteriormente por outros biógrafos são tributárias, em certo grau, das obras de Tomás de Celano (1190-1260) que escreveu a *Vita Prima* encomendada ao biógrafo pelo papa Gregório IX, terminada em 1228 e a *Vita Secunda* encomendada pelo Ministro Geral da Ordem Crescêncio de Jesi em 1224, que incorporou depoimentos daqueles que conviveram com Francisco. A *Vita Prima* silencia todo traço de dissensão seja dentro da Ordem, seja entre a Ordem e a Cúria Romana, faz o elogio de Frei Elias, então muito poderoso, e se inspira nos modelos hagiográficos tradicionais: a vida de São Martinho de Tours, de Sulpício Severo, e a vida de São Bento, e de Gregório Magno. Em 1253 Tomás de Celano a pedido do novo Ministro Geral João de Parma escreve um *Tratado dos Milagres* de São Francisco. Margeando a literatura e a poesia, a lenda e a história, outras fontes textuais ajudaram ao longo dos séculos a construir o imaginário em torno de São Francisco: os escritos atribuídos a Frei Leão, que foi seu confessor, o *Sacrum commercium beati Francisci cum domina Paupertate* (O Casamento Espiritual de São Francisco com a Senhora Pobreza), epopéia escrita depois de 1227 e os *Fioretti*, pequenas narrativas edificantes escritas quase um século depois da morte de São Francisco mas que foram bastante populares. LE GOFF. *São Francisco de Assis*, p. 52-58.

<sup>90</sup> IRIARTE. *Cap. História Franciscana*, p. 70.

<sup>91</sup> LE GOFF. *Op. cit.*, p. 218.

vulgarização a serviço dos leigos<sup>92</sup>. Os livros passaram a fazer parte da perfeição da regra tanto quanto a pregação. O progresso que o livro e a escrita ofereciam enriquecia a palavra falada.

Os ideais originais da Ordem, defendidos por seu fundador, aproximavam muito a fraternidade franciscana da sociedade leiga do século XIII, na qual predominava a oralidade e uma cultura audiovisual através das encenações teatrais independentes da liturgia e dos gestos, usados como recurso pelos religiosos franciscanos nas pregações. A palavra que vinha da pregação tinha para Francisco o valor da palavra de Cristo que era, por sua natureza, a Palavra de Deus. Francisco considerava as palavras de Jesus como no mesmo plano de seu corpo e sangue. Explica-se assim por que a essência da pregação franciscana não é a retórica mas a *exempla*, as historinhas moralizantes que transportavam para o público de fiéis, precisamente aquela atmosfera de vida cotidiana e aquele ar de verdade vivida, de testemunho direto<sup>93</sup>.

Também as hesitações e ambiguidades de Francisco o aproximavam da sociedade leiga do seu tempo marcada também pelas contradições. Em meio à modernidade do séc. XIII, ele desconfiava do saber letrado no momento de nascimento das universidades e condenava o dinheiro em plena transição da economia feudal. Homem e santo, meio religioso e meio leigo, moderno, e ao mesmo tempo tradicional em sua vertente eremítica, em sua submissão à Igreja e à Eucaristia. Ele alternava a solidão e o convívio entre os homens. Ele buscou a fraternidade e a concórdia ao romper com a separação imposta pelo monaquismo entre mundo sagrado e mundo profano. O projeto missionário de Francisco dispensava a construção de igrejas já que seu ideal era ir ao encontro do homem comum. A pregação era realizada fora dos templos, nas praças, nas casas, na estrada. Onde houvessem homens que os irmãos franciscanos deveriam pregar a palavra de Deus.

Francisco viveu entre as lutas sociais e políticas do seu tempo, entre partidários do papa e partidários do imperador, entre cidades e entre famílias. Filho de comerciante, quis estar entre os pobres mas não podia apagar os vestígios da vida nobre que teve. Dessa forma ele foi sensível às fragmentações sociais de seu tempo e por isso buscou a concórdia e a superação de todas as formas de divisões sociais dando em sua Ordem o exemplo de igualdade. Os gostos e as paixões de juventude como a poesia, a alegria que, apesar de profanas não foram reprimidas, em Francisco se fizeram místicas. A par das divergências entre os biógrafos, Francisco sempre foi apresentado como um segundo Cristo imolado.

---

<sup>92</sup> Ibidem. p. 219.

<sup>93</sup> Ibidem. p. 221.



A vivência religiosa proposta por Francisco de Assis contrariava as orientações das Ordens monásticas tradicionais ao igualar clérigos e leigos, ao defender a absoluta pobreza e a contínua missão penitencial<sup>94</sup>. Com o passar dos anos, o acolhimento despretenso do ser humano no seio da fraternidade e o caminho da pobreza como valor espiritual supremo, ideais tão caros a Francisco, aos poucos deixou de seduzir seus seguidores. Estas diretrizes foram mantidas, ainda que com algumas modificações, na primeira forma institucionalizada do movimento franciscano, a *Regra Primitiva* dos frades menores franciscanos que Inocêncio III confirmou em 1209, assim como nas regras de 1221 e de 1223, a regra *bulada*<sup>95</sup>. Entretanto, a intervenção do cardeal Ugolino no movimento franciscano, primeiro enquanto legado apostólico nos territórios da Lombardia e da Toscana, entre 1217-1219, e posteriormente como papa Gregório IX (1227-1241), aproximou a Ordem Seráfica cada vez mais da estrutura das Ordens Regulares. Com o tempo, os frades menores passaram a aceitar donativos dos fiéis, eximiram-se da subordinação ao juízo ordinário e a crescente clericalização da Ordem afastou os leigos da direção do movimento<sup>96</sup>.

As determinações do Concílio de Latrão (1215) restringindo a instituição de novas Ordens religiosas não impediram a ação protecionista do papado em relação ao movimento mendicante leigo e as Ordens Primeiras que professavam os três votos de castidade, pobreza e obediência<sup>97</sup>. Nesse sentido o cardeal Ugolino incentivou o movimento franciscano a garantir sua autonomia através da acumulação de rendimentos para sua subsistência e isentando-o da jurisdição do ordinário. A influência de Gregório IX sobre os irmãos leigos da Penitência e sobre os frades menores se fez sentir na elaboração da primeira regra da ordem franciscana que pouco guarda dos ideais defendidos por Francisco de Assis<sup>98</sup>. O documento *Memoriale propositi fratrum et sororum de penitentia*, redigido em 1221, instruiu os irmãos leigos de ambos os sexos a observarem a austeridade dos trajés; a privarem-se de bailes, banquetes e juramentos solenes; a fazer jejuns em determinados dias da semana; a buscarem a comunhão e a confissão com frequência e a viverem em paz uns com os outros. Desta forma, ao contrário dos religiosos regulares que deviam obedecer aos três votos solenes para professar, aos irmãos terceiros da penitência cabia apenas respeitar os preceitos da lei divina sem mais compromissos ou formalidades. Nicolau IV, na bula *Supra montem* de 18 de agosto de 1289,

<sup>94</sup> VAUCHEZ. *A espiritualidade na Idade Média Ocidental - séculos VIII a XIII*, p. 126-134.

<sup>95</sup> IRIARTE. *Cap. História Franciscana*, p. 33-65.

<sup>96</sup> *Ibidem*. p. 50-55; 71.

<sup>97</sup> Para fugir da intervenção do Concílio, São Francisco argumentou ter sido a Ordem reconhecida verbalmente pelo pontífice antes de 1215; cf. BOLTON. *Op. cit.*, p. 126-129; 117-118.

<sup>98</sup> PRANGENBERG. *Francisco entre os seculares: tópicos histórico-sociais*, p. 36-38.

aprovou esta Regra introduzindo algumas condições e subordinando os leigos da Penitência à autoridade dos irmãos menores<sup>99</sup>.

A par da inquestionável relevância da figura de Francisco de Assis em torno da qual o movimento penitencial leigo alcançou uma projeção social mais intensa, as posteriores intervenções pontifícias entre os séculos XIV e XV, em consonância com os interesses políticos do papado, no sentido de submeter os grupos de penitentes leigos às religiões mendicantes, reaproximaram o movimento confrarial da rígida estrutura monástica a qual Francisco se opôs<sup>100</sup>.

Entretanto, o êxito do movimento confrarial leigo se fez sentir ainda no século XIII, com a instituição de duas outras Ordens Mendicantes que exerceram posteriormente forte impacto na cristandade ocidental: Os irmãos penitentes de Santo Agostinho que agregaram diversos grupos de eremitas e os irmãos congregados sob a invocação da Bem-Aventurada Virgem Maria do Monte Carmelo, na Palestina<sup>101</sup>. O reconhecimento formal desta congregação se deu com a aprovação da Regra pelo patriarca de Jerusalém em 1209 e posteriormente pelo papa Honório III (1216-1227) em 1224. Em 1245, Inocêncio IV conferiu o título de Ordem Mendicante aos irmãos terceiros do Monte Carmelo. A instituição oficial da Ordem Terceira carmelita se deu somente em 1476 pela bula de Sixto IV e através da intervenção do Prior Geral da congregação do Carmo, frei João de Soreth, que em 1452 organizou os grupos de beguinas na cidade de Colônia que desejavam se colocar sob a autoridade dos religiosos carmelitas impondo-lhes regras particulares como o uso do hábito<sup>102</sup>. Posteriormente esses grupos acolheram os votos de castidade, pobreza e obediência, dando origem ao ramo feminino da Ordem carmelita. Em 1476 Sixto IV na bula *Dum attenta* autorizava o ingresso na Ordem de homens e mulheres de quaisquer condições, solteiros ou casados, suprimindo o voto de castidade. Entretanto, na prática, a continência continuou a ser condição expressa para o ingresso de mulheres na Ordem Terceira<sup>103</sup>.

Entre os séculos XIII e XV, a cristandade ocidental viu aflorar diferentes modos dos leigos se inserirem na vida religiosa. Muitos homens e mulheres reticentes em abraçar a vida reclusa num monastério mas empenhados em alcançar a perfeição cristã optaram por se

---

<sup>99</sup> Ibidem. p. 42-43.

<sup>100</sup> BOLTON. *Op. cit.*, p. 83-85;

<sup>101</sup> O Tesouro Carmelitano de frei José de Jesus Maria, manual muito popular entre os irmãos terceiros do Carmo no século XVIII, creditava a instituição da Ordem Terceira, juntamente com a dos religiosos carmelitas, ao profeta Elias, no alto do monte Carmelo na Palestina. Esta origem sagrada da Ordem Carmelita é corrente em vários outros cronistas.

<sup>102</sup> AZEVEDO. *Regra da Ordem Terceira da Mãe Santíssima e Soberana Senhora do Monte do Carmo*, p. 33-36.

<sup>103</sup> WERMERS. *A ordem carmelita e o Carmo em Portugal*, p.83.

dedicar às obras pias permanecendo em seu estado secular conforme o proposto por Francisco de Assis. Algumas instituições religiosas leigas se constituíram a partir do agrupamento de mulheres desejosas de guardar a castidade, sem contudo se comprometer em observar os dois outros votos.

Ao final do século XVI a cristandade foi atravessada por outro movimento religioso que tinha por finalidades a renovação da Igreja Romana e o combate às ideias protestantes e que culminou na convocação do Concílio de Trento (1545-1563)<sup>104</sup>. Contrariando o ideal apostólico de Francisco de Assis a Igreja no final da Idade Média se enclausurou em modelos conservadores que privilegiavam as regras e os cerimoniais. Entretanto, uma nova sensibilidade religiosa, oriunda dos Países Baixos, se espalhou posteriormente pela Europa em fins do século XV, ancorada no retorno do *Imitatio Christi* e da *vita apostolica* como desprezo ao enrijecimento da religiosidade medieval excessivamente regrada. Os ideais da *devotio moderna* alimentaram as reformas de algumas Ordens Mendicantes que passaram a privilegiar vivências espirituais individuais e mais íntimas recorrendo mais uma vez à figura do Cristo sofrente como seu modelo. Ainda que o movimento de renovação da Igreja Romana e o combate às ideias protestantes, que culminou na convocação do Concílio de Trento (1545-1563)<sup>105</sup>, tenham reafirmado o valor das regras e das obras exteriores como via de salvação, muitos católicos abraçaram o ideal de perfeição cristã fundado na pobreza e na ascese. Deste modo o movimento leigo renovado promovido pelas Ordens religiosas, mendicantes ou não, e pelas Ordens Terceiras, representou um instrumento importante dentro das estratégias da Igreja de difusão do catolicismo. A partir do séc. XVII observou-se a expansão do movimento terciário franciscano na cristandade como resultado da estratégia conduzida pelo movimento tridentino: surgiram congregações seculares franciscanas em 1615 em Lisboa; 1633 no Porto; 1659 em Coimbra; 1674 em Braga; na Colônia portuguesa na América: em 1619 no Rio de Janeiro; 1635 na Bahia; em 1641 em Santos; 1646 em São Paulo.

A humanidade do Cristo e a vida evangélica impulsionaram o trabalho apostólico desenvolvido por várias Ordens Mendicantes através da atividade missionária<sup>106</sup>, promovendo uma renovação dos rituais, das cerimônias e do santoral, prestigiando as práticas penitenciais através das quais as experiências místicas estavam ao alcance também dos leigos. Essa

<sup>104</sup> CHÂTELLIER. *A religião dos pobres. As missões rurais na Europa e a formação do catolicismo moderno, séc. XVI-XIX.*, p.27-28. As determinações de Trento reafirmaram a autoridade papal, a prática dos sete sacramentos (batismo, confissão, eucaristia, confirmação, matrimônio ou ordenação para os padres e extrema-unção), o valor da intercessão dos santos e da Virgem Maria e a hierarquia da Igreja.

<sup>105</sup> CHÂTELLIER. *Op. cit.*, p. 27-28. As determinações de Trento reafirmaram a autoridade papal, a prática dos sete sacramentos (batismo, confissão, eucaristia, confirmação, matrimônio ou ordenação para os padres e extrema-unção), o valor da intercessão dos santos e da Virgem Maria e a hierarquia da Igreja.

<sup>106</sup> CHÂTELLIER. *Op. cit.*, p. 53-64.

vertente ascética e penitencial de religiosidade circulou na Colônia através dos frades mendicantes que aqui aportaram e estimularam a criação de institutos seculares, franciscano e carmelita. Estas fraternidades leigas acabaram por adaptar as regras conventuais às suas necessidades e anseios espirituais gerando entre os congregados modos muito particulares de vivenciar a religião católica e os preceitos das Ordens Terceiras. É esta questão que será abordada nas páginas que se seguem.

## CAPÍTULO 5 - A MORTE ENTRE OS IRMÃOS TERCEIROS

### 1. As visões da morte

A nível ontológico, a morte nivela por um instante todos os homens, independente de suas diferenças sociais<sup>1</sup>. Brancos e negros, nobres e plebeus, num determinado momento de suas existências, a morte lhes ceifa a vida. O medo de morrer sempre consumiu os homens, seja pela dor física que muitas vezes a acompanha, pelo horror à putrefação do corpo, ou pela incerteza quanto ao seu destino ou o destino da sua alma. A crença religiosa e a certeza da finitude da vida fizeram com que o homem encarnasse a morte em imagens concretas, metafóricas, como que para dar visibilidade ao desconhecido e lhe permitir enfrentá-lo.

As representações iconográficas da morte surgem no século XIII como expressão de uma sensibilidade para com o corpo humano<sup>2</sup>, uma percepção laica da finitude da vida, sem qualquer conotação moral<sup>3</sup>. As imagens medievais do Além evocavam uma alma encarnada sofrendo dores, sofrimentos físicos, queimação e outros suplícios<sup>4</sup>. A preocupação que rondava as consciências dos homens cristãos na Alta Idade Média era a concretude da alma após a morte que, se submetia ao julgamento final.

A par da consciência de que a morte é fato inevitável na vida de todos, ela passa a ser percebida desde o século XIII como um processo particular, que distingue cada indivíduo. Essa nova consciência se deveu a dois fatores: as determinações do Concílio de Latrão IV, que prescreveram o exame de consciência individual de cada cristão e a subordinação da morte à jurisdição da Igreja que passava a controlar, através de uma ritualística própria, os

---

<sup>1</sup> GOMES, Jardim das excelências: contribuição ao estudo dos discursos fúnebres. In.: GOMES; PEREIRA. *Do presépio à balança: representações sociais da vida religiosa*, p. 227; CAMPOS. Considerações sobre a pompa fúnebre na capitania das Minas – século XVIII. In: *Revista do Departamento de História*. n. 4, p. 86.

<sup>2</sup> LE GOFF; TRUONG. *Uma história do corpo na Idade Média*, p.119-120.

<sup>3</sup> CAMPOS. Considerações sobre a pompa fúnebre na capitania das Minas – século XVIII. In: *Revista do Departamento de História*. n. 4, p. 84.

<sup>4</sup> LE GOFF; TRUONG. *Op. cit.*, p. 128-130; DELUMEAU. *Op. cit.*, p. 207-220.

processos de sepultamento, missas de sufrágios<sup>5</sup>. O destino da alma também passava a ser percebido de modo particular. Acreditava-se que as penalidades no purgatório eram prescritas conforme a natureza das culpas de cada indivíduo: “os coléricos se apunhalam mutuamente, os avaros são marcados com ouro fundido, os orgulhosos são esmagados sob os pés de satã, os luxuriosos são unidos em uma cópula eterna (no fogo!), os glutões são colocados diante de uma mesa farta sem poder comer”<sup>6</sup>.

É a partir dos séculos XV e XVI que a temática da morte deixa o campo da sensibilidade humanista e, apropriada pelo discurso religioso da Igreja, ganha outra conotação<sup>7</sup>. A iconografia da morte passa a ser construída como via exortativa dos preceitos cristãos numa ótica escatológica. As imagens da morte se transformam em instrumentos de doutrinação religiosa pela carga emocional e sensível que carregam ao provocarem a repulsa e o medo através da sua vertente macabra muito em voga ao final da Idade Média<sup>8</sup>.

No século XVIII, a morte se apresentava, para o cristão, como caminho inevitável para a alma alcançar a salvação eterna, para ser aprisionada nas profundezas do Inferno, ou se sujeitar às penas no Purgatório. O discurso religioso, escrito e iconográfico, sobre a morte dramatizava os últimos momentos do moribundo, acenando com visões terríveis de castigos no Inferno, sofrimento e padecimento no Purgatório, ou a visão celestial do Paraíso eterno, reafirmando aos vivos um conjunto de preceitos, restrições e rituais para conduzir a alma ao fim desejável: a sua salvação. A preocupação com o destino *pós-mortem* da alma estimulou a aplicação financeira do defunto no pagamento de inúmeros missas de sufrágios devidamente indicadas em seu testamento com o intuito de remir as penas e garantir a salvação. As missas de sufrágios muitas vezes eram privilegiadas pelos testadores até mesmo em detrimento de benefícios aplicados em favor de parentes, amigos e obras piedosas<sup>9</sup>.

As missas de sufrágios se diferenciavam quanto ao tempo de aplicação e o número de repetições, aspectos estes que interferiam no valor e na eficácia de sua aplicação. Acreditava-se que os sufrágios rezados no dia do sepultamento ou no dia seguinte ao falecimento tinham uma atuação mais imediata sobre a alma. Com a intenção de beneficiar a sua alma, Jerônimo Moreira Crespo, irmão professo do Carmo de Vila Rica, registrou em seu testamento que deveriam ser rezadas 16 missas de corpo presente e 200 missas onde seu corpo fosse

<sup>5</sup> LE GOFF; TRUONG. *Op. cit.*, p. 123.

<sup>6</sup> LE GOFF; TRUONG. *Op. cit.*, p. 130.

<sup>7</sup> CAMPOS. Considerações sobre a pompa fúnebre na capitania das Minas – século XVIII. In: *Revista do Departamento de História*. n. 4, p. 84.

<sup>8</sup> MÂLE. *L'art religieux du XII<sup>e</sup> éme au XVIII<sup>e</sup> éme siècles*, p. 135-145; CAMPOS. Considerações sobre a pompa fúnebre na capitania das Minas – o século XVIII. *Revista do Departamento de História*. n.4. p. 9.

<sup>9</sup> NIETO. Las misas por los difuntos. Testamentos madrileños bajomedievales. In.: *En la España Medieval*. n.15, p.354.

sepultado<sup>10</sup>. Maria Josefa Antonia do Sacramento irmã da Ordem Terceira de São Francisco da vila de São João del Rei, mandou dizer por sua alma “...logo depois de meu falecimento cinquenta missas ditas na igreja onde meu corpo for sepultado da esmola costumada...”<sup>11</sup>. Antonio Afonso Machado, irmão terceiro do Carmo da vila de São João del Rei, mandou que fossem ditas por sua alma “...oitocentas missas que terão princípio no dia terceiro do meu enterro as quaes serão ditas na capela da mesma Venerável Ordem Terceira do Carmo”<sup>12</sup>. A ordem das missas de sufrágios também podiam obedecer um tempo preciso: depois de sete ou nove dias. O irmão terceiro de São Francisco da vila de São João del Rei ordenou que os sufrágios por sua alma fossem rezados “...no dia terceiro ate trinta de meu falecimento”<sup>13</sup>. Haviam também as capelanias de missas perpétuas com celebrações diárias ou semanais que representavam um alto custo financeiro, as memórias, que eram missas de sufrágios rezadas por ocasião de alguma data do calendário litúrgico, como por exemplo, a assunção de Nossa Senhora, e também os sufrágios ditos por ocasiões dos aniversários da morte do contratante<sup>14</sup>.

As Ordens Terceiras além de se comprometerem a prestar os devidos cuidados com seus irmãos defuntos, através de sepultamento no interior da igreja e realização de sufrágios particulares por suas almas, também se empenhavam na realização de cerimônias religiosas com a mesma função de sufrágios, mas de caráter geral. As congregações de irmãos terceiros do Carmo e de São Francisco faziam as rasouras, que eram pequenas procissões realizadas em volta da igreja, geralmente às segundas-feiras, quando eram entoados cânticos e orações para as almas dos irmãos falecidos<sup>15</sup>. Conforme as condições financeiras deixadas pelo contratante em seu testamento, podiam ser estipuladas diferentes missas de sufrágios para melhor beneficiar a alma. Foi com este objetivo que o padre Damazo Ribeiro da Silva irmão da Ordem Terceira do Carmo de São João del Rei mandou que 200 missas logo depois de seu falecimento, distribuídas entre a matriz e a capela dos terceiros carmelitas desta vila, 200

---

<sup>10</sup> APNSP/OP - vol. 2551. Testamento de Jerônimo Moreira Crespo - Vila Rica, 1747.

<sup>11</sup> AHET/SJDR - Testamento - cx. 117. Testamento de Maria Josefa Antonia do Sacramento - São João del Rei, 1794.

<sup>12</sup> AHET/SJDR - Inventário - cx. 144. Testamento de Antonio Afonso Machado - São João del Rei, 1802.

<sup>13</sup> AHET/SJDR - Inventário - cx. 384. Testamento de Francisco Ribeiro Mendes - São João del Rei, 1775.

<sup>14</sup> NIETO. *Op. cit.*, p. 356.

<sup>15</sup> AOTC/OP - vol. 2418. Estatutos da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo de Vila Rica. 1755, cap.3, ss.10; AOTSF/OP - vol. 204. Estatutos da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Vila Rica - 1754-1756, cap.2, ss.3, f.6; AOTSF/OP - vol. 206. Estatutos da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Vila Rica - 1758-1761, cap.3, ss; CAMPOS. Considerações sobre a pompa fúnebre na capitania das Minas – século XVIII. In: *Revista do Departamento de História*. n. 4, p. 20; PASSOS. *Em torno da História do Sabará – a Ordem Terceira do Carmo e sua igreja*, p. 30.

missas na cidade de São Paulo e na do Rio de Janeiro, e mais 100 missas por sua alma do que restasse da terça parte de seus bens<sup>16</sup>.

Um número determinado de missas constituía um tipo especial de sufrágios correspondentes a alguma data do calendário litúrgico, ou a algum santo específico que eram escolhidas pelo contratante com um objetivo simbólico de intervir a favor de sua alma. Deste modo, o irmão terceiro franciscano Bento Pinto de Magalhães mandou que se dissesse com brevidade 33 missas de sufrágios por sua alma chamadas dos anjos<sup>17</sup>. O capitão-mor José Gomes da Rocha, terceiro franciscano de Vila Rica estipulou a seguintes missas de sufrágios por sua alma: de São Gregório, 47; as da alma desamparada do purgatório, que eram 3; as de São Nicolau, 7; as de todos os reis, 13; as de Santo Amador, 35; as de Santa Mônica, que eram 7; as do desterro, também 7; as de dona Catarina, 3; as de todos os mistérios do rosário, 15; as da nove rosas de Nossa Senhora, 9; as de Santa Teresa de Jesus, 10, e as de Santo Agostinho que somavam 5<sup>18</sup>.

Além das disposições particulares estipuladas pelos irmãos terceiros em seus testamentos, a Ordem Terceira do Carmo determinava em seus estatutos que fosse realizado anualmente na capela da Ordem, no Oitavário<sup>19</sup> de Todos os Santos ou na primeira semana de dezembro, um Ofício solene pelos irmãos falecidos, “de nove lições, a canto de órgão, ou cantochão”, e, se possível fosse, acompanhado de sermão<sup>20</sup>. Do mesmo modo, os irmãos terceiros de São Francisco realizavam anualmente dentro do Oitavário dos Santos, um Ofício pela alma dos irmãos defuntos, celebrado pelos irmãos terceiros Sacerdotes, que assistiam com sobrepeliz, e cordão, com acompanhamento de música<sup>21</sup>. Podemos aferir a importância que esta celebração tinha para os terceiros franciscanos, ao comparar os gastos do Ofício Universal com as quantias dependidas para realizar a Procissão de Cinzas (Quadro 17). Ainda que os investimentos nestas cerimônias tenham caído consideravelmente ao longo do século XVIII, os gastos com o Ofício Universal se mantiveram maiores e mais estáveis que os dispêndios com a Procissão de Cinzas. A maior parte das despesas do Ofício Universal correspondia ao pagamento de espórtulas aos padres irmãos terceiros que celebravam o ofício, conforme aferi (Quadro 18).

---

<sup>16</sup> AHET/SJDR - Inventário - cx. 246. Testamento de Damazo Ribeiro da Silva - São Gonçalo do Rio Abaixo, 1784.

<sup>17</sup> AHET/SJDR - Inventário - cx. 333. Testamento de Bento Pinto de Magalhães - São João del Rei, 1754.

<sup>18</sup> APNSCAD - vol. 223. Testamento de José Gomes da Rocha - Vila Rica, 1758; Cf. NIETO. *Op. cit.*, p. 363-364.

<sup>19</sup> Missas diárias rezadas nos oito dias subsequentes à morte. CAMPOS. Considerações sobre a pompa fúnebre na capitania das Minas – século XVIII. In: *Revista do Departamento de História*. n. 4, p.19.

<sup>20</sup> AOTC/OP - vol. 2418. Estatutos da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo de Vila Rica. 1755, cap.34.

<sup>21</sup> AOTSF/OP - vol. 204. Estatutos da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Vila Rica - 1754-1756, cap.6, f.6.



A Ordem Terceira da Penitência de Vila Rica chegou a contratar 23 padres para officiar a cerimônia em 1756. Os outros gastos eram com a armação da eça, alfinetes, incenso, cera para iluminação e música cantada com acompanhamento de instrumentos<sup>22</sup>.

O Ofício Universal pelos mortos era um *memento mortis*, vivido coletivamente pelos irmãos terceiros. A função simbólica da cerimônia não era celebrar aqueles que já se foram, mas interceder junto às almas do Purgatório e lembrar os vivos da permanência inevitável da morte entre eles. A teatralidade do cenário lúgubre recorria a ossos e caveiras dispostos sobre a eça iluminada, que era colocada no interior da igreja, e em torno da qual a cerimônia era realizada<sup>23</sup>. A música era elemento essencial para criar um ambiente macabro que sensibilizasse aqueles que assistiam ao Ofício, e persuadisse à contrição e à penitência, vias de salvação ressaltadas pelas Ordens Terceiras. As imagens de ossos e caveiras foram elementos constantes na iconografia das igrejas das Ordens Terceiras franciscanas dos séculos XVII e XVIII, tanto em Portugal como na Colônia, como recurso visual pedagógico para reafirmar a via penitencial pela qual a congregação franciscana se conduzia<sup>24</sup>. Em Portugal, o exemplo mais contundente destes espaços macabros são as chamadas Casas dos Ossos, como a da Igreja de São Francisco de Évora<sup>25</sup>. Entre os irmãos terceiros de São Francisco de Vila Rica e da vila de São João del Rei a invocação do macabro se fazia cotidianamente pela caveira na mão da imagem de São Francisco. No arquivo da Ordem Terceira do Carmo de São João del Rei há uma edição do século XIX do Pontifical Romano da cidade de Viseu, em Portugal, feito em 1610 por Stephanus Gonzáles Abbas, onde consta uma ilustração de uma construção efêmera armada no interior de uma igreja para a realização do Ofício pelos Mortos. (foto 15). Como afirma Ávila, o espetáculo lutuoso proporcionado pela arte barroca criava um efeito cenográfico destinado a infundir e realçar “o sentimento reflexivo diante da morte, a consciência místico-existencial da efemeridade do mundo”<sup>26</sup>. As cerimônias realizadas no dia de Todos os Santos não foram exclusivas das Ordens Terceiras mas mobilizavam também todas as Irmandades. A ocasião era motivo para confrades e irmãos terceiros saírem em procissões solenes pelas ruas das vilas ostentando ossos e caveiras recolhidos entre as campas de suas igrejas que ficavam expostos até o dia seguinte em suas

<sup>22</sup> AOTSF/OP - vol. 216. Livro I de receita e despesa da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Vila Rica - 1751 a 1812. 1751.

<sup>23</sup> Cf. sobre o assunto Campos. A presença do macabro na cultura barroca. In: *Revista do Departamento de História da UFMG*. n. 5, p. 89.

<sup>24</sup> HILL. Fragmentos de mística e vanidade na arte de um templo em Minas: a capela da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Ouro Preto. In: *Revista do IAC*. n.1, v.2, dez. 1994, p. 42.

<sup>25</sup> VELLOSO. As capelas de ossos em Portugal como parte da cenografia barroca - breve apontamento. In: *Revista do IAC*. n.1, v.2, dez. 1994, p.20-23.

<sup>26</sup> ÁVILA. *O lúdico e as projeções do mundo barroco I*, p. 170-171.

capelas para relembrar a presença constante da morte<sup>27</sup>. O número de 200 missas que compunham o Ofício pelos Mortos, determinado pelos estatutos da Ordem Terceira de São Francisco de Vila Rica, foi reduzido ao final do século XVIII para 90 missas, em função das dificuldades financeiras que foram comuns às Ordens Terceiras da capitania das Minas neste período<sup>28</sup>.

---

<sup>27</sup> CAMPOS. Considerações sobre a pompa fúnebre na capitania das Minas – o século XVIII. *Revista do Departamento de História*. n.4. p. 17.

<sup>28</sup> AOTSF/OP - vol. 216. Livro I de receita e despesa da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Vila Rica - 1751 a 1812.

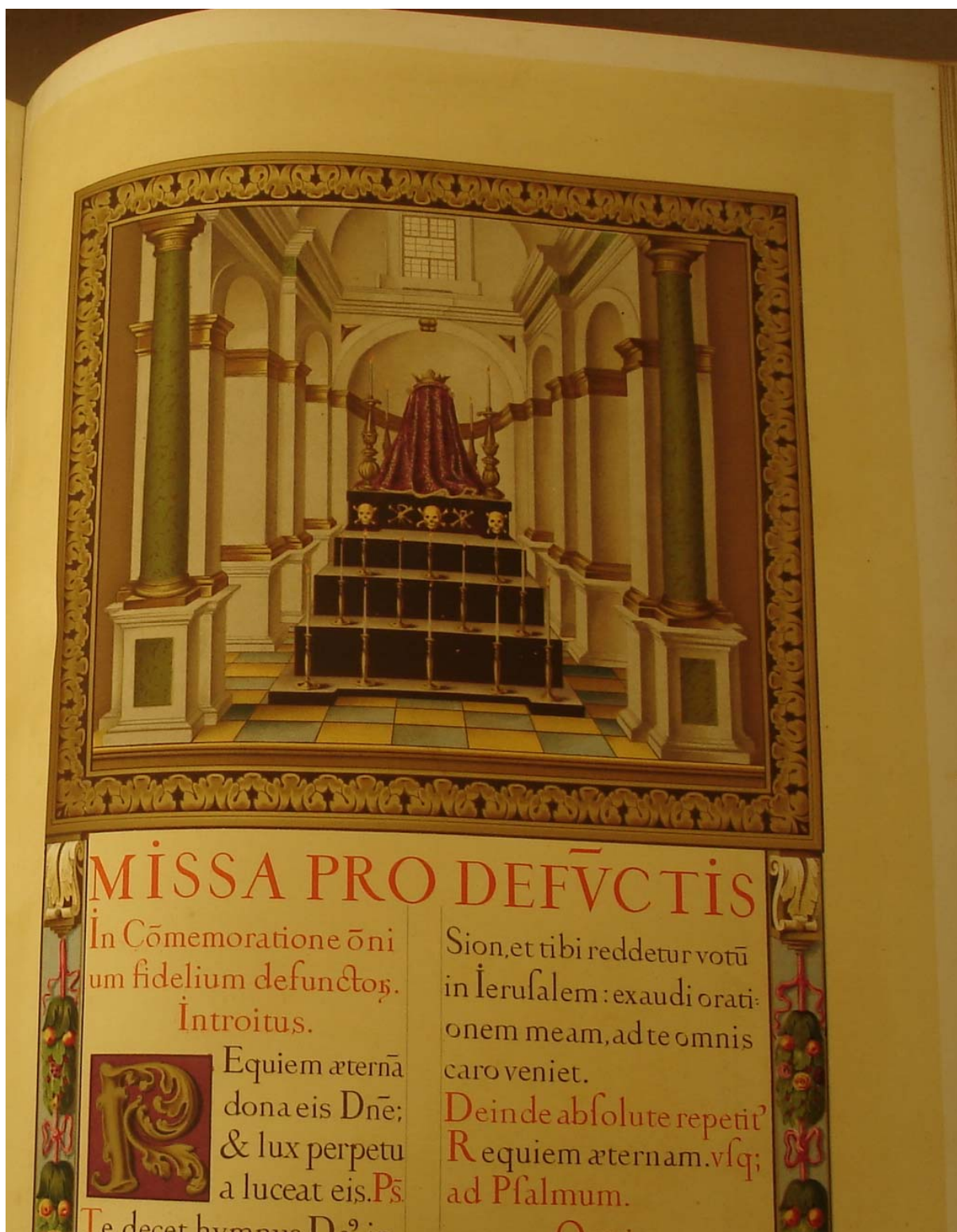


Foto 14- Ilustração de construção efêmera armada no interior de uma igreja para a realização do Ofício pelos Mortos - Pontifical Romano, século XVII. (Adriana Sampaio Evangelista, 2009).

## 2. Os santos protetores

Ao recorrer em vida aos santos de devoção, os irmãos terceiros buscavam a proteção contra as adversidades da vida, a doença, o sofrimento, e, conseqüentemente, contra a proximidade da morte. A domesticação simbólica através de preces, esmolas, ritos diante das imagens dos santos nas igrejas ou nas capelas particulares, para se obter a graça e a benevolência divina, fez com muitos irmãos tivessem junto de si uma imagem do santo de sua predileção. Na religiosidade popular baseada numa relação de troca, a devoção aos santos se faz na expectativa de que estes protejam das doenças, das mazelas da vida cotidiana e amparem na hora extrema quando a morte chegar. Em contrapartida, os santos que foram venerados em vida retribuem na hora da morte auxiliando o moribundo a realizar o trânsito entre os dois mundos<sup>29</sup>.

O irmão terceiro de São Francisco de Vila Rica, o capitão-mor José Gomes da Rocha, tinha em seu poder uma cruz com Cristo crucificado e os martírios<sup>30</sup>. A afeição pelo Cristo sofrente difundida pelas religiões mendicantes, ao que parece, motivou a devoção de José Gomes da Rocha. Este morador na freguesia de Antônio Dias, por detrás da igreja Matriz, teve na Ordem Terceira ativa participação como oficial, ocupando vários cargos na hierarquia da Mesa Administrativa. José Gomes da Rocha inclusive deixou uma capelania de missas perpétuas no dia de Nossa Senhora da Porciúncula.

O reinol José Teixeira de Barros, Irmão da Ordem Terceira do Carmo da vila de São João del Rei compôs um oratório particular com as imagens dos santos carmelitas, Santo Ivo e Santa Bona, Nossa Senhora do Carmo, a imagem do Santo Cristo, e Santo Antonio, santo missionário franciscano<sup>31</sup>. Muitas devoções foram trazidas de Portugal pelos colonizadores que, uma vez estabelecidos, procuraram ampliar e diversificar

Antonio Peixoto de Sá, irmão terceiro da Ordem do Carmo de Vila Rica, natural de Braga, também tinha um oratório de madeira com sua gaveta com as imagens Nossa Senhora do Monte do Carmo, São Joaquim, Santa Ana, e duas imagens de Santo Antonio<sup>32</sup>. Apesar das restrições diocesanas quanto às missas celebradas em altares portáteis e oratórios

---

<sup>29</sup> GOMES. Jardim das excelências: contribuição ao estudo dos discursos fúnebres. In.: GOMES; PEREIRA. *Do presépio à balança: representações sociais da vida religiosa*, p. 274.

<sup>30</sup> APNSCAD - vol. 223. Testamento de José Gomes da Rocha - Vila Rica, 1758.

<sup>31</sup> AMRSJDR - Inventário - cx. 491. Inventário de BARROS, José Teixeira de Barros - Vila de São João del Rei, 1764.

<sup>32</sup> AHMI - Inventário - fundo cartorial. Inventário de Antonio Peixoto de Sá - Vila Rica, 1780.

domésticos<sup>33</sup>, muitos irmãos terceiros proveram suas residências com pequenas capelas devidamente paramentadas para a celebração do culto religioso. Pedro Gomes Carmo, irmão da congregação carmelita de Vila Rica dotou a capela de sua residência com todos os objetos necessários à realização de missas: uma casula de cambraia branca e encarnada com sua estola, manípulo e bolsa de corporais com seu galão de retrós amarelo e um véu e cordão, um amito de pano de linho com sua renda, uma bolsa de corporais, três véus, um verde outro encarnado outro roxo e três palas; um cálix e uma patena dourados, um pano riscado de algodão de cobrir e mesa da sacristia; uma mesa da sacristia com um gavetão, com fechadura e chave, uma campainha e duas palhetas de estanho, uma toalha de altar de algodão fino com suas rendas em roda, uma pedra d'ara, dois castiçais de pau torneados com alguma talha, um missal, uma toalha de algodão de aguar as mãos; e as imagens de Nossa Senhora do Carmo, Cristo Crucificado e Santo Antonio<sup>34</sup>.

Depois do Cristo crucificado, Nossa Senhora da Conceição, devoção lusitana muito forte entre os portugueses, era a entidade celeste mais requisitada junto aos irmãos terceiros. Seguia-se Santo Antonio, cuja devoção também sempre foi muito grande no Reino. E, finalmente, os irmãos terceiros buscavam ter em suas casas as imagens dos respectivos santos das Ordens: São Francisco e Nossa Senhora do Carmo (Quadro 19).

Outros, como o capitão Manoel Martins Dinis, natural de Braga, também irmão terceiro na mesma congregação franciscana de Vila Rica, buscaram ampliar o seu círculo de proteção espiritual e temporal<sup>35</sup>. Manoel Martins também era associado às Irmandades do Santíssimo Sacramento e Nossa Senhora da Boa Viagem. Em sua residência, para sua devoção particular as seguintes imagens: Santo Cristo, São Sebastião, Santo Antônio, São Francisco, Santa Ana e Nossa Senhora da Conceição. O ingresso em uma ou várias Irmandades e Ordens Terceiras, a par do auxílio confraternal, também era motivado por interesses devocionais, somados às condições financeiras de arcar com os anuais destas associações (Quadro 20).

Do total apurado de 140 irmãos da Ordem Terceira do Carmo, 63% pertenciam exclusivamente à congregação, enquanto 41,4% do total de 108 irmãos da Ordem Terceira de São Francisco eram associados apenas a esta Ordem. A segunda associação religiosa na preferência dos irmãos terceiros carmelitas era a Irmandade de São Miguel e Almas, seguida

---

<sup>33</sup> RODRIGUES, Monsenhor Flávio Carneiro. (Org.). *Cadernos Históricos do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana*. As visitas Pastorais do século XVIII no Bispado de Mariana. n.2. Mariana: Arquidiocese de Mariana, 1994, p. 159. Visita pastoral do Dom Fr. Domingos da Encarnação Pontevel à Matriz de N.Sra da Piedade da Borda do Campo em 7 de outubro de 1781.

<sup>34</sup> AHMI - Inventário 1º of., cód.127 - auto 1580. Inventário de Pedro Gomes Carmo - Vila Rica, 1798.

<sup>35</sup> AHMI - Inventário 1º of., cód.109 - auto 1391. Inventário de Manoel Martins Dinis - Vila Rica, 1794.

do Santíssimo Sacramento, e da Ordem Terceira de São Francisco. A ligação entre as devoções a Nossa Senhora do Carmo e São Miguel, que motivavam o ingresso dos irmãos Terceiros nesta Irmandade, está na crença difundida desde o século XIV de que Nossa Senhora do Carmo salvaria as almas de seus devotos do fogo do Purgatório no sábado imediato ao dia que falecessem<sup>36</sup>, assim como São Miguel, é tomado como o anjo defensor das almas do fogo do Inferno e do Purgatório, tanto é que a Irmandade de Vila Rica se intitulava de São Miguel e Almas<sup>37</sup>. Entre os irmãos terceiros de São Francisco, a Irmandade do Santíssimo Sacramento foi a segunda associação religiosa à qual estes irmãos buscaram se filiar, seguida pela Ordem do Carmo, Senhor dos Passos e São Miguel e Almas. Não é difícil compreender que os irmãos terceiros de ambas as Ordens, buscassem se agregar às Irmandades do Santíssimo Sacramento, na busca de prestígio tanto temporal quanto espiritual.

O irmão terceiro do Carmo da vila de São João del Rei, Sebastião Fernandes da Costa, guardava em seu oratório duas imagens de Santa Ana, uma imagem do Cristo Crucificado, outra de Nossa Senhora da Conceição, uma de São Sebastião, e uma de São Bento<sup>38</sup>. João José Pereira, irmão terceiro do Carmo da vila de São João del Rei, tinha uma imagem do Crucificado e uma imagem de vulto de Nossa Senhora da Conceição<sup>39</sup>. Percebe-se que os irmãos terceiros não restringiam suas devoções ao santoral das respectivas Ordens, apelando para outras entidades religiosas quando sentissem necessidade. Os critérios que definiam as devoções eram muito particulares, mas dentre eles estava a preocupação com o momento final da passagem para o outro lado. Nas imagens dos santos era depositada a confiança na proteção em vida e na hora da morte.

### 3. A Boa Morte

Os discursos fúnebres dos séculos XVII e XVIII nas suas diversas expressões – na arte e na literatura - sublinharam o medo quanto à incerteza do destino da alma *pós-mortem*.

---

<sup>36</sup> CAMPOS. A morte, a mortificação e o heroísmo: o “homem comum” e o “santo” na capitania das Minas. In: *Revista do IFAC*. n.2, dez. 1995, p. 11.

<sup>37</sup> Sobre a devoção a São Miguel e Almas na capitania, consultar CAMPOS, Adalgisa Arantes. *A terceira devoção do setecentos mineiro: o culto a São Miguel e Almas*. 1994. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

<sup>38</sup> AHET/SJDR - Inventário - cx. 428. Inventário de Sebastião Fernandes da Costa - São João del Rei, 1805.

<sup>39</sup> AHET/SJDR - Inventário - cx. 526. Testamento de João José Pereira - São João del Rei, 1777; AHET/SJDR - Inventário - cx. 526. Inventário de João José Pereira - São João del Rei, 1787.

A vulgarização dos compêndios ilustrados com imagens sobre a morte, a *Ars moriendi*<sup>40</sup>, que a partir do século XVI começaram a circular em Portugal e em toda a Europa, se inseria numa pedagogia escatológica difundida pela Igreja<sup>41</sup> que visava divulgar os “horrores e suplícios a que se submetem aqueles que não se preparavam para morrer”<sup>42</sup>. Se levado repentinamente da vida, sem a devida preparação, corria-se o risco de morrer em estado de pecado mortal e, assim, aumentavam as chances de ser condenado ao inferno<sup>43</sup>.

A busca pela *boa morte* passava então a ser cultivada entre os católicos, que agora necessitavam recorrer a um especialista, porque a boa morte passava a ser subordinada à intermediação de um representante eclesiástico<sup>44</sup>. Os irmãos terceiros recorriam, sempre que fosse possível, a assistência na hora da morte, quando o moribundo dispunha ainda de algum tempo e pudesse chamar o padre para lhe ajudar a morrer em paz. Esse era o objetivo dos vários livros de instrução sobre como *bem morrer* que circularam na capitania das Minas Gerais (Anexo 5). A assistência na hora derradeira era essencial pois como afirmava frei Antônio de Alvarado, no seu livro *Arte de bien morir, y guia del camino de la muerte*, “Não ponha confiança de alcançar, em suas fracas forças, que por muito douto e experimentado que seja neste exercício, não bastam para negócio tão árduo e dificultoso, como é guiar um enfermo no passo perigoso da morte”<sup>45</sup>. Frei Alvarado explicava em sua obra as vantagens da alma ser ajudada no momento liminar, quando se dá o confronto entre as forças do Bem e as do Mal, na disputa para levá-la:

Por uma parte a combate o mundo enganador, com o amor e desejo das coisas amadas que nele deixa. Por outra parte a combate o demônio maligno, com as mais extraordinárias cautelas de sua astúcia. Por outra parte a oprime a carne fraca e doente com os penosos acidentes da enfermidade, com a alteração dos sentidos, com o desconcerto dos humores, com a debilitação dos membros, toda banhada em lágrimas e sumida em angústias dolorosas. Ela mesma com seus próprios pensamentos se faz guerra, afligindo-se com a memória passada, e com o temor do futuro, e com outras mil ânsias, que concorrem aquele dilúvio de trabalhos. Não pode haver tempo mais oportuno, para receber socorro, pois há extrema necessidade do Justo é que acudam todos a dar-lhe, e em particular os que têm obrigação por razão de seu ofício, e instituto<sup>46</sup>.

<sup>40</sup> MÁLE. *L'art religieux du XII éme au XVIII éme siècles*, p. 146-152.

<sup>41</sup> GOMES. Jardim das excelências: contribuição ao estudo dos discursos fúnebres. In.: GOMES; PEREIRA. *Do presépio à balança: representações sociais da vida religiosa*, p. 242; 246.

<sup>42</sup> GOMES. *Op. cit.*, p. 246; DELUMEAU. *O pecado e o medo*, p. 105-116.

<sup>43</sup> LE GOFF; TRUONG. *Uma história do corpo na Idade Média*, p. 127.

<sup>44</sup> GOMES. *Op. cit.*, p. 242.

<sup>45</sup> ALVARADO. *Op. cit.*, p.231-233.

<sup>46</sup> *Ibidem*. p. 229-230.

Deste modo, o catolicismo contra-reformista fazia a apologia de dois modos antagônicos de se morrer. Ao pecador que não era assistido na sua hora derradeira só restavam as chamas do Inferno. A salvação da alma ficava condicionada por ritos e sacramentos da Igreja administrados nos últimos instantes de vida do moribundo. A morte preparada e assistida poderia salvar a alma da danação eterna, mediante o ato de contrição, confissão e extrema-unção, administrados pelo sacerdote<sup>47</sup>. A forma como se deixava este mundo determinava a entrada no outro, por esta razão a morte súbita assombrava os crentes, temerosos de terem suas almas levadas para o Inferno.

A morte ganhava *status* de evento social, pois a sua manifestação implicava alterações na ordem material e espiritual da sociedade<sup>48</sup>. Além da assistência de um profissional da fé, aquele que buscava a boa morte se cercava na hora derradeira de amigos e familiares para seu consolo e amparo<sup>49</sup>. Como afirmava frei Antônio de Alvarado, “a hora da morte é hora de vigilância pois o demônio está à espreita”<sup>50</sup>.

Os manuais de bem morrer ensinam a suportar a dilaceração do corpo e a morte dolorosa, apresentando modelos exemplares que aceitaram o martírio e a resignação diante da morte e em quem os crentes podem buscar sustento para a sua fé: os santos. Ao contrário da pedagogia do horror escatológico, a morte exemplar dos justos e dos santos ressaltada pela Igreja Contra-reformista, não enfatiza o aspecto degradante da morte, mas a sublimação dos medos e ameaças<sup>51</sup>. Em sua obra de *bem morrer*, frei Alvarado instrui o sacerdote a colocar nas mãos do moribundo a imagem do crucifixo, “é de grande proveito para despertar afetos nas almas”, enquanto dirige seus pensamentos para as cenas de dor suportada pelo Cristo padecente:

...padeceu por ser desnudo, por haver sido colocado entre dois ladrões, foi desamparado pelos amigos, pela dor de sua Mãe, pela sua morte; no corpo sofreu em todos os sentidos: cruelíssimas dores: na cabeça com os espinhos, na cara com as bofetadas, nas barbas e cabelos que foram arrancados, nos braços que foram desconjuntados, nas mãos e pés que foram rasgados pelos duros cravos, nos nervos que foram esticados, nas veias pelo grande jato de sangue que foi quase todo

<sup>47</sup> ALVARADO. *Arte de bien morir, y guia del camino de la muerte*. Tratado I.

<sup>48</sup> GOMES. Jardim das excelências: contribuição ao estudo dos discursos fúnebres. In.: GOMES; PEREIRA. *Do presépio à balança: representações sociais da vida religiosa*, p. 242.

<sup>49</sup> Ver a respeito CAMPOS. A morte, a mortificação e o heroísmo: o “homem comum” e o “santo” na capitania das Minas. In: *Revista do IFAC*. n.2, dez. 1995, p.10-11.

<sup>50</sup> ALVARADO. *Op. cit.*, p. 308-3309; RODRIGUES. Entre o temor e a confiança: o medo da agonia e a presença do purgatório nos discursos testamentários portuenses, 1650-1749. In: Os “Últimos fins” na cultura ibérica (XV-XVIII). *Revista da Faculdade de Letras, Línguas e Literaturas*.

<sup>51</sup> GOMES. Jardim das excelências: contribuição ao estudo dos discursos fúnebres. In.: GOMES; PEREIRA. *Do presépio à balança: representações sociais da vida religiosa*, p. 246-247; ILLÁN, *Actitudes colectivas ante la muerte em Murcia durante el siglo XVIII*. p.99.



derramado, nas entranhas pela secura, nos ossos porque os descobriram pelos açoitamentos e por ter sido seu corpo tão estirado para ser pregado na cruz. Também foi atormentado nos cinco sentidos: nos olhos vendo os rostos e escárnios que lhe faziam seus inimigos e as lágrimas e soluços de seus amigos, nos ouvidos, ouvindo as injúrias e blasfêmias que contra ele diziam; no olfato, pelo odor que sentia no Monte Calvário onde foi crucificado; pelo gosto, padecendo grandíssima sede, bebendo fel e vinagre; no [...] que está sentido por todo o corpo como tinha ele todo cheio de feridas dos pés à cabeça...<sup>52</sup>.

A *boa morte* também passava a ser condicionada pela conduta em vida<sup>53</sup>. Os valores morais eram determinantes para se obter uma *boa morte*. Deste modo, as obras de caridade e benevolência, o desprendimento, a humildade, em suma, a observância dos mandamentos da Igreja, configuram créditos junto a Deus<sup>54</sup>. O saldo desta poupança simbólica poderia ajudar a alma no momento em que fosse julgada: aos cristãos piedosos o Paraíso, aos pecadores, o Inferno.

#### 4. Os testamentos

Para assegurar uma boa morte, o católico no século XVIII, antes de deixar a vida terrena, precisava saldar suas dívidas afetivas e financeiras, fazer justiça, dispor de seus bens, e seus negócios, organizar a vida de entes queridos que ficavam, em suma, deixar a vida que abandonava, em ordem. Também deveria registrar suas disposições e orientações quanto aos rituais fúnebres de seu sepultamento e sobre os números de sufrágios por sua alma. Esta era a função do testamento. Tratava-se de um documento escrito pelo próprio testador ou ditado a alguém de sua confiança, registrado em cartório, lacrado e só aberto após a morte. Cabia ao testamenteiro designado pelo falecido cuidar para que as disposições determinadas no testamento fossem cumpridas. Para tanto, no próprio testamento o falecido estabelecia o tempo limite para que o testamenteiro cumprisse as obrigações a que se responsabilizava satisfazer. Passado o prazo determinado para que as disposições testamentárias fossem cumpridas, o testamenteiro era obrigado a prestar contas em Juízo.

A par de seu estatuto jurídico, o testamento era momento solene em que o testador, ao redigir suas determinações, precisava pensar na morte e na vida, refletir sobre suas ações e

---

<sup>52</sup> ALVARADO. *Op. cit.*, p. 310-318.

<sup>53</sup> *Ibidem*. p. 74.

<sup>54</sup> GOMES. *Op. cit.*, p. 242.

conduta, sobre o que, quem e como deixava para trás<sup>55</sup>. Ao escrever seu testamento o indivíduo se obrigava a fazer um exame de consciência. Deste modo, o testamento oferecia uma salvação da alma individualizada, pois as suas determinações poderiam depor a favor ou contra a sua alma na hora do julgamento final. Por esta razão era importante que fosse redigido com antecedência, em vida e com saúde, para que o abatimento pela doença, por exemplo, não turvasse o discernimento do testador. A aprovação da profissão dos irmãos terceiros de São Francisco estava condicionada à entrega de seus testamentos logo quando ingressavam no Noviciado<sup>56</sup>. Entretanto, na prática, muitos irmãos não apresentavam seus testamentos, o que era motivo de repreensão constante por parte dos Comissários que visitavam as Ordens Terceiras<sup>57</sup>. Era nos momentos de doença que os irmãos terceiros se viam impelidos a fazer seus testamentos, receosos de que a morte os surpreendesse e eles passassem para o outro mundo sem deixar devidamente sua vida terrena organizada (Quadro 21).

Apesar da estrutura do testamento obedecer a um modelo corrente difundido pela literatura religiosa da época, de conhecimento de padres, leigos e escrivãos, a sua elaboração era sujeita às emoções e desejos particulares de cada indivíduo consoante à situação em que foi escrito. Houve entre os irmãos terceiros, aqueles que, abalados pelos momentos difíceis da doença redigiram seu testamento, e que, ao se verem reabilitados, introduziam alterações no documento. O irmão terceiro do Carmo de Vila Rica, Pedro Gomes Carmo assim justificou seu codicilo “...em meu perfeito juízo sem outra moléstia que não sejam as muitas crônicas que me afligem (...) temendo me da morte e querendo sanar alguns erros, e defeitos do antigo testamento e codicilo que havia feito e que por este derrogo<sup>58</sup>.

A importância creditada pelos católicos à salvação da alma resultava como vimos anteriormente na aplicação de vultosas somas de dinheiro na realização dos sufrágios o que gerou várias intervenções da política pombalina no sentido de restringir o excessivo número de missas que, se por um lado beneficiavam as almas dos contratantes, por outro também engordavam os bolsos do clero<sup>59</sup>. Para fugir às restrições impostas pela Coroa e garantir a salvação da alma através de um numeroso conjunto de sufrágios, vários irmãos terceiros

<sup>55</sup> RODRIGUES. *Entre o temor e a confiança: o medo da agonia e a presença do purgatório nos discursos testamentários portuenses, 1650-1749*. In: Os “Últimos fins” na cultura ibérica (XV-XVIII) Revista da Faculdade de Letras, Línguas e Literaturas.

<sup>56</sup> AOTSF/OP - vol. 204. Estatutos da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Vila Rica - 1754-1756, cap.2, ss.4; AOTC/OP - vol.2438. Protocolo. Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo de Vila Rica. 1753 a 1869, f.62v.

<sup>57</sup> AOTSF/OP - vol.155. Deliberações da Mesa da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Vila Rica - 1757 a 1768.; 1758, 21v.-23v.

<sup>58</sup> AHMI - Inventário 1º of., cód.127 - auto 1580. Testamento de Pedro Gomes Carmo - Itabira, 1797.

<sup>59</sup> FALCON. *A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*, p. 420.

deixavam em anexo a seus testamentos cartas fechadas endereçadas a seus testamenteiros sob a condição de sigilo, determinando mais missas além das permitidas<sup>60</sup>. Manoel Martins de Carvalho, homem solteiro, irmão terceiro do Carmo da vila de São João del Rei, enfermo, fez seu testamento em 24 de fevereiro de 1795, onde deixava uma carta fechada endereçada ao testamenteiro para que cumprisse as instruções de seu conteúdo<sup>61</sup>. José Monteiro Cardoso, irmão terceiro do Carmo da mesma vila, “por na ocasião não poder bem escrever”, por se encontrar doente, ditou seu testamento onde informava ao testamenteiro que deixava

uma carta minha fechada com subscrito ao testamenteiro, que aceitar a minha testamentária, cuja carta contém várias disposições assim pias, como profanas, as quais meu testamenteiro cumprirá inviolavelmente da minha fazenda, e em segredo, e cumpridas reduzirá à cinzas a dita carta, e muito lhe recomendo o cumprimento de tudo, e que não seja vista a dita carta em Juízo, nem fora dele, e jurando de ter cumprido tudo, se haverá por desobrigado, e da despesa, que fizer com esse cumprimento<sup>62</sup>.

As expressões correntes nos testamentos às vezes dão lugar a frases mais emotivas sinalizando desejos mais íntimos. Entre os irmãos terceiros do Carmo e de São Francisco, as justificativas apresentadas para a realização dos testamentos variaram desde a fórmula comum “temor da hora da morte” e “salvar a sua alma” até “dispor dos bens temporais” e “dispor da sua consciência” (Quadro 22).

O testador deveria dispor de seus bens terrenos em benefício de outros, ou em seu próprio benefício, neste caso, designando a sua alma como herdeira universal do que restasse de sua terça, que seria aplicado em missas. Foi o que fez Manoel Velho de Castro, solteiro, irmão da Ordem Terceira do Carmo de Vila Rica, instituiu como sua única e universal herdeira, a sua alma<sup>63</sup>. Também instituíram as suas almas beneficiárias do restante de suas terças, Jerônimo Moreira Crespo, morador do arraial do Padre Faria, irmão do Carmo de Vila Rica<sup>64</sup>, e o irmão terceiro do Carmo da vila de São João del Rei, José Monteiro Cardoso<sup>65</sup>. Domingos José Marques dos Reis, irmão Terceiro carmelita de Vila Rica, morador da rua direita de Antonio Dias, instituiu a sua venerável Ordem Terceira do Carmo como herdeira universal<sup>66</sup>.

<sup>60</sup> Agradeço a informação à Prof. Cláudia Rodrigues.

<sup>61</sup> AMRSJDR - Testamento - cx. 22. Testamento de Manoel Martins de Carvalho - Barbacena, 1795.

<sup>62</sup> AMRSJDR - Testamento - cx. 18. Testamento de José Monteiro Cardoso - São João del Rei, 1796.

<sup>63</sup> APNSP/OP - vol. 2551. Testamento de Manoel Velho de Castro - 1757. Freguesia de São Bartolomeu, 1757.

<sup>64</sup> APNSP/OP - vol. 2551. Testamento de Jerônimo Moreira Crespo - Vila Rica, 1747.

<sup>65</sup> AMRSJDR - Testamento - cx. 18. Testamento de José Monteiro Cardoso - São João del Rei, 1796.

<sup>66</sup> APNSP/OP - vol. 2551. Testamento de Domingos José Marques dos Reis - Vila Rica, 1754.

Ao escrever seu testamento, muitos procuravam reparar erros, reconhecer filhos tidos fora do casamento e garantir que os frutos das relações de concubinato fossem amparados, financeira e socialmente. O capitão Manoel Martins Dinis, Terceiro da Ordem franciscana de Vila Rica, declarou que nunca havia sido casado, nem tinha herdeiros legítimos e instituía Antonio pardo, filho de sua escrava Ana crioula, além de outros filhos que teve com outra escrava<sup>67</sup>. Francisco Inácio Botelho, irmão da Ordem Terceira do Carmo da vila de São João del Rei, informou em seu testamento que tinha sido casado em legítimo matrimônio do qual teve cinco filhos e que em sua mocidade teve um filho natural na vila do Príncipe do Serro que instituía como sua herdeira assim como seus filhos legítimos<sup>68</sup>. O irmão terceiro carmelita de Vila Rica, Ambrósio Rodrigues da Cunha declarou que depois de viúvo teve um filho natural por nome Domingos que nasceu em 20 de dezembro de 1772, filho de uma parda forra por nome Teresa Angélica de Jesus, moradora na Ladeira do Ouro Preto, o qual filho reconhecia como seu legítimo herdeiro<sup>69</sup>. João Lopes da Fonseca, irmão da Ordem Terceira do Carmo de Vila Rica, morador no Palácio Velho de Antônio Dias desta vila, se declarou solteiro mas com um filho por nome João Lopes da Cruz pardo o qual o houve de uma parda por nome Leonor Lopes de Souza então solteira, o qual filho declarava seu herdeiro legítimo no restante de sua terça<sup>70</sup>. José Teixeira de Barros, irmão da Ordem Terceira do Carmo de São João del Rei instituiu por herdeira, uma filha que teve de uma sua escrava<sup>71</sup>.

O testador havia de solicitar ao seu testamenteiro que saldasse suas dívidas, fossem de qualquer natureza, de modo a ter sua consciência tranquila quando a morte viesse buscá-lo. O sargento-mor da Cavalaria Auxiliar desta Comarca, Joaquim Pedro de Souza e Câmara, irmão da Ordem Terceira do Carmo da vila de São João del Rei, ordenou que “Em primeiro lugar se pague tudo quanto eu estiver devendo ao tempo que falecer”<sup>72</sup>. Do mesmo modo procedeu João Rodrigues Borges, irmão daquela congregação<sup>73</sup>. Rosa Maria de Jesus, também irmã terceira do Carmo daquela vila, registrou em seu testamento “...que também devo por promessa que fez a Santo Antônio por me reparar uns escravos que trazia fugidos o fazer-lhe um oratório decente com imagem do mesmo santo, e com capacidade de nele se

<sup>67</sup> AHMI - Inventário 1º of., cód.109 - auto 1391. Testamento de Manoel Martins Dinis - Vila Rica, 1785.

<sup>68</sup> AMRSJDR - Testamento - cx. 14. Testamento de Francisco Inácio Botelho - Lavras do Funil, 1796.

<sup>69</sup> AHMI - Inventário 2º of., cód.68 - auto 756. Testamento de Ambrósio Rodrigues da Cunha - Vila Rica, 1784.

<sup>70</sup> AHMI - Inventário 1º of., cód. 69 - auto 826. Testamento de João Lopes da Fonseca - Vila Rica, 1785.

<sup>71</sup> AMRSJDR - Inventário - cx. 491. Testamento de BARROS, José Teixeira de Barros - Vila de São João del Rei, 1764.

<sup>72</sup> AHET/SJDR - Testamento - cx. 17. Testamento de Joaquim Pedro de Souza e Câmara - São João del Rei, 1791; AOTC/SJDR - Livro de recensões da Ordem Terceira do Carmo de São João del Rei. 1781-1801.

<sup>73</sup> AMRSJDR - Inventário - cx. 446. Testamento de João Rodrigues Borges - São João del Rei, 1784.

poder celebrar quando necessário for em esta casa da Fazenda das Rosas, e meu testamenteiro a custa dos meus bens cumprirá a dita promessa com brevidade...”<sup>74</sup>.

A invocação aos santos definida nos testamentos, e reafirmada na hora da morte, tinha por objetivo recorrer à intervenção das entidades intermediárias entre os homens e Deus, em defesa dos seus devotos na hora do julgamento particular. Além de advogar em seu favor, os santos também eram lembrados como defensores das almas, submetidas às tentações no momento derradeiro, quando o demônio se colocava de prontidão à espera de que o moribundo morresse sem arrependimento dos pecados cometidos em vida<sup>75</sup>.

Além das devoções particulares a que cada um se dedicava em vida, na hora da morte, podia-se reforçar o círculo de defensores celestiais que ajudassem o moribundo a fazer a travessia até o outro mundo e advogassem em sua defesa no tribunal divino. Do grupo de testamentos de irmãos terceiros do Carmo que foram analisados, mais da metade dos testadores não encomendou a alma, enquanto que 34% dos testamentos de irmãos terceiros de São Francisco deixaram de invocar seus santos de proteção. O que não significa que não buscassem amparo espiritual na hora do julgamento a que suas almas seriam submetidas. As esmolas para imagens de santos e ornamentação de suas igrejas deixadas em legado nos testamentos pode ser entendido como uma forma de angariar prestígio junto ao santo para intervir a favor da alma. Violante Moreira da Assunção, irmã Terceira do Carmo da Vila de São João del Rei, em seu testamento de 1782, deixou 6\$000 rs para o culto de Santo Antonio, 10\$000 rs para Nossa Senhora da Conceição e São José, “para a imagem de Nossa Senhora do Monte do Carmo e de seu devido culto desta Matriz”, 6\$000 rs, para a Senhora das Dores e do Rosário, legou 10\$000 rs e à Irmandade das Almas da mesma Matriz de Santo Antonio de Itaverava, deixou de esmola 6\$000 rs<sup>76</sup>. Jerônimo Moreira Crespo, irmão do Carmo de Vila Rica, destinou as respectivas quantias para o ornato das imagens das Irmandades da capela do Padre Faria: 100\$000 rs para a Irmandade do Rosário dos Brancos, 50 oitavas de ouro para a Irmandade do Terço, 25 oitavas de ouro para a Irmandade de São Joaquim e 25 oitavas de ouro para a Irmandade de Santo Antonio<sup>77</sup>. O irmão terceiro de São Francisco de Vila Rica, João Gonçalves Vieira, deixou de esmola para as imagens de Nossa Senhora da Conceição, São João Batista, São José e Nossa Senhora do Carmo, a cada uma a quantia de 20\$000 rs<sup>78</sup>. Em seu testamento, João Luis de Araújo, irmão da Ordem Terceira de São Francisco de Vila

<sup>74</sup> AHET/SJDR - Inventário - cx. 495. Testamento de Rosa Maria de Jesus - Aiuroca, 1782.

<sup>75</sup> GOMES. *Op. cit.*, p. 273;

<sup>76</sup> AMRSJDR - Inventário - cx. 598. Testamento de ASSUNÇÃO, Violante Moreira da Assunção - Freguesia de Santo Antonio de Itaverava, 1782.

<sup>77</sup> APNSP/OP - vol. 2551. Testamento de Jerônimo Moreira Crespo - Vila Rica, 1747.

<sup>78</sup> APNSCAD - vol. 287. Testamento de João Gonçalves Vieira - Vila Rica, 1754.

Rica, manda que dê para o ornato dos altares ou das imagens de Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora do Carmo e Santa Ana, 10 oitavas de ouro a cada uma<sup>79</sup>.

A encomendação da alma aos santos intercessores, obedecia certas regras. Segundo os manuais que instruíam sobre a redação do testamento, em primeiro lugar deveriam ser invocadas as divindades celestes, numa escala descendente, segundo a hierárquica divina. Deste modo, a alma era encomendada à Santíssima Trindade, Deus, Padre Eterno, Jesus Cristo, e a Virgem Maria. Seguia-se a invocação à corte angélica: a todos os santos da corte Celestial e ao anjo da guarda ou o anjo custódio. Recorria-se então aos santos de particular devoção de cada indivíduo: o santo do seu nome, e os demais de sua predileção para este momento crucial, que podiam ou não ser identificados no testamento. Manoel Fernandes Sampaio, terceiro da Penitência de Vila Rica, doente, recorreu em seu testamento ao santo de seu nome, ao glorioso Patriarca São Francisco, a São José, a gloriosa Santa Ana a quem tinha devoção para “por mim interceder e rogar a meu Senhor Jesus Cristo agora e quando minha alma deste corpo partir”<sup>80</sup>. O padre Antonio da Costa Ferreira, irmão da Ordem Terceira de São Francisco da vila de São João del Rei, encomendou a sua alma ao Arcanjo São Miguel<sup>81</sup>. Antonio Lopes de Carvalho, Irmão da Ordem Terceira de São Francisco de Vila Rica, enfermo, ao escrever seu testamento, recorreu à intercessão de Nossa Senhora da Conceição e ao “meu Seráfico Patriarca São Francisco a quem tenho particular devoção”<sup>82</sup>. Haviam também aqueles que, por razões diversas não invocam as entidades divinas para ajudar a alma no instante derradeiro. Faustino da Silva Rocha, irmão terceiro carmelita de São João del Rei, Presbítero secular do hábito de São Pedro, ao fazer seu testamento gozava de perfeito juízo e entendimento, não encomendou a alma<sup>83</sup>. Já, outros irmãos terceiros procuraram garantir amparo para seu corpo e para sua alma quando esta dele se separasse. Domingos José Marques dos Reis, irmão terceiro da congregação do Carmo de Vila Rica, evocou a São Miguel Arcanjo, Senhora Santa Ana, São Joaquim, São José, São Francisco, São Pedro, Santa Bárbara, Santa Quitéria, São Vicente Mártir, São Francisco de Paula. Também encomendou a sua alma

a todos os santos e santas da corte do céu sejam meus advogados e intercessores diante do Altíssimo e me defendam e livrem de meus inimigos e protesto que no meu último trânsito se o Demônio por suas sugestões e enganos me propuser cousa

<sup>79</sup> APNSCAD - vol. 287. Testamento de João Luis de Araújo - Catas Altas, 1755.

<sup>80</sup> APNSCAD - vol. 223. Testamento de Manoel Fernandes Sampaio - Vila Rica, 1756.

<sup>81</sup> AMRSJDR - Inventário - cx. 84. Testamento de Antonio da Costa Ferreira - São João del Rei, 1770.

<sup>82</sup> AHMI - Inventário 1º of., cód.460 - auto 9760. Testamento de Antonio Lopes de Carvalho - Vila Rica, 1762.

<sup>83</sup> AHET/SJDR - Testamento - cx. 113. Testamento de Faustino da Silva Rocha - São João del Rei, 1802.

contra a nossa santa fé católica nelas não consinto e tudo detesto porque como verdadeiro e fiel cristão quero viver e morrer na santa fé católica romana e tomo por testemunhas ao dito Arcanjo São Miguel e a minha madre Santa Teresa de Jesus e ao meu Geral da minha Ordem venerável Ordem carmelitana, São Simão Stock e a São João da cruz<sup>84</sup>.

Antonio Lopes de Carvalho, irmão da Ordem Terceira de São Francisco de Vila Rica, doente, ao fazer seu testamento, invocou a proteção de Nossa Senhora da Conceição e de São Francisco<sup>85</sup>. O capitão-mor José Gomes da Rocha, irmão terceiro da mesma congregação de Vila Rica, simplesmente encomendou a sua alma a “Maria Santíssima minha Mãe, o “Anjo da minha guarda”, e a todos os mais anjos e santos<sup>86</sup>. Entretanto, José Gomes da Rocha viu no testamento uma oportunidade para fazer um ato de contrição e reafirmar a sua fé, como requeriam as instruções para uma boa morte: “protesto de agora para a hora da minha morte que creio todos os artigos daquela fé segundo a verdadeira [...] dos Doutores católicos porque Deus lhos ensinou. Desde agora para [...] renego, e abomino todas as heresias, que a Igreja Romana abomina e reprova”. Ele também declarou que queria morrer na fé cristã, e que “creio firmemente, que posso alcançar a bem aventurança não por meus merecimentos senão pelos infinitos da Paixão de Cristo Jesus nosso Redentor e que sem ela ninguém se pode salvar mas fazendo da minha parte o que me for possível com a divina graça, conheço, e confesso o muito que tenho ofendido a meu Deus com bárbara ingratidão aos seus benefícios...”<sup>87</sup>. Ao fazer seu codicilo, já doente, ele acrescentou: “e rogo as santíssimas chagas de Nosso Senhor Jesus Cristo nosso e a sacratíssima paixão, Santíssima Mãe, advogada nossa e a todos os mais santos e santas da celestial corte do céu”.

Pesa-me infinitamente daqui para a hora da minha morte de toda a ofensa que cometi contra o Meu Deus, e contra o próximo, e me pesa não só pelas penas do Inferno, não só pela preensão da glória, enormidade do passado, mas por ser Deus quem é, e tão digno de ser servido, e amado proponho firmemente com a divina graça emendar o passado, e acautelar-me para ofectaro[?], e para enfim protesto, que não consinto, nem quero consentir em nenhum pensamento contra a fé, ou contra qualquer virtude, e desde logo intento, e quero rebater tudo o que o inimigo, em a perversidade me propuserem. Perdoo do coração a todos, que por qualquer modo me ofenderão estou resoluto a dar-me inteira satisfação a qualquer pessoa a quem agravasse na honra, e na fazenda. Por esta que seria última batalha por fraqueza de Espírito tentação do Demônio, ou por outra qualquer causa cair / o que Deus não permita / em alguma desesperação[sic], ou dúvida contra Deus, e os Mistérios da fé desde agora para então com o meu perfeito juízo o revogo, e contradigo. Faço tenção de lucrar todas as indulgências, que posso, e desde logo me

<sup>84</sup> APNSP/OP - vol. 2551. Testamento de Domingos José Marques dos Reis - Vila Rica, 1754.

<sup>85</sup> APNSCAD - vol. 223. Testamento de Antonio Lopes de Carvalho - Vila Rica, 1762.

<sup>86</sup> APNSCAD - vol. 223. Testamento de José Gomes da Rocha - Vila Rica, 1758.

<sup>87</sup> Ibidem.

aplico para mim as que me são necessárias, e o restante delas pelas almas do que sou obrigado por qualquer título, ou ultimamente pelas almas mais próximas de verem a Deus, ou mais necessitadas: Todas as obras de alguma sorte meritórias ofereço aos pés de Cristo Jesus Crucificado pela tenção que o Sumo Pontífice quer que se ofereçam especialmente pelo aumento da fé, e da Igreja católica pela extirpação das heresias, e união dos príncipes cristãos. Protesto que tudo quanto hoje obrar dirijo, e quero seja dirigido a maior honra, da glória de Deus. Assim executadas estas Protestações peço com impossível afeto de minha alma a Maria Santíssima minha Mãe, e minha Senhora<sup>88</sup>.

Nos testamentos que eu verifiquei, pude constatar uma predileção por determinadas devoções. Entre os irmãos terceiros do Carmo o grupo santoral evocado foi Santa Ana, São Miguel e Almas do Purgatório e Nossa Senhora do Carmo, o que revela uma preocupação entre os terceiros carmelitas com a prestação de contas no tribunal divino após a morte. Os irmãos terceiros de São Francisco apelavam com mais frequência ao Santo Seráfico de Assis, seguido por São Miguel e Nossa Senhora da Conceição, padroeira da Ordem. Deste modo, os terceiros franciscanos se apegavam às entidades celestes que pudessem intervir a seu favor na hora do julgamento de suas almas (Quadro 23).

Na busca pela salvação, os irmãos terceiros designavam em seus testamentos esmolas para pagar missas que eram rezadas em favor de sua alma, além das que as Ordens Terceiras já eram obrigadas a cumprir. Acreditava-se no poder intercessor das missas para remissão do tempo e das penas no purgatório<sup>89</sup>. As disposições testamentárias quanto às missas de sufrágios também poderiam beneficiar as almas de pessoas queridas, familiares, amigos, as outras almas sofrentes do Purgatório, irmãos terceiros falecidos ou aqueles com quem o testador se sentia em débito de alguma natureza. A maior parte das missas era sempre destinada em favor da própria alma (Quadro 24). As missas de sufrágios também podiam ser destinadas através de alguma entidade divina, santos ou memórias (de fatos, estados, condições... como a Circuncisão de Cristo, as cinco chagas de Cristo, ou aos anos que Jesus andou pelo mundo).

A quantidade de sufrágios estava condicionada à situação econômica dos testadores: à medida em que se desce na escala social o número de sufrágios reivindicados pelos testadores diminui.

---

<sup>88</sup> APNSCAD - vol. 223. Testamento de José Gomes da Rocha - Vila Rica, 1758.

<sup>89</sup> NIETO. Las misas por los difuntos. Testamentos madrileños bajomedievales. In.: *La España Medieval*. n.15, p. 354; LE GOFF. *O nascimento do purgatório*, p. 221.



As missas em favor das almas dos falecidos eram diferenciadas conforme a proximidade delas com a hora da morte. Assim haviam aquelas missas rezadas junto ao corpo antes do sepultamento, as missas de sufrágios propriamente ditas sem um prazo determinado para serem cumpridas, e aquelas perpétuas, rezadas indefinidamente até o final dos tempos<sup>90</sup>.

As esmolas e legados de caridade, faziam parte de um conjunto de ações que tinha por objetivo reparar condutas e angariar prestígio junto a Deus. Geralmente estas deixas eram legadas aos pobres, humildes e desamparados, viúvas, mulheres desonradas, crianças abandonadas e escravos. Também haviam os legados deixados a parentes, amigos e familiares do morto. José Velho Pereira, irmão terceiro do Carmo de Vila Rica, deixou quantias em dinheiro para os escravos coartados saldarem suas alforrias, bens aos sobrinhos, e quantias para “prover o casamento de duas órfãs mais pobres na sua freguesia e se não houverem para casarem duas mulheres que tenha fama”<sup>91</sup>. Manoel Fernandes Sampaio, irmão terceiro da Penitência de Vila Rica, em seu testamento, alforriou uma negra escrava sua por seus bons serviços prestados<sup>92</sup>. O capitão-mor José Gomes da Rocha, Irmão Terceiro da Ordem de São Francisco de Vila Rica, mandou que se repartissem entre os pobres no dia de seu falecimento 20 oitavas de ouro, que fosse alforriado um moleque “pelo bom serviço que tenho recebido em todas as minhas moléstias” e deixou a cada uma das filhas de seu compadre 100\$000 rs<sup>93</sup>.

O momento imediato da morte era considerado de grande importância para a salvação da alma e dependia muito da participação e do envolvimento dos vivos na observação de um conjunto de ritos e preceitos mortuários. Aos vivos cabia preparar amortilhar o cadáver, velar, encomendar a missa de corpo presente, orar pela alma do morto e acompanhar a procissão fúnebre até o sepultamento. Uma boa morte estava, portanto, condicionada à solidariedade dos vivos<sup>94</sup>. Antonio Lopes de Carvalho, irmão terceiro de São Francisco de Vila Rica, pediu que seu corpo fosse acompanhado pelo Comissário da Ordem e mais sacerdotes que se acharem na freguesia e que sobre seu corpo fosse dita uma missa da vila de São João del Rei. Rosa Maria de Jesus, determinou que fossem ditas por sua alma uma missa de corpo presente e outras no terceiro e no sétimo dias após seu falecimento<sup>95</sup>. No imaginário cristão, acreditava-se que os cuidados com o corpo se transferiam à alma o que

---

<sup>90</sup> RODRIGUES. *Entre o temor e a confiança: o medo da agonia e a presença do purgatório nos discursos testamentários portuenses, 1650-1749*. In: Os “Últimos fins” na cultura ibérica (XV-XVIII) Revista da Faculdade de Letras, Línguas e Literaturas.

<sup>91</sup> APNSP/OP - vol. 2551. Testamento de José Velho Pereira - Vila Rica, 1747

<sup>92</sup> APNSCAD - vol. 223. Testamento de Manoel Fernandes Sampaio - Vila Rica, 1756.

<sup>93</sup> APNSCAD - vol. 223. Testamento de José Gomes da Rocha - Vila Rica, 1758.

<sup>94</sup> GOMES. *Op. cit.*, p. 197; REIS. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*, p. 144.

<sup>95</sup> AHET/SJDR - Inventário - cx. 495. Testamento de Rosa Maria de Jesus - Aiuroca, 1782.

justificava a escolha dos irmãos terceiros pelos hábitos de São Francisco e de Nossa Senhora do Carmo para serem amortalhados.

A intimidade da morte assistida agora cedia espaço para o desfile público do cortejo fúnebre pelas ruas como a lembrar aos vivos o destino que aguarda todos os homens<sup>96</sup>. Além de contar com o acompanhamento dos irmãos da Ordem Terceira a que era congregado, o falecido também costumava reivindicar no testamento a presença dos irmãos de outras associações religiosas a que era filiado. Deste modo, o irmão terceiro Domingos Francisco dos Reis, da Ordem da Penitência de Vila Rica, pediu que seu corpo fosse levado à sepultura também pelos irmãos da Misericórdia, da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição e do Senhor dos Passos<sup>97</sup>. Caetano Moreira Louro, irmão terceiro da Ordem da Penitência de Vila Rica, determinou em testamento que seu corpo fosse “...acompanhado do da minha Venerável Ordem Terceira de São Francisco, e das Irmandades de São Gonçalo e São Miguel e Almas de que sou irmão...”<sup>98</sup>. Alguns irmãos terceiros, como Domingos Antônio dos Reis, acima mencionado, pagavam para alguns pobres acompanharem o cortejo fúnebre pelas ruas<sup>99</sup>. Trazer os pobres junto ao corpo do morto era uma maneira de aproximar simbolicamente o defunto e sua alma do convívio com aqueles que espiritualmente eram abençoados por Deus<sup>100</sup>. Era uma forma simbólica de se aproximar do Cristo sofrente e, conseqüentemente, das boas graças no outro mundo.

Quando um irmão Terceiro de São Francisco falecia, o irmão Vigário do Culto Divino e o Comissário, iam à casa onde o defunto estava sendo velado pelos parentes e amigos, pois aos vivos cabia zelar, através de orações, pela alma do morto que, naquelas primeiras horas após ter deixado o corpo, corria o risco de arrebatada pelo demônio<sup>101</sup>. O Comissário então verificava se o cadáver estava amortalhado com o hábito de Terceiro da Ordem e aspergia água benta sobre o corpo. O cortejo fúnebre era acompanhado pelos irmãos designados pelo Comissário da Ordem para levar a tumba e seguido pelos demais até a

---

<sup>96</sup> GOMES. *Op. cit.*, p. 227.

<sup>97</sup> APNSCAD - vol. 223. Testamento de Domingos Francisco dos Reis - Vila Rica, 1756.

<sup>98</sup> AHMI - Inventário 1º of., cód.139 - auto 1742. Testamento de Caetano Moreira Louro - Vila Rica, 1754.

<sup>99</sup> APNSCAD - vol. 223. Testamento de Domingos Francisco dos Reis - Vila Rica, 1756.

<sup>100</sup> REIS. *Op. cit.*, p. 153.

<sup>101</sup> *Ibidem.* p. 131.

sepultura, com velas acesas<sup>102</sup>. Então, o Comissário novamente lançava água benta sobre o corpo e um sacristão jogava cal por cima antes de ser fechada a sepultura<sup>103</sup>.

O não pagamento dos anuais devidos era justificativa para que a Ordem não prestasse os últimos auxílios ao irmão falecido. Por estarem remissos, os irmãos terceiros do Carmo da vila de São João del Rei, Luís da Costa Ferreira e Miguel Gomes, a Ordem não acompanhou os seus corpos à sepultura<sup>104</sup>. Este “escândalo e mal fundamentada murmuração”, serviu para que a Mesa reafirmasse as normas do estatuto que determinava a expulsão para os irmãos que não acertassem seus anuais atrasados no prazo de 5 anos. A exceção era para aqueles irmãos remissos que tivessem ocupado algum cargo na Mesa ou benfeitores da congregação pois a estes “se acompanhará para donde quer que for sepultar”<sup>105</sup>. Os irmãos terceiros pobres que aparecessem pela vila e mostrassem patente da congregação, se viessem a falecer e não tivessem com o que custear o seu enterro, a Ordem lho faria, mas não mandaria dizer as missas<sup>106</sup>.

Os gastos com o sepultamento variavam conforme as posses do morto. A cerimônia fúnebre poderia ser abrilhantada com um número maior de sacerdotes, música e velas iluminando o recinto da igreja, ou mais singelas. O testamenteiro do capitão Domingos de Araújo Cerqueira, irmão Terceiro do Carmo da vila de São João del Rei, fez os seguintes gastos referentes ao sepultamento do mesmo: música, 38\$400 rs, caixão, 1\$000 rs, cera, 95\$587 rs, totalizando a quantia de 314\$100 rs<sup>107</sup>. Outros gastos com miudezas, como tecidos de cor preta para compor o caixão, foram feitos para o mesmo funeral, totalizando a quantia de 14 oitavas:

- 18 1/6 vara de galão.....3 ¼ 7
- 10 ¼ côvados de belbute preto.....6 ¼ 5
- 1 cabeça de linha.....1/2
- 3 ¼ vara de ruão.....1 ¼ 7
- 1 ½ vara de fita acetinada preta..... ¼.1
- 1000 cravos dourados baixos.....3/4
- 75 ditos.....4 ½

<sup>102</sup> AOTSF/OP - vol. 206. Estatutos da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Vila Rica - 1758-1761, cap.1, ss.2, f.8.

<sup>103</sup> AOTSF/OP - vol. 204. Estatutos da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Vila Rica - 1754-1756, cap. 15, ss.11, f.34v.

<sup>104</sup> AOTC/SJDR - Livro I de termos e deliberações da Ordem Terceira do Carmo de São João del Rei. 1774, f.81v.

<sup>105</sup> AOTC/SJDR - Livro I de termos e deliberações da Ordem Terceira do Carmo de São João del Rei. 1774, f.81v.

<sup>106</sup> AOTSF/OP - vol. 206. Estatutos da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Vila Rica - 1758-1761, cap.1, ss.11, f.2.

<sup>107</sup> AMRSJDR - Testamento - cx. 24. Testamento de Domingos de Araújo Cerqueira - São João del Rei, 1800.

- papel.....2
- 3/4 de Incenso..... ¼ 4
- 1 côvado de baeta preta, ruão..... ½ 6
- uma mão de papel.....6

Já as despesas com o funeral do capitão-mor Manoel de Jesus Siqueira, também irmão terceiro do Carmo da vila de São João del Rei, envolveram gastos mais sóbrios<sup>108</sup>:

- Missa Cantada do Ofício .....4\$800
- do Ofício de Corpo presente.....4\$800
- do deposito Solene..... .2\$400
- do acompanhamento.....2\$400
- da encomendação.....2\$400
- do registro do testamento.....1\$200
- da certidão.....\$600

Sebastião Fernandes da Costa, irmão terceiro do Carmo da vila de São João del Rei, pediu que seu corpo fosse envolto em hábito de Nossa Senhora do Monte do Carmo, sepultado na mesma capela da Ordem Terceira, “e depois de se me fazer Ofício solene de nove Lições na Igreja Matriz por minha alma com assistência de meu Reverendo Pároco e dezesseis Reverendos Sacerdotes e música, os quais dirão missa de corpo presente e me acompanharão à sepultura...”<sup>109</sup>. O local do sepultamento também poderia ser de grande auxílio para as almas se ficassem próximos de certos espaços no interior da igreja. O comerciante, João da Silva de Oliveira, irmão da Ordem Terceira da Penitência de São Francisco da vila de São João del Rei, pediu para ser enterrado na igreja da Ordem na entrada da porta principal<sup>110</sup>. Ora, todos tinham que atravessar a entrada principal para a capela, o que significa que sua sepultura seria pisada constantemente, e, dessa forma, o irmão João da Silva de Oliveira procurava demonstrar humildade, qualidade que poderia lhe angariar bons frutos na hora da morte. Mas haviam outras formas de demonstrar uma vida virtuosa. A irmã terceira da congregação carmelita da vila de São João del Rei, Isabel Pedrosa determinou que seu corpo fosse envolto no hábito de Nossa Senhora do Carmo “de cuja Ordem sou uma indigna terceira professa”<sup>111</sup>. Pedia que seu funeral ficasse à eleição de seu testamenteiro “que com a maior moderação sepultará meu corpo desprezada toda a pompa funerária que além que a serve para a salvação da minha alma”. O Padre Neutel Vaz de Melo, presbítero do hábito de São Pedro, irmão da Ordem Terceira do Carmo de São João del Rei, determinou que seu

<sup>108</sup> AMRSJDR - Testamento - cx. 24. Testamento de Domingos de Araújo Cerqueira - São João del Rei, 1800.

<sup>109</sup> AHET/SJDR - Inventário - cx. 428. Testamento de Sebastião Fernandes da Costa - São João del Rei, 1802.

<sup>110</sup> AHET/SJDR - Inventário - cx. 374. Testamento de João da Silva de Oliveira - São João del Rei, 1789.

<sup>111</sup> AHET/SJDR - Inventário - cx. 189. Testamento de Isabel Pedrosa - Lavras do Funil, 1812.

corpo fosse conduzido à igreja “sem pompa alguma”<sup>112</sup>. D. Catarina da Assunção Xavier, irmã terceira do Carmo da vila de São João del Rei, instruiu em seu testamento que no dia do seu enterro fosse repartido entre os pobres, na porta da igreja, 25 oitavas de ouro<sup>113</sup>. Também o irmão terceiro da congregação da vila de São João del Rei, Manoel da Cunha Teixeira Sampaio, mandou que se distribuísse 24\$000 rs entre os pobres no dia do seu enterramento<sup>114</sup>. As missas ditas com a maior brevidade também poderiam abreviar o tempo da alma no purgatório. Violante Moreira da Assunção, irmã terceira do Carmo da Vila de São João del Rei, em seu testamento determinou que as missas rezadas pelo seu falecimento deveriam ser no mesmo dia ou mais próximo<sup>115</sup>. O irmão da Ordem Terceira de São Francisco de Vila Rica, o capitão Manoel Martins Dinis, instruiu o seu testamenteiro que se fizesse “um Ofício por minha alma no dia do meu enterramento, ou no primeiro desimpedido”<sup>116</sup>.

## **5. Pela salvação de minha alma: as disposições testamentárias de Antonio Ramos dos Reis**

Ao registrar em seu testamento as instruções destinadas à inumação de seu corpo, o capitão-mor de Vila Rica, Antonio Ramos dos Reis, irmão professo na Ordem Terceira do Carmo e Cavaleiro da Ordem de Cristo, tinham por objetivo ressaltar na morte o prestígio de que desfrutara em vida e garantir, através dos rituais fúnebres, que sua alma fosse preparada para o julgamento final perante Deus e abreviadas as suas culpas<sup>117</sup>. Antonio Ramos dos Reis pediu que o seu corpo fosse amortalhado no hábito da Ordem de Cristo, na forma do costume, e depositado na capela do Rosário dos Pretos de Vila Rica, para que seu sepultamento pudesse ser realizado no dia seguinte. Seu testamenteiro acertaria com o Reverendo Pároco as horas que em seu corpo seria conduzido daquela capela para a igreja Matriz, onde se lhe daria sepultura seria da grade para dentro. Deste modo, ao ser o seu enterrado perante o altar-mor,

<sup>112</sup> AHET/SJDR - Inventário - cx. 157. Testamento de Neutel Vaz de Melo - Barbacena, 1814; AOTC/SJDR - Livro de recensões da ordem terceira do Carmo de São João del Rei. 1781-1801.

<sup>113</sup> AHET/SJDR - Testamento - cx. 151. Testamento de Catarina da Assunção Xavier - São José, 1802.

<sup>114</sup> AHET/SJDR - Inventário - cx. 545. Testamento de Manoel da Cunha Teixeira Sampaio - São João del Rei, 1759

<sup>115</sup> AMRSJDR - Inventário - cx. 598. Testamento de Violante Moreira da Assunção - Freguesia de Santo Antonio de Itaverava, 1782.

<sup>116</sup> AHMI - Inventário 1º of., cód.109 - auto 1391. Testamento de Manoel Martins Dinis - Vila Rica, 1785.

<sup>117</sup> AHMI - Testamento 1º of., cód.460 - auto 9753. Testamento de Antonio Ramos dos Reis - Vila Rica, 1761.

espaço sacralizado por comportar as imagens do santo padroeiro e de Cristo Crucificado, além do Santíssimo Sacramento, Antonio Ramos dos Reis, queria assegurar a proximidade de seu corpo com a divindade, num esforço simbólico para aproximar a sua alma de Deus.

Para participar do acompanhamento fúnebre ele reivindicava a presença dos Cavaleiros da Ordem de Cristo, irmãos terceiros do Carmo e os de outras Irmandades das quais era confrade. A salvação da alma era então dependente da solidariedade da comunidade da qual Antonio Ramos dos Reis participara em vida. O cortejo fúnebre tinha papel fundamental na intercessão pela alma do morto através das orações que os participantes iam rezando ao longo do trajeto até o local da sepultura<sup>118</sup>. Por outro lado, as exéquias afirmavam publicamente a condição social do morto.

Antonio Ramos dos Reis determinava que seu corpo fosse “sepultado em caixão, preparado e embalsamado de sorte que passado o tempo preciso e necessário para se consumir e desgastar as carnes”, para que com as “licenças necessárias se tirarão meus ossos e se guardarão na forma que abaixo ordeno”. Depois que seus ossos fossem extraídos do caixão na sepultura da igreja Matriz, seriam guardados num baú ou caixão de prata fechado com chave, que seu testamenteiro mandaria fazer de dois palmos esforeados[?] de comprido e um e meio de largo e de alto mais de um ou na forma que vir e alcançar. Seu testamenteiro mandaria fazer outro “de jacarandá preto bem feito também com sua fechadura” para dentro dele se meter a de prata. Tirados os ossos da sepultura, o Reverendo Pároco, o escrivão da Igreja e o Vigário da Vara, atestariam, por documento escrito, a autenticidade dos ossos, e para tanto, ao ser enterrado, havia-se de colocar um sinal que “não se corrompa” sobre o seu corpo. Ao sepultamento na Matriz, o escrivão, o Pároco e o Vigário da Vara acompanhariam, para que não houvesse dúvida ao serem desenterrados os seus ossos. O dito caixão de prata com os ossos, selado com as insígnias episcopais e certidões, ficaria guardado na igreja Matriz até poderem ser remetidos para o Reino, através de um sacerdote que fosse de viagem para a cidade do Porto, onde estava sendo aguardado pelo representante de uma Irmandade já designada para receber os seus ossos.

Na cidade do Porto, assim que estivesse preparado o lugar onde seriam os ossos depositados perpetuamente, a dita Irmandade faria um esquife de “pau preto com suas bandas de veludo preto” onde o caixão de prata seria depositado e o esquife colocado sobre um taburno com suas tochas acesas. Sacerdotes e irmãos das Irmandades a que Antonio Ramos

---

<sup>118</sup> SÁNCHEZ. La solidaridad como elemento del “bien morir”. La preparacion de la muerte em el siglo XVIII (el caso de Cádiz). In.: MARTÍN. *Muerte, religiosidad y cultura popular – siglos XIII-XVIII*, p. 354.

dos Reis era filiado no Porto, deveriam acompanhar o Ofício solene, abrilhantado com música fúnebre composta para a ocasião. Seus ossos seriam então, conduzidos para dentro da Colegiada que mandara estabelecer anteriormente. No mausoléu construído nesta Colegiada, o caixão seria aberto “à vista das certidões” e, com seus ossos expostos aos olhos de todos, seria celebrado um Ofício de Defuntos por sua alma, “com missa cantada e absolvição no final” como se costuma fazer. Depois seus ossos seriam novamente guardados no caixão de prata e este no de madeira, e levados para o mausoléu. Novamente seria cantado um Ofício de Defuntos com missa pelo Prior e sacerdotes, a quem se daria vela de libra, “pessoas de distinção e todos os beneficiados e sacerdotes”. Antes do caixão de prata com seus ossos ser encerrado no mausoléu, seria celebrado outro Ofício cantado com missa e, só então, seus ossos seriam perpetuamente encerrados dentro do caixão de prata e esta, dentro da caixa de madeira.

Haveria de se construir na Colegiada uma capela de cinquenta palmos de comprido e “tudo o mais à proporção do dito comprimento, com duas torres, onde haveria em cada uma um sino, e três altares que seriam dedicados a seus santos de devoção: o altar-mor a Santo Antonio de Lisboa, o altar colateral da parte direita, a Nossa Senhora do Pilar, e o da parte esquerda, a São João Nepomuceno. Em todos os altares haveria de ter uma imagem do Santo Cristo com sua cruz grande. Sempre a capela terá a porta principal para a rua para quem quiser entrar nela. Para compor a capela se faria uma sacristia “boa”, um púlpito, e de uma das partes no lado esquerdo da capela-mor haveria de se fazer uma janela grande com grade de ferro com postigo para de dentro [da casa contígua à capela que abrigaria o administrador da Colegiada e sua família] a família ouvir missa e receber a comunhão, “sem necessário virem à público”. E no lado direito da capela-mor, entre a porta da sacristia e altar, “dentro do grosso da parede” se faria lugar de modo a caber o caixão de madeira com o de prata dentro deste, que guarda os seus ossos. Havia-se de fazer um portal de pedra e uma grade de ferro com sua fechadura “para se verem os ditos caixões”.

Antonio Ramos dos Reis determinou também que assim que a sua capela estivesse pronta e que seus ossos chegassem à dita Colegiada, se mandaria celebrar todos os dias, uma missa em intenção de sua alma. Em todas as segundas-feiras do ano, na dita capela, se rezaria um Ofício de Defuntos por sua alma e o oficiante, vestido com sobrepeliz, deitaria água benta sobre seus ossos e cantaria um responso. Ao expor seus ossos à vista de todos, Antonio Ramos antecipava aos olhos dos outros o destino inexorável da morte que também os aguardava, e que confinava a todos ao anonimato dos corpos decompostos sob a terra. Entretanto Antonio Ramos dos Reis procurou ressaltar na morte a distinção que lhe coube em

vida, através do sepultamento na igreja Matriz em Vila Rica com seu corpo velado na igreja do Rosário, da urna funerária de prata, do ritual de traslado de seus ossos para Portugal, dos ofícios religiosos diante de sua ossada... Antonio Ramos dos Reis buscou através deste ritualismo beneficiar sua alma no Além, mas também garantir sua permanência entre os vivos.

O dia de Santo Antonio, santo do seu nome, seria comemorado com festa, missa cantada, com sermão e música composta especialmente para a ocasião. No Oitavário dos Santos, um Ofício de Defuntos seria rezado na mesma capela da Colegiada por vinte sacerdotes, em intenção de sua alma. No interior da capela, seria armado um mausoléu no centro e sobre ele colocado o caixão de prata com os seus ossos. Depois de acabada a função, se ofereceria um jantar a todos, incluindo os pobres que “concorrerem e quiserem aproveitar”, para o que se “porá mesa franca para toda a pessoa que quiser comer”, com abundância de pão, carne de vaca, toucinho, sopas e vinho, “e o mais que o administrador da colegiada quiser”, sem deferência de pessoa. E que tudo se faria “todos os anos perpetuamente, e sem falta e com grandeza”. A concepção da pobreza como virtude e do pobre como privilegiado por estar mais próximo a Cristo, fazia dos menos favorecidos na terra poderosos intercessores no outro mundo<sup>119</sup>. Com esta demonstração de prodigalidade, Antônio Ramos dos Reis buscava assegurar mais uma vez a indulgência para a sua alma, mas também, notabilizava entre os vivos a sua imagem.

As disposições testamentárias de Antonio Ramos dos Reis constituem um caso singular. Nem todos os irmãos terceiros tinham condições materiais de garantir a pompa dos seus sepultamentos ou queriam dignificar sua morte com as galas do mundo. Houveram aqueles que buscaram no desprezo pela pompa ritual a forma de beneficiar sua alma. João Francisco de Carvalho, irmão terceiro de São Francisco da vila de São João del Rei, escolheu para sua última morada o adro da Matriz, “chegado a porta principal” e pediu a seu testamenteiro que “sobre esta minha determinação não haja glória; sem mais pompa nem cantado senão pelos Reverendos sacerdotes”<sup>120</sup>. Também irmão da Ordem Terceira de São Francisco, da vila de São João del Rei, o padre Antonio da Costa Ferreira, determinou em seu testamento que fosse seu corpo sepultado na Matriz defronte do altar de Nossa Senhora da Conceição e para lá levado “sem pompa só como pobre”<sup>121</sup>.

---

<sup>119</sup> SÁNCHEZ. *Op. cit.*, p. 358.

<sup>120</sup> AMRSJDR - Testamento - cx. 21. Testamento de João Francisco de Carvalho - Lavras do Funil, 1791.

<sup>121</sup> AMRSJDR - Inventário - cx. 84. Testamento de Antonio da Costa Ferreira - São João del Rei, 1770.



A morte, apesar de temida, era o momento final que poderia garantir a salvação da alma. Do mesmo modo que os irmãos terceiros buscaram caminhos diversos para viver a religiosidade das Ordens Terceiras, encontraram modos diferentes de atravessar a morte.

## CONCLUSÃO

O pano de fundo foram as vilas de São João del Rei e Vila Rica. O intervalo de tempo compreendeu o século XVIII e o início do XIX. Neste contexto, o entrelaçamento da vida religiosa e da vida cotidiana das Ordens Terceiras se teceu por mais de cem anos, sob os quais esta pesquisa se fez com olhos atentos. Agora é preciso como que costurar os capítulos para concluir este trabalho.

O ideal de perfeição evangélica que orientou os irmãos terceiros ao longo do período colonial teve origem na Baixa Idade Média. Este modelo moveu homens e mulheres, ancorados no desejo de viver uma religiosidade mais próxima da vida de Cristo e dos apóstolos relatada nas Sagradas Escrituras, e na crença de que, através desta vivência, se alcançaria a graça da salvação da alma.

Na busca por uma religiosidade mais depurada, muitos perseveraram na mortificação da carne para estabelecer uma ligação mais íntima com o próprio Cristo. Nos séculos XII e XIII a fuga do mundo corrompido foi a justificativa de muitos para se retirarem para a solidão do deserto e das florestas. Mas o exemplo dos eremitas não atraía aqueles que desejavam viver o ideal de perfeição na sua condição de leigos no mundo. Estes buscavam modos de viver a religião, dentro daquele ideal de perfeição evangélica, que lhes permitissem conciliar as exigências de uma existência consagrada a Deus e as necessidades de sua vida cotidiana. As fraternidades de leigos encontraram em Francisco de Assis o modelo de vida religiosa que conciliava o apostolado evangélico e a vida penitencial. Ao final do século XV, outro movimento de renovação espiritual, a *Devotio Moderna*, surgiu como reação ao endurecimento e o desvirtuamento daquele mesmo ideal de perfeição cristã que havia motivado a formação de Ordens Religiosas mendicantes e Irmandades de leigos. A *Devotio Moderna* deu origem à reforma destas associações religiosas através do retorno a vivências espirituais individuais e mais íntimas tendo a figura do Cristo sofrente como o modelo exemplar.

O estabelecimento das Ordens Terceiras de São Francisco e de Nossa Senhora do Carmo na capitania das Minas, foi motivado em grande parte pela devoção religiosa trazida pelos portugueses que aportaram região aurífera e pela ação missionária de religiosos das Ordens Primeiras, que apesar das restrições impostas pela Coroa, circulavam no território. A

vida exemplar de ermitãos, como Antonio da Silva Bracarena e Feliciano Mendes, também contribuiu para a difusão de uma religiosidade enraizada na via penitencial. A estrutura institucional das Ordens Terceiras comportava a divisão em cargos administrativos para os quais os irmãos eram eleitos anualmente, regras e rituais que conduziam a vida cotidiana da congregação e dos irmãos, e um calendário religioso festivo, compilados nos livros de estatutos. A par do objetivo de desenvolver uma espiritualidade mais interiorizada, voltada para a penitência e a oração, as Ordens Terceiras também tinham um compromisso de amparo aos irmãos no plano temporal, auxiliando-os nas situações de doença, na pobreza ou em outras adversidades, mediante o pagamento de taxas de filiação chamadas anuais.

No contexto das Minas Gerais setecentistas, as Ordens Terceiras foram associações religiosas de leigos bastante diversas das Irmandades. O seu sentido ultrapassava em muito o assistencialismo oferecido pelas confrarias ou o motivo devocional. O ingresso na Ordem Terceira era condicionado a um processo seletivo baseado na limpeza de sangue do candidato que deveria posteriormente se submeter a um período de educação religiosa através do Noviciado, à observância de regras rigorosas, à obediência à hierarquia sob a qual a congregação se estruturava, à prática de exercícios espirituais e oração mental, hábitos estes que tinham por objetivo aprimorar espiritualmente os irmãos terceiros. O rigor imposto por este aperfeiçoamento espiritual muitas vezes foi abrandado de modo a facilitar a adequação deste modo de vida às necessidades e possibilidades que a condição de leigos requeria, mas o condicionamento imposto pelas práticas religiosas a que eram submetidos os irmãos terceiros impede que agrupemos sob o denominador comum de organizações religiosas de leigos as Irmandades, Confrarias, Arquiconfrarias e as Ordens Terceiras. A distinção entre estas associações religiosas se fez não só no plano institucional mas principalmente no tocante aos fundamentos religiosos que as estruturavam. A instrução dos irmãos nos fundamentos temporais e espirituais das Ordens Terceiras durante o período de um ano era feita num espaço distinto da capela da congregação. A Casa do Noviciado tinha por esta razão uma importância ímpar. Tanto que, antes mesmo de construir capelas próprias, as Ordens Terceiras de São Francisco e de Nossa Senhora do Carmo de Vila Rica e da Vila de São João del Rei já tinham Casas de Noviciado na primeira metade do século XVIII. A construção reafirmava simbolicamente o fundamento maior que movia as congregações de irmãos terceiros que era o aprimoramento do espírito como caminho da salvação da alma.

Inseridas no contexto barroco do século XVIII, as Ordens Terceiras procuraram celebrar as festas religiosas do calendário romano e particulares aos calendários de cada congregação, investindo em recursos materiais para a pompa das festividades e do culto

religioso. As dificuldades financeiras que as congregações enfrentaram ao final deste período, determinaram alterações formais nos cortejos festivos e nas cerimônias religiosas, além da diminuição dos investimentos financeiros nos mesmos. O tempo quaresmal e a Paixão de Cristo foram ocasiões de grande importância para os irmãos terceiros que se aplicavam às práticas dos exercícios espirituais, jejum e disciplina da carne e eram lembrados através das procissões e rituais alusivos à estas datas religiosas. A morte de Jesus era revivida pelos irmãos terceiros através de inúmeras cerimônias e rituais alusivos às passagens do Evangelho, que recorriam ao emprego de vários recursos cenográficos, como as imagens de roca, a música e o sermão, para, através do envolvimento emocional, suscitar nos fiéis o desejo de compartilhar o sofrimento de Cristo e de seguir seu caminho doloroso para a salvação da alma, temas correntes nas Ordens Terceiras. Assim como a morte do Cristo, a morte do homem comum também era circunstância que mereceu atenção privilegiada por parte dos irmãos terceiros que empregavam avultadas quantias na celebração do Ofício anual pelos mortos e, no emprego de recursos visuais para avivar a ideia de finitude, tema corrente na visão escatológica que moldava as Ordens Terceiras.

A busca do amparo espiritual que as indulgências ofereciam, a distinção social que a condição de irmão terceiro proporcionava ou as práticas ascéticas e penitenciais que visavam a perfeição espiritual, por muitos motivos, homens e mulheres se viram atraídos para estas congregações. Houve irmãos terceiros que se esquivaram de viver uma religiosidade marcada pela penitência e pelo desprezo do mundo, o que, não raras vezes, resultou nas constantes repreensões dos Comissários Visitadores, nas alterações dos estatutos, das cerimônias e rituais religiosos das congregações. Outros buscaram conduzir suas vidas imbuídos da convicção da salvação da alma pela aproximação com a figura sofrente do Cristo.

O território das Minas Gerais não teve conventos ou mosteiros para onde alguns irmãos e irmãs terceiros pudessem fugir do mundo e viver uma vida dedicada à ascese e à penitência. Deste modo foi na condição de leigos que eles buscaram, através da penitência e do abandono das vaidades do mundo, a salvação de suas almas. A dedicação de Manoel de Jesus Fortes aos pobres culminou na fundação da Santa Casa de Misericórdia de São João del Rei. Manoel Muniz e José Monteiro Ferreira se desprenderam dos bens materiais e seguiram pelo mundo. Nos últimos dias de sua vida, D. Josefa Maria de Santo Antônio teria se apegado à imagem do Santo Cristo na qual outrora, havia encontrado o alimento espiritual para a sua solidão no mundo. É na crença da salvação da alma que veremos estes irmãos terceiros se ampararem e sustentarem seus dias dedicados à penitência e à oração.

## BIBLIOGRAFIA

### Fontes Impressas

- AZEVEDO, Miguel. *Regra da Ordem Terceira da Mãe santíssima, e Soberana Senhora do Monte do Carmo, extrahida da Regra, que Alberto Patriarca XII, de Jerusalem escreveu para brocardo, e os mais eremitas, que ao pé da fonte de Elias moravão no Monte Carmelo*. Approvada pelo Santíssimo Padre Sixto IV. Lisboa: Régia Oficina Tipográfica, 1790.
- Archivo Historico da Veneravel Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo erecta no Rio de Janeiro desde sua fundação em 1648 até 1872*. Coordenado pelo Commendador Bento José Barboza Serzedello, secretario da mesma venerável ordem. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1872.
- Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia feitas e ordenadas pelo Illustrissimo, e Reverendissimo Senhor D. Sebastião Monteiro da Vide, Arcebispo do dito Arcebispado, e do Conselho de sua Magestade, propostas, e aceitas em o Synodo Doicesano, que o dito Senhor celebrou em 12 de junho do anno de 1707. Lisboa: Miguel Rodrigues, 1765.
- Semanário *A Tribuna*, coluna *Excavações*, São João del Rei, 1919.
- SARMENTO, frei Francisco de Jesus Maria. *Horas da Semana Santa, empregadas na lição, e meditação dos principais Officios e Sagrados Mystérios deste santo tempo*. Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1780.
- CHAGAS, frei Antonio das . *Sermoens genuinos e praticas espirituaes*. 1ª ed. Lisboa: Oficina de Miguel Deslandes, 1690.
- BLUTEAU, Rafael. *Vocabulario portuguez e latino, aulico, anatomico, architectonico...*, vol.6. Coimbra : Real Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1713.
- CONCEIÇÃO, frei Apolinario da. O.F.M. *Claustro franciscano*. Lisboa: Oficina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1740.
- CONCEIÇÃO, frei Apolinario da. O.F.M. *Primazia seráfica na região da América; novo descobrimento de santos e veneráveis religiosos da Ordem Seráfica, que enobrecem o Novo Mundo com suas virtudes e ações. Oferecida ao senhor Domingos Martins Brito, em a cidade do Rio de Janeiro, primeiro irmão geral da Confraternidade das Três Ordens, especial da província da Imaculada Conceição de Nossa Senhora do Estado do Brasil, síndico geral perpétuo da mesma, e ministro que foi três vezes da Venerável Ordem Terceira da Penitência*. Lisboa Ocidental, na Oficina de Antônio de Souza da Silva, 1733.
- CONCEIÇÃO, frei Manoel da. O.F.M. *Manuale seraphicum, et romanum, adulum praecipue Fratrum Minorum, ac Monialium ejusdem Ordinis, in alma Provincia Algarbiorum S.P.N.Francisci*. Lisboa: Ex Typographia Musicae, 1732.
- CARDOSO, Jorge. *Agiologio lusitano dos sanctos, e varoens illustres em virtude do Reino de Portugal, e as suas conquistas: consagrado aos gloriosos S. Vicente, e S. Antonio, insignis patronos desta inclyta cidade Lisboa e a seu illustre Cabido Sede Vacante*. Tomo I. Lisboa: Oficina Craesbeekiana, 1652.

- RODRIGUES, Monsenhor Flávio Carneiro. (Org.). *Cadernos Históricos do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana*. As visitas Pastorais do século XVIII no Bispado de Mariana.n.2. Mariana: Arquidiocese de Mariana, 1994.
- ALVARADO, Antônio de. *Arte de bien morir, y guia del camino de la muerte*; dirigida a Jesu Christo nuestro Señor. Lisboa: Pedro Crasbeeck, 1616.
- SANTA ANA, frei José Pereira de. *Chronica dos carmelitas da antiga e regular observância nestes Reynos de Portugal, Algarves, e seus Domínios*. Tomo I. Lisboa: Oficina dos herdeiros de Antonio Pedrozo Galram, 1745.
- BORROMEU, Carlos. *Instrucciones de la fábrica y del ajuar eclesiásticos*. Trad. Bulmaro Reis Costa. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1985.
- BÍBLIA DE JERUSALÉM. Trad. do texto em língua portuguesa diretamente dos originais. ed. rev. aum. São Paulo: Paulus, 2002.

### **Fontes Manuscritas**

APNSCOP - vol 382 . Documentos do Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição - Vila Rica.

### **Ordem Terceira de São Francisco - Vila Rica**

- AOTSF/OP - vol. 236. Livro I de certidões de missas e óbitos da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Vila Rica, 1748 a 1929.
- AOTSF/OP - vol.160. Eleições das mesas administrativas da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Vila Rica. 1751 a 1859.
- AOTSF/OP - vol.242. Condições, ajustes, arrematações e deveres. Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Vila Rica. 1766 a 1876, doc. avulsos.
- AOTSF/OP - vol. 235 e 236. Livros I e II de certidões de missas da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Vila Rica.
- AOTSF/OP - vol. 216. Livro I de receita e despesa da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Vila Rica - 1751 a 1812.
- AOTSF/OP - vol. 206. Estatutos da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Vila Rica - 1758-1761.
- AOTSF/OP - vol. 204. Estatutos da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Vila Rica - 1754-1756.
- AOTSF/OP - vol. 277. folhas avulsas. Receita e despesa da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Vila Rica - 1738 a 1968.
- AOTSF/OP - vol. 285. Rol de diversos. Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Vila Rica - 1765 a 1945.
- AOTSF/OP - vol. 155.Deliberações da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Vila Rica - 1757 a 1768.
- .AOTSF/OP - vol. 224. Visitas. Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Vila Rica - 1761 a 1765.
- AOTSF/OP - vol.209. Inventário da fábrica da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Vila Rica - 1751 a 1802.
- AOTSF/OP - vol.155. Deliberações da Mesa da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Vila Rica - 1757 a 1768.

AOTSF/OP - vol.247. Correspondências da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Vila Rica - 1741 a 1961, doc. avulsos.

AOTSF/OP - vol.289. Visita Pastoral de 1765 - Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Vila Rica.

AOTSF/OP - vol. 162. Entradas e profissões da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Vila Rica - 1746 a 1791.

AOTSF/OP - vol.513. Patentes. Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Vila Rica - 1745 a 1788, doc. avulsos.

AOTSF/OP - vol.270. Patentes. Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Vila Rica - 1734 a 1890, doc. avulsos.

### **Ordem Terceira de São Francisco - São João del Rei**

AOTSF/SJDR - Livro de termos, deliberações e pastorais da Ordem Terceira de São Francisco de São João del Rey.

AOTSF/SJDR - Certidões de Missas - 1807 a 1868. Ordem Terceira de São Francisco de São João del Rey, doc. avulsos.

### **Ordem Terceira do Carmo - Vila Rica**

AOTC/OP - vol. 2508 A. Livro de entradas e profissões da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo de Vila Rica. 1745 a 1903.

AOTC/OP - vol. 2526. Livro I de entradas da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo de Vila Rica.

AOTC/OP - vol. 2354. Livro de entradas, profissões e conta-corrente da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo de Vila Rica. 1747 a 1771.

AOTC/OP - vol.2455. Recepções - Ordem Terceira do Carmo de Vila Rica, 1746 a 1845.

AOTC/OP - vol. 2418. Estatutos da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo de Vila Rica. 1755.

AOTC/OP - vol.2564. Borrador da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo de Vila Rica. 1734 a 1755.

AOTC/OP - vol.2438. Protocolo. Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo de Vila Rica. 1753 a 1869.

AOTC/OP - vol.2487. Carta de Visitação - Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo de Vila Rica. 1761.

AOTC/OP - vol.2422. Inventário dos bens da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo de Vila Rica. 1754 a 1806.

AOTC/OP - vol.2437. Livro II de Termos e Deliberações das Mesas da Ordem do Carmo de Vila Rica.1784 a 1861.

AOTC/OP - vol.2547. Rol. Ordem Terceira do Carmo de Vila Rica. 1746 a 1942.

AOTC/OP - vol. 050. Receita e Despesa da Ordem do Carmo de Vila Rica, 1756 a 1780.

AOTC/OP - vol.2590. Habilitação - Ordem Terceira do Carmo de Vila Rica, 1746 a 1747.

AOTC/OP - vol.2523. Obras - Ordem Terceira do Carmo de Vila Rica, 1756 a 1966, doc. avulsos.

AOTC/OP - vol.2543. Relatório - Ordem Terceira do Carmo de Vila Rica, 1896 a 1928, doc. avulsos.

### **Ordem Terceira do Carmo - São João del Rei**

AOTC/SJDR - Livro de recensões da Ordem Terceira do Carmo de São João del Rei - 1781 a 1801.

AOTC/SJDR - Livro I de receita e despesa da Ordem Terceira do Carmo de São João del Rei - 1757 a 1788.

AOTC/SJDR - Livro I de termos e deliberações da Ordem Terceira do Carmo de São João del Rei.

AOTC/SJDR - Livro IV de Certidões de Missas da Ordem Terceira do Carmo de São João del Rei - 1792 a 1829.

### **Testamentos:**

AHET/SJDR - Testamento - cx. 1. Testamento de Gaspar José de Abreu - Lavras do Funil, 1809.

AHET/SJDR - Testamento - cx. 1. Testamento de Julião da Silva e Abreu - São João del Rei, 1786.

AHET/SJDR - Testamento - cx. 2. Testamento de Bonifácio Gonçalves de Aguiar - São João del Rei, 1802.

AHET/SJDR - Testamento - cx. 144. Testamento de Silvestre Coelho Velho - São João del Rei, 1759.

AHET/SJDR - Testamento - cx. 151. Testamento de Catarina da Assunção Xavier - São José, 1802.

AHET/SJDR - Testamento - cx. 472. Testamento de Jacinto Alves - Vila de São João del Rei, 1760.

AHET/SJDR - Testamento - cx. 4. Testamento de João Rodrigues Alves - Tamanduá, 1816.

AHET/SJDR - Testamento - cx. 5. Testamento de Francisco Pereira do Amaral - Congonhas do Campo, 1781.

AHET/SJDR - Testamento - cx. 7. Testamento de Antonia Maria de Araújo - São João del Rei, 1800.

AHET/SJDR - Testamento - cx. 9. Testamento de Manoel de Azevedo - São João del Rei, 1772.

AHET/SJDR - Testamento - cx. 18. Testamento de Antonio Gonçalves Cardoso - São João del Rei, 1802.

AHET/SJDR - Testamento - cx. 117. Testamento de Antonio Martins Saldanha - São João del Rei, 1753.

AHET/SJDR - Testamento - cx. 150. Testamento de Antonio de Moura Bastos - São João del Rei, 1762.

AHET/SJDR - Testamento - cx. 55. Testamento de Diogo Garcia - São João del Rei, 1762.

AHET/SJDR - Testamento - cx. 14. Testamento de Francisco Inácio Botelho - Lavras do Funil, 1796.

AHET/SJDR - Testamento - cx. 15. Testamento de Bento Ferreira Brito - São João del Rei, 1800.

AHET/SJDR - Testamento - cx. 15. Testamento de Gonçalo Ribeiro Brito - São João del Rei, 1781.

AHET/SJDR - Testamento - cx. 16. Testamento de Manoel Ferreira de Brito - São João del Rei, 1787.

AHET/SJDR - Testamento - cx. 139. Testamento de Manoel Pereira de Souza - São João del Rei, 1795.

AHET/SJDR - Testamento - cx. 17. Testamento de Joaquim Pedro de Souza e Câmara - São João del Rei, 1791.

AHET/SJDR - Testamento - cx. 131. Testamento de Tomás da Silva - São João del Rei, 1796.

AHET/SJDR - Testamento - cx. 148. Testamento de João Vieira da Silva Seabra - São João del Rei, 1763.

AHET/SJDR - Testamento - cx. 118. Testamento de Jacinto Teixeira da Cunha Sampaio - São João del Rei, 1777.

AHET/SJDR - Testamento - cx. 137. Testamento de Joaquim José de Souza - São João del Rei, 1795.

AHET/SJDR - Testamento - cx. 27. Testamento de Ana Maria da Conceição - São João del Rei, 1795.

AHET/SJDR - Testamento - cx. 55. Testamento de Domingos Fernandes Gil - São João del Rei, 1799.

AHET/SJDR - Testamento - cx. 67. Testamento de Maria Elena de Jesus - São José, 1812.

AHET/SJDR - Testamento - cx. 16. Testamento de Jerônimo de Andrade de Brito - Carrancas, 1814.

AHET/SJDR - Testamento - cx. 18. Testamento de José Monteiro Cardoso - São João del Rei, 1796.

AHET/SJDR - Testamento - cx. 19. Testamento de Domingos Francisco Carneiro - São João del Rei, 1775.

AHET/SJDR - Testamento - cx. 154. Testamento de Jerônimo Pereira de Carvalho - São João del Rei, 1824.

AHET/SJDR - Testamento - cx. 21. Testamento de João Francisco de Carvalho - Lavras do Funil, 1791.

AHET/SJDR - Testamento - cx. 117. Testamento de Maria Josefa Antonia do Sacramento - São João del Rei, 1794.

AHET/SJDR - Testamento - cx. 22. Testamento de Luis Pinto de Carvalho - Campanha da Princesa, 1804.

AHET/SJDR - Testamento - cx. 22. Testamento de Manoel Martins de Carvalho - Barbacena, 1795.

AHET/SJDR - Testamento - cx. 101. Testamento de Maria de Oliveira Pedrosa - São João del Rei, 1800.

AHET/SJDR - Testamento - cx. 22. Testamento de Manoel de Carvalho - São João del Rei, 1807.

AHET/SJDR - Testamento - cx. 23. Testamento de Custódio José de Castro - Formiga, 1815.

AHET/SJDR - Testamento - cx. 59. Testamento de Francisco Coelho Guimarães - Barbacena, 1807.

AHET/SJDR - Testamento - cx. 148. Testamento de Simeão da Cunha Guimarães - São João del Rei, 1771.

AHET/SJDR - Testamento - cx. 24. Testamento de Domingos de Araújo Cerqueira - São João del Rei, 1800.

AHET/SJDR - Testamento - cx. 25. Testamento de João Gonçalves Chaves - São José, 1768.



- AHET/SJDR - Testamento - cx. 32. Testamento de Domingues Rodrigues da Costa - São João del Rei, 1808.
- AHET/SJDR - Testamento - cx. 6. Testamento de Antonio Gonçalves dos Anjos - São João del Rei, 1789.
- AHET/SJDR - Testamento - cx. 1 48. Testamento de Veríssimo Antunes do Couto - São João del Rei, 1802.
- AHET/SJDR - Testamento - cx. 37. Testamento de Luzia da Cruz - São João del Rei, 1755.
- AHET/SJDR - Testamento - cx. 43. Testamento de Catherina da Encarnação - São João del Rei, 1783.
- AHET/SJDR - Testamento - cx. 51. Testamento de Manoel Caetano de Figueiredo - Lavras do Funil, 1802.
- AHET/SJDR - Testamento - cx. 69. Testamento de Rita Barbosa de Jesus - São João del Rei, 1800.
- AHET/SJDR - Testamento - cx. 6. Testamento de Antonia Maria - São José, 1811.
- AHET/SJDR - Testamento - cx. 82. Testamento de Francisco Ribeiro de Matos - São João del Rei, 1779.
- AHET/SJDR - Testamento - cx. 83. Testamento de Francisco Fernandes Medelha - São João del Rei, 1812.
- AHET/SJDR - Testamento - cx. 83. Testamento de Francisco José de Melo - São João del Rei, 1809.
- AHET/SJDR - Testamento - cx. 85. Testamento de Gabriel Antonio de Mesquita - São João del Rei, 1802.
- AHET/SJDR - Testamento - cx. 90. Testamento de Francisco Xavier da Mota - São João del Rei, 1797.
- AHET/SJDR - Testamento - cx. 94. Testamento de Ana Maria de Oliveira - São João del Rei, 1810.
- AHET/SJDR - Testamento - cx. 98. Testamento de José da Silva Pacheco - Aiuroca, 1793.
- AHET/SJDR - Testamento - cx. 94. Testamento de Antonio José de Oliveira - Congonhas do Campo, 1815.
- AHET/SJDR - Testamento - cx. 99. Testamento de Mariana Bernarda de Paiva - São João del Rei, 1813.
- AHET/SJDR - Testamento - cx. 103. Testamento de Bento André Pereira - São João del Rei, 1779.
- AHET/SJDR - Testamento - cx. 113. Testamento de Faustino da Silva Rocha - São João del Rei, 1802.
- AHET/SJDR - Testamento - cx. 108. Testamento de Antonio Manoel da Veiga Prada - São João del Rei, 1807.
- AHET/SJDR - Inventário - cx. 528. Testamento de Manoel da Costa Faro - São João del Rei, 1770.
- AHET/SJDR - Inventário - cx. 390. Testamento de Francisco Correia - Catas Altas, 1790.
- AHET/SJDR - Inventário - cx. 130. Testamento de Antonio Gonçalves - São José, 1784.
- AHET/SJDR - Inventário - cx. C-13. Testamento de Manoel Rodrigues Gondim - São João del Rei, 1763.
- AHET/SJDR - Inventário - cx. 102. Testamento de Antonio José do Vale Guimarães - São João del Rei, 1771.
- AHET/SJDR - Inventário - cx. 84. Testamento de Antonio José Ferreira - São João del Rei, 1808.
- AHET/SJDR - Inventário - cx. 84. Testamento de Antonio da Costa Ferreira - São João del Rei, 1770.
- AHET/SJDR - Inventário - cx. 84. Testamento de Antonio da Costa Ferreira - São José, 1780.
- AHET/SJDR - Inventário - cx. 317. Testamento de Antonio Pereira da Cunha - Catas Altas, 1803.
- AHET/SJDR - Inventário - cx. 495. Testamento de Rosa Maria de Jesus - Aiuroca, 1782.
- AHET/SJDR - Inventário - cx. 333. Testamento de Bento Pinto de Magalhães - São João del Rei, 1754.
- AHET/SJDR - Inventário - cx. 355. Testamento de Manoel Alves Monteiro - São João del Rei, 1760.
- AHET/SJDR - Inventário - cx. 399. Testamento de João Gonçalves de Moura - Prados, 1777.
- AHET/SJDR - Inventário - cx. 469. Testamento de Tomás Carlos de Souza - São João del Rei, 1817.
- AHET/SJDR - Inventário - cx. 110. Testamento de Ana Rosa de Jesus - Congonhas do Campo, 1798.
- AHET/SJDR - Inventário - cx. 384. Testamento de Francisco Ribeiro Mendes - São João del Rei, 1775.
- AHET/SJDR - Inventário - cx. 293. Testamento de Bernardo Gonçalves Chaves - São João del Rei, 1781.
- AHET/SJDR - Inventário - cx. 439. Testamento de Maria da Assunção de Morais - São João del Rei, 1763.
- AHET/SJDR - Inventário - cx. 154. Testamento de Bernardo Martins Neira - São João del Rei, 1799.
- AHET/SJDR - Inventário - cx. 374. Testamento de João da Silva de Oliveira - São João del Rei, 1789.
- AHET/SJDR - Inventário - cx. 163. Testamento de Maria de Souza Monteiro - São João del Rei, 1804.
- AHET/SJDR - Inventário - cx. 189. Testamento de Isabel Pedrosa - Lavras do Funil, 1812.
- AHET/SJDR - Inventário - cx. 304. Testamento de Antonio Fernandes Pereira - São João del Rei, 1809.
- AHET/SJDR - Inventário - cx. 526. Testamento de João José Pereira - São João del Rei, 1777.
- AHET/SJDR - Inventário - cx. 193. Testamento de José de Souza Pereira - Congonhas do Campo, 1802.
- AHET/SJDR - Inventário - cx. 196. Testamento de Agostinho Gonçalves Pinheiro - São João del Rei, 1799.
- AHET/SJDR - Inventário - cx. 213. Testamento de Antonio Moreira Ribeiro - São João del Rei, 1785.
- AHET/SJDR - Inventário - cx. 458. Testamento de Manoel de Souza Rocha - São José, 1802.
- AHET/SJDR - Inventário - cx. 291. Testamento de Gervásio Fernandes Rodelas - São João del Rei, 1788.
- AHET/SJDR - Inventário - cx. C-29. Testamento de Francisco de Mendonça e Sá - São João del Rei, 1776.
- AHET/SJDR - Inventário - cx. 223. Testamento de Ana Maria do Rosário - São João del Rei, 1801.
- AHET/SJDR - Inventário - cx. 130. Testamento de João dos Reis Silva - São João del Rei, 1802.
- AHET/SJDR - Inventário - cx. 52. Testamento de Agostinho Pita de Castro - Barbacena, 1815.
- AHET/SJDR - Inventário - cx. 545. Testamento de Manoel da Cunha Teixeira Sampaio - São João del Rei, 1759.
- AHET/SJDR - Inventário - cx. 463. Testamento de Manoel Dias de Carvalho - São José, 1780.
- AHET/SJDR - Inventário - cx. 531. Testamento de Manoel Rodrigues Serra - São João del Rei, 1795.
- AHET/SJDR - Inventário - cx. 513. Testamento de Manoel Caetano da Silva - São João del Rei, 1800.
- AHET/SJDR - Inventário - cx. 243. Testamento de Antonio Francisco da Silva - São João del Rei, 1799.
- AHET/SJDR - Inventário - cx. 365. Testamento de José de Souza Vieira - São João del Rei, 1790.
- AHET/SJDR - Inventário - cx. 70. Testamento de Manoel Teixeira da Cunha - São João del Rei, 1793.

- AHET/SJDR - Inventário - cx. 84. Testamento de Antonio de Souza Ferreira - São João del Rei, 1791.
- AHET/SJDR - Inventário - cx. 84. Testamento de Antonia Maria de - Congonhas do Campo, 1788.
- AHET/SJDR - Inventário - cx. 61. Testamento de Ana Maria da Conceição - São João del Rei, 1811.
- AHET/SJDR - Inventário - cx. 52. Testamento de José Pereira da Costa Castelbranco - São João del Rei, 1765.
- AHET/SJDR - Inventário - cx. 66. Testamento de Antonio Martins da Costa - Queluz, 1813.
- AHET/SJDR - Inventário - cx. 246. Testamento de Maria Emerenciana de Santa Ana - São João del Rei, 1809.
- AHET/SJDR - Inventário - cx. 245. Testamento de Antonio Teixeira da Silva - São João del Rei, 1773.
- AHET/SJDR - Inventário - cx. 246. Testamento de Damazo Ribeiro da Silva - São Gonçalo do Rio Abaixo, 1784.
- AHET/SJDR - Inventário - cx. 420. Testamento de Maria Leonarda Silveira - São João del Rei, 1805.
- AHET/SJDR - Inventário - cx. 557. Testamento de Joaquim Coelho de Souza - São João del Rei, 1803.
- AHET/SJDR - Inventário - cx. 272. Testamento de Antonio da Mota Teixeira - São João del Rei, 1786.
- AHET/SJDR - Inventário - cx. 547. Testamento de Manoel Pinto de Souza - São João del Rei, 1768.
- AHET/SJDR - Inventário - cx. 66. Testamento de Agostinho Ferreira da Costa - São João del Rei, 1776.
- AHET/SJDR - Inventário - cx. 317. Testamento de Antonio Lopes Costa - São João del Rei, 1792.
- AHET/SJDR - Inventário - cx. 68. Testamento de João Ferreira da Costa - São João del Rei, 1772.
- AHET/SJDR - Inventário - cx. 428. Testamento de Sebastião Fernandes da Costa - São João del Rei, 1802.
- AHET/SJDR - Inventário - cx. 66. Testamento de Antonio Fernandes da Costa - São João del Rei, 1779.
- AHET/SJDR - Inventário - cx. 19. Testamento de Alexandre Pereira de Araújo - Nossa Senhora do Desterro, 1766.
- AHET/SJDR - Inventário - cx. 19. Testamento de Antonio José Fernandes Araújo - São João del Rei, 1814.
- AHET/SJDR - Inventário - cx. 61. Testamento de Ana Maria da Conceição - Congonhas do Campo, 1770.
- AHET/SJDR - Inventário - cx. 02-01. Testamento de Manoel Rodrigues de Aguiar - Borda do Campo, 1798.
- AHET/SJDR - Inventário - cx. 147. Testamento de Antonio Caetano de Almeida Vilas Boas - São João del Rei, 1802.
- AHET/SJDR - Inventário - cx. 157. Testamento de Neutel Vaz de Melo - Barbacena, 1814.
- AHET/SJDR - Inventário - cx. 175. Testamento de Mariana Clara do Nascimento - Lavras do Funil, 1805.
- AHET/SJDR - Inventário - cx. 244. Testamento de Antonio Ribeiro da Silva - Lavras do Funil, 1808.
- AHET/SJDR - Inventário - cx. 516. Testamento de Manoel da Costa de Azevedo Pereira - Lavras do Funil, 1806.
- AHET/SJDR - Inventário - cx. 29. Testamento de Alexandre da Silva Barros - São João del Rei, 1784.
- AHET/SJDR - Inventário - cx. 598. Testamento de Violante Moreira da Assunção - St.o Antonio de Itaverava, 1782.
- AHET/SJDR - Inventário - cx. 70. Testamento de Manoel Tavares Couto - São João del Rei, 1752.
- AHET/SJDR - Inventário - cx. 491. Testamento de José Teixeira de Barros - São João del Rei, 1764.
- AHET/SJDR - Inventário - cx. 535. Testamento de Manoel José de Barros - São José, 1793.
- AHET/SJDR - Inventário - cx. 44. Testamento de Antonio Ferreira Carneiro - São João del Rei, 1801.
- AHET/SJDR - Inventário - cx. 85. Testamento de Estácio Ferreira - São João del Rei, 1757.
- AHET/SJDR - Inventário - cx. 335. Testamento de Domingos Alves Fontes - São João del Rei, 1774.
- AHET/SJDR - Inventário - cx. 93. Testamento de Bernardo de Souza Freire - São João del Rei, 1771.
- AHET/SJDR - Inventário - cx. 481. Testamento de Manoel Dias Furtado - São José, 1779.
- AHET/SJDR - Inventário - cx. 371. Testamento de Manoel Monteiro de Góis - São João del Rei, 1758.
- AHET/SJDR - Inventário - cx. 380. Testamento de Francisco Martins Guimarães - São João del Rei, 1777.
- AHET/SJDR - Inventário - cx. 368. Testamento de Francisco de Lima - São João del Rei, 1790.
- AHET/SJDR - Inventário - cx. 144. Testamento de Antonio Afonso Machado - São João del Rei, 1802.
- AHET/SJDR - Inventário - cx. 58. Testamento de Antonio Alves Coelho - São João del Rei, 1770.
- AHET/SJDR - Inventário - cx. 58. Testamento de Manoel Antonio de Souza - São João del Rei, 1767.
- AHET/SJDR - Inventário - cx. 533. Testamento de Manoel Joaquim Nogueira - São João del Rei, 1813.
- AHET/SJDR - Inventário - cx. C-19. Testamento de Manoel Lourenço de Oliveira - São João del Rei, 1802.
- AHET/SJDR - Inventário - cx. 477. Testamento de Manoel Moreira Prudente - São João del Rei, 1822.
- AHET/SJDR - Inventário - cx. C-50. Testamento de Marcos de Souza Magalhães - São José, 1773.
- AHET/SJDR - Inventário - cx. 436. Testamento de Maria Josefa de Almeida - São José, 1800.
- AHET/SJDR - Inventário - cx. 148. Testamento de Maria Josefa de Magalhães - São João del Rei, 1810.
- AHET/SJDR - Inventário - cx. 220. Testamento de Pascoal Alves Rodrigues - São João del Rei, 1795.
- AHET/SJDR - Inventário - cx. C-41. Testamento de Tomásia Maria da Silva - São João del Rei, 1799.
- AHET/SJDR - Inventário - cx. 242. Testamento de Ana Ribeiro da Silva - São João del Rei, 1817.
- AHET/SJDR - Inventário - cx. 34. Testamento de Antonia Maria da Boa Nova - Ribeirão do Araújo, 1758.
- AHET/SJDR - Inventário - cx. 84. Testamento de Antonio de Souza Ferreira - São João del Rei, 1791.
- AHET/SJDR - Inventário - cx. 100. Testamento de Antonio Dias de Gouveia - São João del Rei, 1789.
- AHET/SJDR - Inventário - cx. 446. Testamento de João Rodrigues Borges - São João del Rei, 1784.
- AHET/SJDR - Inventário - cx. 551. Testamento de Manoel Ferreira Braga - São João del Rei, 1755.
- AHET/SJDR - Inventário - cx. 380. Testamento de Francisco Martins Guimarães - São João del Rei, 1777.
- AHET/SJDR - Inventário - cx. 295. Testamento de Domingos Ferreira Guimarães - São João del Rei, 1763.

- AHET/SJDR - Inventário - cx. 246. Testamento de Domingos de Paiva e Silva - Lavras do Funil, 1808.
- AHET/SJDR - Inventário - cx. 425. Testamento de Jerônimo Ribeiro da Silva - São João del Rei, 1762.
- AHMI - Testamento 1º of., cód.450 - auto 9743. Testamento de Manoel José da Costa - Vila Rica, 1762.
- AHMI - Testamento 1º of., cód.307 - auto 6592. Testamento de Antonio da Costa - Vila Rica, 1801.
- AHMI - Testamento 1º of., cód.299 - auto 6468. Testamento de Antonio José da Costa - São Bartolomeu, 1806.
- AHMI - Testamento 1º of., cód.333 - auto 7015. Testamento de Domingos Ferreira da Costa - Congonhas do Campo, 1823.
- AHMI - Testamento 1º of., cód.335 - auto 7041. Testamento de João Barbosa de Amorim - Vila Rica, 1769.
- AHMI - Testamento 1º of., cód.460 - auto 9762. Testamento de Domingos dos Santos Lisboa - Vila Rica, 1762.
- AHMI - Testamento 1º of., cód.460 - auto 9734. Testamento de Manoel Francisco da Costa Barros - Vila Rica, 1761.
- AHMI - Testamento 1º of., cód.460 - auto 9767. Testamento de Lourenço Pires Ramalho - Vila Rica, 1758.
- AHMI - Testamento 1º of., cód.460 - auto 9753. Testamento de Antonio Ramos dos Reis - Vila Rica, 1761.
- AHMI - Testamento 1º of., cód.460 - auto 9749. Testamento de João da Costa Roiz - Vila Rica, 1762.
- AHMI - Testamento 1º of., cód.460 - auto 9744. Testamento de Custódio Francisco Moreira - Vila Rica, 1762.
- AHMI - Testamento 1º of., cód.460 - auto 9741. Testamento de Bento Carvalho Vieira - Vila Rica, 1761.
- AHMI - Testamento 1º of., cód.460 - auto 9760. Testamento de Antonio Lopes de Carvalho - Vila Rica, 1762.
- AHMI - Testamento 1º of., cód.41 - auto 485. Testamento de Domingos Vaz de Carvalho - Vila Rica, 1788.
- AHMI - Testamento 1º of., cód.460 - auto 9756. Testamento de Bernardo de Almeida Silva - Casa Branca, 1762.
- AHMI - fundo cartorial. Testamento de Antonio Peixoto de Sá - Vila Rica, 1780.
- AHMI - fundo cartorial. Testamento de Sebastião Lopes Pereira - Vila Rica, 1754.
- AHMI - Inventário 2º of., cód.9 - auto 89. Testamento de Bento Antonio Maciel - Vila Rica, 1791.
- AHMI - Inventário 2º of., cód.68 - auto 756. Testamento de Ambrósio Rodrigues da Cunha - Vila Rica, 1784.
- AHMI - Inventário 1º of., cód.109 - auto 1391. Testamento de Manoel Martins Dinis - Vila Rica, 1785.
- AHMI - Inventário 1º of., cód.22 - auto 231. Testamento de Ana Maria de Jesus - Vila Rica, 1808.
- AHMI - Inventário 2º of., cód.35 - auto 389. Testamento de Josefa Maria de Jesus - Vila Rica, 1773.
- AHMI - Inventário 2º of., cód.51 - auto 573. Testamento de Rosa Maria de Jesus - Vila Rica, 1780.
- AHMI - Inventário 1º of., cód.139 - auto 1742. Testamento de Caetano Moreira Louro - Vila Rica, 1754.
- AHMI - Inventário 2º of., cód.58 - auto 664. Testamento de Antonio Pinto Alves - Vila Rica, 1787.
- AHMI - Inventário 1º of., cód.21 - auto 218. Testamento de Antonio João Belas - Ouro Branco, 1782.
- AHMI - Inventário 1º of., cód.129 - auto 1614. Testamento de Roque Afonso Monteiro - Itabira, 1804.
- AHMI - Inventário 1º of., cód.123 - auto 1541. Testamento de Manoel Luis do Nascimento - Ouro Branco, 1762.
- AHMI - Inventário 1º of., cód.47 - auto 580. Testamento de Francisco Moreira Neto - Vila Rica, 1794.
- AHMI - Inventário 1º of., cód.100 - auto 1235. Testamento de Manoel da Costa de Oliveira - Vila Rica, 1790.
- AHMI - Inventário 1º of., cód.132 - auto 1662. Testamento de Salvador Rodrigues - Vila Rica, 1760.
- AHMI - Inventário 1º of., cód.33 - auto 396. Testamento de Domingos Ferreira Simões Vale - Vila Rica, 1777.
- AHMI - Inventário 1º of., cód.26 - auto 285. Testamento de Bernardo Gonçalves Veiga - Vila Rica, 1793.
- AHMI - Inventário 2º of., cód.79 - auto 942. Testamento de João de Lara - Itabira, 1785.
- AHMI - Inventário 1º of., cód.1 - auto 8. Testamento de Antonio da Costa de Oliveira - Vila Rica, 1790.
- AHMI - Inventário 1º of., cód.8 - auto 75. Testamento de Antonio de Fontes Leal - Vila Rica, 1768.
- AHMI - Inventário 1º of., cód.134 - auto 1688. Testamento de Simão Martins - Vila Rica, 1792.
- AHMI - Inventário 1º of., cód.106 - auto 1333. Testamento de Manoel Alves de Meireles - Vila Rica, 1825.
- AHMI - Inventário 1º of., cód.73 - auto 814. Testamento de José Ribeiro de Melo - Vila Rica, 1789.
- AHMI - Inventário of., cód. 73 - auto 814 Testamento de Félix Dias Monteiro - Vila Rica, 1800.
- AHMI - Inventário 1º of., cód.90 - auto 1095. Testamento de José Monteiro Peixoto - Vila Rica, 1803.
- AHMI - Inventário 1º of., cód.78 - auto 928. Testamento de José Inácio Pereira - Vila Rica, 1797.
- AHMI - Inventário 1º of., cód.58 - auto 696. Testamento de Francisco de Almeida Pinto - Vila Rica, 1774.
- AHMI - Inventário 1º of., cód.57 - auto 689. Testamento de Francisco da Costa Cardoso - Vila Rica, 1789.
- AHMI - Inventário 1º of., cód.127 - auto 1580. Testamento de Pedro Gomes Carmo - Itabira, 1797.
- AHMI - Inventário 1º of., cód.6 - auto 61. Testamento de Antonio Gonçalves Chaves - Vila Rica, 1787
- AHMI - Inventário 1º of., cód. 69 - auto 826. Testamento de João Lopes da Fonseca - Vila Rica, 1785.
- AHMI - Inventário 1º of., cód.45 - auto 535. Testamento de Felipe Gonçalves Santiago - Vila Rica, 1776.
- AHMI - Inventário 1º of., cód.73 - auto 877. Testamento de José Antonio da Silva - Vila Rica, 1795.
- AHMI - Inventário 1º of., cód.101 - auto 1255. Testamento de Manoel Coelho da Silva - Congonhas do Campo, 1795.
- AHMI - Inventário 1º of., cód.143 - auto 1797. Testamento de Manoel Valente de Deus - Vila Rica, 1788.
- AHMI - Inventário 1º of., cód.443 - auto 9296. Testamento de Francisco Antonio - Vila Rica, 1773.
- AHMI - Testamento 1º of., cód. 460 - auto 9761. Domingos dos Santos Lisboa - Vila Rica, 1762.
- AOTC/OP - vol. 2552. Testamento de Ignácio da Silveira Barbosa - Vila Rica, 1757.
- AOTC/OP - vol. 2551. Testamento de Manoel Barboza Cabral - Vila Rica, 1747.

- AOTC/OP - vol. 2551. Testamento de Manoel Fernandes Carneiro - Vila Rica, 1747.  
 AOTC/OP - vol. 2551. Testamento de Francisco Álvares de Carvalho - Vila Rica, 1777.  
 AOTC/OP - vol. 2551. Testamento de Manoel Velho de Castro - São Bartolomeu, 1757.  
 AOTC/OP - vol. 2551. Testamento de Domingos de Miranda Chaves - Vila Rica, 1747.  
 AOTC/OP - vol. 2551. Testamento de Jerônimo Moreira Crespo - Vila Rica, 1747.  
 AOTC/OP - vol. 2551. Testamento de João da Cruz Guimarães - Itaverava, 1756.  
 AOTC/OP - vol. 2551. Testamento de José Velho Pereira - Vila Rica, 1747.  
 AOTC/OP - vol. 2551. Testamento de Domingos José Marques dos Reis - Vila Rica, 1754.  
 AOTC/OP - vol. 2551. Testamento de Luís Pereira da Silva - Vila Rica, 1747.  
 AOTC/OP - vol. 2551. Testamento de Caetano Antonio de Souza - Rio de Janeiro, 1757.  
 AOTC/OP - vol. 2551. Testamento de Ventura Alves Carneiro - Vila Rica, 1747.  
 AOTSF/OP - vol. 287. Testamento de João Luis de Araújo - Catas Altas, 1755.  
 AOTSF/OP - vol. 223. Testamento de José da Costa de Araújo - Vila Rica, 1751.  
 AOTSF/OP - vol. 223. Testamento de Antonio Lopes de Carvalho - Vila Rica, 1762.  
 AOTSF/OP - vol. 223. Testamento de Manoel Pires de Carvalho - Vila Rica, 1752.  
 AOTSF/OP - vol. 223. Testamento de Manoel José da Costa - Vila Rica, 1762.  
 AOTSF/OP - vol. 223. Testamento de Francisco Jorge de Faria - Mariana, 1755.  
 AOTSF/OP - vol. 287. Testamento de Manoel Lopes Ferreira - Rio de Janeiro, 1754.  
 AOTSF/OP - vol. 287. Testamento de José da Silva da Fonseca - Vila Rica, 1752.  
 AOTSF/OP - vol. 287. Testamento de José Fernandes Lima - Vila Rica, 1745.  
 AOTSF/OP - vol. 223. Testamento de Álvaro José Lisboa - Vila Rica, 1755.  
 AOTSF/OP - vol. 223. Testamento de Bernardo Madeira - Vila Rica, 1756.  
 AOTSF/OP - vol. 287. Testamento de Manoel José Duarte Melo - Vila Rica, 1758.  
 AOTSF/OP - vol. 287. Testamento de Francisco Gomes Pinheiro - Vila Rica, 1754.  
 AOTSF/OP - vol. 223. Testamento de Domingos Francisco dos Reis - Vila Rica, 1756.  
 AOTSF/OP - vol. 223. Testamento de José Gomes da Rocha - Vila Rica, 1758.  
 AOTSF/OP - vol. 223. Testamento de Manoel Fernandes Sampaio - Vila Rica, 1756.  
 AOTSF/OP - vol. 223. Testamento de Alexandre da Silva Vaz - Vila Rica, 1761.  
 AOTSF/OP - vol. 287. Testamento de João Gonçalves Vieira - Vila Rica, 1754.  
 ACSM - Inventário 1º of., cód.27 - auto 689. Testamento de Domingos Carvalho de Araújo  
 ACSM - Inventário 1º of., cód.43 - auto 988. Testamento de Antonio da Costa - Mariana, 1782.  
 ACSM - Inventário 1º of., cód.201 - auto 3846. Testamento de Luzia Alves da Encarnação - Mariana, 1818.  
 ACSM - Inventário 1º of., cód.130 - auto 2718. Testamento de Francisco Alves Velho - Mariana, 1761.  
 ACSM - Inventário 1º of., cód.48 - auto 1092. Testamento de Antonio da Costa Monteiro - Mariana, 1766.  
 ACSM - Inventário 1º of., cód.40 - auto 929. Testamento de Antonio Pinto da Silva - Mariana, 1756.  
 ACSM - Inventário 1º of., cód.141 - auto 2936. Testamento de Francisco Xavier dos Santos - Mariana, 1766.  
 ACSM - Inventário 1º of., cód.85 - auto 1801. Testamento de Antonio Dinis Linhares - Mariana, 1761.  
 ACSM - Inventário 1º of., cód.152 - auto 3196. Testamento de Francisco Pires da Costa - Mariana, 1763.  
 ACSM - Inventário 1º of., cód.75 - auto 1600. Testamento de Francisco dos Santos Lisboa - Mariana, 1765.  
 AEAM - Testamento, pasta 457. Testamento de Francisco Xavier de Miranda - Mariana, 1802.  
 ACSM - Inventário 1º of., cód.134 - auto 2806. Testamento de Baltasar Martins Chaves - Mariana, 1760.  
 ACSM - Inventário 1º of., cód.152 - auto 3196. Testamento de Francisco Teixeira Aiuroca - Mariana, 1763.  
 ACSM - Inventário 1º of., cód.14 - auto 450. Testamento de Jacinto de Meireles - Mariana, 1768.  
 AHMI - Testamento 1º of., cód. 298 - auto 6454. Testamento de Antonio Vieira de Carvalho - Vila Rica, 1773.

#### Inventários:

- AHET/SJDR - Inventário - cx. 01-04. Inventário de Gaspar José de Abreu - Lavras do Funil, 1810.  
 AHET/SJDR - Inventário - cx. 02-01. Inventário de Manoel Rodrigues de Aguiar - Borda do Campo, 1798.  
 AHET/SJDR - Inventário - cx. 368. Inventário de Francisco Pereira do Amaral - Congonhas do Campo, 1792.  
 AHET/SJDR - Inventário - cx. C-02. Inventário de Feliciano Cardoso de Andrade - São José, 1795.  
 AHET/SJDR - Inventário - cx.19. Inventário de Alexandre Pereira de Araújo - Nossa Senhora do Desterro, 1768.  
 AHET/SJDR - Inventário - cx.19. Inventário de Antonio José Fernandes Araújo - São João del Rei, 1815.  
 AHET/SJDR - Inventário - cx. 516. Inventário de Manoel da Costa de Azevedo Pereira - Lavras do Funil, 1809.  
 AHET/SJDR - Inventário - cx. 160. Inventário de Antonio Botelho de Mesquita - São João del Rei, 1796.  
 AHET/SJDR - Inventário - cx. 335. Inventário de Domingos Rodrigues Barreiros - São João del Rei, 1800.  
 AHET/SJDR - Inventário - cx. 29. Inventário de Alexandre da Silva Barros - São João del Rei, 1785.  
 AHET/SJDR - Inventário - cx. 491. Inventário de José Teixeira de Barros - São João del Rei, 1764.  
 AHET/SJDR - Inventário - cx. 323. Inventário de Antonio de Moura Bastos - São João del Rei, 1762.

- AHET/SJDR - Inventário - cx. 446. Inventário de João Rodrigues Borges - São João del Rei, 1785.  
AHET/SJDR - Inventário - cx. 400. Inventário de Francisco Inácio Botelho - Lavras do Funil, 1796.  
AHET/SJDR - Inventário - cx. 35. Inventário de Custódio Ferreira Braga - São João del Rei, 1787.  
AHET/SJDR - Inventário - cx. 374. Inventário de José Martins Brito - São João del Rei, 1793.  
AHET/SJDR - Inventário - cx. 37. Inventário de Manoel Francisco Xavier - Lavras do Funil, 1797.  
AHET/SJDR - Inventário - cx. 355. Inventário de Manoel da Silva Campos - São João del Rei, 1752.  
AHET/SJDR - Inventário - cx. 42. Inventário de Domingos Alves Cangica - São João del Rei, 1792.  
AHET/SJDR - Inventário - cx. 43. Inventário de José Monteiro Cardoso - São João del Rei, 1796.  
AHET/SJDR - Inventário - cx. 337. Inventário de Domingos Francisco Carneiro - São João del Rei, 1778.  
AHET/SJDR - Inventário - cx. 296. Inventário de Antonio Domingues de Carvalho - Lavras do Funil, 1804.  
AHET/SJDR - Inventário - cx. C-48. Inventário de Jerônimo Pereira de Carvalho - São João del Rei, 1824.  
AHET/SJDR - Inventário - cx. 463. Inventário de Manoel Dias de Carvalho - São José, 1781.  
AHET/SJDR - Inventário - cx. 52. Inventário de José Pereira da Costa Castelbranco - São João del Rei, 1765.  
AHET/SJDR - Inventário - cx. 52. Inventário de Agostinho Pita de Castro - Barbacena, 1816.  
AHET/SJDR - Inventário - cx. 338. Inventário de Domingos de Araújo Cerqueira - São João del Rei, 1807.  
AHET/SJDR - Inventário - cx. 362. Inventário de Francisco de Lima - São João del Rei, 1808.  
AHET/SJDR - Inventário - cx. 55. Inventário de Francisco Fernandes das - São João del Rei, 1797.  
AHET/SJDR - Inventário - cx. 293. Inventário de Bernardo Gonçalves Chaves - São João del Rei, 1787.  
AHET/SJDR - Inventário - cx. 445. Inventário de João Gonçalves Chaves - São José, 1785.  
AHET/SJDR - Inventário - cx. 58. Inventário de Antonio Alves Coelho - São João del Rei, 1770.  
AHET/SJDR - Inventário - cx. 61. Inventário de Ana Maria da Conceição - São João del Rei, 1812.  
AHET/SJDR - Inventário - cx. 61. Inventário de Ana Maria da Conceição - Congonhas do Campo, 1771.  
AHET/SJDR - Inventário - cx. 344. Inventário de Catarina Maria da Conceição - Arrabalde do Suaçuí, 1779.  
AHET/SJDR - Inventário - cx. 64. Inventário de Ana Correa - São José, 1796.  
AHET/SJDR - Inventário - cx. 390. Inventário de Francisco Correia - Catas Altas, 1797.  
AHET/SJDR - Inventário - cx. 66. Inventário de Agostinho Ferreira da Costa - São João del Rei, 1791.  
AHET/SJDR - Inventário - cx. 66. Inventário de Ana Ignácia da Costa - São João del Rei, 1808.  
AHET/SJDR - Inventário - cx. 66. Inventário de Antonio Dias da Costa - Congonhas do Campo, 1793.  
AHET/SJDR - Inventário - cx. 66. Inventário de Antonio Fernandes da Costa - São João del Rei, 1779.  
AHET/SJDR - Inventário - cx. 317. Inventário de Antonio Lopes Costa - São João del Rei, 1793.  
AHET/SJDR - Inventário - cx. 66. Inventário de Antonio Martins da Costa - Queluz, 1813.  
AHET/SJDR - Inventário - cx. 318. Inventário de Cipriano José da Costa - São João del Rei, 1795.  
AHET/SJDR - Inventário - cx. 68. Inventário de João Ferreira da Costa - São João del Rei, 1773.  
AHET/SJDR - Inventário - cx. 68. Inventário de João Francisco da Costa - Barbacena, 1814.  
AHET/SJDR - Inventário - cx. 428. Inventário de Sebastião Fernandes da Costa - São João del Rei, 1805.  
AHET/SJDR - Inventário - cx. 144. Inventário de Francisco Fernandes Medelha - São João del Rei, 1824.  
AHET/SJDR - Inventário - cx. 588. Inventário de Luzia da Cruz - São João del Rei, 1773.  
AHET/SJDR - Inventário - cx. 317. Inventário de Antonio Pereira da Cunha - Catas Altas, 1811.  
AHET/SJDR - Inventário - cx. 70. Inventário de Manoel Teixeira da Cunha - São João del Rei, 1793.  
AHET/SJDR - Inventário - cx. 79. Inventário de Catherina da Encarnação - São João del Rei, 1777.  
AHET/SJDR - Inventário - cx. 528. Inventário de Manoel da Costa Faro - São João del Rei, 1775.  
AHET/SJDR - Inventário - cx. 83. Inventário de Antonio José Fernandes - São João del Rei, 1820.  
AHET/SJDR - Inventário - cx. 84. Inventário de Antonio da Costa Ferreira - São José, 1794.  
AHET/SJDR - Inventário - cx. 84. Inventário de Antonio de Souza Ferreira - São João del Rei, 1792.  
AHET/SJDR - Inventário - cx. 84. Inventário de Antonio José Ferreira - São João del Rei, 1809.  
AHET/SJDR - Inventário - cx. 85. Inventário de Francisco José Ferreira - São João del Rei, 1811.  
AHET/SJDR - Inventário - cx. 518. Inventário de Manoel Caetano de Figueiredo - 1807.  
AHET/SJDR - Inventário - cx. 335. Inventário de Domingos Alves Fontes - São João del Rei, 1789.  
AHET/SJDR - Inventário - cx. 94. Inventário de Joaquim José de Freitas - São João del Rei, 1782.  
AHET/SJDR - Inventário - cx. 483. Inventário de Manoel José de Freitas - São João del Rei, 1787.  
AHET/SJDR - Inventário - cx. 345. Inventário de José Lourenço de Siqueira Galindo - São João del Rei, 1814.  
AHET/SJDR - Inventário - cx. 357. Inventário de João Gonçalves Gomes - São João del Rei, 1806.  
AHET/SJDR - Inventário - cx. 130. Inventário de Antonio Gonçalves - São José, 1784.  
AHET/SJDR - Inventário - cx. 99. Inventário de José de Souza Gonçalves - 1796.  
AHET/SJDR - Inventário - cx. C-13. Inventário de Manoel Rodrigues Gondim - São João del Rei, 1763.  
AHET/SJDR - Inventário - cx. 102. Inventário de Antonio José do Vale Guimarães - São João del Rei, 1771.  
AHET/SJDR - Inventário - cx. 358. Inventário de João da Costa Guimarães - Lavras do Funil, 1811.  
AHET/SJDR - Inventário - cx. 461. Inventário de Simeão da Cunha Guimarães - São João del Rei, 1771.  
AHET/SJDR - Inventário - cx. 110. Inventário de Ana Rosa de Jesus - Congonhas do Campo, 1798.

AHET/SJDR - Inventário - cx. 120. Inventário de Maria Elena de Jesus - São José, 1812.

AHET/SJDR - Inventário - cx. 495. Inventário de Rosa Maria de Jesus - Aiuroca, 1783.

AHET/SJDR - Inventário - cx. 333. Inventário de Bento Pinto de Magalhães - São João del Rei, 1766.

AHET/SJDR - Inventário - cx. 157. Inventário de Neutel Vaz de Melo - Barbacena, 1814.

AHET/SJDR - Inventário - cx. 384. Inventário de Francisco Ribeiro Mendes - São João del Rei, 1790.

AHET/SJDR - Inventário - cx. 160. Inventário de Antonio Botelho de Mesquita - São João del Rei, 1796.

AHET/SJDR - Inventário - cx. 160. Inventário de Gabriel Antonio de Mesquita - São João del Rei, 1812.

AHET/SJDR - Inventário - cx. 163. Inventário de Maria de Souza Monteiro - São João del Rei, 1811.

AHET/SJDR - Inventário - cx. 355. Inventário de Manoel Alves Monteiro - São João del Rei, 1760.

AHET/SJDR - Inventário - cx. 439. Inventário de Maria da Assunção de Moraes - São João del Rei, 1763.

AHET/SJDR - Inventário - cx. C-46. Inventário de Francisco Xavier da Mota - São João del Rei, 1801.

AHET/SJDR - Inventário - cx. 399. Inventário de João Gonçalves de Moura - Prados, 1778.

AHET/SJDR - Inventário - cx. 369. Inventário de Julia Maria do Nascimento - São João del Rei, 1812.

AHET/SJDR - Inventário - cx. 175. Inventário de Mariana Clara do Nascimento - Lavras do Funil, 1810.

AHET/SJDR - Inventário - cx. 154. Inventário de Bernardo Martins Neira - São João del Rei, 1799.

AHET/SJDR - Inventário - cx. 176. Inventário de Maria das Neves - São João del Rei, 1790.

AHET/SJDR - Inventário - cx. 179. Inventário de Antonio José de Oliveira - Congonhas do Campo, 1815.

AHET/SJDR - Inventário - cx. 374. Inventário de João da Silva de Oliveira - São João del Rei, 1789.

AHET/SJDR - Inventário - cx. 189. Inventário de Isabel Pedrosa - Lavras do Funil, 1813.

AHET/SJDR - Inventário - cx. 304. Inventário de Antonio Fernandes Pereira - São João del Rei, 1813.

AHET/SJDR - Inventário - cx. 297. Inventário de Bento André Pereira - São João del Rei, 1779.

AHET/SJDR - Inventário - cx. 526. Inventário de João José Pereira - São João del Rei, 1787.

AHET/SJDR - Inventário - cx. 193. Inventário de José de Souza Pereira - Congonhas do Campo, 1805.

AHET/SJDR - Inventário - cx. 196. Inventário de Agostinho Gonçalves Pinheiro - São João del Rei, 1805.

AHET/SJDR - Inventário - cx. 354. Inventário de Maria Alves da Porciúncula - São João del Rei, 1798.

AHET/SJDR - Inventário - cx. 331. Inventário de Custódio Francisco Ribeiro - São João del Rei, 1796.

AHET/SJDR - Inventário - cx. 216. Inventário de Manoel da Costa Rios - São João del Rei, 1813.

AHET/SJDR - Inventário - cx. 217. Inventário de Faustino da Silva Rocha - São João del Rei, 1804.

AHET/SJDR - Inventário - cx. 291. Inventário de Gervásio Fernandes Rodelas - São João del Rei, 1789.

AHET/SJDR - Inventário - cx. 223. Inventário de Ana Maria do Rosário - São João del Rei, 1801.

AHET/SJDR - Inventário - cx. C-29. Inventário de Francisco de Mendonça e Sá - São João del Rei, 1776.

AHET/SJDR - Inventário - cx. 369. Inventário de Josefa Maria e Sá - São João del Rei, 1770.

AHET/SJDR - Inventário - cx. 350. Inventário de Ana Maria do Sacramento - São José, 1806.

AHET/SJDR - Inventário - cx. 244. Inventário de Violante do Sacramento - Congonhas do Campo, 1790.

AHET/SJDR - Inventário - cx. 366. Inventário de Jacinto Teixeira da Cunha Sampaio - São João del Rei, 1777.

AHET/SJDR - Inventário - cx. 226. Inventário de João da Costa Sampaio - São João del Rei, 1794.

AHET/SJDR - Inventário - cx. 228. Inventário de Maria Emerenciana de Santa Ana - São João del Rei, 1802.

AHET/SJDR - Inventário - cx. 148. Inventário de João Vieira da Silva Seabra - São João del Rei, 1763.

AHET/SJDR - Inventário - cx. 558. Inventário de Emerenciana de Santa Ana - São João del Rei, 1796.

AHET/SJDR - Inventário - cx. 332. Inventário de Catherina de Sena - São José, 1819.

AHET/SJDR - Inventário - cx. 241. Inventário de Ana Lopes da Silva - São João del Rei, 1773.

AHET/SJDR - Inventário - cx. 243. Inventário de Antonio Francisco da Silva - Vila Rica, 1799.

AHET/SJDR - Inventário - cx. 244. Inventário de Antonio Ribeiro da Silva - Lavras do Funil, 1808.

AHET/SJDR - Inventário - cx. 245. Inventário de Antonio Teixeira da Silva - São João del Rei, 1777.

AHET/SJDR - Inventário - cx. 246. Inventário de Damazo Ribeiro da Silva - São Gonçalo do Rio Abaixo, 1785.

AHET/SJDR - Inventário - cx. 130. Inventário de João dos Reis Silva - São João del Rei, 1808.

AHET/SJDR - Inventário - cx. 513. Inventário de Manoel Caetano da Silva - São João del Rei, 1801.

AHET/SJDR - Inventário - cx. 242. Inventário de Manoel Lopes da Silva - Lavras do Funil, 1789.

AHET/SJDR - Inventário - cx. 264. Inventário de Ana Josefa de Souza - São João del Rei, 1808.

AHET/SJDR - Inventário - cx. 359. Inventário de Joaquim José de Souza - São João del Rei, 1795.

AHET/SJDR - Inventário - cx. 371. Inventário de Manoel Pereira de Souza - São João del Rei, 1796.

AHET/SJDR - Inventário - cx. 282. Inventário de Silvestre Coelho Velho - São João del Rei, 1759.

AHET/SJDR - Inventário - cx. 365. Inventário de José de Souza Vieira - São João del Rei, 1790.

AHET/SJDR - Inventário - cx. 147. Inventário de Antonio Caetano de Almeida Vilas Boas - São João del Rei, 1805.

AHET/SJDR - Inventário - cx. 332. Inventário de Catarina da Assunção Xavier - São José, 1803.

AHET/SJDR - Inventário - cx. 494. Inventário de José Machado Toste - São João del Rei, 1797.

AHET/SJDR - Inventário - cx. 541. Inventário de Manoel Ferreira Mendes - Lavras do Funil, 1787.

- AHMI - Inventário 2º of., cód.144 - auto 1819. Inventário de Antonio da Costa Alves - Vila Rica, 1804.
- AHMI - Inventário 2º of., cód.58 - auto 664. Inventário de Antonio Pinto Alves - Vila Rica, 1788.
- AHMI - Inventário 1º of., cód.33 - auto 396. Inventário de Domingos Ferreira Simões Vale - Vila Rica, 1786.
- AHMI - Inventário 1º of., cód. 21 - auto 218. Inventário de Antonio João Belas - Ouro Branco, 1782.
- AHMI - Inventário 1º of., cód.118 - auto 1502. Inventário de Manoel de Almeida Braga - Vila Rica, 1772.
- AHMI - Inventário 2º of., cód.140 - auto 1762. Inventário de Manoel Pinto Brandão - Vila Rica, 1792.
- AHMI - Inventário 1º of, cód.77 - auto 914. Inventário de José de Souza Brito - Vila Rica, 1762.
- AHMI - Inventário 1º of, cód.57 - auto 689. Inventário de Francisco da Costa Cardoso - Vila Rica, 1789.
- AHMI - Inventário 1º of., cód.127 - auto 1580. Inventário de Pedro Gomes Carmo - Itabira, 1798.
- AHMI - Inventário 1º of., cód.101 - auto 1255. Inventário de Manoel Coelho da Silva - Congonhas do Campo, 1803.
- AHMI - Inventário 1º of., cód.45 - auto 535. Inventário de Felipe Gonçalves Santiago - Vila Rica, 1777.
- AHMI - Inventário 1º of., cód.73 - auto 877. Inventário de José Antonio da Silva - Vila Rica, 1795.
- AHMI - Inventário - fundo cartorial. Inventário de Antonio Luis de Carvalho - Vila Rica, 1779.
- AHMI - Inventário 1º of., cód. 41 - auto 485. Inventário de Domingos Vaz de Carvalho - Vila Rica, 1788.
- AHMI - Inventário - fundo cartorial. Inventário de Francisco Alvares de Carvalho - Vila Rica, 1779.
- AHMI - Inventário - fundo cartorial. Inventário de Antonio Gonçalves de Morais e Castro - Vila Rica, 1811.
- AHMI - Inventário 1º of., cód.6 - auto 61. Inventário de Antonio Gonçalves Chaves - Vila Rica, 1792.
- AHMI - Inventário 1º of., cód.29 - auto 328. Inventário de Caetano Francisco da Costa - Vila Rica, 1788.
- AHMI - Inventário 2º of., cód.68 - auto 756. Inventário de Ambrósio Rodrigues Cunha - Vila Rica, 1785.
- AHMI - Inventário 1º of., cód.125 - auto 1567. Inventário de Pedro de Lima Curado - Vila Rica, 1761.
- AHMI - Inventário 1º of., cód.143 - auto 1797. Inventário de Manoel Valente de Deus - Vila Rica, 1788.
- AHMI - Inventário 1º of., cód.91 - auto 1114. Inventário de Leonardo José Dias - Vila Rica, 1817.
- AHMI - Inventário 1º of., cód.109 - auto 1391. Inventário de Manoel Martins Dinis - Vila Rica, 1794.
- AHMI - Inventário 1º of., cód.43 - auto 502. Inventário de Francisco Lopes Fernandes - Ouro Branco, 1744.
- AHMI - Inventário 1º of., cód. 69 - auto 826. Inventário de João Lopes da Fonseca - Vila Rica, 1790.
- AHMI - Inventário 2º of., cód.9 - auto 91. Inventário de Bernardo de Araújo Franco - Vila Rica, 1777.
- AHMI - Inventário 2º of., cód.32 - auto 363. Inventário de Lourenço Gonçalves - Vila Rica, 1772.
- AHMI - Inventário 1º of., cód.22 - auto 231. Inventário de Ana Maria de Jesus - Vila Rica, 1808.
- AHMI - Inventário 2º of., cód.35 - auto 389. Inventário de Josefa Maria de Jesus - Vila Rica, 1782.
- AHMI - Inventário 2º of., cód.51 - auto 573. Inventário de Rosa Maria de Jesus - Vila Rica, 1780.
- AHMI - Inventário 1º of., cód.79 - auto 942. Inventário de João de Lara - Itabira, 1788.
- AHMI - Inventário 1º of., cód.14 - auto 125. Inventário de Antonio José de Lima - Vila Rica, 1777.
- AHMI - Inventário 2º of., cód.9 - auto 89. Inventário de Bento Antonio Maciel - Vila Rica, 1791.
- AHMI - Inventário 1º of., cód.60 - auto 745. Inventário de João Roiz Mares - Vila Rica, 1767.
- AHMI - Inventário 1º of., cód.134 - auto 1688. Inventário de Simão Martins - Vila Rica, 1792.
- AHMI - Inventário 1º of., cód.106 - auto 1333. Inventário de Manoel Alves de Meireles - Vila Rica, 1833.
- AHMI - Inventário 1º of., cód.73 - auto 814. Inventário de José Ribeiro de Melo - Vila Rica, 1789.
- AHMI - Inventário 1º of., cód.129 - auto 1614. Inventário de Roque Afonso Monteiro - Itabira, 1804.
- AHMI - Inventário 1º of., cód.85 - auto 1035. Inventário de João Gonçalves da Mota - Vila Rica, 1786.
- AHMI - Inventário 1º of., cód.42 - auto 487. Inventário de Domingos de Moura - Vila Rica, 1779.
- AHMI - Inventário 1º of., cód.142 - auto 1790. Inventário de Pedro Teixeira Murça - Vila Rica, 1777.
- AHMI - Inventário 1º of., cód.123 - auto 1541. Inventário de Manoel Luis do Nascimento - Ouro Branco, 1762.
- AHMI - Inventário 1º of., cód.47 - auto 580. Inventário de Francisco Moreira Neto - Vila Rica, 1798.
- AHMI - Inventário 1º of., cód.1 - auto 8. Inventário de Antonio da Costa de Oliveira - Vila Rica, 1791.
- AHMI - Inventário 1º of., cód.100 - auto 1235. Inventário de Manoel da Costa de Oliveira - Vila Rica, 1790.
- AHMI - Inventário 1º of., cód.23 - auto 244. Inventário de Antonio Rodrigues Paiva - Vila Rica, 1787.
- AHMI - Inventário 1º of., cód.90 - auto 1095. Inventário de José Monteiro Peixoto - Vila Rica, 1808.
- AHMI - Inventário 1º of., cód.78 - auto 928. Inventário de José Inácio Pereira - Vila Rica, 1797.
- AHMI - Testamento 1º of., cód.460 - auto 9767. Inventário de Lourenço Pires Ramalho - Vila Rica, 1758.
- AHMI - Testamento 1º of., cód.460 - auto 9767. Testamento de Lourenço Pires Ramalho - Vila Rica, 1758.
- AHMI - Inventário 1º of, cód.80 - auto 975. Inventário de José Gonçalves Reis - Vila Rica, 1812.
- AHMI - Inventário 1º of., cód.64 - auto 774. Inventário de José Vieira Rijo - Vila Rica, 1778.
- AHMI - Inventário 1º of., cód.132 - auto 1662. Inventário de João da Costa Roiz - Vila Rica, 1762.
- AHMI - Inventário - fundo cartorial. Inventário de Antonio Peixoto de Sá - Vila Rica, 1780.
- AHMI - Inventário 1º of., cód.26 - auto 285. Inventário de Bernardo Gonçalves Veiga - Vila Rica, 1795.
- AHMI - Inventário 1º of., cód.139 - auto 1742. Inventário de Caetano Moreira Louro - Vila Rica, 1755.
- AHMI - Inventário 2º of., cód.9 - auto 91. Inventário de Bernardo de Araújo Franco - Vila Rica, 1777.
- AHMI - Inventário 1º of., cód.299 - auto 6472. Inventário de Antonio Pacheco Carneiro - Vila Rica, 1752.

- AHMI - Inventário 1º of., cód.134 - auto 1684. Inventário de Sebastião Lopes, Vila Rica, 1754.  
 AHMI - Inventário 1º of., cód. 307 - auto 6592. Inventário de Antonio da Costa - Vila Rica, 1774.  
 AHMI - Inventário 1º of., cód.333 - auto 7015. Inventário de Domingos da Costa - Vila Rica, 1786.  
 AHMI - Inventário 2º of., cód. 43 - auto 487. Inventário de Manoel Fernandes - Congonhas do Campo, 1772.  
 AHMI - Inventário 2º of., cód.15 - auto 147. Inventário de Eugênio de Moraes Rego - Vila Rica, 1773.  
 AHMI - Inventário 1º of., cód.85 - auto 1035. Inventário de João Gonçalves da Mota - Vila Rica, 1786.  
 AHMI - Inventário 1º of., cód.466 - auto 9747. Inventário de Antonio Nogueira - Vila Rica, 1767.  
 AHMI - Inventário 1º of., cód.49 - auto 594. Inventário de Francisco Álvares Pereira - Vila Rica, 1756.  
 AHMI - Inventário 1º of., cód.104- auto 1312. Inventário de Manoel Teixeira de Carvalho - Vila Rica, 1774.  
 AOTSF/OP - cx.62. Inventário de José da Costa de Araújo - Vila Rica, 1755.  
 AOTSF/OP - cx.62. Inventário de Bernardo Madeira - Vila Rica, 1756.  
 AOTSF/OP - cx.62. Inventário de Manoel Fernandes Sampaio - Vila Rica, 1756.  
 AOTC/OP - vol. 2553. Inventário de Miguel Lopes de Araújo - Vila Rica, 1756.  
 AOTC/OP - vol. 2552. Inventário de Gabriel da Silva - Vila Rica, 1757.  
 ACSM - Inventário 1º of., cód.27 - auto 689. Inventário de Domingos Carvalho de Araújo - Catas Altas, 1793.  
 ACSM - Inventário 1º of., cód.26 - auto 679. Inventário de Domingos Coelho - Guarapiranga, 1787.  
 ACSM - Inventário 1º of., cód.8 - auto 321. Inventário de Antonio Lopes Francisco - Guarapiranga, 1781.  
 ACSM - Inventário 1º of., cód.39 - auto 902. Inventário de Antonio Freire da Paz - Mariana, 1783.  
 ACSM - Inventário 1º of., cód.48 - auto 1092. Inventário de Antonio da Costa Monteiro - Mariana, 1767.  
 ACSM - Inventário 1º of., cód.141 - auto 2936. Inventário de Francisco Xavier dos Santos - Mariana, 1766.  
 ACSM - Inventário 1º of., cód.85 - auto 1801. Inventário de Antonio Dinis Linhares - Mariana, 1767.  
 ACSM - Inventário 1º of., cód.17 - auto 492. Inventário de Antonio Batista Barbosa - Piranga, 1768.  
 ACSM - Inventário 1º of., cód.152 - auto 3196. Inventário de Francisco Pires da Costa - Mariana, 1763.  
 ACSM - Inventário 1º of., cód.134 - auto 2806. Inventário de Baltasar Martins Chaves - Mariana, 1761.  
 ACSM - Inventário 1º of., cód.75 - auto 1600. Inventário de Francisco dos Santos Lisboa - Mariana, 1765.  
 ACSM - Inventário 1º of., cód.152 - auto 3196. Inventário de Francisco Teixeira Arouca - Mariana, 1766.  
 ACSM - Inventário 1º of., cód.40 - auto 929. Inventário de Antonio Pinto da Silva - Mariana, 1756.

## Obras de referência

- CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de símbolos*. Trad. Vera da Costa e Silva ...[et al.]. 19 ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2005.  
 FIORES, Stefano de; GOFFI, Tullo (Org.). *Dicionário de mariologia*. Trad. Álvaro A. Cunha, Honório Dalbosco, Isabel F. L. Ferreira. São Paulo: Paulus, 1995.  
 ROMEIRO, Adriana; BOTELHO, Ângela Vianna. (Org.). *Dicionário Histórico das Minas Gerais - período colonial*. 2.ed revista. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.  
 VAINFAS, Ronaldo. (Org.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

## Livros, artigos e teses

- ALGRANTI, Leila Mezan. *Livros de devoção, atos de censura: ensaios de história do livro e da leitura na América portuguesa (1750-1821)*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2004.  
 \_\_\_\_\_. *Honradas e devotas: mulheres da colônia: condição feminina nos conventos e recolhimentos da sudeste do Brasil, 1750-1822*. 2.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.



- \_\_\_\_\_. Famílias e vida doméstica. In.: SOUZA, Laura de Mello e (Org.). *Historia da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p.83-154.
- ALVARENGA, Tháбата Araújo de. *Tradição ou inovação nas leituras: Vila Rica – 1750-1800*. In: Oficina do Inconfidência: revista de trabalho. ano 3, n.2. Ouro Preto: Museu da Inconfidência. dezembro, 2003, p.25-64.
- ALVES, Marieta. *História da Venerável Ordem Terceira da Penitência do Seráfico Padre São Francisco da Congregação da Bahia*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948.
- ÂNGELO, Rosana de Figueiredo. Os carmelitas de Sabará e as solenidades da Semana Santa – séculos XVIII-XIX. In: *Mneme Revista de Humanidades I Dossiê História colonial: conceitos e estudos de sociedade e cultura*. v.7, n.16. Caiacó: Departamento de História da UFRN, jun/jul. 2005, p.197-228.
- \_\_\_\_\_. *A venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo de Sabará: pompa barroca, manifestações artísticas e as cerimônias da Semana Santa (XVIII a meados do XIX)*. 1999. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais.
- ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. Vestidos de Cinzentos: os irmãos terceiros franciscanos de Vila Viçosa através dos Estatutos de 1686. *Callipole*. n.12. Vila Viçosa - Portugal, 2004.
- ARNAUT, Salvador Dias. *A arte de comer em Portugal na Idade Média*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1986.
- ÁVILA, Affonso. *O lúdico e as projeções do mundo barroco II: áurea idade da áurea terra*. 3 ed. rev. aum. São Paulo: Perspectiva, 1994.
- \_\_\_\_\_. *O lúdico e as projeções do mundo barroco I: uma linguagem a dos cortes, uma consciência a dos luces*. 3 ed. rev. aum. São Paulo: Perspectiva, 1994.
- ÁVILA, Cristina. O sermão - linguagem falada. In: *Barroco*. n.19. Belo Horizonte: Centro de Pesquisas do Barroco Mineiro, 2005, p. 43-89.
- AZZI, Riolando. *A cristandade colonial: mito e ideologia*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- \_\_\_\_\_. As romarias no Brasil. In: *Revista de Cultura*. ano 73, n.4, vol.73. Petrópolis: Vozes, maio, 1979, p. 39-54.
- \_\_\_\_\_. A instituição eclesiástica durante a primeira época colonial. In: HOORNAERT, Eduardo. (Org.). *História da Igreja no Brasil*. Tomo II. Petrópolis: Vozes, 1977.
- BARATA, Mário. *Igreja da Ordem Terceira da Penitência do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Agir, 1975.
- BASCHET, Jérôme. Inventivité et sérialité des images médiévales. Pour une approche iconographique élargie. *Annales.ESC*. n.1,vol.51. 1996, p.93-133.
- BASTOS, Rodrigo Almeida. *A ordem sagrada da República Colonial* (manuscrito). 2005.
- BLUNT, Anthony. *Teorias artísticas na Itália, 1450-1600*. São Paulo: Cosac & Naifi, 2001.
- BOLTON, Brenda. *A reforma na Idade Média - século XII*. Lisboa: Edições 70, 1986.
- BORGES, Célia Maia. *Escravos e libertos nas irmandades do Rosário - devoção e solidariedade em Minas Gerais, séculos XVIII e XIX*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2005.
- \_\_\_\_\_. (Coord.). *Narrativas e imagens religiosas: os eremitas no imaginário coletivo na Península Ibérica - séculos XVI e XVII*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006.
- BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. *Códigos e práticas: o processo de constituição urbana em Vila Rica colonial (1702-1748)*. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2004.
- BOSCHI, Caio César. *Os Leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986.
- BURKE, Peter. (org.); *A escrita da história: novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

- CALLOIS, Roger. *L'homme et le sacré*. Paris: Éditions Gallimard, 1950.
- CAMPOS, Adalgisa Arantes. *A terceira devoção do setecentos mineiro: o culto a São Miguel e Almas*. 1994. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.
- \_\_\_\_\_. A morte, a mortificação e o heroísmo: o “homem comum” e o “santo” na capitania das Minas. In: *Revista do IFAC*. n.2. Ouro Preto: IFAC/UFOP, dez. 1995, p.5-12.
- \_\_\_\_\_. As Ordens Terceiras de São Francisco da Penitência nas Minas Coloniais: cultura artística e Procissão de Cinzas. *Revista Imagem Brasileira*. n.1. Belo Horizonte: Centro de Estudos da Imaginária Brasileira/EBA/UFMG, 2001, p. 193-202.
- \_\_\_\_\_. Considerações sobre a pompa fúnebre na capitania das Minas – o século XVIII. *Revista do Departamento de História*. n.4. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, jun.1987, p.5-24.
- \_\_\_\_\_. Cultura artística e calendário festivo no barroco luso-brasileiro: as ordens terceiras do Carmo. *Revista Imagem Brasileira*. n.2. Belo Horizonte: Centro de Estudos da Imaginária Brasileira/EBA/UFMG, 2003, p.99-109.
- \_\_\_\_\_. O Triunfo Eucarístico: hierarquias e universalidade. *Barroco*, n.15. Belo Horizonte: UFMG, 1992, p.461-467.
- \_\_\_\_\_. Irmandades mineiras e missas. In: *Varia Historia*. n. 16. Belo Horizonte: Departamento de História da FAFICH / UFMG, set. 1996, p.66-76.
- \_\_\_\_\_. A presença do macabro na cultura barroca. In: *Revista do Departamento de História da UFMG*. n. 5. Belo Horizonte: Departamento de História da FAFICH / UFMG, dez. 1987, p.83-90,.
- \_\_\_\_\_. Quaresma e Tríduo Sacro nas Minas Setecentistas. In.: *Barroco*. n.17. Belo Horizonte: UFMG, 1996, p.209-219.
- \_\_\_\_\_. Aspectos da Semana Santa através do estudo das Irmandades do Santíssimo Sacramento: cultura artística e solenidades (Minas Gerais séculos XVIII ao XX). In.: *Barroco*. n.19. Edição comemorativa dos 35 anos de sua fundação. Belo Horizonte: Centro de Pesquisas do Barroco mineiro, 2005, p.71-88.
- \_\_\_\_\_; FRANCO, Renato. Aspectos da visão hierárquica no barroco luso-brasileiro: disputas por precedência em confrarias mineiras. In: *Revista Tempo*. n.17. Rio de Janeiro: Departamento de História / UFF, 2004, p.193-215.
- CARDIM, Pedro. Entradas solenes: rituais comunitários e festas políticas, Portugal e Brasil, séculos XVI e XVII. In: JANCÓS, István; KANTOR, Íris. (Orgs.) *Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa*. São Paulo: Hucitec; Editora da Universidade de São Paulo; FAPESP; Imprensa Oficial, 2001, p.93-124.
- CARRATO, José Ferreira. *As Minas Gerais e os primórdios do Caraça*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1963.
- \_\_\_\_\_. Aventura e mística portuguesa nas minas do ouro do Brasil. In.: *Revista de Guimarães*. n.81. Guimarães, Portugal: Sociedade Martins Sarmiento, jul./dez. 1971, p.265-283.
- \_\_\_\_\_. Um hospício português em Minas Gerais. In.: *Revista de Guimarães*, n.82. Guimarães, Portugal: Sociedade Martins Sarmiento, jan./jun. 1972, p.15-36.
- CASTAGNA, Paulo. A procissão do Enterro. In.: JANCÓS, István; KANTOR, Íris. (Orgs.) *Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa*. São Paulo: Hucitec; Editora da Universidade de São Paulo; FAPESP; Imprensa Oficial, 2001, p. 829-856.
- CATÃO, Leandro. *Jesuítas e conjurações em Minas Gerais*. (manuscrito). 2003.
- CHAHON, Sérgio. *Os convidados para a Ceia do Senhor: as missas e a vivência leiga do catolicismo na cidade do Rio de Janeiro e arredores (1750-1820)*. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

- CHARTIER, Roger. O Mundo como Representação. In: *Revista Estudos Avançados*. v.5, n.11. São Paulo, jan./abr. 1999, p.173-191.
- \_\_\_\_\_. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. Trad. Álvaro Lorencini. São Paulo: Unesp, 2004.
- \_\_\_\_\_. *A história cultural: entre práticas e representações*. 2. ed. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: DIFEL Difusão Editorial, 2002.
- CHÂTELLIER, Louis. *A religião dos pobres. As missões rurais na Europa e a formação do catolicismo moderno, séc. XVI-XIX*. Lisboa: Estampa, 1995.
- CHRISTO, Maria Stella Libânio. *Fogão de Lenha - 300 anos de cozinha mineira*. 10ª ed. Petrópolis: Vozes, 1996.
- COARACY, Vivaldo. *Memórias da Cidade do Rio de Janeiro*. 3.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.
- COELHO, Beatriz. (Org.). *Devoção e arte: imaginária religiosa em Minas Gerais*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.
- CORRALES, Magdalena de Pazzis. El proceso de elecciones em um convento franciscano terciário: Santa Paula de Zamora. *Cuadernos de Historia Moderna*. n.15. Madrid: Editorial Complutense, 1994, p.99-119.
- COSTA, F. A. Pereira da. *A Ordem Carmelitana em Pernambuco*. Recife: Edição do Arquivo Público Estadual - Secretaria de Justiça, 1976.
- DAMISCH, Hubert. História da arte. In: LE GOFF (Org.) *A nova História*. Coimbra: Almedina, 1990, p.68-77.
- DAVIS, Natalie Zemon. Las formas de la historia social. In: *Historia Social*. n.10. Valencia .Espanha: Fundación Instituto de Historia Social - Centro Francisco Tomás y Valiente - UNED, 1991, p.177-182.
- DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente, 1300-1800*. Trad. Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. *O que vemos, o que nos olha*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Ed. 34, 1998.
- DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- EDOUARD, Sylvéne. Le débat sur la représentation des saints à San Lorenzo del Escorial après le Concile de Trente. In: *Revue d'histoire ecclésiastique*. vol.101. 2. Bélgica: Université Catholique de Louvain, avril-juin, 2006, p.89-115.
- ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano: a essência das religiões*. Trad. Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- EVANGELISTA, Adriana Sampaio. *As Dores da Virgem Santíssima: motivo de fé e compaixão nas Minas Gerais – século XVIII*. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião), Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais.
- FALCON, Francisco José Calazans. *História Cultural: uma nova visão sobre a sociedade e a cultura*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2002.
- \_\_\_\_\_. *A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. São Paulo: Ática, 1982.
- FARIA, Francisco Leite de. Presença franciscana em Guimarães. *Revista de Guimarães*. n.95. Guimarães, Portugal, jan/dez. 1985, p.147-150.
- FARIA, Maria Juscelina de. Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Macaúbas: um recolhimento mineiro do século XVIII. In: *Revista Análise e Conjuntura*. n.2. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, jan/abr. 1987, p. 125-144.
- FRANCASTEL, Pierre. *A realidade figurativa*. 2.ed. Trad. Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: Perspectiva, 1993.

- FURTADO, Júnia Ferreira. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes - o outro lado do mito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- \_\_\_\_\_. Historiografia Mineira: tendências e contrastes. *Varia Historia*. v.20. Belo Horizonte; UFMG, 1999, p.45-59.
- \_\_\_\_\_. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e o comércio das minas setecentistas*. 2 ed. São Paulo: HUCITEC, 2006.
- GÉLIS, Jacques. O corpo, a Igreja e o sagrado. In: CORBIN, Alain; COURTINE Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (Orgs.). *História do corpo: da Renascença às Luzes*. Trad. Lúcia M. E. Orth. vol. I. Petrópolis: Vozes, 2008.
- GOMES, Francisco José Silva. A religião como objeto da história. In: *Anais do VIII Encontro Regional de História da ANPUH, Vassouras, 1988*. Vassouras: ANPUH, 1998. p.13-23.
- GOMES, Núbia Pereira de Magalhães. Jardim das excelências: contribuição ao estudo dos discursos fúnebres. In.: GOMES, Núbia Pereira de Magalhães; PEREIRA, Edimilson de Almeida Pereira. *Do presépio à balança: representações sociais da vida religiosa*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1995.
- GONÇALVES, Margareth de Almeida. *Império da fé: andarilhas das alma na época barroca*. Rio de Janeiro: Rocco, 2005.
- GRABOÏS, Aryeh. Les pèlerinages du XIe siècle en Terre Sainte dans l'historiographie occidentale de l'époque. *Revue d'Histoire Ecclésiastique*. v.101.2. Bélgica: Université Catholique de Louvain, avril-juin, 2006, p.531-546.
- HESPANHA, António Manuel; XAVIER, Ângela Barreto. As redes clientelares. In: MATTOSO, José (Org.). *História de Portugal - O Antigo Regime*. vol.4. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p. 339-349.
- HILL, Marcos. Fragmentos de mística e vanidade na arte de um templo em Minas: a capela da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Ouro Preto. In: *Revista do IAC*. n.1, v.2. Ouro Preto: IAC/UFOP, dez. 1994, p.38-48.
- HOORNAERT, Eduardo. A cristandade durante a primeira época colonial. In: HOORNAERT, Eduardo. (Org.). *História da Igreja no Brasil*. Tomo II. Petrópolis: Vozes, 1977.
- IPHAN. *Livro dos Guardiães do Convento de São Francisco da Bahia (1587-1862)*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1978.
- ILLÁN, Anastácio Alemán. Actitudes colectivas ante la muerte en Murcia durante el siglo XVIII. In.: *Cuadernos de Historia Moderna*. n.9. Madrid: Editora Universidad Complutense, 1988, p.95-110.
- IRIARTE. Frei Lázaro. *Cap. História Franciscana*. Trad. Adelar Rigo; Marcelino Dezen. Petrópolis: Vozes, 1985.
- JANCSÓ, István; KANTOR, Íris. (Orgs.) *Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa*. São Paulo: Hucitec; Editora da Universidade de São Paulo; Fapesp; Imprensa Oficial, 2001.
- JULIÃO, Leticia. Apontamentos sobre a história do museu. Caderno de Diretrizes Museológicas. 2. ed. Brasília: Ministério da Cultura - Instituto do patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura / Superintendência de Museus, 2006, p.19-32.
- JÚNIOR, Augusto de Lima. História e arte franciscana em Minas Gerais. In.: *Revista de História e Arte*. Belo Horizonte: Revista de História e Arte, jan/fev/mar, 1963, p. 104-122.
- LANGE, Francisco Curt. *História da música nas irmandades de Vila Rica: freguesia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1979.
- LE GOFF, Jacques. *São Francisco de Assis*. 4ª ed. Trad. Marcos de Castro. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- LE GOFF, Jacques. *O Imaginário medieval*. Lisboa: Estampa, 1994.

- \_\_\_\_\_. *O nascimento do purgatório*. Lisboa: estampa, 1981.
- \_\_\_\_\_. *O Deus da Idade Média*; conversas com Jean-Luc Pouthier. Trad. Marcos de Castro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- \_\_\_\_\_. *São Luís*. 3 ed. Trad. Marcos de Castro. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- \_\_\_\_\_. *História e memória*. São Paulo: UNICAMP, 1996.
- \_\_\_\_\_; TRUONG, Nicolas. *Uma história do corpo na Idade Média*. Trad. Marcos Flamínio Peres. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter.(Org.) *A escrita da história: novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992, p.133-161.
- LEVI, Hannah. Modelos europeus na pintura colonial. In.: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN*. n.17. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1969, p. 8-65.
- LE ROY LADURIE, Emmanuel. O Carnaval de Romans: da Candelária à Quarta-feira de Cinzas, 1579-1580. Trad. Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letas, 2002.
- LICHTENSTEIN, Jacqueline. (Org.). *A Pintura*. vol. 2. Trad. Magnólia Costa. São Paulo: Editora 34.
- LÓBRICHON, Guy. *La religion des laics en Occident: XIe - XVe siècles*. Paris: Hachette, 1994.
- LOPES, Francisco Antonio. *História da construção da Igreja do Carmo de Ouro Preto*. Rio de Janeiro: Publicação do SPHAN, 1942.
- LORÊDO, Wanda Martins. *Iconografia religiosa: dicionário prático de identificação*. Rio de Janeiro: Pluri Edições, 2002.
- MACHADO, Lourival Gomes. *Barroco Mineiro*. São Paulo: Perspectiva, 1969.
- MAGALHÃES, Sônia Maria de. *A mesa de Mariana: produção e consumo de alimentos em Minas Gerais (1750-1850)*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2004.
- MÂLE, Émile. *L'art religieux du XII éme au XVIII éme siècles*. Paris: Hachette, 1946.
- \_\_\_\_\_. *El arte religioso de la Contrarreforma - estudios sobre la iconografia del final del siglo XVI y de los siglos XVII y XVIII*. Madri: Ediciones Encuentro, 2001.
- MARAVALL, José Antonio. *La cultura del barroco - análisis de una estructura histórica*. Barcelona: Editorial Ariel, 1990.
- MARQUES, João Francisco; GOUVEIA, Antonio Camões. (Orgs.). *História Religiosa de Portugal*. vol.2. Rio de Mouro, Portugal: Círculo de Leitores, 2000.
- MARTÍN, Eliseo Serrano. *Muerte, religiosidad y cultura popular - siglos XIII-XVIII*. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 1994.
- MARTINS, William de Souza. *Membros do Corpo Místico: ordens terceiras no Rio de Janeiro (c.1700-1822)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.
- MATA, Sérgio da. *Chão de Deus: catolicismo popular, espaço e proto-urbanização, Brasil. Séculos XVIII-XIX*. Berlim: Wiss. Verl. Berlin, 2002.
- MENEZES, Ivo Porto de. *Manoel da Costa Athaide*. Edições Arquitetura, n.1. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1965.
- MENEZES, Joaquim Furtado de. *Igrejas e irmandades de Ouro Preto*. Belo Horizonte: IEPHA - MG, 1975.
- MONTEIRO, Raul Leme. *Carmo - patrimônio da história, arte e fé*. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1798.
- MOTT, Luiz. Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu. In: SOUZA, Laura de Mello e (Org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p.155-220.
- \_\_\_\_\_. Santos e santas no Brasil colonial. In.: *Varia História*, Belo Horizonte, n.13, jun. 1994, p. 44-66.

- NASCIMENTO, Ana Amélia Vieira Nascimento. *Patriarcado e religião: as enclausuradas clarissas do Convento do Desterro da Bahia, 1677-1890*. Bahia: Conselho Estadual de Cultura, 1994.
- NIETO, Leonor Gomez. Las misas por los difuntos. Testamentos madrileños bajomedievales. In.: *En la España Medieval*. n.15. Madrid: Editorial Complutense, 1992, p.353-366.
- OLIVEIRA, Luis Vasco Ribeiro Salgado de. O significado do luxo no reinado de D. João V: alguns aspectos. In: *Revista Bracara Augusta*. n.27. Braga, Portugal, 1973, p.299-312.
- ORTMANN, Frei Adalberto. *História da antiga capela da Ordem Terceira da Penitência de São Francisco em São Paulo*. (Col.Publicações, 16). Rio de Janeiro: MEC/DPHAN, 1951.
- PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.
- PAIVA, José Pedro. Etiqueta e cerimônias públicas na esfera da Igreja (séculos XVII-XVIII). In: JANCSÓ, István; KANTOR, Íris. (Orgs.) *Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa*. São Paulo: Hucitec; Editora da Universidade de São Paulo; FAPESP; Imprensa Oficial, 2001, p. 73-93.
- PANOFSKY, Erwin. *Significado nas artes visuais*. 3 ed. Trad. Maria Clara F. Kneese; J. Ginzburg. São Paulo: Perspectiva, 1991.
- PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DO PILAR. *Piedosas e solenes tradições de nossa terra*. vol I. 2 ed. São João del Rei: Paróquia de Nossa Senhora do Pilar, 1997.
- PASSOS, Zoroastro Viana. *Em torno da História do Sabará – a Ordem Terceira do Carmo e sua igreja*. Rio de Janeiro: Publicações do SPHAN, 1940.
- PAZ, José da. *Uma corporação religiosa vida e obra da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo, da Vila de São João del Rei*. Tese de concurso para a Cátedra de História do Colégio Estadual de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1968.
- PIO, Fernando. *A Ordem Terceira de São Francisco do Recife e suas igrejas*. 4 ed.. Recife: UFPE, Imprensa Universitária, 1967.
- \_\_\_\_\_. *O convento de Santo Antônio do Recife e as fundações franciscanas em Pernambuco*. Recife: Oficinas Gráficas do Diário da Manhã, 1939.
- PRANGENBERG, Frei Egberto. *Francisco entre os Seculares: tópicos histórico-sociais*. Rio de Janeiro, s.e., 1996.
- PRIORE, Mary Del. *Festas e utopias no Brasil colonial*. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- PSEUDO AREOPAGITA, Denis. La Hiérarchie Céleste. In: *Oeuvres Complètes*. Trad. Maurice Gandillac. Aubier: Édition Montaigne, 1943.
- RÉAU, Louis. *Iconographie de l'art chrétien*. 2 tomos. Paris: Presses Universitaires de France, 1955.
- REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- RIGUETTI, Mario. *Historia de la liturgia*. Madrid: La Editorial Católica, 1955.
- RODRIGUES, Cláudia. *Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1997.
- RODRIGUES, Manuela Martins. Entre o temor e a confiança: o medo da agonia e a presença do purgatório nos discursos testamentários portugueses, 1650-1749. In: *Os "Últimos fins" na cultura ibérica (XV-XVIII) Revista da Faculdade de Letras, Línguas e Literaturas*. Porto, Portugal: Universidade do Porto, 1997, p.71-102.
- RÖWER, Frei Basílio. A contribuição franciscana na formação religiosa da Capitania das Minas Gerais. In: *Revista Eclesiástica Brasileira*, v.3, fasc.4. Petrópolis: Vozes, 1943, p.972-82.
- RÉAU, Louis. *Iconographie de l'art chrétien*. Tome II - Iconographie de la Bible II: Nouveau Testament. Paris: Presses Universitaires de France, 1957.

- ROSENTAL, Paul-André. Construir o “macro” pelo “micro”: Fredrik Barth e a “microstoria”. In: REVEL, Jacques. *Jogos de escalas*. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p.151-172.
- SALES, Fritz Teixeira de. *Vila Rica do Pilar*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1965.
- \_\_\_\_\_. *Associações religiosas no ciclo do ouro*. Belo Horizonte: Imprensa da Universidade de Minas Gerais, 1963.
- SÁNCHEZ, Maria José De La Páscoa. La solidaridad como elemento del “bien morir”. La preparación de la muerte em el siglo XVIII (el caso de Cádiz). In.: MARTÍN, Eliseo Serrano. *Muerte, religiosidad y cultura popular – siglos XIII-XVIII*. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 1994, p.343-364.
- SANCHIS, Pierre. Festa e religião popular: as romarias de Portugal. In: *Revista de Cultura*. n.4, vol.73, ano 73. Petrópolis: Vozes, 1979, p.5-18.
- SANCHIS, Pierre. *Arraial: festa de um povo - as romarias portuguesas*. Lisboa: Dom Quixote, 1983.
- SANT’ANNA, Affonso Romano de. *Barroco: do quadrado à elipse*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- SANTOS, Beatriz Catão Cruz. *O corpo de Deus na América: a festa de Corpus Christi nas cidades da América Portuguesa – século XVIII*. São Paulo: Annablume, 2005.
- SCARANO, Julita. Bebida alcoólica e sociedade colonial. In.: JANCÓS, István; KANTOR, Íris. (Orgs.) *Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa*. São Paulo: Hucitec; Editora da Universidade de São Paulo; FAPESP; Imprensa Oficial, 2001, p. 467-483.
- SCHMITT, Jean-Claude. El historiador y las imágenes. In.: *Relaciones*. n.77, v.XX. Michoacán: El Colegio de Michoacán, 1999.
- \_\_\_\_\_. SCHMITT, Jean-Claude. La culture de l’imago. In.: *Annales. ESC*. n.1, vol.51, 1996, pp.3-36.
- SILVA, P. A. B. Alves da. *Manual da Semana Santa*. Texto latino e tradução. 3ª ed. São Paulo: Livraria Salesiana Editora, 1950.
- SILVEIRA, Marco Antonio: *O universo do indistinto: estado e sociedade nas Minas setecentistas (1735-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SOBRINHO, Antônio Gaio. *Visita à colonial cidade de São João del-Rei*. São João del Rei: FUNREI, 2001.
- \_\_\_\_\_. *São João del-Rei: 300 anos de histórias*. São João del Rei: edição do autor, 2006.
- SOUZA, Laura de Mello e. *Inferno Atlântico: demonologia e colonização – séculos XVI-XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- \_\_\_\_\_. *O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. 7 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- TAVARES, Pedro Vilas Boas. caminhos e invenções de santidade feminina em Portugal nos séculos XVII e XVIII: alguns dados, problemas e sugestões. In.: *Via Spiritus*. n. 3. Porto, Portugal: Faculdade de Letras - Universidade do Porto, 1996 p.163-215.
- TETTEROO, Frei Samuel. Subsídios para a história da Ordem III de São Francisco em Minas. In: *Revista Eclesiástica Brasileira*, v.6, fasc.2, Petrópolis: Vozes, 1947, p.349-359; v.7, fasc.2, 3, 1947, p.333-356; 561-573.
- TRINDADE, Cônego Raimundo. *São Francisco de Assis de Ouro Preto*. 2 ed. São Paulo: SPHAN, 1958.
- TURNER, Victor W. *O processo ritual*. Trad. Nancy Campi de Castro. Petrópolis; Vozes, 1974.
- VAINFAS, Ronaldo. As religiosidades como objeto da historiografia brasileira - Entrevista de Ronaldo Vainfas com Laura de Mello e Souza. *Tempo*. v. 6, n.11. Rio de Janeiro, 2001, p.251-254.
- VAUCHEZ, André. *A espiritualidade na Idade Média Ocidental - séc VIII a XIII*. Trad. Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1995.

- \_\_\_\_\_. *Les laïcs au Moyen Age - pratiques et expériences religieuses*. Paris: Cerf, 1987.
- VELLOSO, Carlos. As capelas de ossos em Portugal como parte da cenografia barroca - breve apontamento. In.: *Revista do IAC*. n.1, v.2. Ouro Preto: IAC/UFOP, dez. 1994, p.20-23.
- VIEGAS, Augusto. *Notícias de São João del Rey*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1942.
- VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.); SOUZA, Laura de Mello e. (Org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. vol. I. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p.331-385.
- VILAS BOAS, Pedro. Caminhos e invenções de santidade feminina em Portugal nos séculos XVII e XVIII: alguns dados, problemas e sugestões. In: *Via Spiritus*. n.3. Porto, Portugal: Faculdade de Letras - Universidade do Porto, 1996, p.163-215.
- WERMERS, Frei Manoel Maria. *A Ordem carmelita e o Carmo em Portugal*. Lisboa; Fátima: União Gráfica; Casa Beato Nuno, 1963.



**QUADRO 1**

Evolução da situação financeira das Ordens Terceiras:

Ordem Terceira do Carmo - Vila Rica		
ano	Receita	Despesa
<b>1795</b>	2:376 ¼ 7	2:376 ¼ 7
<b>1796</b>	2:510 ½ 1	2:510 ½ 1
<b>1797</b>	1:990 ¾ 2	1:990 ¾ 2
<b>1798</b>	2:0557 3	2:0557 3
<b>1799</b>	2:441 1	2:441 1
<b>1800</b>	2:550 5	2:550 5
<b>1801</b>	2:260 ¼ 2	2:260 ¼ 2
<b>1802</b>	2:243 ¼ 2	2:243 ¼ 2
<b>1803</b>	1:324 ¼ 2	1:324 ¼ 2
<b>1804</b>	1:702 ¼ 3	1:702 ¼ 3
<b>1805</b>	1:595 ¼ 1	1:590 ¼ 1
<b>1806</b>	2:722 1/4	2:816 1/4
<b>1807</b>	3:574 ½	3:574 ½
<b>1808</b>	1:636 \$106	1:636\$106

AOTC/OP - vol. 050. Receita e Despesa da Ordem do Carmo de Vila Rica, 1756 a 1780.

Ordem Terceira do Carmo - São João del Rei		
ano	Receita	Despesa
1757	2:077\$066	-----
1758	4:626\$196	168\$598
1759	2:039\$297	2:038\$297
1760	1:816\$605	-----
1761	1:135\$576	1:325\$082
1762	-----	2:126\$225
1763	1:744\$903	2:000\$812
1764	1:447\$357	1:447\$357
1765	1:318\$148	1:318\$148
1766	1:175\$758	1:099\$558
1767	968\$398	813\$373
1768	1:726\$801	1:696\$446
1769	1:370\$887	1:356\$064
1770	1:663\$658	1:667\$441
1771	2:220\$399	2:220\$339
1772	2:696\$653	2:696\$653
1773	1:534\$892	-----
1774	1:303\$609	1:303\$609
1776	1:676\$661	1:676\$661
1777	1:176\$475	1:172\$875
1778	1:958\$393	1:958\$417

AOTC/SJDR - Livro I de receita e despesa da Ordem Terceira do Carmo de São João del Rei - 1757 a 1788.

Ordem Terceira de São Francisco - Vila Rica			
Ano	Receita	Despesa	saldo
1751	1:890\$522	1:658\$276	232\$246
1752	1:671\$286	618\$687	1052\$599
1753	2:238\$049	1:403\$493	834\$556
1754	3:427\$994	1:021\$436	2:406\$558
1755	5:167\$269	1:249\$526	3:917\$743
1756	7:534\$242	1:684\$782	5:849\$460
1757	8:979\$889	2:054\$339	6:925\$550

<b>1758</b>	9:033\$446	1:528\$086	7:505\$360
<b>1759</b>	9:303\$210	1:410\$975	7:892\$235
<b>1760</b>	9:168\$121	2:079\$125	7:088\$996
<b>1761</b>	8:979\$224	2:201\$932	6:777\$292
<b>1762</b>	9:221\$741	1:330\$459	7:891\$282
<b>1763</b>	5:546\$319	1:397\$481	4:148\$838
<b>1764</b>	6:648\$492	1:452\$012	5:196\$480
<b>1765</b>	7:647\$301	2:240\$884	5:406\$417
<b>1766</b>	7:552\$242	4:577\$570	2:974\$672
<b>1767</b>	4:087\$858	1:751\$393	2:336\$465
<b>1768</b>	3:943\$590	3:692\$867	250\$723
<b>1769</b>	2:699\$465	2:022\$735	676\$730
<b>1770</b>	3:192\$940	3:036\$005	156\$935
<b>1771</b>	4:012\$602	3:780\$211	232\$391
<b>1772</b>	2:649\$169	2:626\$222	22\$947
<b>1773</b>	1:417 $\frac{1}{2}$ 6	1:413 $\frac{1}{4}$ 1	4 $\frac{1}{4}$ 5
<b>1774</b>	2:696\$953	2:718\$651	21\$698
<b>1775</b>	1:925\$664	1:925\$664	Ø
<b>1776</b>	1:724\$930	1:759\$906	34\$976
<b>1777</b>	1:500\$601	1:508\$937	8\$336
<b>1778</b>	2:721\$502	2:993\$851	272\$349
<b>1779</b>	1:324\$951	1:369\$484	44\$533
<b>1780</b>	2:039\$515	2:039\$515	Ø
<b>1781</b>	2:324\$934	2:324\$934	Ø
<b>1782</b>	1:667\$134	1:667\$134	Ø
<b>1783</b>	1:748 $\frac{3}{4}$ 7	1:748 $\frac{3}{4}$ 7	Ø
<b>1784</b>	1:118 $\frac{3}{4}$ 1	1:140 $\frac{1}{2}$ 4	-----
<b>1785</b>	1:889\$200	1:889\$200	Ø

<b>1786</b>	1:992\$073	1:992\$073	Ø
<b>1787</b>	1:672\$273	1:672\$273	Ø
<b>1788</b>	1:351\$612 ½	1:351\$612 ½	Ø
<b>1789</b>	1:057 ½ 7	1:057 ½ 7	Ø
<b>1790</b>	1:391 ¾ 4	1:391 ¾ 4	Ø
<b>1791</b>	1:318 ¾ 1	1:363 ¾ 7	Ø
<b>1792</b>	1:046 ¼ 3	1:046 ¼ 3	Ø
<b>1793</b>	1:858 ¾ 5 ½	1:858 ¾ 5 ½	Ø
<b>1794</b>	1:325	1:325	Ø
<b>1795</b>	1:499	1:384 ½ 3	-----
<b>1796</b>	1:145 ¼ 1	1:145 ¼ 1	Ø
<b>1797</b>	1:008 ¾ 4	1:008 ¾ 4	Ø
<b>1798</b>	1:557 ¾ 2	1:557 ¾ 2	Ø
<b>1799</b>	2:021	2:021	Ø
<b>1800</b>	1:366 ¾ 4	1:366 ¾	Ø
<b>1801</b>	987 ¼ 3	987 ¼ 3	Ø
<b>1802</b>	1:231 ¼ 7	1:231 ¼ 7	Ø
<b>1803</b>	1:088 ½ 4	1:088 ½ 4	Ø
<b>1804</b>	2:011 ¾ 5	2:011 ¾ 5	Ø
<b>1805</b>	1:435 ½ 1	1:435 ½ 1	Ø
<b>1806</b>	1:007 ¼ 5	1:007 ¼ 5	Ø
<b>1807</b>	804	804	Ø
<b>1808</b>	1:493\$888	1:498\$120	6\$192
<b>1809</b>	2:143\$318	2:143\$318	Ø
<b>1810</b>	1:386\$012	1:386\$012	Ø
<b>1811</b>	1:181\$092	1:181\$092	Ø

AOTSF/OP - vol. 216. Livro I de receita e despesa da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Vila Rica - 1751 a 1812.

**QUADRO 2**

Relação dos Presidentes das freguesias e bairros da Ordem Terceira de São Francisco de Vila Rica - 1751	
MIRANDA, Pedro de	das pontes do Ouro Preto té o corgo do Caquende
BRAGANÇA, João Gonçalves	do Corgo do Caquende te o Passadez e Morro do Ramos
LIMA, Tristão Gomes	do alto da Casa da Câmara te as pontes do Ouro Preto
CEIRA, João Rodrigues	no Morro da Queimada
PEREIRA, Manoel Rodrigues	no Morro do Ouro Fino
AZURAR, Miguel Rodrigues	em Santana deste Morro
SOUZA, João Rodrigues de	no Taquaral
PINTO, Amaro Alves	no Taquaral
VEIGA, Bernardo Gonçalves	do Alto da Cruz te a Ponte de Antonio Dias
ABREU, Manoel de	da presidência de Antonio Dias
PINTO, Domingos	da presidência de Antonio Dias
REIS, Jerônimo Rodrigues dos	no Morro de Santana na cidade
COELHO, Tomé Dias	na cidade Mariana
BRAGA, Antonio de Oliveira	no Morro da Passagem
ESPINHOSA, Francisco Rodrigues	na freguesia da Itatiaia
MACEDO, Rm(...) Gomes de	na freguesia da Itatiaia
(...)DR.O, Felipe da Costa	na freguesia do Ouro Branco
AGUIAR, Domingos Ferreira de	na freguesia das Congonhas
OLIVEIRA, Manoel Gomes de	na freguesia dos Carijós
RIBEIRO, José de (...)	na freguesia da Itaubira e Cachoeiras
CAXETA, João Pereira	na Boa Vista e Bocaina

AOTSF/OP - vol.160. Eleições das mesas administrativas da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Vila Rica. 1751 a 1859.

## QUADRO 3

Evolução da arrecadação das esmolas dos irmãos da Mesa da Ordem Terceira de São Francisco de Vila Rica <sup>1</sup>	
1751 p.1752	897\$500
1752 p.1753	860\$000
1753 p.1754	842\$500
1754 p.1755	900\$000
1755 p.1756	837\$500
1756 p.1757	747\$500
1757 p.1758	857\$500
1758 p.1759	739\$794
1759 p.1760	761\$700
1760 p.1761	682\$320
1761 p.1762	607\$500
1762 p.1763	860\$900
1763 p.1764	687\$500
1764 p.1765	452\$000
1765 p.1766	317\$500
1766 p.1767	467\$436
1767 p.1768	505\$000
1768 p.1769	130\$000
1769 p.1770	250\$300
1770 p.1771	360\$925
1771 p.1772	854\$418
1772 p.1773	496\$917
1774 p.1775	685\$700
1775 p.1776	88\$500
1776 p.1777	364\$575
1777 p.1778	96\$512
1778 p.1779	206\$800
1779 p.1780	331\$900
1780 p.1781	398\$810
1781 p.1782	315\$087
1782 p.1783	159\$900

<sup>1</sup> AOTSF/OP - vol. 216. Livro I de receita e despesa da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Vila Rica - 1751 a 1812.

## QUADRO 4

Evolução da Receita e Despesa da Ordem Terceira do Carmo de São João del Rei						
ano	receita	despesa	saldo	esmolas da Mesa	esmolas de entrada dos irmãos	esmolas das profissões
1757	2:077\$066			369\$400	555\$450	325\$050
1758	4:626\$196	168\$598		434\$200	184\$077	117\$900
1759	2:039\$297	2:038\$297	408\$125	396\$934	294\$787	261\$750
1760	1:816\$605		28\$512	386\$400	261\$755	231\$310
1761	1:135\$576	1:325\$082	-189\$506	359\$100	80\$850	95\$700
1762		2:126\$225		448\$000	192\$750	106\$275
1763	1:744\$903	2:000\$812		359\$150	117\$300	87\$750
1764	1:447\$357	1:447\$357	- 8\$277	306\$000	122\$887	134\$175
1765	1:318\$148	1:318\$148	15\$188	404\$550	53\$100	61\$500
1766	1:175\$758	1:099\$558	7\$620	269\$624	134\$962	65\$475
1767	968\$398	813\$373	155\$025	290\$212	38\$250	48\$900
1775					38\$100	34\$050
1776	1:676\$661 ½	1:676\$661 ½				
1777	1:176\$475	1:172\$875				
1778	1:958\$393 ¾	1:958\$417 ¾	- \$024			

**QUADRO 5**

Ordem Terceira de São Francisco - Vila Rica			
noviços que entraram		irmãos que professaram	
1751 p.1752	72	1751 p.1752	71
1752 p.1753	32	1752 p.1753	38
1753 p.1754	111	1753 p.1754	50
1754 p.1755	226	1754 p.1755	115
1755 p.1756	210	1755 p.1756	126
1756 p.1757	194	1756 p.1757	175
1757 p.1758	170	1757 p.1758	180
1758 p.1759	113	1758 p.1759	91
1759 p.1760	48	1759 p.1760	48
1760 p.1761	14	1760 p.1761	25
1761 p.1762	49	1761 p.1762	22
1762 p.1763	18	1762 p.1763	20
1763 p.1764	12	1763 p.1764	24
1764 p.1765	23	1764 p.1765	11
1765 p.1766	21	1765 p.1766	18
1766 p.1767	19	1766 p.1767	24
1767 p.1768	21	1767 p.1768	18
1768 p.1769	---	1768 p.1769	---
1769 p.1770	31	1769 p.1770	18
1770 p.1771	37	1770 p.1771	19
1771 p.1772	25	1771 p.1772	17
1772 p.1773	46	1772 p.1773	30
1774 p.1775	26	1774 p.1775	28
1775 p.1776	37	1775 p.1776	28
1776 p.1777	29	1776 p.1777	27
1777 p.1778	22	1777 p.1778	30
1778 p.1779	21	1778 p.1779	16
1779 p.1780	17	1779 p.1780	15
1780 p.1781	24	1780 p.1781	22
1781 p.1782	15	1781 p.1782	15
1782 p.1783	15	1782 p.1783	16
1783 p.1784	39	1783 p.1784	25
1784 p.1785	8	1784 p.1785	10
1786 p.1787	9	1786 p.1787	12
1787 p.1788	21	1787 p.1788	16
1788 p.1789	15	1788 p.1789	9
1789 p.1790	8	1789 p.1790	7
1791 p.1792	25	1791 p.1792	19
1792 p.1793	12	1792 p.1793	9
1793 p.1794	9	1793 p.1794	16
1794 p.1795	9	1794 p.1795	16
1795 p.1796	18	1795 p.1796	14

AOTSF/OP - vol. 216. Livro I de receita e despesa da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Vila Rica - 1751 a 1812; AOTSF/OP - vol. 162. Entradas e profissões da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Vila Rica - 1746 a 1791.



## QUADRO 6

Relação de livros encontrados nos inventários particulares dos irmãos Terceiros e internos das Ordens Terceiras de São Francisco e de Nossa Senhora do Carmo	ordem 3ª de N. Sra do Carmo	ordem 3ª de São Francisco	livraria particular irmão 3º do Carmo	livraria particular irmão 3º de São Francisco
268 inventários particulares				
[...] da salvação por Martines Nicola			1	
[...] spiritual			1	
A diferença entre o espiritual e o eterno			1	
A vida das mulheres mestrais da Escritura Sagrada			1	
A voz do pastor			1	
Antiga e nova disciplina da Igreja de Luis Thomás			1	
Anunciações Evangélicas				1
Arte de Confessores			1	
Arte de pregar			1	
Avisos de Santa Tereza			1	
Benedictinos Lucitanos				1
Bíblia Sagrada			4	1
Brazilia Pontifícia			1	
Breve aparelho para ajudar os enfermos			1	
Breviários			10	2
Caderno dos Santos			1	
Caderno dos Santos Novos			2	1
Caminho dos Terceiros Seráficos				2
Caminhos de Terceiros de São Francisco		1		1
Capela Florida			1	
Cartas aos Pregadores			1	
Catecismo			3	
Catecismo de Montpellier			5	1

Católico no templo			1	
Cerimonial de defuntos			1	
Cerimonial dos Bispos			1	
Cerimonial dos Sacramentos			1	
Cerimonial Seráfico Romano			1	
Coleção das Sete Dores				1
Combate Espiritual				1
Comentarios ao Ritual Romano por Jerônimo Bonfaldo			1	
Compêndio do Novo Testamento				1
Concílio Tridentino			6	
Concordância das Biblias por Francisco Lemos			1	
Conduta de Confessores				1
Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia			1	
Conto Eclesiástico			1	
Costumes dos Cristãos			1	
Coroa Mariana Seráfica		1		
Crônica de Cristiano			1	
Desengano de Pecadores			3	1
Direito canonico			1	
Diretor Eclesiástico			1	
Diretor fúnebre reformado para administração do Sagrado Viático				2
Diretório Cerimonial			3	
Diretório pastoral				1
Diretório Sermonal			1	
Dissertação teológica de Fr. Manoel de Sena				1
Doutrina			3	1
Elevações de Almas				2
Elogio Sacro				1
Enfermo Assistido			1	
Epi[...] do [...] das Chagas			1	
Epístola de São Jerônimo			1	

Epítome Carmelitano			1	
Epítome da Moral			1	1
Escada Mística de Jacó			1	
Escola do Mundo			1	
Estudo de Teologia Moral			1	
Evangelho em Triunfo			1	
Exame de Confessores				1
Excelências[?] de São João			1	
Exemplar de virtudes morais			1	
Exercício de perfeição				1
Exercício de perfeição das virtudes cristãs			1	
Exercício[?] de piedade			1	
Exercícios Espirituais de frei Manoel Bernardes			1	1
Flagelo dos pecadores			1	
Flos Sanctorum			4	
Gosto para todos				1
Guia de Confessores			1	1
Hierarquia Eclesiástica por Bernardo da Anunciação			1	
História Eclesiástica de Ducreux				1
Habilidade da 3ª Ordem		1		
Historia Sagrada resumida por Pereira			1	
História Seráfica Cronológica da Ordem de São Francisco da Província de Portugal			1	
Hora Mariana			1	
Horas da Semana santa				1
Jardim Carmelitano	1			
Imitação de Cristo				2
Indice dos Livros Proibidos				1
Instrução da vida				1
Instrução de Pároco			1	
Instrução para confessores				1

Instruções de Cerimônias por Fon(...)				1
Instruções para os pregadores			1	
Lição da Salvação				1
Livrinho da [...] das horas do Senhor			1	
Livrinho de oração mental			1	
Livro da Vida de São G[...]				1
Livro de Missa		1		1
Livro de Moral			3	2
Los terceros hijos de el humano serafín		1		
Lucena Mística			1	
Lunário Perpétuo			1	
Manoel de Confessores				1
Mantimento da alma				1
Manual cristão			1	
Manual do sacerdote			1	
Manual Eclesiástico			1	
Medianeira da Vida				1
Meditações			1	
Meditações de Ressurreição				1
Meditações de São Ignácio				1
Mestre da Vida			3	1
Mística Cidade de Deus			1	2
Mocidade de Lisboa do glorioso padre Santo Antonio			1	
Mocidade Enganada			1	
Moral de Cálix				1
Notícia Eclesiástica de João Cabancio			1	
Nova Floresta			1	
Novenas de Santo Antônio				1
Novo e Velho Testamento de Antonio Pereira			1	
Novo Testamento				2
Novo Testamento por Antonio Tesmino			1	

Obra completa de direito canônico de Henrique Pering			1	
Obras de frei Antonio das Chagas			1	
Obras do padre Francisco Garão[?]			1	
Obras Morais de Vieira			1	
Ofcio da Santa Hebdomada				1
Officio Sanctorum			1	
Ofício dos Santos				2
Palestra da Penitência	1	1		1
Palianteia Eucarística			1	
Paraíso Seráfico			2	
Pecador Convertido			1	1
Penafiel Moral				1
Pensamentos cristãos			1	
Peregrino deaM[...]zia				1
Ponte Segura para a glória de Capela Florida				1
Pontifical Romano			1	
Portento da Penitência			1	
Prática de Confessionário			2	
Primeiras Evangélicas			1	
Prontuário Sagrado			1	
Psalterio das Dores			1	
Ramalhete Seráfico		1		1
Reflexão dos exercícios espirituais			1	
Reflexões Cristãs			1	
Retiro espiritual			1	
Retórica Eclesiástica de Luis Granatence			1	
Retórica Sagrada			1	
Ripanço			5	1
Rito de cerimônias da missa rezada			1	
Ritual de Paulo V			2	
Ritual Romano		1		1

Rosário do padre Vieira				1
Rubrica do Missal			1	
Sabedoria de Salomão			1	
Salmos			1	
Santos de Coimbra			1	
Sermões de Frei Antonio de Santo Cristo			1	
Sermões de Frei Bartolomeu			1	
Sermões de Frei Manoel de Gusmão			1	
Sermões de Frei Pedro da Conceição			1	
Sermões de moral			1	
Sermões do Padre Antonio das Chagas			1	
Sermões do Padre Antonio Vieira			1	
Sermões do Padre Francisco Lopes			1	
Sermões do padre Mestre (...) Sebastião			1	
Sermões do Padre Mestre Frei Antonio de Santa Anna			1	
Sermões do padre Antonio de Sá			1	
Teatro da Verdade e da Justiça de João Batista da Luca			1	
Teatro Eclesiástico			3	
Teologia da Charmeneir			1	
Teologia Moral de Concina			2	1
Teologia Moral de Corella				1
Teologia Moral de Larraga			4	1
Tesoureiro descoberto			1	
Tesouro Carmelitano	1		2	1
Tesouro de Pregadores			1	
Tesouro Seráfico		1		
Tesouro Descoberto				1
Tesouro do santo sacrificio da lei evangélica				
Tesouro Mariano			1	
Tratado de Moral			3	
Trombeta Evangélica			1	

Trono Episcopal			1	
Velho Testamento			1	1
Via Sacra				1
Vida de São José				1
Vida devota da mística				1
Vidas de Santos				1
Voz do Pastor			1	

## QUADRO 7

A Ordem Terceira do Carmo de Vila Rica contava em 1753 com os inúmeros utensílios e alfaias para a realização do serviço religioso na capela (em anexo)

- um ornamento de damasco branco guarnecido de galão de ouro
- uma alva
- um pano de estante e um de calix de seda branca de ouro
- 5 túnicas de gorgurão roxas das ditas
- um véu de ombros roxo de ouro e prata com renda de ouro e prata
- uma capa de asperjes de damasco branco com galões de ouro
- um véu de calix de seda branca de ouro
- 4 cortinas roxas de ruão
- 6 covados de papagaio
- um ornamento de damasco roxo
- um dito de damasco encarnado
- um dito de damasco carmesim
- um dito de damasco verde
- uma toalha de bertanha do altar
- uma cruz de prata
- dois seriais
- dois vasos de prata
- um cálix de prata dourado com patena e colher
- 2 frisqueiras
- 23 ramalhetes para ornarem o altar
- 2 caixas de pau
- uma âmbula de prata perfumada
- 6 jarras da Índia
- 2 borrifadores de folha
- um calix de prata dourado
- 19 tochas já gastas
- 51 velas de libra
- 37 velas de meia libra

Outros acréscimos foram feitos ao longo dos anos pela ordem, tais como:

- 3 toalhas de pano de linho para o lavatório
- 4 toalhas de renda pequenas
- 4 purificadores
- uma alva rica com renda
- um par de cortinas brancas
- 4 toalhas lisas
- 14 toalhas dos altares
- 4 toalhas do lavatório grossas
- 4 tapetes
- 18 moxos de damasco carmesim
- 14 cadeiras de encosto
- 3 ditas mais de braços



## QUADRO 8

Gastos com cera Ordem Terceira de São Francisco de Vila Rica	
	cera
1751 p. <sup>a</sup> 1752	125\$149
1752 p. <sup>a</sup> 1753	43\$800
1753 p. <sup>a</sup> 1754	92\$062
1754 p. <sup>a</sup> 1755	116\$100
1755 p. <sup>a</sup> 1756	100\$762
1756 p. <sup>a</sup> 1757	177\$212
1757 p. <sup>a</sup> 1758	213\$787
1758 p. <sup>a</sup> 1759	150\$150
1759 p. <sup>a</sup> 1760	129\$750
1761 p. <sup>a</sup> 1762	106\$575
1762 p. <sup>a</sup> 1763	119\$512
1763 p. <sup>a</sup> 1764	245\$116
1765 p. <sup>a</sup> 1766	154\$050
1766 p. <sup>a</sup> 1767	211\$622
1774 p. <sup>a</sup> 1775	65\$811
1776 p. <sup>a</sup> 1777	146\$475
1781 p. <sup>a</sup> 1782	236\$887
1784 p. <sup>a</sup> 1785	74 “ 6
1786 p. <sup>a</sup> 1787	103 $\frac{3}{4}$ 6
1795 p. <sup>a</sup> 1796	8
1796 p. <sup>a</sup> 1797	13 $\frac{1}{4}$
1799 p. <sup>a</sup> 1800	22 $\frac{1}{4}$ 4
1801 p. <sup>a</sup> 1802	24
1805 p. <sup>a</sup> 1806	18
1806 p. <sup>a</sup> 1807	9
1808 p. <sup>a</sup> 1809	16
1811 p. <sup>a</sup> 1812	65\$250

**QUADRO 9**

Relação de utensílios de cozinha comprados pela Ordem Terceira de São Francisco em 1778 por ocasião da visita do Comissário:

- 1 frigideira grande
- 1 panela pequena
- 2 panelas grandes
- 1 dita pequena e 3 frigideiras
- 1 gamela para a cozinha
- 2 panelas grandes
- 1 gamela pequena para a cozinha
- 1 frigideira grande
- 1 panela grande
- 4 cavalos de lenha
- 4 varas de lenhage[?] e duas facas para cozinhar
- 2 cavalos de capim
- de capim os fei[...]aes em 16 dias
- 2 colheres de pau
- 1 garfo de preta[?] que se perdeu para se dar outro
- ½ vela de fumo para a cozinheira
- 3 feixes de lenha

## QUADRO 10

Relação de gêneros alimentícios comprados pela Ordem Terceira de São Francisco, em 1778, por ocasião da visita do Comissário <sup>2</sup>:

- 8 frangos 1 galinha
- de carne e pão ovos e palmitos e alhos e cebolas
- palmitos e laranjas um queijo
- de carne e pão e cebolas alhos e leite
- de carne pão alfacia repolhos
- 4 frangos
- de repolhos, laranjas nabos e palmitos e cebolas
- de ervilhas ovos palmitos repolhos e carne
- 1 alqueire de feijão ½ de farinha e ½ de ervilhas
- de carne laranjas cebolas repolhos alhos
- 1 lombo 1 antrecosto fresco e carne
- 40 libras de toucinho
- 1 libra de chocolate ¼ de xa
- ¼ de pimenta ¼ de cominhos 4/8as de canela
- 3 pratos de sal 1 galinha
- de alface e leite a João Dias em todo o dito
- de pão e 2 paios em casa do Abranches
- 36 libras de toucinho e 1 banha

- 1 frasco de vinagre
- ½ dito de vinagre
- ½ frasco de vinagre
- ¼ de vinagre
- ¼ de vinagre
- vinagre
- 2 frascos de azeite doce
- ¼ de azeite doce
- 2/4 de azeite doce

- 1 prato de azeitonas
- ½ prato de azeitonas
- meio prato de azeitonas
- ½ prato de azeitonas
- azeitona
- azeitonas

- 1 libra de manteiga do reino
- ½ libra de manteiga do reino
- ¼ de manteiga do reino
- 1 alqueire de arroz
- ¾ de farinha de mandioca
- 2/4 de farinha de mandioca

---

<sup>2</sup> AOTSF/OP - vol. 277. folhas avulsas. Receita e Despesa da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Vila Rica - 1738 a 1968.

- 1 alqueire de farinha de mandioca
- ½ alqueire de farinha
- 3 e ½ libras de letria
- 11 libras de açúcar
- 5 alqueires de milho
- ¼ de milho
- ½ alqueire de ervilhas

Também foram consumidos:

- 66 ovos
- 1 libra de passas
- 12 libras de bacalhau
- 9 libras de peixe de barril

A Ordem Terceira do Carmo de Vila Rica deixou registrado num caderno várias anotações dispersas. No meio dos registros de dívidas pequenas e compras feitas localizei uma lista extensa de gêneros alimentícios adquiridos na venda de João de Almeida entre 1750 a 1752 dentre os quais consta manteiga, vinagre, aguardente, vinho, farinha de trigo, bacalhau, amêndoas, azeite...<sup>3</sup>

- “em 3 de fevereiro de 1750.....1 frasco de vinagre
- um mais de aguardente do Reino
- em 4 do dito mes.....1 de azeite doce
- mais 1 libra de manteiga
- mais 2 libras de unto
- em 8 de fevereiro.....2 pratos de sal
- em 11 do dito.....1 queijo flamengo
- em 11 do dito.....1 libra de bacalhau
- em 14 do dito mes .....2 libras de bacalhau
- em 18 do dito mes.....2 libras de bacalhau
- em 18 do dito mes .....1 libra de manteiga
- em 20 do dito mes.....2 libras de açúcar
- em o último dia de fevereiro..... 1 libra de manteiga
- em 10 de março..... 1 libra de manteiga
- em 24 de março.....2 libras de bacalhau
- em 29 do dito.....1 prato de sal
- em 29 do dito..... 2 libras de unto
- em 8 de maio..... 4 libras de bacalhau
- em 28 do dito.....1 frasco de aguardente
- em 29 do dito.....10 libras e ½ de bacalhau
- em 29 do dito.....½ medida de azeite doce
- em 2 de junho.....2 libras de açúcar
- .....mais 1 medida de vinho branco
- em 3 de julho.....1 libra de manteiga do Reino
- em 13 de julho.....1 libra de bacalhau e outra de cevada pelada, e uma de manteiga do Reino mais 2 libras de amêndoas

<sup>3</sup> AOTC/OP - vol.2564. Borrador da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo de Vila Rica. 1734 a 1755.

- em 18..... ½ medida de aguardente e 1 libra de cevada
- em 24 do dito.....1 medida de aguardente do Reino
- em 24 do dito.....2 libras de bacalhau e ½ medida de aguardente
- em 28 do dito..... ½ libra de cevada
- em 5 de agosto.....1 libra de cevada
- em 9 do dito..... ½ medida de aguardente
- em 19 do dito..... ½ medida de aguardente
- em 20 do dito..... 2 libras de farinha do Reino e 1 libra de manteiga do Reino
- em 14 de agosto.....2 libras de bacalhau
- em 23 de agosto .....2 libras de bacalhau
- em 27 do dito..... ½ medida de azeite doce
- em 28 do dito.....1 medida de aguardente do Reino
- em 26 de agosto.....2 libras de manteiga do Reino
- em 29 do dito.....1 frasco de vinagre e uns (...) paios
- em 17 de setembro..... ½ medida de azeite doce
- em 29 de setembro..... ½ medida de aguardente
- em 3 de outubro.....1 medida de vinho branco e 2 libras de peixe
- em 9 de outubro.....2 libras de açúcar
- em 10 do dito mês.....1 libra de manteiga
- em 17 de outubro.....2 libras de manteiga do Reino
- em 20 de outubro.....1 medida de vinagre
- em 25 de outubro.....2 libras de manteiga do Reino
- em 25 de outubro..... ½ medida de vinho branco
- em 6 de novembro .....4 libras de bacalhau
- em 9 de novembro.....2 libras de manteiga do Reino
- em 21 do dito.....1 libra de manteiga
- em 26 do dito..... ½ medida de vinho branco
- em 22 de novembro.....2 libras de manteiga do Reino
- em 23 de novembro.....¼ de vinho branco
- em 26 do dito mês.....1 libra de bacalhau
- em 3 de dezembro.....1 libra de bacalhau
- em 5 de dezembro.....1 medida de vinagre e 2 almocafres
- em 9 do dito.....1 medida de vinho tinto
- em 10 do dito.....2 libras de bacalhau e ½ medida de azeite
- em 13 do dito.....2 libras de açúcar
- em 19 do dito .....2 de manteiga do Reino
- em 22 de dezembro.....4 libras de peixe
- em 24 do dito.....4 libras de bacalhau e 1 medida de azeite doce”

“Em 18 de março de 1754 anos Rol do que vem da Casa do Sr. Manoel da Costa morador no Ouro Preto consta das compras feitas em 16 do dito mes [junho] 2 libras de sabão do reino. Do ano de 1751 consta dentre os dispêndios feitos pela Ordem Terceira do Carmo de Vila Rica”<sup>4</sup>:

- em 21 de fevereiro de 1751.....2 paios
- em 19 de março.....2 pauzinhos de camarão
- em 9 de abril.....1 medida de vinho branco
- em 15 de maio.....1/4 de mel de pau
- em 26 de maio.....4 libras de bacalhau, e 1 queijo e 1 pau de sabão do Reino
- em 3 de agosto.....1/2 medida de vinho tinto”

<sup>4</sup> AOTC/OP - vol.2564. Borrador da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo de Vila Rica. 1734 a 1755.

Outra relação de compras na venda foi feita em 1800 pelo Irmão Procurador da Ordem Terceira de São Francisco de Vila Rica Bernardo José da Costa e dela consta apenas:

- 1 ½ alqueires de farinha
- 3 pratos de sal
- 2 barris de cachaça
- 2 bestas de fubá
- 1 alqueire e ¼ de feijão
- 1 pano de toucinho
- 2 arrobas de carne
- bacalhau

## QUADRO 11

Relação das compras de vinho e aguardente feitas pela Ordem Terceira de São Francisco, em 1778, por ocasião da visita do Comissário:

- 1 dito de vinho
- ½ frasco de vinho
- ½ frasco de vinho
- ½ frasco de vinho
- 1 frasco de vinho
- meia medida do dito
- meio frasco de vinho
- ½ frasco de vinho
- meia medida do dito
- 3 meias medidas de vinho
- meia medida de vinho
- meia medida de vinho
- ½ frasco de vinho
- ½ medida de vinho
- meio frasco dito
- meia medida de vinho
- meia medida de vinho
- ½ frasco de vinho
- ½ dito de vinho
- ½ frasco de vinho
- ½ frasco de vinho
- meia medida de vinho
- meia medida de vinho
- ½ frasco de vinho
- meia medida de vinho
- meia medida de vinho
- ½ frasco de vinho
- meia medida de vinho
- meio quarto de vinho
- meia medida de vinho
- meia medida de vinho
- meia medida de vinho
- ½ frasco de vinho
- ½ frasco de vinho
- ½ frasco de vinho
- meia medida e meio quarto de aguardente do reino
- ¼ de aguardente do reino
- ¼ de aguardente
- meia medida de aguardente
- ¼ de aguardente
- ¼ de aguardente do reino
- ¼ de aguardente
- ¼ de aguardente do reino
- ¼ de aguardente
- ¼ de aguardente
- ¼ de aguardente

- ¼ de aguardente
- meia medida de aguardente
- ¼ de aguardente
- ¼ de aguardente
- ¼ de aguardente
- ¼ de aguardente
- ¼ de aguardente
- ¼ de aguardente
- ¼ de aguardente



## QUADRO 12

Relação dos dias de jejum impostos aos irmãos terceiros da Ordem Terceira do Carmo:

### **janeiro**

22- Vigília dos Desponsórios de nossa Mãe Santíssima  
Todas as 4as, 6as feiras, e sábados deste mês

### **fevereiro**

1- Vigília da Purificação de nossa Mãe Santíssima  
Todas as 4as, 6as feiras, e sábados deste mês

### **março**

Todas as 6as feiras, que vierem fora da Quaresma; mas a 6ª feira do Oitavario da Páscoa não é dia de jejum

### **abril**

25- Dia de S. Marcos Evangelista  
Todas as 6as feiras deste mês

### **maio**

- Três dias das Ladainhas de Maio  
- Vigília do Corpo de Cristo  
Todas as 6as feiras deste mês

### **junho**

Todas as 6as feiras deste mês

### **julho**

1- Vigília da Visitação de nossa Mãe Santíssima  
15- Vigília de nossa Mãe Santíssima do Monte Carmelo  
19- Vigília do nosso Patriarca Santo Elias  
Todas as 6as feiras deste mês

### **agosto**

Todas as 6as feiras deste mês

### **setembro**

7- Vigília da Natividade de nossa Mãe Santíssima  
Até 14 deste mês todas as 6as feiras, e de 14 para diante todas as 4as, 6as feiras, e sábados

### **outubro**

Todas as 4as, 6as feiras, e sábados deste mês

### **novembro**

20- Vigília da Apresentação de nossa Mãe Santíssima  
Todas as 4as, 6as feiras, e sábados deste mês

### **dezembro**

Quase sempre neste mês começa, e acaba o Advento da Ordem. Começa na Dominga de Juízo, acaba na Véspera de Natal. Só nos quatro Domingos não se jejua.

Miguel de Azevedo. *Regra da Ordem Terceira da Mãe santíssima, e Soberana Senhora do Monte do Carmo*, p.91; 94.

### QUADRO 13

Relação de gastos da Ordem Terceira de São Francisco de Vila Rica com a música da Quaresma<sup>5</sup>:

1779 - “que pagou os músicos do <i>miserere</i> em 6 <sup>a</sup> feira para a semana santa”.....	3\$000 rs
1759 - “a Manoel Ferreira Carmo da Música das sextas-feiras da Quaresma”.....	14\$400 rs
1760- “a manoel ferreira carmo das muzicas das 6as fra da semana sta”.....	14\$000 rs
1761 - “a Antonio do Carmo das Músicas das 6as feiras da Quaresma”.....	12\$000 rs
1768 - “que pagou aMuzica nos actos deomildade”.....	4\$800 rs
1770 - “O que paguei a Muzica dos actos de umildade q’ Sefaz naSemana Santa”.....	8 8as de ouro
1773 - “José Félix de magalhães musica dos atos da semana santa”.....	4\$800 rs
1805 - “recibo de João Maurício Nunes Lisboa de 2 8as e ½ da Muzica q’ aprontei nos dois dias de Penitencia da Semana St.”	
1762 - “com a Musica dos Exercicios da semana santa”.....	7\$200 rs
1773 - a Manoel de Magalhães pela musica dos exercícios santos.....	5 8as de ouro
1773 - a Miguel Dionísio Vale “...dos tres dia dasemanasantaque fomos cantar tres noutes nos exercicios santos...”.....	4 8as de ouro

<sup>5</sup> AOTSF/OP - vol. 216. Livro I de receita e despesa da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Vila Rica - 1751 a 1812; AOTSF/OP - vol. 277. folhas avulsas. Receita e despesa da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Vila Rica - 1738 a 1968; AOTSF/OP - vol. 277. folhas avulsas. Receita e despesa da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Vila Rica - 1738 a 1968 - 1773.

## QUADRO 14

Evolução das despesas com a Procissão de Cinzas da Ordem Terceira de São Francisco de Vila Rica				
	amêndoas	música	sermão	armação e miudezas
1751 p. <sup>a</sup> 1752	6\$300	37\$200	-----	58\$874
1752 p. <sup>a</sup> 1753	13\$762	43\$800		
1753 p. <sup>a</sup> 1754	12\$600	38\$400	19\$200	
1754 p. <sup>a</sup> 1755	12\$600	43\$200	19\$200	36\$900
1755 p. <sup>a</sup> 1756	9\$862	52\$950	24\$000	322\$675
1756 p. <sup>a</sup> 1757	13\$125	48\$000	19\$200	12\$750
1757 p. <sup>a</sup> 1758	10\$762	48\$000	19\$200	781\$989
1758 p. <sup>a</sup> 1759	14\$700	48\$000	19\$200	254\$097
1759 p. <sup>a</sup> 1760	14\$625	48\$000	19\$200	112\$750
1761 p. <sup>a</sup> 1762	14\$400	48\$000	19\$200	75\$525
1763 p. <sup>a</sup> 1764	19\$200	48\$000		19\$950
1764 p. <sup>a</sup> 1765	17\$400	48\$000	19\$200	16\$574
1765 p. <sup>a</sup> 1766	10\$800	40\$800		33\$600
1767 p. <sup>a</sup> 1768	9\$000	21\$600		65\$175
1768 p. <sup>a</sup> 1769	13\$050	32\$400		21\$075
1772 p. <sup>a</sup> 1773	12\$675			
1774 p. <sup>a</sup> 1775	10\$525	28\$800		
1776 p. <sup>a</sup> 1777	12\$000			
1777 p. <sup>a</sup> 1778			19\$200	
1778 p. <sup>a</sup> 1779		28\$800		
1783 p. <sup>a</sup> 1784	4 8as	14 8as		
1784 p. <sup>a</sup> 1785			8 <sup>3</sup> / <sub>4</sub> 1	
1795 p. <sup>a</sup> 1796	10 8as	4 8as		
1796 p. <sup>a</sup> 1797	12 8as	4 8as		
1797 p. <sup>a</sup> 1798		4 8as		
1799 p. <sup>a</sup> 1800	8			
1800 p. <sup>a</sup> 1801				
1801 p. <sup>a</sup> 1802	12			
1804 p. <sup>a</sup> 1805				
1805 p. <sup>a</sup> 1806	13 <sup>1</sup> / <sub>2</sub> 2	8		
1806 p. <sup>a</sup> 1807		8		
1808 p. <sup>a</sup> 1809	12 <sup>1</sup> / <sub>2</sub> 4		16	
1811 p. <sup>a</sup> 1812		14\$400		

## QUADRO 15

Evolução das despesas feitas pela Ordem Terceira de São Francisco de Vila Rica com a música da Procissão de Cinzas <sup>6</sup>		
1751 p. <sup>a</sup> 1752	4 coros	37\$200
1752 p. <sup>a</sup> 1753	4 coros	32\$400
1753 p. <sup>a</sup> 1754	4 coros	38\$000
1754 p. <sup>a</sup> 1755	4 coros	43\$200
1755 p. <sup>a</sup> 1756	1 coro	9\$600
1756 p. <sup>a</sup> 1757	5 coros	48\$000
1757 p. <sup>a</sup> 1758	5 coros	48\$000
1758 p. <sup>a</sup> 1759	5 coros	48\$000
1759 p. <sup>a</sup> 1760		48\$000
1761 p. <sup>a</sup> 1762		48\$000
1762 p. <sup>a</sup> 1763		48\$000
1763 p. <sup>a</sup> 1764		48\$000
1764 p. <sup>a</sup> 1765	4 coros	48\$000
1765 p. <sup>a</sup> 1766		40\$800
1767 p. <sup>a</sup> 1768		21\$600
1768 p. <sup>a</sup> 1769	3 coros	32\$400
1774 p. <sup>a</sup> 1775	3 coros	28\$800
1777 p. <sup>a</sup> 1778	2 coros	19\$200
1778 p. <sup>a</sup> 1779	2 coros	19\$200
1783 p. <sup>a</sup> 1784	2 coros	
1795 p. <sup>a</sup> 1796	1 coro	4
1796 p. <sup>a</sup> 1797	1 coro	4
1797 p. <sup>a</sup> 1798	1 coro	4
1798 p. <sup>a</sup> 1799	1 coro	4
1799 p. <sup>a</sup> 1800	1 coro	4
1801 p. <sup>a</sup> 1802	1 coro	4
1805 p. <sup>a</sup> 1806	2 coros	8

<sup>6</sup> AOTSE/OP - vol. 216. Livro I de receita e despesa da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Vila Rica - 1751 a 1812.

## QUADRO 16

Evolução dos rendimentos da bacia de 5ª Feira Santa <sup>7</sup>		
	Ordem Terceira de São Francisco - Vila Rica	Ordem Terceira do Carmo - São João del Rei
1760		2\$325
1762		3\$675
1765		2\$775
1766		4\$087
1767		2\$025
1768		3\$412
1774	6\$900	3 ¼ 6
1775	1\$387	
1778	6\$337	
1779	5\$437	
1788	2 ¼ 2	
1789	5 ‘ 2	
1790	4 ¾ 4	
1791	6 ‘ 4	
1793	4 ¾	

<sup>7</sup> AOTC/SJDR - Livro I de receita e despesa da ordem terceira do Carmo de São João del Rei. 1757 a 1788; AOTSF/OP - vol. 216. Livro I de receita e despesa da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Vila Rica - 1751 a 1812.

**QUADRO 17**

Evolução dos gastos anuais com as cerimônias festivas da Ordem Terceira de São Francisco de Vila Rica		
<b>Ano</b>	<b>Ofício Universal</b>	<b>Procissão de Cinzas</b>
<b>1751</b>	167\$887	130\$649
<b>1752</b>	155\$850	114\$599
<b>1753</b>	128\$475	89\$400
<b>1754</b>	166\$200	111\$900
<b>1755</b>	156\$900	426\$487
<b>1756</b>	170\$700	93\$075
<b>1757</b>	122\$400	859\$952
<b>1758</b>	132\$600	335\$997
<b>1759</b>	157\$200	99\$900
<b>1760</b>	235\$312	95\$812
<b>1761</b>	125\$000	277\$125
<b>1762</b>	120\$000	126\$000
<b>1763</b>	120\$000	87\$150
<b>1764</b>	120\$000	81\$674
<b>1765</b>	120\$000	85\$200
<b>1766</b>	120\$000	85\$775
<b>1767</b>	120\$000	41\$775
<b>1768</b>	120\$000	63\$150
<b>1769</b>	120\$000	-----
<b>1770</b>	120\$000	-----
<b>1771</b>	120\$000	-----
<b>1774</b>	-----	55\$500
<b>1775</b>	36\$600	-----
<b>1776</b>	72\$300	-----

## QUADRO 18

Despesas da Ordem Terceira de São Francisco de Vila Rica com o Ofício Universal pelos Irmãos defuntos						
	música	iluminação	missa	sermão	armação e miudezas	incenso
1751 p. <sup>a</sup> 1752	28\$800	39\$150	64\$800		39\$162	\$975
1752 p. <sup>a</sup> 1753	33\$600	32\$175	69\$600	19\$200	1\$275	-----
1753 p. <sup>a</sup> 1754	32\$400	-----	73\$200		-----	-----
1754 p. <sup>a</sup> 1755	22\$800	28\$800	-----		10\$200	-----
1755 p. <sup>a</sup> 1756	32\$400	35\$700	33\$600	19\$200	1\$350	1\$050
1756 p. <sup>a</sup> 1757	28\$800	60\$300	62\$400	19\$200	-----	-----
1757 p. <sup>a</sup> 1758	31\$200	-----	72\$000	19\$200	-----	-----
1758 p. <sup>a</sup> 1759	31\$200	-----	82\$200	19\$200	-----	-----
1759 p. <sup>a</sup> 1760	31\$200	-----	106\$800	19\$200	-----	-----

## QUADRO 19

Relação de imagens encontradas nos inventários dos irmãos terceiros			
118 inventários pesquisados 30 apresentavam imagens	30	96 inventários pesquisados 24 apresentavam imagens	24
Ordem Terceira do Carmo		Ordem Terceira de São Francisco	
Cristo crucificado	22	Cristo crucificado	18
N.Sra do Carmo	8	N.Sra do Carmo	3
São Francisco	1	São Francisco	4
Santo Antonio	10	Santo Antonio	9
Santo Ivo	1	Santo Ivo	-----
Santa Bona	1	Santa Bona	-----
N.Sra da Conceição	11	N.Sra da Conceição	12
Menino Jesus	---	Menino Jesus	3
São João	1	São João	1
Santa Ana	4	Santa Ana	5
Santa Efigênia	1	Santa Efigênia	-----
Santo Elesbão	1	Santo Elesbão	-----
N.Sra do Livramento	1	N.Sra do Livramento	-----
N.Sra do Rosário	---	N.Sra do Rosário	2
São Domingos	1	N.Sra das Dores	2
N.Sra da Piedade	1	Santa Bárbara	1
N.Sra das Dores	1	N.Sra da Piedade	2
Santa Bárbara	1	São José	2
N.Sra da Piedade	1	N. Sra da Penha	1
São Sebastião	1	São Joaquim	1
São Bento	1	São Pedro de Alcântara	1
Menino Deus	1	Santa Maria Madalena	1
São José	1	São Sebastião	1
-----	---	Deus	1
não menciona as imagens	6	Santa Luzia	1
-----	---	Santa Elena	1
-----	---	São Lourenço	1
-----	---	não menciona	1



## QUADRO 20

<b>Pertencimento dos irmãos terceiros a outras associações religiosas</b>			
n. de irmãos	108	n. de irmãos	140
Ordem Terceira de São Francisco		Ordem Terceira do Carmo	
Ordem Terceira do Carmo	12	Ordem Terceira São Francisco	12
Santíssimo Sacramento	25	Santíssimo Sacramento	41
Senhor dos Passos	10	Senhor dos Passos	10
N.Sra do Rosário	3	N.Sra do Rosário	8
São Elesbão	-----	São Elesbão	1
São Benedito	-----	São Benedito	1
Santa Efigênia	-----	Santa Efigênia	1
Miguel e Almas	4	Miguel e Almas	1
Almas	18	Almas	42
N.Sra da Conceição	5	N.Sra da Conceição	3
N.Sra da Boa Morte	3	N.Sra da Boa Morte	7
Santo Antônio	6	Santo Antônio	6
São José	1	São José	1
São Gonçalo	4	São Gonçalo	5
N.Sra do Pilar	5	N.Sra do Pilar	3
Misericórdia	4	Misericórdia	2
Jerusalém	5	Jerusalém	6
Terra Santa	-----	Terra Santa	4
Santa Luzia	1	Santa Luzia	-----
Santa Ana	2	Santa Ana	2
Santa Catarina	1	Santa Catarina	-----
Santa Cecília	-----	Santa Cecília	-----
São João	1	São João	-----
São Sebastião	1	São Sebastião	-----
N.Sra do Terço	1	N.Sra do Terço	-----
Bom Jesus de Matosinhos	2	Bom Jesus de Matosinhos	5
N.Sra das Dores	1	N.Sra das Dores	-----
São Francisco de Paula	1	-----	-----
N. Sra das Mercês e Perdões	2	N.Sra das Mercês	2
Irmãos Escravos de N. Sra da Conceição	1	-----	-----
-----	-----	N. Sra das Neves	1
N. Sra da Boa Viagem	1	-----	-----
-----	-----	Irmãos Escravos de N. Sra da Conceição	1
-----	-----	Onze Mil Virgens	1
-----	-----	São Crispim	1
-----	-----	São Cipriano	1
não menciona as outras	17	não menciona as outras	11
não pertence a nenhuma outra mais	38	não pertence a nenhuma outra mais	45
sem informação ou não pude verificar	8	sem informação ou não pude verificar	15

**QUADRO 21**

Análise das condições em que os irmãos terceiros faziam seus testamentos			
n. de irmãos	121	n. de irmãos	101
Ordem Terceira do Carmo		Ordem Terceira de São Francisco	
com saúde perfeita	36	com saúde perfeita	27
gravemente doente	10	gravemente doente	8
doente	63	doente	54
de idade avançada	3	de idade avançada	1
não menciona	5	não menciona	7
não pude verificar	4	não pude verificar	4

**QUADRO 22**

Motivos que levaram a fazer o testamento			
n. de irmãos	125	n. de irmãos	101
Ordem Terceira do Carmo		Ordem Terceira de São Francisco	
temor da hora da morte	70	temor da hora da morte	66
salvar sua alma	47	salvar sua alma	45
medo do juízo particular	26	medo do juízo particular	33
deseja morrer na fé católica	-----	deseja morrer na fé católica	1
estar muito doente	14	estar muito doente	11
preparar-se para a hora da morte	2	preparar-se para a hora da morte	3
medo da proximidade da morte	1	medo da proximidade da morte	3
sem temor da morte	-----	sem temor da morte	1
querendo dispor dos bens temporais	2	querendo dispor dos bens temporais	1
descarregar sua consciência	1	descargando da consciência	1
estar avançada em anos	1		-----
	-----	reparação da vida	1
não menciona	32	não menciona	19
não pude verificar	5	não pude verificar	1

## QUADRO 23

Rol das entidades celestes a quem os irmãos terceiros encomendavam a alma			
n. de irmãos	126	n. de irmãos	100
Ordem Terceira do Carmo		Ordem Terceira de São Francisco	
Santíssima Trindade	49	Santíssima Trindade	49
Deus	10	Padre Eterno	43
Padre Eterno	44	Deus	5
Jesus Cristo	32	Jesus Cristo	38
Virgem Maria	57	Virgem Maria	56
Todos os Santos da Corte Celestial	54	Todos os Santos da Corte Celestial	45
Anjo da Guarda	45	Anjo da Guarda	47
Anjo Custódio	3	Anjo Custódio	1
Santo do meu nome	39	Santo do meu nome	42
santos de sua devoção	12	todos os santos de sua devoção	21
Santa Úrsula	-----	Santa Úrsula	-----
N.Sra da Conceição	4	N.Sra da Conceição	8
Santa Ana	11	Santa Ana	7
Santo Antonio	6	Santo Antonio	5
São José	5	São José	6
Santos Apóstolos	2	Santos Apóstolos	3
Santos Inocentes	-----	Santos Inocentes	1
Almas do Purgatório	8	Almas do Purgatório	5
São Miguel	8	São Miguel	8
São Gabriel	-----	São Gabriel	1
São Rafael	-----	São Rafael	1
As onze mil virgens	-----	As onze mil virgens	3
N.Sra do Rosário	1	N.Sra do Rosário	1
N.Sra da Piedade	1	N.Sra da Piedade	-----
N.Sra da Boa Morte	1	N.Sra da Boa Morte	-----
São Bartolomeu	1	São Bartolomeu	-----
São Jerônimo	1	São Jerônimo	1
São Bento	2	São Bento	-----
N.Sra do Desterro	1	N.Sra do Desterro	-----
São Joaquim	3	São Joaquim	2
São Pedro	1	São Pedro	1
Santa Bárbara	2	Santa Bárbara	1
Santa Quitéria	1	Santa Quitéria	-----
São Vicente Mártir	1	São Vicente Mártir	-----
São Francisco de Paula	3	São Francisco de Paula	1
N.Sra do Livramento	1	N.Sra do Livramento	-----
N.Sra do Amparo	2	N.Sra do Amparo	-----
Santa Joana	-----	Santa Joana	1

São Brás	-----	São Brás	1
Santa Teresa de Jesus	-----	Santa Teresa de Jesus	1
Santa Rita	-----	Santa Rita	1
São Francisco das Chagas	1	São Francisco das Chagas	1
São Lourenço	-----	São Lourenço	1
São Sebastião	1	Divino Espírito Santo	2
São Matias	1	São Gregório	1
N. Sra Madre de Deus	1	Santa Brígida	1
Divino Espírito Santo	2	Doze Apóstolos	1
São Gregório	1	São João Batista	2
Santa Brígida	1	São Vicente Fen(...)a	1
Doze Apóstolos	1	São Cosme e São Damião	1
N. Sr do Bonfim	1	Sagrada Família	1
São João Nepomuceno	1	-----	-----
-----	-----	N.Sra do Carmo	1
N.Sra do Carmo	8	São Francisco	18
São Francisco	4	não encomenda	34
não encomenda	53	não pude verificar	1
não pude verificar	4	-----	-----

## QUADRO 24

Rol das pessoas a quem eram recomendados os sufrágios	Ordem Terceira do Carmo	Ordem Terceira de São Francisco
	n.º de irmãos: 122	n.º de irmãos: 94
aos pais e parentes falecidos	49	41
a Irmandades e Ordens Terceiras	-----	1
irmãos terceiros falecidos	3	4
a minha alma	88	71
aos escravos falecidos	15	14
escravos vivos e defuntos	1	3
a pessoas com quem fez negócio em vida	14	11
seus credores	1	2
a pessoas que tenha prejudicado em vida	5	3
ao Anjo da Guarda	4	3
Anjo Custódio	1	-----
os 9 Anjos	1	-----
a Santo Antonio	1	1
ao Santo do meu nome	3	4
as Três Pessoas da Santíssima Trindade	2	1
as cinco chagas de Cristo	4	4
as Almas do Purgatório	28	23
almas mais necessitadas do purgatório	-----	1
pelas cinco almas mais próximas de ver a Deus	-----	1
em satisfação das minhas penitências mal cumpridas aplicadas pelas almas do Purgatório	1	-----
a N.Sra das Dores	-----	1
a N.Sra do Pilar	-----	1
Santa Ana	-----	3
a N.Sra do Rosário	2	1
a N.Sra da Necessidade	1	-----
almas das mulheres mundanas	1	-----
almas dos cativos	1	1
a Santa Madre Igreja	-----	1
N.Sra do Carmo	1	1
São José	1	2
as onze mil virgens	-----	1
todos os santos	1	2
todos os Mártires	1	-----
Santos Confessores	1	-----
Santas Virgens	1	-----
N.Sra da Conceição	-----	2
N.Sra do Desterro	1	1
N.Sra da Guia	1	-----

N.Sra da Glória	-----	2
sacerdotes	-----	1
Gozos de N.Sra	1	-----
Circuncisão de Cristo	1	-----
São Joaquim	1	1
Patriarcas	1	-----
Evangelistas	1	-----
São João	1	-----
profetas	1	-----
12 Apóstolos	1	1
Paixão de Domingo de Ramos	1	-----
Paixão de 5ª feira Sta	1	-----
São Miguel	1	2
São Rafael	-----	1
São Gabriel	-----	1
Encarnação do Filho de Deus	1	-----
Nascimento do Filho de Deus	1	-----
Virgem Maria	1	-----
Santíssimo Nome de Jesus	1	-----
N.Sra da Boa Morte	1	1
Santíssimo Sacramento	1	-----
amigos e inimigos	1	2
a quem possa ter esquecido em suas intenções	2	2
rainha santa	-----	1
santos nomes de Jesus	-----	1
São Domingos	-----	1
apostolado de Cristo	-----	1
São Francisco	-----	1
aos cravos com que Cristo foi encravado na árvore da Vera Cruz	-----	1
ao Santíssimo desterro de Jesus, Maria e José	-----	1
a Sagrada Família	-----	1
a corte celeste	-----	1
aos anos que Jesus andou pelo mundo	-----	1
os que estão em agonia de morte	-----	1
os que estão em pecado mortal	-----	1
a sagrada morte e paixão de Cristo	-----	1
santos de sua devoção	-----	1
por aqueles a quem deve alguma obrigação de justiça ou caridade	-----	1
não indica	18	6
não pude verificar	8	9